

CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA



**ENTIDADE MANTENEDORA:
INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA**

Diretoria:

Agnello Correa de Castilho Presidente
Wellington Werner Diretor Secretário
Lélia Monteiro de Melo Bronzeti Diretora Vice-Secretária
Alberto Luiz Cândido Wust Diretor Tesoureiro
José Severino Diretor Vice-Tesoureiro
Eleazar Ferreira Reitor

ISSN 0104-8112

TERRA E CULTURA

Ano XX - nº 38 - janeiro a junho de 2004

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Tadeu Elisbão

CONSELHEIROS

Ademir Morgenstern Padilha

Damare Tomasin Biazin

João Juliani

Joaquim Pacheco de Lima

José Martins Trigueiro Neto

Juliana Harumi Suzuki

Maria Eduvirges Marandola

Marisa Batista Brighenti

CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

REITOR:

Dr. Eleazar Ferreira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO:

Prof^a. Vera Lúcia Lemos Basto Echenique

COORDENADORA DE CONTROLE ACADÊMICO:

Prof^a. Isabel Barbim

COORDENADORA DE AÇÃO ACADÊMICA:

Prof^a. Vera Aparecida de Oliveira Colaço

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO:

Prof. Nardir Antonio Sperandio

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS E ASSESSOR DO REITOR:

Prof. Reynaldo Camargo Neves

COORDENADOR DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS:

Prof. Tadeu Elisbão

COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO:

Administração

Arquitetura e Urbanismo

Ciências Biológicas

Ciências Contábeis

Direito

Enfermagem

Farmácia

Fisioterapia

Nutrição

Pedagogia

Psicologia

Secretariado Executivo

Tecnologia em Proc. de Dados

Teologia

Turismo

Prof. Luís Marcelo Martins

Prof. Gílson Jacob Bergoc

Prof. João Antônio Cyrino Zequi

Prof. Eduardo Nascimento da Costa

Prof. Osmar Vieira da Silva

Prof^a. Damares Tomasin Biazin

Prof^a. Lenita Brunetto Bruniera

Prof^a. Gladys Cely Faker Lavado

Prof^a. Flávia Hernandez Fernandez

Prof^a. Marta Regina Furlan de Oliveira

Prof. João Juliani

Prof^a. Izabel Fernandes Garcia de Souza

Prof. Adail Roberto Nogueira

Prof. Rev. Silas Barbosa Dias

Prof. João dos Santos Filho



SUMÁRIO

EDITORIAL	1
A CONSTRUÇÃO DO “SER” CRIANÇA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	3
Marta Regina Furlan	
REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: O EMPREGO DESTES CONCEITO NO ENSINO E NA PESQUISA	16
Simone Varela	
OS JOGOS SOB DIFERENTES VERTENTES: PARA ALÉM DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	25
Karina de Toledo Araújo	
VIAGENS E VIAJANTES: OS JESUÍTAS E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO	37
Leandro Henrique Magalhães	
NEGROS: COTÁ-LOS OU BOICOTÁ-LOS?	53
Agnaldo Kupper	
O DESEMPREGO E O SEU IMPACTO NA IDADE MADURA	62
Maria Fernanda Lecink Felipeto	
Roberto Florentino da Silva	
Lydia Akemy Onesti	



**UM ESTUDO SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE PESSOAS
INSTITUCIONALIZADAS USUÁRIAS DE ÁLCOOL E/OU
DROGAS..... 76**

Elizabeth Giufrida
Fabiana Cristina Boencio
Isabela Dean Scolin
Jussara Maria Batista Ferreira
Carmen Garcia de Almeida

**UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERNAÇÃO E REABILITAÇÃO
DE PACIENTES DO CAPS 87**

Ana Carolina Nóbile
Fernando Koga
Giselle Monteiro Avanzi
Carmen Garcia de Almeida

**AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E SUA
APLICABILIDADE ÀS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL 98**

Rogério Martins de Paula
Simone Vinhas de Oliveira
Yeza Bozo Tonin
Renata Silveira de Paiva
Carlos Francisco Borges Ferreira Pires
Fernanda Dias Franco
Cláudio Antônio de Paiva Simon
Valkíria Aparecida Lopes Ferraro

PAISAGEM URBANA - BASES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS 107

João Henrique Bonametti

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO LONDRINENSE: OS BARRACÕES
DA FAMÍLIA SAHÃO 124**

Isabela Cruciol
Juliana Harumi Suzuki



**SOCIEDADE DE RISCO, URBANIZAÇÃO DE RISCO E ESTATUTO DA
CIDADE 138**

Milena Kanashiro

Antonio Manuel Nunes Castelnou

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS 164

Carolina Ferreira Calefi

Rafael Pereira Alves

Rosana Cardoso Moraes

Adalberto Brandalize

ESPAÑOL, POR EXEMPLO 174

Otavio Goes de Andrade

Geane Maria Marques Branco Sanches

**GESTÃO DO CONHECIMENTO:FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E
PORTAIS DO CONHECIMENTO PARA EMPRESAS
DESENVOLVEDORAS DE TECNOLOGIAS DE MÉDIO E PEQUENO
PORTES 183**

Wagner Werner

Ilvili Andréa Werner



EDITORIAL

TERRA E CULTURA nesta ocasião dá a público este seu N.º 38 iniciando a sua programação editorial para o corrente ano de 2004, o 20º da sua existência profícua, sempre semeando idéias e fazendo pensar.

Nos últimos anos o Centro Universitário Filadélfia (UniFil) expandiu-se sobremaneira e consolidou ainda mais a sua posição no cenário educacional do país, e da mesma forma a Revista também viu-se robustecida.

Cresceu a relação de instituições de ensino superior (IES) e de pesquisa que passaram a figurar na mala-direta para recebimento de exemplares a cada edição. O ingresso desses novos destinatários deu-se por iniciativa das próprias Instituições, que formalizaram o seu interesse através das respectivas bibliotecas.

Neste contexto TERRA E CULTURA vê ampliar a sua área de abrangência a cada ano, fato que consubstancia um dos seus objetivos, claramente estabelecido pelo Conselho Editorial. Paralelamente têm sido firmados contratos de permuta com Instituições que também publicam periódicos de divulgação científico-cultural, o que é muito salutar para a UniFil, e também para os novos parceiros.

O N.º 38 está rico e atraente através dos 15 artigos que foram selecionados para integrá-lo. Mesmo assim a Revista encontra-se permanentemente receptiva a críticas e sugestões, bem como a contribuições na forma de novos artigos para compor os N.º 39, 40.....

O Conselho Editorial



A CONSTRUÇÃO DO “SER” CRIANÇA NA SOCIEDADE CAPITALISTA¹

Marta Regina Furlan²

RESUMO

As experiências e pesquisas sobre a infância evidenciam a necessidade de analisar a concepção de infância como categoria histórica e não somente como categoria biológica. Sabe-se que a criança nem sempre foi vista da mesma forma pela sociedade, pelo adulto. Conforme se processavam as mudanças sociais, econômicas e históricas, ela foi adquirindo imagens diferentes, de acordo com essas mudanças. Nesse sentido, a análise do presente trabalho teve como preocupação situar a criança dentro dessas transformações sociais, percebendo-a sempre como sujeito histórico que constrói histórias. Nessa perspectiva, destaca-se a necessidade de um olhar especial para a criança na contemporaneidade, analisando sua presença no uso da tecnologia, no mercado de trabalho, na família, na sua relação com o adulto, na sua forma de pensar e sentir, agir, diante do mundo que a cerca. Para isso, tomou-se como categoria de análise o trabalho e as respectivas mudanças no mundo econômico e social. O estudo aqui desenvolvido é uma reflexão sobre o sujeito-criança, na sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Infância como Categoria Histórica; Sujeito Criança; Família; Mudanças Sociais, Econômicas e Históricas.

¹ Projeto de Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Pr.: 2003.

² Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia da UniFil.

E-mail: martafurlan@pop.com.br
pedagogia@filadelfia.br



ABSTRACT

The experiences and research about childhood bring to evidence the need to analyze the concept of childhood as a historical category and not only as a biological category. It is known that the child has not always been seen in the same way by the society, by the adult. As social, economic, and historical changes were being processed, the child acquired different images, according to those changes. In that sense, the analysis of this work aimed at placing the child within the framework of those social transformations, always perceiving him/her as a historical subject that builds history. In that perspective, the need of a special look at the child in the contemporaneity is to be emphasized, analyzing its presence in the use of technology, in the labor market, in the family, in its relationship with the adult, in its ways of thinking, feeling, acting, before the world that surrounds him/her. For that reason, as a category of analysis, the work and the respective changes in the economic and social world are considered. The study is a reflection on the subject-child in the capitalist society.

KEY-WORDS: Childhood as a Historical Category; Subject-Child; Family; Social, Economic and Historical Changes.

1. INTRODUÇÃO

A nova estruturação social, política e econômica estabelece mudanças na maneira como os sujeitos são percebidos, categorizados, diferenciados. Essas transformações aparecem implícitas em atitudes, comportamentos, palavras e nas mais diferentes práticas educativas. Nesse novo cenário social busca-se, como objeto de estudo, pensar a criança como sujeito histórico.

Esta investigação orienta-se pelo seguinte questionamento: Como vem sendo construída a imagem de “ser” criança na sociedade de consumo?

O conceito de infância reflete as variações da cultura humana e as transformações histórico-sociais, assumindo marcas bem definidas em cada época. Desse modo, buscou-se analisar a infância no momento crucial da sociedade atual, bem como nas transformações por que passou sua concepção ao longo de alguns momentos históricos, por entender que esta análise servirá como subsídio para uma compreensão mais ampla da visão que se tem da criança no momento presente.³

3: A criança neste momento precisa ser vista como sujeito concreto, dinâmico, histórico, que pensa, interage, constrói e reconstrói situações cotidianas, manifestando seus medos, suas necessidades, suas peculiares maneiras de sentir.

Para este estudo, foi feita a opção por referências significativas que são base para tal investigação. Recorreu-se, por isso, a autores como: Karl Marx, Friedrich Engels, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Philippe Ariès, entre outros.

Compreender a criança como ser social é o grande desafio desta reflexão. Assim, o primeiro capítulo estuda a relação entre criança e sociedade através de uma análise histórica e social desde fins da Idade Média, passando pelo período da industrialização no Brasil, até a contemporaneidade.

A produção e o uso de conceitos sobre a infância pelo conjunto da sociedade interferem diretamente no comportamento da criança, modelando formas de ser e agir, de acordo com as expectativas criadas nos discursos que passam a circular entre as pessoas, expectativas estas, que, por sua vez, correspondem aos interesses culturais, políticos e econômicos de um contexto social mais amplo (JOBIM-SOUZA, 1996, p.106).

O segundo eixo da reflexão - segundo capítulo - analisa a criança nas relações familiares, relacionando-se diretamente com o primeiro capítulo. O objetivo é discutir a questão da família e suas mudanças na sociedade, bem como entender as mudanças na concepção de infância e do que é ser criança. Nesse sentido, revelam-se tanto a permanência da sensibilidade da sociedade para com o momento próprio da criança, quanto as mudanças que se operam ao longo da história, além da forma de perceber e ver a criança, tanto pela sociedade quanto pela família.

Como último eixo de reflexão, verifica-se o grande desafio desta pesquisa, que é refletir sobre o sujeito-criança na sociedade contemporânea. É notório observar que, com a vida moderna, tudo se torna mais rápido; o tempo não pára e também nós não paramos. Assume-se a correria desatinada como se fosse movimento próprio. Desde a revolução industrial, a sociedade tem-se deixado seduzir pelas idéias de utilidade, produtividade e lucro, passando a identificar como fundamentais o tempo e o dinheiro. Vive-se definitivamente regulado pelo incessante “tic-tac” do relógio. Em meio a tanta correria, pergunta-se: Qual é o lugar da infância nesse tempo tão apressado?

A criança no mundo moderno se depara também com a pressa, a rotina, a tensão, com colegas vivendo na rua, com o trabalho infantil, a erotização, a prostituição; sendo objeto de consumo, convive também com o apressamento da infância, empurrada e seduzida cada vez mais para o futuro – o mundo adulto.

Neste cenário capitalista, trabalha-se a criança como veiculadora de venda de produtos em geral e produtos considerados específicos para ela. Esta situação está relacionada especificamente à compra e venda, visando o lucro. A reflexão que se faz é que a infância acompanha a história dos homens e traz sinais de uma síntese rigorosa na modernidade.



As mazelas do capitalismo compartilham com as crianças as condições de existência adversas ao mundo infantil. Assim, as crianças têm sua infância transfigurada pela voracidade do mercado, do consumo e do próprio progresso tecnológico.

A própria ausência da família tradicional na educação das crianças também contribui para a nova imagem de infância. Pread (*apud* POSTMAN, 1999) chamou a atenção para esse fato ao dizer que a televisão é o segundo pai, querendo dizer com isso que as nossas crianças passam mais tempo com a TV do que com seus pais. Até usam o “disque-história”, como substituto dos pais na hora de contar histórias para elas. Seja como for, é bem claro que a mídia e as novas formas de trabalho e necessidades sociais reduziram o papel da família na moldagem dos valores e da sensibilidade das crianças.

Crianças e adultos não mais se misturam. Constituem suas histórias separadamente. Se antes as crianças estavam misturadas com os adultos, se toda reunião para o trabalho, para o passeio ou para o jogo juntava crianças e adultos, a partir do fim do século XIX percebe-se a tendência crescente de separar o mundo das crianças do mundo dos adultos. Uma das conseqüências mais radicais do sentimento moderno da infância foi, portanto, o afastamento entre o adulto e a criança. Isso significa uma perda da intimidade, dependência e lealdade que tradicionalmente caracterizam a relação entre pais e filhos.

Estes são apenas alguns dos apontamentos que compõem o contexto da infância contemporânea, dentre os quais destaca-se a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças e entre crianças e crianças, como uma questão que precisa ser analisada com maior profundidade.

Dessa forma, surge a necessidade de refletir melhor sobre este afastamento da criança em relação ao “outro”. A razão mais significativa para essa investigação se dá por se acreditar, segundo pressupostos vygotskyanos, que é necessária a interação da criança com o “outro”, seja adulto, seja criança, contudo mais experiente.

Dentre muitas contribuições significativas de VYGOTSKY (1989), destaca-se o valor da interação da criança com o outro. Por meio das relações, os processos dados no plano externo se reconstituem no plano interno. Vygostky valoriza a interação entre crianças de idades diferentes no âmbito da heterogeneidade. Assim, a criança interage com parceiros diversos em diferentes situações, sendo todos co-autores da situação pedagógica.

Dessa forma, as interações sociais ocupam um espaço de destaque no desenvolvimento infantil, pois é a partir delas que a criança tem acesso à cultura, aos valores e conhecimentos universais. A criança tem oportunidades de cooperar, trocar experiências, adquirir padrões sociais através da linguagem, durante as ex-



periências e, até mesmo, de ampliar o pensamento empírico para um pensamento mais concreto.

Estes apontamentos instigam a uma pesquisa mais profunda para conhecer quais têm sido as conseqüências visíveis deste distanciamento da criança em relação ao “outro” na sociedade moderna.

2. A INFÂNCIA COMO CATEGORIA HISTÓRICA

Partindo da premissa de que a produção de conhecimentos acerca da infância está intimamente ligada ao lugar social que a criança ocupa na relação com o *outro*, é intenção deste capítulo mostrar algumas transformações e orientações dos modos de ser da infância, a partir da Idade Média, como um meio para a compreensão da experiência de ser criança e as vicissitudes desse acontecimento na contemporaneidade. Com efeito, cada época irá proferir o discurso que revela seus ideais e expectativas em relação às crianças, tendo esses discursos conseqüências constitutivas sobre o sujeito em formação.

Entende-se, então, que o lugar da criança na sociedade não se deu sempre da mesma forma. Ao longo dos tempos, a criança pode ser considerada uma expressão de cada sociedade marcada por suas dimensões culturais, religiosas, econômicas, políticas, etc. Não será a primeira vez que o saudável exercício de olhar para trás irá ajudar a iluminar os caminhos que são percorridos pela criança hoje, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas pela sociedade.

Nesse sentido, levam-se em conta diferentes momentos em que a concepção de infância foi indiferenciada e confundida com a do adulto, prevalecendo até fins do século XVIII. Nessa fase, o desconhecimento das características próprias da criança era visível, encontrando-se uma relação que tinha no adulto o único modelo a ser seguido.

Sendo assim, a infância modificou-se acompanhando as transformações do sistema econômico, político, social e cultural vigente em cada período da história. Com isso, pretende-se afirmar a convicção de que a noção de infância não é uma categoria natural, mas profundamente histórica e cultural.

3. A CRIANÇA NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Em decorrência das grandes mudanças na vida social, política, econômica e cultural que ocorrem atualmente, vem-se evidenciando uma modificação significativa na família. Em conseqüência, ela apresenta, hoje, dois aspectos distintos

que a constituem como instituição. Por um lado, ela tem sido vista como o centro de atenção devido ao espaço privilegiado que ocupa no surgimento e fruição da vida emocional de seus componentes. Por outro, tem chamado a atenção dos cientistas sociais, pois, ao mesmo tempo que, sob alguns aspectos, mantém-se inalterada, também apresenta uma grande gama de transformações.

Na perspectiva histórica, percebe-se uma vasta mudança na família, desde sua forma extensa, na Idade Média,⁴ até a sua forma nuclear, da atualidade. Antes da industrialização, a família compunha-se de pais, filhos e numerosos parentes vivendo juntos em solidariedade coesa.⁵ Somente as pressões irresistíveis da modernização puderam romper esses vínculos. Essa tradição histórico-sociológica pressupunha uma família definida pela quantidade de parentes que constituíam uma casa.

Hoje, a família está sendo atacada por um lado e defendida pelo outro, com igual veemência. É responsabilizada por oprimir as mulheres, maltratar as crianças, disseminar a neurose e impedir a comunidade. É louvada por sustentar a moralidade, ser um freio à criminalidade, manter a ordem e perpetuar a civilização. Casamentos estão sendo mais desfeitos do que nunca, e mais celebrados do que em qualquer outra época, como afirma Tozoni-Reis (*apud* LANE, 1984, p.99).

Alguns historiadores⁶ puderam afirmar que a mudança no padrão demográfico, conquanto não afetasse as dimensões da família, teve considerável impacto sobre a vida cotidiana da família: “A família nuclear que emergiu na transição para a modernidade é uma configuração única de comportamentos e atitudes decisivamente diferente da que existia antes” (POSTER, 1979, p.11).

A história da família pode contribuir para o conhecimento da história social, ao se examinarem as estruturas emocionais na vida cotidiana de vários tipos de família. Tal investigação histórica capacitará a ciência social a elucidar, não só o passado, mas também os dilemas atuais da vida de família, que envolvem, em certa medida, sentimentos, sexualidade e estabilidade psíquica. Desse modo, a história da família pode contribuir substancialmente para a compreensão dos descontentamentos atuais.

4: No período medieval, a infância era caracterizada pela família como um período de grande impulsividade, desordem. A criança era comparada a um animal, sendo vista como um ser guiado pelos instintos, e não pela razão; incapaz de interpretar de forma correta as poucas experiências que porventura viesse a ter. GUERRA (1985, p.50) afirma “[...] aos adultos era imputada a responsabilidade de promover a entrada da criança no mundo dos ‘realmente humanos’.”

5: TOZONI-REIS (2002) reforça essa idéia ao se referir ao período pré-industrial, quando a família era constituída por agrupamentos de 40 e até mais de 200 pessoas. A vida familiar era mais pública do que privada.

6 É de merecimento destacar que ARIÉS (1981) estava somente interessado na idéia de infância e suas mudanças.

Apesar de todas as mudanças ocorridas na família, pode-se perceber, ainda hoje, um certo número de características da família tradicional, como a existência de casamento formal com relações sexuais privilegiadas para os cônjuges; superioridade dos maridos em relação às esposas (patriarcado) e dos pais em relação aos filhos; famílias ainda numerosas. Quaisquer que sejam a extensão e a complexidade da rede de parentesco e dos direitos e obrigações mútuos dentro dela, uma família nuclear – um casal com filhos – estava geralmente presente em alguma parte.

No que se refere ao conceito de família, pode-se dizer que:

“[...] Para alguns, a família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo. Para outros, a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social; é algo exclusivamente nocivo, é local onde as neuroses são fabricadas e onde exerce a mais implacável dominação sobre as crianças e as mulheres.” (LANE e CODO, 1984, p.99).

Afirma Engels que os sistemas de parentesco e formas de família diferem dos atuais sentimentos familiares, visto que não são estáveis, mas se modificam conforme os tempos.

As mudanças referentes à concepção de criança interligam-se significativamente nas mudanças da família, pois, embora ideologicamente tenha-se veiculado dentro da própria família a idéia de que a representação da instituição familiar é algo natural e imutável,⁷ ela não se constrói como algo imutável, mas sim como uma instituição social que se depara constantemente com grandes modificações, de acordo com as mudanças sociais mais amplas.

Percebe-se, então, que há uma determinação histórica da estrutura familiar que tem como ponto de discussão a questão das relações entre família e sociedade. É através deste enfoque que se procurará discutir a relação da criança neste grupo social, analisando-se como ela foi percebida no decorrer das mudanças no conceito de família.

7: Parsons (*apud* LANE e CODO, 1984) fala da sociedade capitalista e toma a família dessa sociedade como universal e mutável: a família nuclear burguesa torna-se sinônimo de família. Outras formas, quando existentes, são consideradas, no máximo, estruturas que se vão, ainda, diferenciar em direção a esse modelo ideal de família.



4. A CRIANÇA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Vive-se hoje um momento crucial da história, um tempo em que há uma espécie de culto ao novo. As noções de pós-moderno, pós-industrial, em níveis diversos, afirmam uma nova era, e os cenários mistificadores indicam o momento globalizado e reestruturado, qualitativamente, pela terceira revolução industrial.

Nesse sentido, verifica-se um conjunto de conhecimentos a serviço da produção e do consumo. Essa sociedade apela incansavelmente para o consumo, criando no indivíduo a necessidade de consumir mercadorias.

MARCUSE (1997) afirma que essa sociedade é a que mais enaltece o indivíduo; usa de todos os meios para que este usufrua da mercadoria para seu próprio conforto; entretanto, é a que menos permite que o indivíduo aja como sujeito singular que tem vontades, sentimentos, sensações e idéias próprias.

Essa mesma sociedade faz com que esse indivíduo adulto tenha a liberdade de consumir, escolher, comprar. E em meio a essa liberdade, verifica-se também a presença da criança como cliente passível de consumir mercadoria. Esse consumismo provoca no indivíduo, seja adulto, seja criança, a satisfação por ter o produto; no entanto, o indivíduo não tem mais controle sobre interesses e necessidades próprios. Não tem espaço para ser de outra maneira, a não ser a que o mercado propõe. Há a renúncia do eu em prol do todo e a única busca acaba se restringindo à busca da felicidade por meio do consumo.

Tanto adultos quanto crianças vivem e convivem diariamente com a possibilidade da obtenção de prazer que, conforme Palangana (1998, p.153) é um “[...] prazer pervertido, cujo fundamento é deslocado para o consumo. O prazer, aquele anunciado pelos Iluministas, que as condições factuais permitem, mas a sociedade posterga, permanece como possibilidade posta entre parênteses, ainda que como possibilidade cada vez mais real. A manipulação se vale do cálculo de probabilidade para induzir o indivíduo a acreditar que as chances de ser ele o próximo a tirar a sorte grande são reais.”

No caso da criança, essa só se satisfaz se tiver o produto que é anunciado em propagandas; só se sente satisfeita se possuir a roupa do super-homem, ou o computador da Sandy e Junior; ou, mais ainda, só brinca se for com brinquedos eletrônicos e industrializados.

MARCUSE (1997, p.29) entende que, nessa sociedade, “...as criaturas se reconhecem em suas mercadorias, encontram sua alma em seu automóvel, casa com vários patamares, utensílios de cozinha, etc.”

Em meio a tanta mudança na esfera econômica e social e tanta novidade, questiona-se: Em que lugar as crianças estão? O que fazem? Quem são elas? Como estão? De que forma reagem a tantas mudanças? Que certezas e incertezas vêm

trazendo para o mundo atual? Essas inquietações permitem pensar de forma crítica como as crianças têm reagido a essas mudanças.

Percebe-se, então, que esses questionamentos são condições para o encaminhamento da reflexão sobre este capítulo, no intuito de esclarecer o significado social da criança na atualidade. Assim, como foi discutido nos capítulos anteriores, procura-se perceber a infância, em específico a criança dentro de um contexto social, vendo-a sempre como um ser histórico que constrói e reconstrói a história e que participa ativamente dessa conjuntura social e econômica.

Perceber a criança em sua subjetividade ajuda a responder às inquietações que elas possam ter. Por sua condição de fraqueza e de promessas, a criança configura forças no seio da sociedade, seja atraindo as atenções de empresas como público consumidor ou como força de trabalho, seja prefigurando uma imagem de gestação.⁸ Frases como estas são ouvidas diariamente: “...as crianças precisam ser educadas para competir no mercado global do futuro”, ou “...as crianças têm que ter acesso ao computador, pois não queremos que elas fiquem para trás.”

Para melhor ilustrar essas argumentações, veja-se o relato de uma criança de oito anos:

“Uso saia ou calça de brilho para sair à noite com meus pais. Também gosto de *shorts* curtinho e justo, sandália e bota de saltinho. E adoro roupa *country*. Carrego na bolsa batom, espelho e perfume, mas não passo muita maquiagem porque minha mãe não gosta. Estou fazendo regime porque engordei um pouquinho. Não tomo guaraná e parei de comer *chips*. Quero ser modelo profissional, por isso não posso engordar.” (VALE, 2001 p.12).

Na condição de participante da família, a criança se coloca no mercado de bens, quer como força de trabalho, no caso das famílias de baixa renda, quer como público consumidor, nas famílias de renda alta e média.

Outra questão pertinente à imagem da criança na atualidade é a de que, em razão da família ter se mudado significativamente nas sociedades industriais mais avançadas, reduzindo-se numericamente, as instituições educacionais já se fazem presentes prematuramente na vida das crianças. Também ocorreram mudanças radicais no espaço urbano e as crianças já não têm os espaços informais coletivos para brincar com

8: Existe na contemporaneidade a infância precoce e a infância consumidora. É a geração de meninas e meninos precoces que criam o hábito de usar roupas, ter gostos e falas semelhantes às dos adultos. Crianças que se transformam gradativamente em pequenas cópias dos adultos.



outras crianças, como havia antes (rua, quintal...). A criança acaba tendo que frequentar, desde pequena, uma instituição educativa (creche, jardim) para a socialização, e para o desenvolvimento das potencialidades intelectuais e psicomotoras. No entanto, a parte afetiva ainda deve ser responsabilidade da família.

GHIRALDELLI JÚNIOR (1997, p.45) também contribui para a compreensão da infância na atualidade, afirmando que a modernidade vem criando a concepção de criança como um ser diferente, em contraposição à concepção de criança como adulto em miniatura. Afirma, ainda, que se vive num mundo onde crianças não têm infância, sendo obrigadas a se tornarem o trabalhador precoce, a vítima precoce, o réu precoce.

É necessário, portanto, construir instrumentos teóricos que permitam pensar nessa nova concepção de criança que se vem constituindo a cada dia. Pode-se ainda pensar na criança pequena com agenda lotada. A televisão que se transforma em babá. Os pais ausentes. Erotização da infância. Sexualidade, publicidade, cultura do consumo. Individualismo desencadeado pela ausência do “outro”. Apagamento da relação de alteridade. Criança sozinha. Criança que manda nos pais. Estes são alguns dos fragmentos que compõem a infância hoje, dentre os quais destaca-se a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças, como uma questão que precisa ser analisada posteriormente com maior profundidade.

A criança contemporânea tem como destino transitar entre adultos que não sabem mais o que fazer com ela. Segundo SOUZA e PEREIRA (1997, p.38):

“[...] as crianças passam assim a compartilhar entre si suas experiências mais frequentes, as quais se limitam, na maioria das vezes, ao contato com o outro televisivo, remoto, virtual e maquínico.”

Assim, a produção do conhecimento acerca da infância faz com que ela ganhe um novo *status* nessa nova realidade. Acaba sendo vista como uma eficiente tradutora, para o adulto, de algo criado por ele mas que ainda lhe soa como desconhecido. Muitas vezes, são as crianças que solucionam os impasses que os adultos têm diante do computador, por exemplo. O mesmo acontece quando a criança, ante a uma câmera de vídeo, se mostra à vontade e interage com a máquina como faz com os seus semelhantes.

É possível, então, pensar numa infância, não em termos de reforma, mas em termos de desafio, da necessidade de um novo pensamento, denso e capaz, num novo olhar para a criança pequena.

Olhar para a criança é percebê-la em sua subjetividade, enquanto ser humano, valorizando seus pensamentos, sentimentos, emoções e ações, diante do mundo que a cerca.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas conclusões procurar-se-á, em primeiro lugar, sintetizar a orientação geral de reflexão que compôs este estudo. Assim, em primeiro lugar, analisou-se a criança como sujeito histórico-social, que reflete as mudanças em suas próprias concepções, decorrentes das mudanças sociais mais amplas.

Verificou-se que a criança está presente nas relações sociais, seja através de imagens ou idéias que dela se fazem, seja através de mediações da família, seja ainda através de sua própria ação enquanto sujeito-criança.

Sob estas várias formas, a criança revela-se como um ser social importante que constrói e reconstrói história; e é também um ser que tem emoções, sentimentos, expressões, desejos e ações, que merecem ser evidenciados nessa sociedade capitalista.

Durante toda a análise, percebeu-se que a criança foi ora secundarizada, ora exaltada; entretanto, em nenhum momento, ela desapareceu. Apenas foi vista conforme as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais de cada momento histórico.

Assim, entende-se que a infância resulta de uma condição histórica da criança, que não nega o dado natural, mas o incorpora e o expressa socialmente. Revela, contudo, a natureza social do homem na criança e a sujeição da realização mais acabada da sua especificidade às contradições sociais.

Hoje, ser criança é ser consumidor, é ser precoce, é ser trabalhador. Essas características são marcas da concepção que se tem de infância na atualidade. Ao mesmo tempo em que se depara com a visão idealizada que prega a liberdade da criança e os deveres e direitos criados pela sociedade para ela, tais como a atitude de respeito, o amor e a proteção que lhe são devidos, do outro lado, há exigências de comportamento, nas quais é tratada e conduzida cotidianamente tal qual o adulto em responsabilidade, coragem, trabalho, conhecimento, junto ao fato antagônico de ser considerada como carente, inferior, e condicionada a obedecer e a seguir as ordens dos “maiores”.

O que existe é a falta de diálogo entre o adulto e a criança; some-se a violência, a destruição, a perda da sensibilidade e da espontaneidade infantil, por uma “autoridade” adulta que seduz gradativamente as crianças para o mundo adulto, lotado de tensões, individualismo, responsabilidades, isolamentos, consumo, exploração do trabalho, etc.

Esta análise buscou compreender o grande desafio atual que consiste em compreender as conseqüências negativas que o encurtamento da infância pode provocar na vida da criança enquanto sujeito. Em função disso, entende-se que é preciso trabalhar numa perspectiva de humanização, valorizando a experiência,



as emoções, os sentimentos, os desejos, a própria espontaneidade infantil, da criança consumidora, da criança trabalhadora, da criança negra, da criança da favela, da criança de rua, da criança vítima, da criança ré, da criança sofrida, da criança feliz. Nesse sentido, busca-se libertar a criança enquanto criança, e dar-lhe o seu maior direito que é o de viver seu tempo de infância.

Entretanto, isso é possível se forem revistas as condições econômicas, políticas e sociais postas na sociedade capitalista, pois a criança que se tem hoje é expressão do que a sociedade determina via mercado produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1997.

JOBIM-SOUZA, Solange. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. Campinas: Papirus, 1994.

JOBIM-SOUZA, Solange. **Tempo, memória e história de professores: identidade e subjetividade em transformação**. Trabalho elaborado para o I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil. Lisboa, 1996.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel. **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, 1997.

LANE, Sílvia T. M; CODO, Wanderley. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. **Praça – Revista de Estudos Marxistas**. São Paulo, n.1, p.113-140, 1997.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARX, Karl. **O capital** (Livro Primeiro v.I). São Paulo: Difel, 1984.



PALANGANA, Isilda C. **Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista**. São Paulo: Plexus/EDUC, 1998.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

TOZONI-REIS, José R. Família, emoção e ideologia. *In*: LANE, Silvia T. M; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VALE, Rosângela. Infância interrompida. **Folha de Londrina**. Londrina, 12 out. 2001. Caderno Folha da Sexta, p.12-14.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: O EMPREGO DESTES CONCEITOS NO ENSINO E NA PESQUISA

**Simone Varela*

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade discutir as diferentes formas de apreensão da realidade que os distintos conceitos sobre **método** podem causar, tanto na pesquisa, quanto no ensino. A adoção de métodos adequados se constitui em um requisito fundamental para a atividade docente. Essa atividade não se restringe ao momento da mediação do conteúdo, mas se inicia com a pesquisa sobre o conteúdo a ser ensinado, com o conhecimento da forma como ocorre a aprendizagem dos conceitos pelos alunos e com a influência da experiência e dos aspectos histórico-culturais participantes destes processos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Método; Pesquisa.

ABSTRACT

The present article aims at discussing the different forms of apprehension of the reality that distinct concepts on method may cause both to research and education. The adoption of adequate methods constitutes a basic requisite for the teaching activity. This activity is not restricted to the moment of mediation of the content, but starts with the research on the content to be taught, the knowledge of the way the learning of concepts by the pupils occurs, and the influence of experience and historical-cultural aspects that take part in such processes.

KEY-WORDS: Education; Method; Research.

*Docente no Curso de Pedagogia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil.
Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).
E-mail: monirela@sercomtel.com.br

INTRODUÇÃO

Conhecer o fundo epistemológico que serviu de base para a constituição das ciências humanas torna-se um requisito para o conhecimento sobre os critérios de cientificidade que satisfazem às ciências humanas. Será a partir destes conhecimentos que o professor poderá adotar determinado método científico e, desta forma, fundamentar suas pesquisas, como também a própria metodologia de ensino a ser desenvolvida durante seu trabalho em sala-de-aula.

As ciências humanas tiveram modelos de cientificidade e/ou “eixos epistemológicos” que as sustentaram. Até o século XVI, o discurso científico fora regido por um esquema astrobilógico; na Antigüidade, predominantemente, como lógico e “cosmocêntrico”; durante o período medieval (século V até século XV), “cosmológico” e “teocêntrico”; a partir do século XVII, a ciência se fundamentou em um discurso “antropológico” e “antropocêntrico.” (JAPIASSU, 1982, p.95).

Por meio desta visão antropocêntrica, a natureza humana passou a ser naturalizada e explicada pelas ciências naturais, caracterizando o eixo da ciência rigorosa. Nessa concepção, manifestada a partir do século XVII, o homem era visto como máquina (mecanicismo) e a matemática fora entendida como a mais perfeita linguagem aplicada à explicação da natureza.

“O fascínio pelos modelos galileano e newtoniano de uma inteligibilidade mecanicista externa não viu porque não impor um mecanicismo no ‘espaço de dentro.’” (JAPIASSU, 1982, p.100). Configura-se, neste momento, o segundo eixo que serviu de base para a constituição das ciências humanas, o eixo da biologia (organicismo).

Assim, as ciências humanas tentam romper com as ciências naturais, mas continuam adeptas de um sistema regulador: o determinismo biológico. Este eixo tem como base de sustentação o naturalismo e a teoria da evolução.

Divergente do totalitarismo biológico fundado no século XVIII, constituiu-se, no século XIX, o eixo da cultura e da história. Neste, a condição humana se efetiva sob uma perspectiva histórica e cultural, com ênfase nos traços culturais, como a linguagem, a sociedade e as instituições.

O historicismo, enquanto corrente do pensamento filosófico, se apresentou sob duas perspectivas. A primeira, o historicismo filosófico, via na história condições de inteligibilidade do real. A segunda perspectiva, o historicismo epistemológico, pretendia a compreensão do real, através da tomada de consciência da realidade humana em seu conjunto. JAPIASSU (1982) afirma que Dilthey inaugurou o método hermenêutico nas ciências humanas, o que significou a busca de interpretação, de compreensão, que diferiu das explicações características das ciências naturais.



A situação descrita demonstra que, desde a sua constituição, as ciências humanas não contaram com uma metodologia unitária. Se as ciências humanas não contêm um método unitário, quais métodos devem ser escolhidos para fundamentar as pesquisas e a metodologia pedagógica do professor?

Para as possíveis respostas a esta indagação, dever-se-á, a partir deste ponto da discussão, focalizar os diversos conceitos de método e de metodologia. Isto porque o pressuposto é de que os métodos, não apenas indicam os meios técnicos da investigação, mas também proporcionam as bases lógicas da investigação.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Para LAKATOS e MARCONI (2000), da visão geral dos conceitos de ciência deve emanar a característica de apresentar a ciência como um pensamento racional, objetivo, lógico e confiável; ter como particularidade o ser sistemático, exato e falível, ou seja, não final e definitivo; verificável, submeter-se à experimentação para a comprovação de seus enunciados e hipóteses, procurando as relações causais; tornar evidente a importância da metodologia que, em última análise, determinará a própria possibilidade de experimentação.

O aspecto técnico da ciência pode ser caracterizado pelos processos de manipulação dos fenômenos que se pretende estudar, analisar, interpretar ou verificar. Portanto, “[...] o aspecto técnico da ciência corresponde ao instrumento metodológico e ao arsenal técnico que indica a melhor maneira de se operar em cada caso específico.” (LAKATOS e MARCONI, 2000, p.24).

O método científico é válido quando permite à investigação atingir seus objetivos, quando cumpre as etapas necessárias à pesquisa científica: descobrimento do problema, colocação precisa do problema, procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema, tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados, invenção de novas idéias e produção de novos dados empíricos, obtenção de uma solução, investigação das conseqüências da solução obtida, comprovação da solução, correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta.

LAKATOS e MARCONI (2000) afirmam que a maioria dos autores faz distinção entre método e métodos; entretanto, a diferença ainda parece não ter ficado clara, pois continua a ser utilizado o termo método para todas as situações. Para elas, estes se situam em níveis distintos no que se refere a sua inspiração filosófica, a seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, a sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao movimento em que se situam.

Assim, LAKATOS e MARCONI (2000, p.90) distinguem os termos método e métodos. “[...] o método caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado dos fenômenos da natureza e da sociedade”. O método então teria a discriminação como “método de abordagem.” Como métodos de abordagem, as autoras apresentam: o Método Indutivo, o Método Dedutivo, o Método Hipotético-Dedutivo e o Método Dialético.

Já os métodos são entendidos pelos autores em voga como “métodos de procedimento” que “[...] seriam etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos [...]. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos.”

Em se tratando das Ciências Sociais, estas autoras apresentam métodos de procedimento: o Método Histórico, o Método Comparativo, O Método Monográfico, o Método Estatístico, o Método Tipológico, o Método Funcionalista, e o Método Estruturalista.

SEVERINO (2000, p.162) entende os métodos como sendo “[...] os procedimentos mais amplos de raciocínio, enquanto técnicas são os procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante o emprego de instrumentos adequados.”

Embora atribuindo significados diferentes aos termos método e técnica, sendo o primeiro como procedimentos mais amplos de raciocínio e o segundo como procedimentos mais restritos, SEVERINO (2000) apresenta uma argumentação semelhante à de LAKATOS e MARCONI (2000), no que se refere à distinção entre Método e Métodos. O texto também diferencia os procedimentos técnicos de uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado.

GIL (1999) também entende a necessidade de classificação de métodos diante da grande quantidade dos mesmos. Esse autor entende a semelhança de sua classificação dos métodos com a de Trujillo Ferrari (métodos gerais e discretos) e a de Lakatos (métodos de abordagem e métodos de procedimentos). GIL (1999, p.27) classifica os métodos em “métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação” e “métodos que indicam os meios técnicos de investigação.” Fazem parte do primeiro grupo: o Método Dedutivo, o Método Indutivo, o Método Hipotético-Dedutivo, o Método Dialético e o Método Fenomenológico. Os métodos considerados por esse autor como meios técnicos da investigação são: Método Experimental, Método Observacional, Método Comparativo, Método Estatístico, Método Clínico e o Método Monográfico.

Entretanto, as divergências entre GIL (1999) e LAKATOS (1992) começam a aparecer, em primeiro lugar, porque GIL (1999) entende a Fenomenologia como um método que proporciona as bases lógicas da investigação, ou, método de abordagem. Já LAKATOS e MARCONI (2000) não fizeram referências à

fenomenologia como um método de abordagem.

Em segundo lugar, dentre os métodos considerados como meios técnicos da investigação descritos por GIL (1999) não estão o Método Funcionalista, o Método Estruturalista e o Método Histórico. A estes, GIL (1999, p.36) classifica como sendo “quadros de referência” ou “grandes teorias” que chegam a ser designadas como métodos. Já para LAKATOS e MARCONI (2000), os “quadros de referência” ou métodos anteriormente mencionados (Funcionalista, Estruturalista e Histórico) são considerados como “métodos de procedimento” que “[...] seriam etapas mais concretas da investigação [...]” (LAKATOS; MARCONI, 2000, p. 91).

KÖCHE (1997) desenvolveu uma visão histórica da ciência e do método, desde a Antigüidade até a contemporaneidade. De forma breve, tal autor sinaliza como marcos do Método Científico: a visão grega (pré-socráticos, abordagem platônica e aristotélica), a moderna (Bacon, com a indução e o empirismo; Galileu, com seu experimento e a revolução científica; Newton, e o método indutivo; e o surgimento do positivismo, o dogmatismo e o cientificismo da ciência moderna), e a ruptura na contemporaneidade, com o método hipotético-dedutivo. Para KÖCHE (1997), as idéias de Einstein e Popper revolucionaram a concepção de ciência moderna que criara uma imagem dogmática de método científico.

KÖCHE (1997, p.69) entende o método científico como: “[...] a descrição e a discussão de quais critérios básicos são utilizados no processo de investigação científica”.

É com esta compreensão de método científico que KÖCHE (1997, p.69) apresenta o método científico hipotético-dedutivo como proposta de auxílio na “[...] sua compreensão e na investigação da ciência contemporânea.” Este fato deixa claro o porquê da não classificação de outros métodos de abordagem, como é o caso do Método Dialético que, segundo LAKATOS e MARCONI (2000, p. 82), passou por quatro fases. Estas podem ser classificadas como: a primeira fase, a dos filósofos jônicos (Heráclito, de 540-450 a.C.) com a sucessão; a segunda, com Aristóteles e a coexistência; na modernidade, com Hegel, que uniu a dialética da sucessão e da coexistência, de forma idealista (dialética-histórica-idealista); e, finalmente, Marx e Engels, com a denominada dialética materialista, cuja importância primeira é dada à matéria.

ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNJDER (1998), quando tratam da questão do planejamento de pesquisas qualitativas, também deixam claro que os procedimentos metodológicos vão além dos aspectos operacionais da pesquisa científica.

“O detalhamento dos procedimentos metodológicos inclui a indicação e justificação do paradigma que orienta o estudo, as etapas de desenvolvimento da pesquisa, a descrição do contexto, o processo de seleção dos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise dos dados, os recursos utilizados para maximizar a confiabilidade dos resultados e o cronograma.” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNJDER, 1998, p.159).

Sem a pretensão de esgotar as possibilidades de novos conceitos de método e metodologia existentes em livros de pesquisa científica, apenas procurando dar ênfase à divergência em torno dos conceitos mencionados, passaremos agora a uma elucidação mais menos discursiva e mais analítica sobre as implicações de que a adoção da metodologia e do método, como técnicas e procedimentos, podem acabar por comprometer o método científico da pesquisa.

A FALSIDADE - OU NÃO - DO CONFLITO ENTRE TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS

A redução da discussão e das orientações em termos procedimentais é um meio de perpetuar a estranheza e a dificuldade que os discentes têm, tanto da graduação, quanto da pós-graduação, quando decidem por um método que valide ou invalide a sua hipótese. Recentemente, FRANCO (1988) e LUNA (1988) deixaram evidente a possibilidade de existência de concepções distintas sobre a realidade, dependendo da metodologia adotada.

Ao questionar o tratamento dado à palavra metodologia, por LUNA (1988), FRANCO (1988) deixou evidente que, se a metodologia for reduzida a uma questão terminológica, pode resultar na não relação entre a sua conceituação e as discussões produzidas a seu respeito.

Desta forma, a metodologia, quando vinculada à estatística, pode ser confundida com procedimentos e técnicas, o que

“[...] pressupõe o processo de construção do conhecimento humano como dado, neutro e linear, e passa a ser entendido como descrição das sistemáticas adotadas para a coleta, análise e interpretação de um determinado objeto de estudo.” (FRANCO, 1988, p.76).



Entretanto, quando a metodologia estiver vinculada à filosofia da ciência e à sociologia do conhecimento, buscará explicitar a relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto cognoscível, enquadrando-se nos contornos da teoria do conhecimento.

A primeira concepção metodológica tem como regra fundamental a objetividade que, por sua vez, prevê a separação entre o sujeito (subjeto) e o objeto (objeto) do conhecimento. Assim, se constrói uma teoria dicotômica, parcial, que separa a teoria da prática e a realidade passa a ser “[...] retalhada, cuja apreensão se dá mediante a junção associacionista de seus recortes parciais.” (FRANCO, 1988, p.78).

Em contraposição a esta visão metodológica, FRANCO (1988) concebe a realidade como uma totalidade dialética,

“[...] concreta, caracterizada pela interdependência ativa entre as diversas partes do real que não se somam, que não são dadas, mas que se constroem historicamente a partir de contradições intrínsecas; esse movimento (que caracteriza o método dialético) é, [...] o movimento que vai da totalidade para a contradição e desta para a totalidade; do objeto para o sujeito e desta para o objeto.” (FRANCO, 1988, p.78).

Para a compreensão da realidade por meio desse processo de produção social do conhecimento, parte-se da prática social como critério de verdade do saber historicamente produzido. Nestas condições, evidencia-se a possibilidade de uma verdade objetiva.

A apresentação deste debate teórico entre metodologias de pesquisa antagônicas teve como objetivo a reflexão sobre a possível fragilidade conceitual de muitos cursos de metodologia que, ao invés de enfrentarem uma necessária discussão epistemológica, acabam por fornecer aos alunos apenas um rol de técnicas, não apenas inviabilizando a produção de pesquisas consistentes, como enfatiza FRANCO (1988), mas também dificultando a produção de conceitos científicos, a prática cotidiana do professor e a transposição dos conceitos científicos para o saber escolar.

Recentemente, SANTOS (1996) enfatizou que o projeto educativo emancipatório e conflitual deve fazer o conflito entre o modelo de conhecimento técnico e o modelo edificante. Professores e alunos devem discutir os dois modelos, as diferenças e as semelhanças entre eles e simular campos de experimentação social em que seja possível visualizar as conseqüências da adoção de cada um deles.

Os sistemas educativos da modernidade ocidental foram moldados por um tipo único de conhecimento, o conhecimento científico, e por um tipo único de aplicação, a aplicação técnica. O conflito deve perpassar também o plano cultural. A cultura eurocêntrica ocupa parte central no mapa e, marginalmente, são desenhadas outras culturas indígenas, negras e de minorias étnicas, entre outras. “É este o mapa do imperialismo cultural do Ocidente.” (SANTOS, 1996, p.26). Neste mapa, o conflito entre culturas não aparece de todo ou aparece como conflito solucionado pela superioridade da cultura ocidental em relação às outras culturas.

A indisciplina do pesquisador gera um ecletismo ou uma fraqueza intelectual, reveladora em muitas situações, da “[...] ausência de coerência entre os suportes teóricos que, presumivelmente, nos orientam e a prática social que realizamos” (TRIVIÑOS, 1987, p.15). Enfatizamos a necessidade de discernimento para a opção de um determinado Método de Abordagem e Método de Procedimento a serem adotados pelos pesquisadores e professores. Neste sentido, o intuito não foi o de esgotar esta discussão, nem houve a pretensão de desenvolvimento de uma apologia em relação à sua importância.

Concordamos com FRANCO (1988) que a fragilidade conceitual revelada no debate entre os conflitos de tendências metodológicas deveria ser superada com uma discussão epistemológica. Possivelmente, a pergunta feita para alguns alunos da pós-graduação sobre o seu problema de pesquisa dificilmente seria respondida da seguinte maneira: “Vou usar um questionário para [...]”, ou, “Não sei ainda, mas sei que não quero fazer observações.” (FRANCO, 1988, p.76).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.66, p.75-80, ago./1988.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. **Nascimento e morte das ciências humanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.



KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUNA, Sérgio V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.66, p.70-74, ago./1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. *In*: SILVA, Luiz H. da *et al.* (Orgs.). **Reestruturação curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



OS JOGOS SOB DIFERENTES VERTENTES: PARA ALÉM DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**Karina de Toledo Araújo*

“O jogo é uma forma de atividade particularmente poderosa para estimular a vida social e a atividade construtiva da criança.”
(PIAGET, *In*: KAMII; DeVRIES, 1991, p.IX).

RESUMO

No presente trabalho, defendemos a idéia de que os jogos possibilitam a estruturação do pensamento e o desenvolvimento dos diferentes aspectos do comportamento, em particular do desenvolvimento cognitivo. Para tanto, procuramos analisar os jogos sob três vertentes, a partir dos objetivos que estes apresentam. A primeira abordagem, baseada na teoria de Jean Piaget, é fundamentada na relação entre o aparecimento dos jogos espontâneos e o desenvolvimento da criança. A segunda e a terceira abordagens estão ligadas ao processo educacional, ou seja, os jogos enquanto instrumento de ensino e como conteúdo específico da aula, em especial, da disciplina de Educação Física. Finalmente, apresentamos uma organização metodológica de diferentes tipos de jogos com a finalidade de auxiliar o professor durante a identificação desses jogos com relação aos objetivos de suas aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento do Pensamento; Educação Física; Jogos; Metodologia de Ensino.

* Docente no Curso de Pedagogia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil.
Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).
E-mail: katoledo@sercomtel.com.br



ABSTRACT

In the present work we defend the idea that games make it possible for the structuralization of the thought and the development of different aspects of the behavior, in particular, the ratiocination development. We try to analyze the games under three categories based on the objectives they present. The first approach, based on Piaget's theory, is based on the relation between the appearance of spontaneous games and the child development. The second and third approaches are linked to the educational process, that is, games while educational instruments and as specific class contents, in special, related to disciplines in Physical Education. Finally, we present a methodological organization of different types of games aiming at assisting the teacher during the identification of such games regarding the objectives of his/her classes.

KEY-WORDS: Development of the Thought; Physical Education; Games; Methodology of Education.

INTRODUÇÃO

Ao jogar, a criança relaciona-se com a realidade, constrói conhecimentos, expressa suas necessidades e resolve conflitos. É por meio de ações – físicas e mentais - que o pensamento se desenvolve. Dessa forma, o jogo, juntamente com outras formas de representação, deve ser objeto de interesse de todos os envolvidos no processo educacional.

Acreditamos que o jogo deva ser analisado sob três vertentes: enquanto fenômeno intrínseco ao desenvolvimento da criança, enquanto instrumento de intervenção pedagógica e enquanto conteúdo de ensino.

Tomamos como fundamento da primeira vertente a teoria do desenvolvimento cognitivo e a classificação dos jogos, propostas por Jean Piaget, e o seu estudo sobre a relação do desenvolvimento do raciocínio com jogo infantil, em diferentes etapas do desenvolvimento da inteligência.

A outra abordagem de jogo que consideramos válida é quanto à sua utilização como instrumento de intervenção pedagógica. E, finalmente, na terceira vertente, defendemos a idéia de que os jogos também podem ser entendidos como conteúdo das aulas, especificamente, de Educação Física. Neste sentido, consideramos os jogos como um tema específico da área em questão e que deve ser abordado segundo os objetivos das aulas.



CLASSIFICAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS JOGOS ESPONTÂNEOS

PIAGET (1990) analisou o desenvolvimento das estruturas do pensamento da criança e as modificações progressivas reveladas desde o jogo sensório-motor elementar até o jogo social adaptado. O critério de classificação foi baseado nas estruturas dos jogos, pois uma classificação baseada somente nos conteúdos dos jogos não possibilita situar divisórias ou apontar diferenças básicas entre os diferentes tipos.

Para esse autor, o conteúdo utilizado como critério de classificação dos jogos só é válido enquanto predominar sobre os demais conteúdos que poderiam ser vinculados ao mesmo tipo de jogo. Neste caso, entendemos conteúdo como móbil, nas palavras de Piaget, ou como a função do jogo que, por sua vez, depende de interpretações daquele que analisa essa função. O predomínio de um determinado conteúdo (objetivo do jogo) varia em função da idade e do nível de desenvolvimento dos participantes, mas, após o aparecimento do pensamento simbólico e das regras sociais, esse tipo de classificação se torna cada vez mais frágil “[...] desde que o símbolo ou a regra intervenham, a classificação pelo conteúdo torna-se impossível e só os jogos sensório-motores elementares respondem, assim, a esse princípio de classificação” (PIAGET, 1990, p.140).

Sendo assim, a classificação dos jogos deve estar ligada a uma teoria explicativa para que a classificação sirva à explicação e não à pressuposição de uma explicação baseada nas funções dos diferentes jogos. Isso explica o motivo que levou Piaget a analisar as estruturas do pensamento em si e como são reveladas em cada jogo a partir do grau de complexidade mental por elas atingido e que é revelado desde o jogo sensório-motor elementar até o jogo social superior. Somente a análise das estruturas requisitadas durante o desenvolvimento dos diferentes tipos de jogos permitiu uma classificação capaz de ser aplicada aos inúmeros tipos de jogos em termos gerais e em termos particulares.

“[...] três grandes tipos de estruturas que caracterizam os jogos infantis e dominam a classificação de detalhe: o exercício, o símbolo e a regra, constituindo os jogos de “construção” a transição entre os três e as condutas adaptadas.” (PIAGET, 1990, p.144). (Grifo do autor).

Os jogos de construção são os que se desenvolvem entre o limite de uma categoria e outra, ou seja, se apresentam entre o jogo sensório-motor e o jogo simbólico, ou entre o simbólico e a atividade adaptada. “Os jogos de construção não constituem uma categoria situada no mesmo plano dos outros, mas, antes,



uma forma fronteiriça ligando os jogos às condutas não-lúdicas” (PIAGET, 1990, p.144). As condutas não lúdicas podem ser entendidas como a transição na direção do trabalho (condutas adaptadas).

O JOGO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E CONTEÚDO DE ENSINO

Conforme KAMII e DeVRIES (1991), a organização dos jogos (classificação) ajuda o professor a desenvolver uma consciência crítica a respeito de sua utilização, afim de que ele possa selecionar, modificar e criar novos jogos. As funções que os jogos assumem no contexto de ensino-aprendizagem podem ser diferenciadas. Estas funções são determinadas conforme os objetivos a que essas atividades se prestam. A elaboração do pensamento lógico precisa de confrontações e, no jogo, a confrontação de pontos-de-vista está sempre presente.

A transformação do pensamento, ou seja, a elaboração ou reelaboração de novas formas de pensar, é consequência da procura por soluções de problemas e de confrontações da criança com a sua realidade. Para PIAGET (1978), é a modificação nas estruturas que caracteriza o desenvolvimento (modificação na forma do pensamento) e a aprendizagem (relação com o conteúdo). Se há a construção de um novo conhecimento, há a transformação das estruturas já estabelecidas (equilíbrio) e a elaboração de novas estruturas cognitivas. Essa transformação ou elaboração do pensamento ocorre pela relação sujeito-objeto de maneira interdependente, de forma que o sujeito recebe influências desse objeto, é transformado por ele e age sobre ele de modo a transformá-lo.

Quando a criança analisa, experimenta, elabora relações, reflete, transforma, isto é, constrói conhecimentos, simultaneamente novas formas de pensar estão sendo desenvolvidas; as estruturas já elaboradas de seu pensamento passam por transformações e novas relações ou novas estruturas cognitivas vão sendo construídas. Toda aprendizagem tem como consequência a formação e a transformação das estruturas do pensamento, do desenvolvimento da lógica cognitiva. Dessa maneira, subentendemos que os jogos, enquanto conteúdos ou como instrumentos de ensino de diferentes conteúdos, devem proporcionar a formação e a transformação da lógica do pensamento durante a sua aprendizagem.



O JOGO COMO RECURSO METODOLÓGICO E ENQUANTO CONTEÚDO DE ENSINO

Enquanto instrumento de intervenção pedagógica, acreditamos que os jogos devem ser considerados como um recurso metodológico do qual os professores podem utilizar-se durante o ensino dos mais diferentes conteúdos. Neste sentido, os tipos de jogos são classificados quanto ao objetivo da criança enquanto participante das atividades, ou seja, o critério utilizado foi a intenção da criança ao jogar. KAMII e DeVRIES (1991) definem o jogo com uma atividade desenvolvida de acordo com uma regra que especifique o que cada criança deverá fazer e os papéis que deverão ser desempenhados, papéis estes que são interdependentes, opostos e cooperativos. As regras são estabelecidas por consenso ou convenção.

Para as autoras citadas anteriormente, só pode ser considerado jogo quando a atividade proposta possibilita confrontações, oposição de ações e, portanto, a elaboração de estratégias por parte dos jogadores. Para ser considerado um bom jogo, o professor deve analisar a atividade a partir de alguns critérios, os quais descreveremos a seguir.

O primeiro critério de um bom jogo é ser interessante e desafiador. O professor deve pensar no tipo de desafio que o jogo propõe para as crianças e, além disso, considerar o que esses desafios significam teoricamente. Durante a escolha do jogo, e a partir deste critério, devem ser considerados dois momentos: 1) a análise das possibilidades do conteúdo do jogo; e 2) a análise da ação da criança jogando, ou seja, a percepção do significado do jogo para ela. O segundo critério é verificar se o jogo cria oportunidades para a criança da realização de uma avaliação de seu desempenho. O terceiro critério está relacionado à motivação da criança ao jogar. O professor deve observar o envolvimento, papéis principais e secundários das crianças durante o jogo, seja agindo, observando ou pensando, o que depende de seu nível de desenvolvimento. Cada tipo de ação evidencia um aspecto de comportamento diferente, dependendo da intenção da criança, mas todos os jogos estimulam ações mentais que implicam em ações físicas.



OS JOGOS COMO CONTEÚDOS DE ENSINO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

“Quando a criança joga, ela opera com o significado das suas ações, o que a faz desenvolver sua vontade e ao mesmo tempo tornar-se consciente das suas escolhas e decisões. Por isso, o jogo apresenta-se como elemento básico para a mudança das necessidades e da consciência.” (SOARES *et al.*, 1992, p.66).

A partir de nossa prática pedagógica, pudemos observar que o tema ‘jogos’ abrange um leque muito grande de atividades com essa denominação. Essa diversidade de atividades que podem ser consideradas como jogos causa, muitas vezes, dificuldades para o professor quando este necessita especificar os objetivos de suas aulas ao propor os ‘jogos’ como tema destas.

Ao analisarmos os escritos de diversos autores¹ que discutem questões relacionadas à Educação Física e, mais especificamente, sobre os jogos, verificamos que há uma diversidade considerável quanto às classificações de jogos propostas. Neste momento, achamos conveniente propor uma organização dos diferentes tipos de jogos apresentados por diversos autores, somente com o intuito de facilitar o conhecimento e a análise dos professores de Educação Física.

Portanto, muitas vezes o professor mostra algumas dificuldades ao selecionar e trabalhar com esse conteúdo. A partir das necessidades observadas em nossa prática pedagógica e com a intenção de facilitar a visão do professor de Educação Física, sugerimos a organização que apresentaremos a seguir, lembrando que, além de fundamentarmos a organização dos jogos na classificação apresentada por PIAGET (1990), analisamos e sintetizamos os diferentes tipos de jogos apresentados por alguns dos autores especializados no tema. É importante ressaltarmos que essa organização não se esgota aqui e não pretende ser a única, mas, a título de um melhor esclarecimento para o professor, tornou-se necessária.

1: Soares; Taffarel; Varjal; Castellani Filho; Escobar; Bracht (1992); Gonçalves et al. (1996); Le Boulch (1987); Ferreira Neto (1995); Grespan (2002); Oliveira (2000); Teixeira (1995); Pérez Gallardo (Cord.) (1997); Pérez Gallardo *et al.* (1998) e documentos - PCN EDUCAÇÃO FÍSICA (1997); CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA 1 e 2: PROJETO DE CORREÇÃO DE FLUXO (1998).



Procuramos analisar os conteúdos (tipos) dos jogos que mais se apresentaram durante a análise de parte da literatura disponível sobre o tema, assim como a partir das nossas observações no campo prático, realizadas durante nossa prática pedagógica, tanto como professora na Educação Básica quanto como supervisora de estágio na Educação Superior, mais especificamente no Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina, durante os anos de 2001 e 2002. Apresentaremos mais adiante os conceitos e os conteúdos atribuídos aos vários tipos de jogos mostrados anteriormente. Os aspectos que podem ser priorizados durante o desenvolvimento das atividades aparecem, na maioria das vezes, como a principal orientação para os professores durante a formulação dos objetivos das aulas. Os domínios do comportamento e seus aspectos não podem estar separados um do outro durante qualquer atividade humana, principalmente quando falamos em desenvolvimento e aprendizagem. Neste caso, justificamos essa separação com base na necessidade de apresentarmos mais claramente a importância que o ensino dos temas da Educação Física e, particularmente, o dos jogos tem na formação dos alunos. Ou seja, separamos os aspectos que serão evidenciados e o domínio do comportamento apenas por uma questão metodológica e não por uma visão fragmentada ou compartimentalizada.

O último item colocado na organização metodológica dos jogos é relacionado aos materiais que podem e muitas vezes devem ser utilizados durante o desenvolvimento dos jogos. Outros dois fatores importantes são, por um lado, a observação dos espaços disponíveis e dos espaços necessários para a realização das atividades e, por outro, a quantidade e as características dos alunos que participam das aulas, pois “os jogos podem ter uma flexibilidade maior nas regulamentações que são adaptadas em função das condições de espaço e material, número de participantes, entre outros” (BRASIL, 1997, p.49).



JOGOS	
Classificação (evolução dos jogos quanto à modificação das estruturas do pensamento)	1) Jogos de exercício-motores; 2) Jogos simbólicos; 3) Jogos de regras; 4) Jogos de construção ou de criação .
Aspectos do Comportamento	1) Biológicos; 2) Neurocomportamentais; 3) Cognitivos; 4) Sócio-culturais.
Domínios do Comportamento (a separação do ser total justifica-se metodologicamente para uma melhor compreensão)	1) Motor; 2) Afetivo; 3) Cognitivo; 4) Social.
Tipos de Jogos (categorias)	1) Jogos motores, funcionais ou psicomotores; 2) Jogos sensoriais, perceptivos motores ou psicomotores; 3) Jogos intelectivos ou jogos de raciocínio; 4) Jogos de imitação ou ficção; 5) Jogos de construção, fabricação, combinação ou criativos; 6) Jogos de transição ou de deslocamento; 7) Jogos competitivos; 8) Jogos cooperativos; 9) Jogos recreativos ou lúdicos; 10) Jogos de salão e jogos de mesa ou pequenos jogos; 11) Jogos de rua e brincadeiras populares ou recreativos tradicionais; 12) Jogos e brincadeiras regionais; 13) Jogos rítmicos; 14) Jogos dramáticos; 15) Jogos didáticos.
Recursos (recursos didáticos e pedagógicos a serem considerados pelo professor)	1) Utilização do próprio corpo sem a utilização de materiais ou ferramentas; 2) Espaço disponível; 3) Número de participantes; 4) Outros.

Por meio de nossa leitura, observação e análise, percebemos que as categorias em que se dividem os tipos de jogos estão estreitamente vinculadas ao conteúdo destes, ao contexto em que são praticados, aos objetivos mais gerais que o professor pretende alcançar em suas aulas, aos aspectos (biológicos, neurocomportamentais, cognitivos e sócio-culturais) amplamente caracterizados como objetivos específicos a serem atingidos por meio de determinado tipo de jogo.

Acreditamos que o jogo, para a criança, cumpre um duplo papel: é fator de desenvolvimento, enquanto estimulador do exercício do pensamento, e também cumpre o papel de ‘janela’ através da qual podemos enxergar o nível do desenvolvimento da criança por meio do tratamento que ela dá ao jogo, isto é, as características e a maneira dela jogar denunciam a evolução do jogo e, conseqüentemente, seu nível de desenvolvimento.

A título de esclarecimento, descreveremos a seguir alguns conceitos vinculados às definições dadas aos diferentes tipos (categorias) de jogos apresentados em diferentes escritos sobre a temática em questão.

Entendemos que os jogos motores ou funcionais são definidos com base nos aspectos biológicos e neurocomportamentais do movimento, ou seja, quando o principal objetivo é o desenvolvimento, o aprimoramento ou a manutenção das capacidades físicas e também das habilidades motoras. Os jogos motores, assim como outros, ‘nascem’ da combinação de movimentos naturais como: andar, correr, lançar, receber, saltar, saltitar, transportar (utilização ou não de ferramentas – materiais), etc. Baseados em objetivos muito semelhantes aos dos jogos motores, encontram-se os jogos sensoriais, perceptivos motores ou psicomotores. Esses jogos são distinguidos por serem fundamentados principalmente nos aspectos neurocomportamentais do desenvolvimento. Obviamente, os aspectos biológicos também são trabalhados durante essas atividades, mas nelas percebemos a evidência das habilidades sensório-motoras, perceptivas e coordenativas. Por serem os aspectos neurocomportamentais e os aspectos biológicos os mais evidenciados durante os jogos motores, podemos relacioná-los, em decorrência de suas características funcionais e de execução, com os jogos de exercícios motores apresentados por PIAGET (1990).

Para Le BOULCH (1987), os jogos funcionais exigem das crianças o desenvolvimento ou o aprimoramento das condutas psicomotoras, visto que padrões corporais e mentais encontram-se ligados ao domínio motor e cognitivo (aspecto biológico e neurocomportamental).

Aos jogos competitivos, obviamente, lhes é atribuída, como principal característica, a competitividade. Devemos chamar a atenção para o fato de que a maioria dos jogos propostos como atividade traz consigo a competitividade na qual o



grupo (união de mais de um sujeito) e a socialização se tornam aspectos essenciais no desenvolvimento dos jogos. Nesse sentido, a questão do ganhar e do perder está muito relacionada com a formação do juízo moral, justiça, verdade, regras, etc. Acreditamos que os jogos freqüentemente denominados de pré-desportivos pertencem a esta categoria. Um dos principais objetivos dos jogos pré-desportivos é a iniciação dos alunos em alguma modalidade esportiva. Mas, defendemos a idéia de que objetivos para além desses devem estar presentes, como o de proporcionar discussões, a partir das quais consensos possam ser estabelecidos, uma vez que a questão moral está tão presente. Além disso, durante a execução da atividade, devem ser promovidos tipos de conflitos que possibilitem resoluções de problemas, neste caso, o desenvolvimento de táticas coletivas.

Seguindo as mesmas características dos jogos de competição (o grupo e a socialização), estão os jogos cooperativos. Esses jogos fundamentam-se na cooperação, no trabalho em grupo e por não ser possível a criança jogar ou participar da atividade individualmente. No início do período operatório concreto, o trabalho em grupo aparece como uma característica imprescindível ao desenvolvimento do pensamento da criança.

Outros tipos de jogos perpassam o tempo, de geração a geração. A estes se vincula a cultura de jogos infantis tradicionais, que são conhecidos, entre outras denominações, como jogos recreativos (ou lúdicos) tradicionais, jogos de rua e brincadeiras populares. Já os jogos e brincadeiras regionais correspondem, dentro da nossa organização metodológica, a outra categoria de jogos que, dependendo da maneira como o professor conduz as discussões e do contexto em que são trabalhados nas aulas, podem ser considerados, todos estes, pertencentes à mesma categoria. Ao trabalhar com esta categoria de jogos, podem ser consideradas e discutidas as características regionais e as mudanças que os jogos sofrem de acordo com o contexto de cada região. Um dos aspectos do comportamento que julgamos importante que seja evidenciado durante a realização desses jogos é o aspecto sócio-cultural.

A categoria (tipo) de jogos chamada de jogos de imitação ou de ficção está relacionada ao simbolismo, à imaginação ou à imitação. Consideramos estes jogos vinculados aos jogos simbólicos, segundo a classificação de PIAGET (1990).

Outros tipos de jogos são conhecidos pelos professores como jogos intelectivos ou jogos de raciocínio. O desenvolvimento destes jogos é baseado principalmente nos aspectos neurocomportamentais e nos aspectos cognitivos como, por exemplo: memorização, categorização, comunicação, atenção, percepção e avaliação de situações, táticas e estratégias, síntese, seqüência de pensamento, linguagem oral, etc. Observamos que, em muitos casos, os jogos de mesa ou pequenos jogos estão fundamentados nos mesmos aspectos e atendem a obje-



tivos semelhantes durante o seu desenvolvimento que os jogos intelectivos ou jogos de raciocínio. Desta forma, podemos dizer que os jogos de salão, pequenos jogos ou jogos de mesa são opções de jogos de raciocínio e também de jogos perceptivos-motores (aspectos neurocomportamentais). Alguns exemplos desses jogos são: xadrez, dama, tênis de mesa, trilha, jogo da velha, resta um, etc. Uma outra categoria de jogos que apresentam a evidência dos mesmos aspectos do comportamento e características semelhantes aos jogos intelectivos ou jogos de raciocínio são os jogos didáticos, por exemplo: quebra-cabeças, dobraduras, etc.

Ao basearmos nossa análise na classificação dos jogos proposta por Piaget e a sua teoria sobre o desenvolvimento da inteligência da criança, podemos afirmar que os jogos de fabricação, de combinação e de construção fazem parte de uma das categorias (ou tipos) de jogos que devem receber uma especial atenção, principalmente em se tratando de aulas de Educação Física para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. É importante lembrarmos que, para PIAGET (1990), os jogos de construção são considerados jogos de transição e, para serem desenvolvidos pelas crianças, necessitam das demais classes de jogos, ou seja, os jogos sensorio-motores, os jogos simbólicos e os jogos de regras.

Independentemente do tipo de jogo trabalhado, acreditamos ser necessário o professor fundamentar sua prática pedagógica numa metodologia de ensino que propicie condições para a construção de novos conhecimentos, ou a transformação desses, de maneira que, a forma de pensar dos alunos seja modificada, isto é, que a aula crie oportunidades para que novas estruturas lógicas do pensamento sejam construídas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FERREIRA NETO, Carlos Alberto. **Motricidade e jogo na infância**. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1995.
- GONÇALVES; PINTO; TEUBER. **Aprendendo a Educação Física da pré-escola até a 8ª série do 1º grau: da técnica aplicada ao movimento livre**. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro: 1996.
- GRESPLAN, Márcia Regina. **Educação Física no ensino fundamental: primeiro ciclo**. Campinas: Papyrus, 2002.
- KAMII, Constance; DeVRIES, Rheta. **Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.



LE BOULCH, Jean. **Educação psicomotora: psicocinética na idade escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

OLIVEIRA, Áurea Maria de. **A arte de aprender brincando**. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Professores do PROEPRE – Construtivismo e Prática Pedagógica. Águas de Lindóia - Campinas: UNICAMP-FE-LPG, 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação/Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Projeto de correção de fluxo: caderno de Educação Física 1**. Curitiba, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação/Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Projeto de correção de fluxo: caderno de Educação Física 2**. Curitiba, 1998.

PÉREZ GALLARDO, Jorge Sérgio (Coord.). **Educação Física: contribuições à formação profissional**. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

PÉREZ GALLARDO, J. S.; OLIVEIRA, A. B. de; ARAVENA, C. J. O. **Didática de Educação Física - a criança em movimento: jogo, prazer e transformação**. São Paulo: FTD, 1998. (Coleção Conteúdo e Metodologia).

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética; Sabedoria e ilusões da filosofia; problemas da epistemologia genética**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1990.

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO, L.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

TEIXEIRA, Hudson Ventura. **Educação física e desportos: técnicas, táticas, regras e penalidades – introdução à Educação Física**. São Paulo: Saraiva, 1995.



VIAGENS E VIAJANTES: OS JESUÍTAS E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO

Leandro Henrique Magalhães¹

RESUMO

Por acreditar ser necessária uma maior aproximação entre os estudiosos do Turismo e da História, pretendemos, com este artigo, entender os motivos que levaram os portugueses, de modo geral, e os jesuítas, em particular, a se dedicarem à expansão ultramarina e à empresa colonizadora na América. Abordaremos temáticas significativas para estudiosos das duas disciplinas, levando em consideração aspectos políticos, econômicos e culturais da época.

PALAVRAS-CHAVE: Viagens; Expansão Ultramarina; Padre Antônio Vieira.

ABSTRACT

Believing that a major approximation between scholars of Tourism and History is necessary, this article intends to understand the reasons for the Portuguese, in general, and the Jesuits, in particular, to dedicate themselves to the ultramarine expansion and to the colonizing enterprise in America. Meaningful themes for scholars of both disciplines will be approached, taking political, economic, and cultural aspects of the day into consideration.

KEY-WORDS: Journeys; Ultramarine Expansion; Priest Antônio Vieira.

1: Docente dos Cursos de Pedagogia e Turismo no Centro Universitário Filadélfia - UniFil.

Docente dos Cursos de Ciências Econômicas e Administração de Empresas na Faculdade do Norte Pioneiro - FANORPI, de Santo Antônio da Platina - PR.

Coordenador de Pesquisas Acadêmicas na mesma Instituição.

Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Doutorando na mesma Instituição.

Autor do livro “**Olhares sobre a Colônia: Vieira e os índios**” pela Editora da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

E-mail: lean_maga@bol.com.br



Viagens e Viajantes: Encontros e Desencontros

Apesar de a viagem ser um elemento presente em quase todos os momentos da história do ocidente, atualmente ganha especial importância, em virtude do processo de globalização econômica e cultural que intensifica o contato entre as mais longínquas partes do mundo (BARRETO, 1995:17-18). Dentro desse contexto, se destacam temáticas vinculadas ao turismo - entendido como uma ciência social com foco nas relações humanas, aliadas a conceitos como ideologia, cultura, conflitos sociais e modos de produção, entre outros. Assim, é necessário que ultrapassemos os princípios mercadológicos e abordemos questões que alcancem os grupos envolvidos na prática turística, na qual podemos destacar o possível impacto nas relações de produção e nas familiares, entre as etnias, raças e nacionalidades, e na reelaboração cultural, propiciada especialmente pelo encontro com o diferente. Um processo dialético faz com que as partes envolvidas estejam em constante transformação, sem abandonar sua tradição e historicidade.

A história pode ser uma aliada no entendimento desse processo, pois ao pensar as viagens nos mais diversos momentos históricos, permite-se a definição de temáticas pertinentes ao presente, além de auxiliar na construção conceitual e definir as especificidades de cada período. Alguns questionamentos são recorrentes: o que motiva os homens a viajar? Qual a relação que se estabelece com os povos encontrados? Como as viagens afetam suas civilizações? Essas são algumas questões abordadas neste texto.

Temos relatos de viagens desde a Antiguidade ocidental: os hebreus viajaram em busca da terra prometida; os romanos - os grandes conquistadores do mundo antigo - tinham a obrigação da viagem para a extensão e manutenção do império conquistado. Os europeus da Idade Moderna, nossos conquistadores, viajaram e enfrentaram mares e terras desconhecidos, motivados pelo brilho do metal e pelo desejo da conversão. Segundo Octávio Ianni,

“A história dos povos está atravessada pela viagem, como realidade ou como metáfora, compreendendo tribos e clãs, nações e nacionalidades, colônias e impérios. Trabalham e retrabalham a viagem, seja como modo de descobrir o ‘outro’, seja como modo de descobrir o ‘eu’. (...) Sempre há viajantes, caminhantes, viandantes, negociantes, traficantes, conquistadores, descobridores, turistas, missionários, peregrinos, pesquisadores ou fugitivos atravessando fronteiras, buscando o desconhecido, desvendando o exótico, inventando o outro, recriando o eu.” (Apud SERRANO, 1995:37).



A viagem pode ter diversas motivações: o desejo de conquista, a evangelização, a busca de riquezas, a diversão, o conhecimento. Em todos os casos, devemos considerar o encontro com o “outro”, podendo haver estranhamento das diferenças culturais, religiosas e lingüísticas radicais que, segundo Tzvetan Todorov, podem levar-nos a hesitar em considerá-lo como parte de mesma espécie (TODOROV, 1988:13). Este é o caso da chegada dos europeus à América, o que proporcionou o encontro entre homens com costumes tão distintos. Embora não houvesse dúvida sobre a humanidade do nativo, este foi considerado bárbaro e selvagem.

Os séculos XV, XVI e XVII marcaram a expansão européia para o mundo, projetando a Europa e ampliando suas perspectivas continentais, pautadas em interpretações da antigüidade acerca do globo terrestre, na qual prevalecia o caráter insular da porção da terra sobre a qual viviam os europeus. Questionava-se, no entanto, a existência de terras antípodas,² um problema para os pensadores da época: caso sua existência fosse comprovada, elas seriam habitadas por um tipo diferente de homem, tendo em vista que todo o gênero humano deveria partir de Adão e Eva (O’GORMAN, 1992).

A chegada à América marcou a solução de um problema e o início de outro: descobriu-se a existência de um novo continente, mas se questionou a natureza do nativo, sem negar sua humanidade (ADORNO, 1993:176-186). Essa questão está presente no famoso debate estabelecido entre Sepúlveda e Las Casas, no qual o primeiro parte da noção de servidão natural, ou seja, do princípio aristotélico de domínio do mais forte sobre o mais fraco, entendendo a barbárie como culturalmente apreendida. Desta forma, o mau selvagem poderia se converter, desde que entrasse em contato com gente superior, sendo incorporado pela força e por pressão política.

2: ‘Terras antípodas’ era a denominação dada pelos europeus à possível porção de terra independente do conjunto dos continentes europeu, asiático e africano. Acreditava-se que essas terras se localizavam abaixo do Equador e que seriam habitadas por seres extraordinários (O’GORMAN, 1992).



Las Casas parte da autonomia política dos nativos, entendendo-os como sujeitos com vontade própria e razão, defendendo a cooptação pacífica, pela pressão da consciência. Este debate foi complementado por Francisco de Vitória, que aceitava o uso da força para pregar o evangelho, mas não para a conversão (NASCI-MENTO, 1999:487). Vitória ficou conhecido por ser o criador do direito internacional, entendendo que todos os homens seriam criaturas de Deus, possuindo direitos e deveres naturais, independentes de cultura, religião ou política. Defendia a liberdade e independência de todos os povos, e considerava ilícita a conquista prévia, mesmo que para pregar a fé cristã, visto que os conflitos só poderiam ocorrer caso houvesse um motivo justo.³

A perspectiva de Vitória influenciou de forma decisiva o modo de se pensar sobre o nativo nos séculos XVI e XVII, tanto na América Espanhola como na Portuguesa. Assim como os espanhóis, os lusitanos não tinham dúvidas sobre a humanidade do índio, mas questionavam a forma de inseri-lo na genealogia divina europeia (CARNEIRO DA CUNHA, 1992:160). Entre as soluções encontradas, estavam a do padre Simão de Vasconcelos, que afirmava que a América teria sido povoada por construtores da Torre de Babel ou pelos moradores da Ilha de Atlante (RAMINELLI, 1996:24-30); a do padre José de Anchieta, que partia da perfeição gramatical da língua para demonstrar sua origem europeia; e a do padre Antônio Vieira, que afirmava que os índios eram descendentes de um dos filhos de Noé e que São Tomé teria pregado no Brasil. Se os nativos eram parte da humanidade, era possível sua conversão, sendo necessário apenas encontrar os meios para eliminar a corrupção de seus costumes e encaminhá-los à civilização, o que seria

3 Segundo Francisco de Vitória, seriam motivos para a guerra justa: (...) *negar estadia na cidade ou províncias aos que forem considerados inimigos e expulsar dela os que já se encontram ali estabelecidos. Dado que os bárbaros não estão em guerra justa com os espanhóis, não é lícito negar-lhes que residam em sua pátria. (...) Se os bárbaros quisessem negar aos espanhóis as faculdades acima declaradas de direito dos povos, como o comércio e as outras coisas ditas, os espanhóis devem, primeiro com argumentos e conselhos, evitar o escândalo e mostrar por todos os meios que não vêm para lhes fazer dano, mas que querem amigavelmente residir ali e percorrer suas províncias sem dano algum para eles; e devem mostrar isto não só com palavras, mas com argumentos, como este: é próprio do sábio experimentar as coisas antes de dizê-las. Mas se, tendo dado razão de tudo, os bárbaros não quiserem consentir, recorrendo à violência, os espanhóis podem se defender e tomar todas as precauções que para sua segurança necessitem; porque é lícito rechaçar a força com a força. E não só isto, mas também, se de outro modo não estão seguros, construir fortificações e defesas; e se padecem injúria, podem com a autoridade do príncipe vingá-la com a guerra e levar adiante os demais direitos de guerra. Outro título pode ser invocado, a saber: a propagação da religião cristã. Em seu favor é a primeira conclusão: os cristãos têm direito de pregar e de anunciar o evangelho nas províncias dos bárbaros.(...) se os bárbaros (...) impedirem os espanhóis de anunciarem livremente o evangelho, estes podem (...) pregar-lhes mesmo contra sua vontade e dedicar-se à conversão daquela gente, e, se for necessário, aceitar a guerra ou declará-la. (Apud SUESS, 1992).*

feito sem resistências, uma vez que estes não possuíam fé, lei ou rei, não tendo, portanto, o que opor aos portugueses (MAGALHÃES, 1999).

“(...) a língua geral de toda aquela costa carece de três letras, F, L e R: de F porque não têm fé, de L porque não tem lei, e de R porque não têm Rei.” (VIEIRA, 1951)⁴.

Nesse encontro entre mundos também ocorreu um processo de globalização,⁵ pois aproximou povos que se ignoravam ou que não possuíam contatos frequentes (GRUZINSKI, 1999:97). Parte desse fato a afirmativa de Vieira de que, entre todos os impérios existentes até então, o único que poderia ser considerado como universal era Portugal, pois era o único presente nos quatro continentes conhecidos (VIEIRA, 1992:246).⁶ Essa globalização intensificou as viagens ultramarinas e possibilitou o contato com populações distantes por um número cada vez maior de pessoas, movidas pelo desejo de enriquecer, de propagar a fé ou de encontrar o paraíso terrestre. Essas viagens exigiam a adaptação a contextos desconhecidos e diferentes, além de formas variadas de ações (GRUZINSKI, 1999:100). Muitos europeus adquiriram o papel de passadores, entrando em contato com os povos mais distantes. Nas palavras de Serge Gruzinski:

“Homens e mulheres desempenham nesse contexto agora planetário o papel de ‘passador’ entre as sociedades e culturas. E, em primeiro lugar, os próprios navegadores, ibéricos ou italianos, com suas audácias e seus equívocos. Mas também os viajantes mais solitários abrem novos caminhos, quando não desaparecem tragados pelos mares, pelos areais ou pelas florestas.” (GRUZINSKI, 1999:104-105).

4: Sermão da Epifania.

5: Essa globalização era, no entanto, promovida pelo Estado e para o Estado, em um contexto econômico pautado no mercantilismo e no intervencionismo estatal, adquirindo assim características distintas da globalização econômica promovida pelo liberalismo atual.

6: A noção de que Portugal seria um Império Universal permaneceu na literatura lusitana, o que pode ser confirmado por Fernando Pessoa na seguinte passagem da obra “Mensagem”: “E o imenso e possível oceano; ensinam estas quinas que aqui vês; que o mar com fim será grego ou romano, o mar sem fim é português.” (PESSOA, 1986:45).



Essa situação, promovida pela globalização dos séculos XVI e XVII, e que está inserida no processo de expansão comercial promovida pelos estados nacionais europeus ainda em formação, deve ser entendida também a partir da perspectiva evangelizadora da Companhia de Jesus e suas estratégias colonizadoras, tendo em vista que seus membros estiveram presentes em praticamente todas as regiões conquistadas pelos europeus.

Os Jesuítas como Viajantes

A Companhia de Jesus estava inserida em um contexto de debate sobre o papel da Igreja e do Estado no mundo moderno, que questionava jurisdições temporais e espirituais. Muitas vezes, utilizavam-se discursos jurídicos aliados à dimensão providencial (BUESCU, 1993) para esclarecer determinados assuntos, com o direito divino incorporado ao secular, este aplicado a partir daquele, o que limitava sua atuação e dificultava a distinção entre delito e pecado (HESPANHA, 1998:9-10).

Essa questão foi tratada com maior intensidade a partir do ataque de Lutero à Igreja Católica e do início da Reforma Protestante. A grande divergência entre os reformistas e os teóricos católicos era em relação ao tratamento dispensado aos poderes seculares e eclesiásticos. Para os últimos, era inconcebível pensar em um rei que mantivesse em suas mãos tanto a jurisdição temporal como a espiritual, havendo a necessidade de separá-las,⁷ motivo que levava à retomada da concepção do direito natural, entendendo a humanidade como capaz de distinguir a verdade e de seguir a lei de Deus.

Segundo estes teóricos, o homem, logo após ser expulso do paraíso, passou a viver em estado de natureza, segundo sua consciência, sem um poder superior para guiá-lo e sem a necessidade de persuasão. No entanto, pelo fato de ser ele uma criatura caída, tendia para o egoísmo e para a negação do outro, o que o levou a se organizar para formar um Estado de direito que o auxiliasse a seguir corretamente o estado de natureza. Assim, houve uma delegação de poderes para uma pessoa que iria governar em nome das outras, com o objetivo de garantir o bem comum.⁸

7: É importante salientar que não havia consenso entre os teóricos da Igreja Católica, apesar de todos admitirem que a jurisdição espiritual deveria ficar nas mãos da Igreja. Alguns, no entanto, argumentavam que o poder do Papa deveria ser limitado pelo Concílio Geral da Igreja, evitando que se estabelecesse um “Absolutismo Eclesiástico” (SKINNER, 1996).

8: As leis humanas deveriam agir a partir das leis naturais, sendo que aquelas eram constantemente vigiadas pelos indivíduos que já tinham conhecimento destas.

Partindo dessa argumentação, os teóricos católicos demonstravam que as leis humanas foram criadas pelo homem, buscando garantir o seguimento dos desígnios divinos. O Estado deveria governar de acordo com os interesses religiosos representados pela Igreja, o que faria a vida social e espiritual de um Reino girar em torno do Soberano.

Outro ponto da teoria luterana refutada pelos teóricos do estado de natureza versava sobre a incapacidade do homem de compreender a vontade divina e, neste caso, toda política de obras seria desqualificada. Ao partirem da noção de estado natural e da existência de leis naturais que, graças à razão humana, podiam ser identificadas por todos, afirmavam que a humanidade conhecia os desígnios divinos e que, para reconhecê-los corretamente, seria necessário o auxílio de homens destinados por Deus para esta tarefa, ou seja, o clero. Justifica-se assim a existência de uma Igreja universal e a necessidade de seu intermédio para a salvação humana. Além disso, negavam que qualquer um pudesse ter acesso às palavras de Deus, mas somente os devidamente preparados. Reafirma-se assim a imagem de uma instituição visível e jurisdicional, inspirada no Espírito Santo e hierarquizada, controlada pelo Papa.⁹

Estas teses foram retomadas pelo Concílio de Trento como embasamento teórico, com o objetivo de impedir o avanço protestante na Europa. Nesse Concílio reafirmavam-se todos os dogmas do cristianismo, notadamente o caráter universal da Igreja Católica e a supremacia Papal como chefe religioso. Um de seus instrumentos para pôr em prática os desígnios do Concílio de Trento e impedir o avanço protestante foi a Companhia de Jesus. Segundo V.H.H. Green, esta ordem surge como

“...uma força militante, equipada com uma couraça celestial e armas espirituais para a conquista das almas perdidas para o protestantismo ou o paganismo.” (GREEN, 1984:20).

9: Estas considerações acerca do direito natural tiveram importantes implicações políticas. Além da elaboração de toda uma concepção de estado, possibilitaram a formulação de um direito internacional entre diferentes sociedades, possível a partir do momento em que se admitiu que todos os homens possuíam razão para identificar o que é certo e o que é errado. Um dos primeiros a se preocupar com a questão foi Francisco de Vitória, ao elaborar um código de leis internacionais com a intenção de regulamentar a colonização espanhola na América. Outra questão importante é que, a partir da concepção de direito natural, se refutou também a idéia da impossibilidade indígena defendida por Sepúlveda, já que até os nativos possuíam racionalidade para entender as leis naturais, bastando apenas uma correta orientação, justificando-se a implantação de missões nestes locais.



Muitas das questões debatidas pelos católicos contra-reformistas foram de fundamental importância para a atuação jesuítica em Portugal e nas colônias ultramarinas, em especial a noção de direito natural. Quando se admitia que todos os seres humanos possuíam uma razão que lhes permitia distinguir entre o certo e o errado, e que toda formação social era puramente humana, concluía-se que o nativo americano era um ser racional, que poderia distinguir entre o bem e o mal. O índio não era mau, uma vez que a natureza não é má, mas o eram seus costumes, construção tipicamente humana. Assim, quando eram denominados bárbaros, não se tratava de referência à sua racionalidade, mas aos seus costumes, que eram estranhos aos dos europeus, além de não-cristãos. Era necessário que se lhes ensinassem os bons costumes e, perante a recusa da ajuda dos padres da Companhia de Jesus, seria lícito usar a força para fazê-los respeitar as leis naturais. Ao entender os nativos como dotados de razão, aceitavam a possibilidade de conversão e de sua inserção na hierarquia da Igreja. Os maus costumes inerentes ao nativo poderiam ser extirpados com a atuação da Igreja.¹⁰

Foram essas perspectivas que motivaram os jesuítas a se deslocarem da Europa em direção ao novo mundo: o fortalecimento do cristianismo, o impedimento de avanço do protestantismo, a conversão do nativo americano e a concepção de uma igreja universal, a partir da perspectiva de direito natural. Ou seja, se o processo de globalização da Idade Moderna possibilitou a ampliação do mundo conhecido, era necessário aos jesuítas estarem presentes em todas as regiões, cumprindo seu papel como defensores e propagadores do catolicismo.

Padre Antônio Vieira: Viagem em Busca de um Novo Mundo

Um dos maiores jesuítas do século XVII foi o padre Antônio Vieira que, seguindo as perspectivas acima apontadas, aliadas ao seu papel no processo de legitimação da Restauração Portuguesa (MAGALHÃES, 2000), conheceu parte da Europa Ocidental e atuou nas missões jesuítas americanas. Abordaremos aqui sua ação missionária e o entendimento que tinha do nativo, tendo em vista sua importância para que Portugal cumprisse seu papel como reino cristão.

Apesar do encontro proporcionado pela descoberta da América, o convívio com a diferença não era novo para os portugueses, haja visto o contato intenso com os muçulmanos e judeus, além das viagens feitas pela costa africana e para as Índias. Este convívio era marcado pela concepção de que os outros grupos eram

10: Reforça-se aqui a idéia de uma Igreja Universal.

cristãos em potencial, sendo missão dos portugueses pregarem para todas as criaturas. Não se concebia a interação cultural entre o cristão e o não-cristão. Esta perspectiva acerca das diferentes civilizações e culturas causou intensos debates na Península Ibérica, sendo que, para os jesuítas, o mais importante deles foi sobre a catequização dos índios americanos e sua inserção no universo cristão.

Apesar do conhecimento que já se tinha do outro, a chegada na América colocou os europeus diante de uma realidade nunca vista até aquele momento.

“Em primeiro lugar, a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na “descoberta” dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza. Os europeus nunca ignoraram totalmente a existência da África, ou da Índia, ou da China; sua lembrança esteve sempre presente, desde as origens.”
(TODOROV, 1988: 04).

Passados mais de cem anos, desde a chegada do primeiro português à América até o século XVII, momento em que centramos nossa análise, muito desse imaginário ainda estava presente, e a preocupação central residia na forma de inserir os nativos americanos em uma genealogia divina, integrando-os na cosmologia lusitana (CARNEIRO DA CUNHA, 1987). Para justificá-la, Antônio Viera formulou um projeto de consolidação e expansão de Portugal, estabelecendo o lugar que cada grupo ocuparia neste processo, inclusive o nativo americano.

Esse projeto estava vinculado à situação política de Portugal, tendo em vista que o século XVII apresentou-se como um momento de afirmação lusitana como Estado-Nação. Após sessenta anos sob o domínio da Coroa Espanhola (1580-1640), houve a restauração da corte portuguesa, com o trono ocupado por D. João IV. Portugal passou então a buscar respaldo junto às cortes européias, pois sua independência não foi imediatamente reconhecida. Além disso, havia o perigo de perder as possessões americanas, que sofriam diversas invasões de nações estrangeiras, impondo-se pois a necessidade de ações que garantissem tanto sua independência quanto sua expansão.

Fator preponderante na colonização americana foi a importância dada ao cristianismo na Península Ibérica e a necessidade de expandir a fé cristã nos moldes propostos pelo Concílio de Trento. Dessa forma, o avanço do Reino de Portugal deve ser entendido também como o avanço da religião cristã, e a conversão para essa fé deveria ser seguida pela submissão do convertido à Coroa Portuguesa.



sa. Nenhum português deveria ter outra crença, e todo cristão deveria trabalhar para a conversão do gentio, com destaque para o papel da Companhia de Jesus, pois a catequização do índio americano tornava-o também súdito de Sua Majestade e garantia a solidificação do domínio português no novo mundo.¹¹

Ao tornar-se súdito, o outro era considerado igual aos portugueses peninsulares. A alteridade, nesses casos, era aceita desde que não assumisse um papel ameaçador para a cristandade e para a Coroa. A colonização justificava-se pela expansão territorial e pela necessidade de conversão dos nativos, contexto no qual tornou-se fundamental a contribuição do padre Antônio Vieira que, com base em sua atuação junto aos índios Tupinambás do nordeste brasileiro, nunca deixou de se posicionar a favor dos interesses da Coroa Portuguesa.

Vieira entendia Portugal como um Reino Universal Cristão, que deveria levar a fé a todas as criaturas, pois, a partir do trabalho missionário, toda a terra tonar-se-ia uma.

“As ovelhas que S. Pedro havia de apascentar eram as nações de todo o mundo, as quais Cristo queria trazer e ajuntar de todo a ele, e fazer de todos um só rebanho, que é a Igreja, debaixo de um só pastor, que é São Pedro.” (VIEIRA, 1951:402/403).¹²

Vieira não distingue aqui povo ou nação, reafirmando a necessidade de pregar a todas as criaturas, buscando reduzir todos a “um” rebanho, por ser apenas “um” o povo de Deus, debaixo de “um” pastor. Seria então apenas “um” o Reino que abraçaria todo o povo de Deus: Portugal.

“Saiba o mundo, saibam os hereges e os gentios, que não se enganou Deus quando fez aos portugueses conquistadores e pregadores de seu santo nome.” (VIEIRA, 1951:20).¹³

11: É importante ressaltar que este trabalho não ocorreu de forma pacífica, já que a atitude da Companhia de Jesus de inserir o índio no universo cristão ia contra os interesses dos colonos, que justificavam a escravidão indígena com base na impossibilidade de se tornarem súditos de Portugal.

12: Sermão do Espírito Santo.

13: Sermão da Primeira Dominga da Quaresma.

Como o povo português era escolhido por Deus para levar o evangelho a todos os povos, deveria trabalhar na catequese e na conversão do nativo, que seria importante à medida que houvesse a possibilidade de sua inserção na cristandade, transformando-o em igual, sem, no entanto, perder seu caráter diferencial. Era necessário inserir o nativo dentro de uma humanidade, a cristã-ocidental, uma vez que todo homem deveria descender de Adão e de um dos filhos de Noé. Os portugueses passam assim a enxergar traços de possíveis semelhanças entre o nativo brasileiro e eles próprios, inserindo-o na história da humanidade. Chegam a identificar o indígena como descendente de Caim, o maldito, filho de Adão, (CARNEIRO DA CUNHA, 1992), além de encontrarem pistas da vinda do apóstolo e pregador São Tomé para as terras do Brasil.

“Quando os portugueses descobriram o Brasil, acharam as pegadas de São Tomé estampadas em uma pedra que hoje se vê nas praias da Baía; mas rasto, nem memória da fé que pregou São Tomé, nenhum acharam nos homens (...); as pedras conservaram memórias do apóstolo, os corações não conservaram memória da doutrina.” (VIEIRA, 1951:p.405).¹⁴

No corpo da Igreja Católica, os desiguais por natureza tornam-se iguais. Como observa Alcir Pécora (PÉCORA, 1992b), a questão da liberdade indígena só podia ocorrer no interior da Igreja e, portanto, do Reino Português. Quando Vieira prega na Capela Real logo após ser expulso do Maranhão (1662), trabalha a questão da igualdade a partir da fé pela qual todos, inclusive os nobres, não apresentariam diferenças perante Deus.

“(...) todos são iguais por natureza, e mais iguais ainda por fé, se crêem e adoram a Cristo, como os Magos” “(...) e entre cristãos e cristãos não há diferença de nobreza, porque todos são filhos de Deus, e não há diferença de cor porque todos são brancos.” (VIEIRA, 1951:44).¹⁵

Para Vieira era possível o convívio da diferença, desde que fizesse parte da hierarquia da Igreja. O outro estava condicionado à fé, sendo essa a grande missão dos jesuítas e dos portugueses na América: trazer os brasis para o caminho de Deus, visto que só assim seriam parte de um todo e alcançariam a salvação.

14: Sermão do Espírito Santo.

15: Sermão da Epifania.



Podemos considerar assim que um dos motivos que levou Antônio Vieira a atravessar o oceano em direção à América foi sua preocupação com a conversão dos nativos. Porém, essa necessidade estava vinculada a outra, a crença do jesuíta de que Portugal era o reino escolhido por Deus para tornar-se seu Império na Terra. Nas palavras de Alcir Pécora,

“Se há idealização, em Vieira, não é diretamente em relação ao índio, mas ao projeto global que se insere: o do avanço decisivo do corpo do exército dos novos conversos, sob o comando da cabeça cristianíssima ao Rei de Portugal, formado no espírito da Igreja militante - vanguarda de instrumentos a afinar os aparentes desconcertos da história com o oculto da providência - e prestes a gerar o sublime de um império, o quinto e último, que se estende, em mansidão e sossego, milenarmente até quando chegar o juízo final e o eterno bem após dele.” (PÉCORA, 1992a:35-44).

Entramos aqui em um dos pontos mais importantes e controversos da obra de Vieira: o seu messianismo e a teoria do Quinto Império, vinculados a um discurso legitimador da restauração portuguesa e da Dinastia de Bragança, para o qual ele parte de uma concepção sagrada da história de Portugal (PELOSO, 1997; HOORNAERT, 1991), comparada com a dos judeus. A utilização de argumentos teológicos tinha por intuito demonstrar que Portugal era o reino escolhido por Deus e que D. João IV seria aquele que levaria a Sua palavra a todos os povos do mundo (MAGALHÃES, 1999).

O discurso apolagético de Vieira teve seu auge ao entender Portugal como o Quinto Império do Mundo, um Império Universal Cristão que uniria todos os povos em torno do rei lusitano (SARAIVA, 1992), garantindo mil anos de felicidades antes do Juízo Final (DELUMEAU, 1989). Tais interpretações proféticas seriam baseadas em três grupos de imagens bíblicas: o sonho de Nabucodonosor com uma estátua de quatro metais (Daniel 2, 27-45); o sonho de Daniel a respeito do conflito das quatro bestas no mar (Daniel 7, 1-27); e a visão do profeta Zacarias, que viu quatro carroças de cavalos de cores distintas (Zacarias 6, 1-15) (VIEIRA, 1951:111;¹⁶ VIEIRA, 1992).

Essa concepção influenciou diretamente a visão que Vieira tinha das viagens de descobrimentos e da conversão dos nativos, já que entendia que, por Portugal ser um reino escolhido por Deus, sua chegada a terras distantes havia sido

16: Sermão da Primeira Domingo do Advento.

profetizada. Encontra ele tais profecias nos Cânticos de Salomão, que trata da expansão ultramarina, identificando as missões portuguesas como o paraíso em que se colheria frutos de frutos, ou seja, frutos espirituais de frutos temporais (VIEIRA, 1992:206). Davi também teria identificado os portugueses como o povo que levaria a fé católica para o além-mar, pois, segundo o profeta, em seus Salmos, tinha citado Deus que primeiro sua fé chegaria às terras mais ocidentais, ou seja, Portugal, para depois passarem para o Oriente:

“De maneira que os homens de quem aqui fala David, são aqueles que estão nos dois últimos fins e extremos da Terra, onde nasce o dia e onde nasce a noite: uns nos fins do Oriente, que são os das Índias Orientais; e outros nos fins do Ocidente, que são as Índias Ocidentais.” (VIEIRA, 1992:204).

Já Isaías teria profetizado acerca da conversão dos gentios e da morte de muitos nativos americanos sem batismo; teria previsto ainda as obras do infante D. Henrique, que deram início aos descobrimentos portugueses. O profeta teria ido mais longe ao destacar o Maranhão, ou seja, o lugar “das gentes de quem o rio rouba a terra,”¹⁷ “dos navegantes que se utilizavam de embarcações com sinos e asas”¹⁸ que teriam como destino esperar e esperar, uma vez que foram os últimos, na América Portuguesa, a serem cristianizados (VIEIRA, 1992:211-216).

A expansão ultramarina e o encontro com o outro, neste caso específico, com os nativos brasileiros, eram parte de um projeto divino de Portugal, sendo missão dos portugueses expandir o império de Deus que deveria tornar-se universal.

Conclusões Gerais

As viagens motivaram o homem desde a antigüidade, e levaram à descoberta de novos povos e novas civilizações. Há aqueles que acreditam que as viagens estarão sempre presentes, embora suas motivações mudem de acordo com o tempo, com o espaço, ou com o lugar ocupado pelo viajante na sociedade em que vive.

17: O Maranhão seria uma região onde haveria os maiores rios do mundo, onde vários bosques e árvores ficavam embaixo da água e as casas eram construídas sobre os rios.

18: Os habitantes da região faziam canoas com um só tronco, que teriam o nome de maracaim, uma derivação de maracá, o sino dos nativos, sendo enfeitadas com penas.



Atualmente, várias são as motivações que levam os indivíduos a viajar: negócios, peregrinação religiosa ou mística, lazer, aventura. No período abordado, as viagens eram freqüentes, mas as motivações eram outras: descoberta de ouro, necessidade de aventura e de conhecimento, busca do paraíso perdido e expansão da fé. No caso dos jesuítas, eram necessárias para a afirmação do catolicismo como universal, sendo missão de seus membros converter os povos, impedindo o avanço do protestantismo e combatendo a heresia.

Essas motivações estavam presentes também na obra do padre Antônio Vieira, que entendia a conversão como fundamental, aliada a outro fator também importante: a expansão do reino de Portugal e sua consolidação como Império Universal Cristão. Neste sentido, diferencia-se dos jesuítas por entender que não só a fé deveria ser universal, mas também o reino de Deus, Portugal.

Um aspecto fundamental para o estudioso do turismo é a temática do encontro e do entendimento que se tem do outro, do diferente. No caso abordado, o outro era tido como cristão em potencial, e só seria considerado igual após a sua conversão, sendo fundamental para a consolidação, não só do cristianismo, mas também do reino de Portugal, que passava por um momento de reafirmação política depois de sessenta anos sob domínio de governo estrangeiro.

Assim, podemos concluir que as viagens, para Vieira, tinham importância religiosa, política e messiânica, já que somente mediante elas seria possível a constituição do Quinto Império do Mundo, proporcionando mil anos de felicidade antes do Juízo Final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Rolena. La discusión sobre la naturaleza del indio. *In*: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina: Palavra, literatura e cultura: a situação colonial**. São Paulo/ Campinas: Memorial/Unicamp, 1993.
- BARRETO, Margarida. As Ciências Sociais aplicadas ao Turismo. *In*: **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
- BUESCU, Ana Isabel. Sentimento e esperanças de Portugal. HESPANHA, António Manuel (Dir.). **A restauração e sua época**. Lisboa: Cosmos, 1993.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Prisma Comunicação, 1995.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- CARNEIRO Da CUNHA, Manuela. **Os direitos do índio**. São Paulo: Brasiliense, 1987.



- DELUMEAU, Jean. **A história do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GREEN, V. H. H. **Renascimento e Reforma Luterana**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.
- GRUZINSKI, Serge. **1480-1520: a passagem do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HESPANHA, Antônio Manuel (Coord.). **História de Portugal: o antigo regime**. Lisboa: Estampa, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550 - 1800**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios**. Londrina-PR: EDUEL, 1999.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. **A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do Padre Antônio Vieira**. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.
- NASCIMENTO, Celso Gestermaier. Raízes distantes: José de Anchieta, o modelador de imagens. In: ERIGHT, Robin M. (Org.). **Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil**. Campinas-SP: UNICAMP, 1999.
- O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **O nosso governo: os traina e o regime tutelar**. Brasília: Marco Zero/MCT-CNPq, 1988.
- PÉCORRA, Alcir. O bom e o boçal ou o selvagem americano entre calvinistas franceses e católicos ibéricos. **Remate de males**. Campinas, UNICAMP, 1992, nº 12.
- PÉCORRA, Alcir. Vieira, o índio e o corpo místico. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PELOSO, Silvano. O paradigma bíblico como modelo universalista da leitura em Antônio Vieira. **Brotéria: cultura e informação**. Lisboa: Fundação Oriente, 1997. v.145.
- PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: DIFEL, 1986.
- RAMINELLI, Ronald. Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira. **São Paulo: Edusp/Zahar, 1996, p. 24-30**.
- SARAIVA, Antônio José. **Antônio Vieira, Menasseh Bem Israel e o Quinto Império**. In: História e Utopia: estudos sobre Vieira. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.



SERRANO, Célia. Poéticas e políticas das Vvagens. *In: Manual de iniciação ao estudo do Turismo*. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SUESS, Paulo (Coord.). **A Conquista espiritual da América Espanhola**. Petrópolis: Vozes, 1992.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural. *In: SILVA, Aracy Lopes da Silva; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

TODOROV, Tzevtan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VIEIRA, Padre Antônio. **História do futuro**. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (Org.). Lisboa: Casa da Moeda, 1992.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermões**. 15.v. Porto: Lello e Irmãos, 1951.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. *In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.



NEGROS: COTÁ-LOS OU BOICOTÁ-LOS?

**Agnaldo Kupper*

RESUMO

A polêmica da implantação de cotas para negros nas universidades públicas está na ordem do dia. Discutir sobre o sistema de cotas é retomar um tema mais profundo: o racismo. A questão mexe com interesses. Rebatê-la sob a óptica branca não basta, como não basta discutir o sistema de cotas para negros apenas no Rio de Janeiro, Brasília ou Bahia. Mexer nesta ferida é mexer na história, é exigir postura conceitual, nunca discriminatória.

PALAVRAS-CHAVE: Cotas para Negros; Polêmica; Racismo.

ABSTRACT

The controversy over the introduction of specific quota for black people in public universities is an up-to-date matter. Discussing about the quota system is bringing up a deeper subject: racism. The issue deals with interests. Debating it according to the point of view of white people is not enough, neither is discussing the quota system for the black only in Rio de Janeiro, Brasília or Bahia. Touching this wound is touching History itself: it demands a conceptual attitude, never a discriminatory one.

KEY-WORDS: Quota for Black People; Controversy; Racism.

* Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.
Doutorando na área de História e Sociedade.
Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas da SEMA-PR.
Diretor do Ateneu – Ensino Médio e Vestibulares.
Escritor.
E-mail: ateneucp@uol.com.br



INTRODUÇÃO

A História contemporânea caracteriza-se pela ausência de concordância de idéias, de opiniões. Os estudiosos dessa ciência perdem-se, comumente, em seus próprios critérios, afirmando suas dúvidas e relativizando suas conclusões e críticas. Pior, nos dias globalizados como os de hoje, corremos o risco de nos perder nas fronteiras que delimitam economia, política, cultura e sociedade, o que pode nos conduzir ao reducionismo e particularismo histórico.

Uma atitude anti-histórica de ruptura abrupta com o passado, ignorando-se as conquistas sociais, políticas e culturais, leva, pois, à renúncia da liberdade.

As interpretações devem ser contínuas para que possamos reconstruir nossas próprias visões e opiniões, já que a verdade nunca será definitiva, devendo ser perseguida para que possamos “desmistificar mitos”.

Aproveitemos o momento em que é discutido o sistema de cotas para negros e mestiços nas universidades e no serviço público. O tema certamente nos levará a um debate maior: o reconhecimento da discriminação que aflige os herdeiros da escravidão, ou seja, os afro-descendentes, que formam a maioria dos que ganham muito pouco e possuem menores possibilidades de instrução e ascensão social.

Momentos de debates como este, que mexem com interesses, desnudam graves tabus sociais. A luta pela equiparação das oportunidades não deve ser facilmente vencida em nosso mundo globalizado, mas pode trazer conquistas. A isto já chamavam a atenção jornais como “O Menelick” (1915), “O Alfinete” e “A Visão” (1918), “O Patrocínio” (1925), “O Quilombo” (1929), e instituições como a Frente Negra Brasileira (1931), o Clube Negro de Cultura Social (1932), a Associação do Negro Brasileiro (1945), assim como Solano Trindade, Carolina de Jesus, Santos Veiga, Correia Leite, Milton Santos, entre outros, cada um em seu tempo.

O documento oficial apresentado pelo Brasil à Conferência da Organização das Nações Unidas contra o racismo, ocorrida na África do Sul em 2001, defendeu a adoção de medidas afirmativas para a população negra nas áreas de educação e trabalho. Com a ação, foi dado mais um passo para o rompimento do legado discriminatório que nega a uma grande parcela da população brasileira o pleno exercício dos direitos fundamentais.

O estabelecimento de cotas para negros nas universidades e outros órgãos públicos, de longe parece ser a solução ideal. O sistema de promoção por mérito, como aplicado em nossos dias, parece distante da perfeição. De qualquer forma, lancemo-nos ao debate, à discussão, que mexe em uma ferida social e histórica. A discussão é oportuna, desde que realizada com critérios e muita serenidade.



A PRESENÇA NEGRA NO BRASIL

A origem étnica dos escravos africanos introduzidos no Brasil nunca foi devidamente esclarecida. As denominações de Guiné, Angola, Mina ou Moçambique indicam apenas indícios vagos desta procedência. Mas aos portugueses e brasileiros escravagistas jamais importou a origem dos negros, desde que trabalhassem e fossem submissos. Assim, todos os escravos eram catalogados sob algumas identificações: “peças da África”, “negros da costa” ou simplesmente “pretos”. Estima-se que para o território brasileiro tenham sido trazidos quatro milhões dessas “peças”.¹

Sobre os escravos africanos foram projetadas imagens das mais negativas. A África era tida como lugar do pecado e da infidelidade. As origens bíblicas dos negros estariam ligadas a duas maldições, ambas posteriores ao pecado original: seriam descendentes de Caim, aquele que, por inveja, matou o irmão Abel, e trariam na pele a cor negra, marca imposta por Deus, ou, então, membros da geração de Cam, filho de Noé, deserdado por seu pai, sendo condenado, juntamente com seus filhos, à escravidão.² Pela escravidão e pelo trabalho e sofrimento, estes impuros se purificariam, podendo, assim, adentrarem ao Reino de Deus.

Bela ideologia, interessante justificativa para a exploração.

Introduzidos na colônia Brasil no século XVI para o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar, os negros viam nas atividades do setor, a imagem do purgatório. O melaço da cana era purgado de suas impurezas nas casas próprias para tal, ao mesmo tempo que os pecados atribuídos aos negros seriam eliminados com os terríveis ofícios da terra. O engenho assemelhava-se mais ao inferno. A todo tipo de abusos foram submetidos. Na realidade, com esta demonstração, justo seria identificar que “não existe pecado do lado de baixo do Equador.”³

O fato é que a escravidão imposta à América colonial, por ocasião do mundo moderno, não possui fundamentos históricos.

A escravidão no mundo grego ou romano representou “o modo de sentir e de pensar de uma época,”⁴ onde o escravo podia ser comparado ao salariado de nossos dias. A escravidão moderna, em especial a de negros, nasceu sem precedentes, sendo considerada absurda por fugir a todo e qualquer padrão moral imaginado: africanos foram arrancados de um mundo natural, como animais, e introduzidos em áreas coloniais, como o Brasil. Serviriam como mão-de-obra barata e objetos domésticos e sexuais.

1: Agnaldo KUPPER, e P. A. CHENSO. **História crítica do Brasil**. São Paulo: Editora FTD, 1998.

2: Flávio CAMPOS. **Oficina de História**. São Paulo: Moderna, 1999.

3: Expressão usada à época das explorações coloniais nos séculos XVI e XVII.

4: Caio PRADO Jr. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1997.



Vale lembrar também que a escravidão imposta ao negro africano na América foi pior do que aquela a que foram submetidas as populações indígenas, uma vez que estas ainda tiveram uma certa proteção de ordens católicas, especificamente da então Companhia de Jesus. O negro não teria, no Brasil, a proteção de ninguém nos primeiros séculos de nossa colonização. Por conta disto, a própria sociedade colonial brasileira (em especial a açucareira) nasceu incoerente e desconexa.⁵

UMA DÍVIDA A SER PAGA

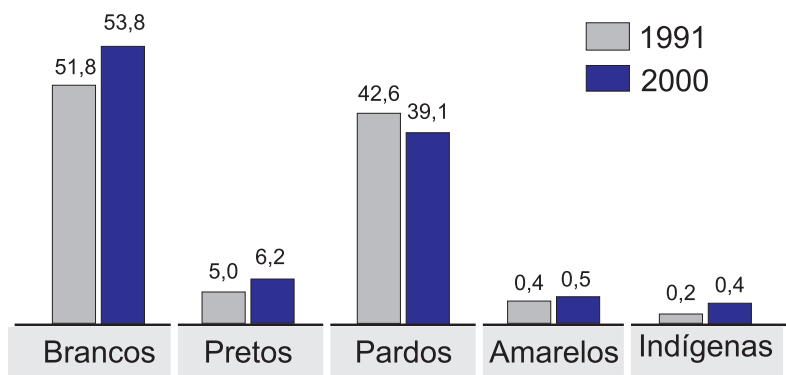
Ao refletirmos sobre a história do negro no Brasil, devemos concluir que há uma dívida com os mesmos, em especial por termos sido o último país a abolir a escravidão moderna (se é que o fizemos em definitivo). A questão é: como pagá-la?

Ao analisarmos o último recenseamento realizado no Brasil (censo 2000), podemos concluir que o índice de escolarização aumentou no país nos últimos anos, porém os números não levam em consideração a qualidade educacional.

Tais números revelam que a variação da escolarização do Brasil foi positiva em todos os sentidos, desde a pré-escola, passando pelo ensino superior e atingindo a alfabetização de adultos. Uma questão, porém, deve ser destacada: os níveis de ensino mais utilizados pela população negra são os mais inferiores.

Pelo mesmo censo, de 1991 a 2000, cresceu em 24% a proporção de brasileiros que se declaram negros ou pretos: de 5% para 6,2%. No mesmo período, caiu a proporção dos que se declaram pardos: de 42,6% para 39,1% (queda de 8,2%). No entanto, o Brasil ainda mostra ser um país em que a população se define branca. Nesse item, a proporção cresceu de 51,8% para 53,8%. O aumento de negros declarados pode estar vinculado a um processo de afirmação de identidade dessa etnia. O fato de estar em discussão a questão do preconceito racial e a política de cotas reflete o aumento das declarações de cor preta; ou seja, o pardo teria assumido sua condição negra.

5: Caio PRADO Jr, *Op. cit.*



Em nº absolutos

	1872	1940	1991	2000
Branços	3.787.289	26.171.778	75.704.923	90.647.461
Pretos	1.954.452	6.035.869	7.335.139	10.402.450
Pardos	4.188.737	8.744.365	62.316.060	66.016.783
Amarelos	Inexistente	242.320	630.659	866.972
Indígenas	não pesquisado	não pesquisado	294.131	701.462

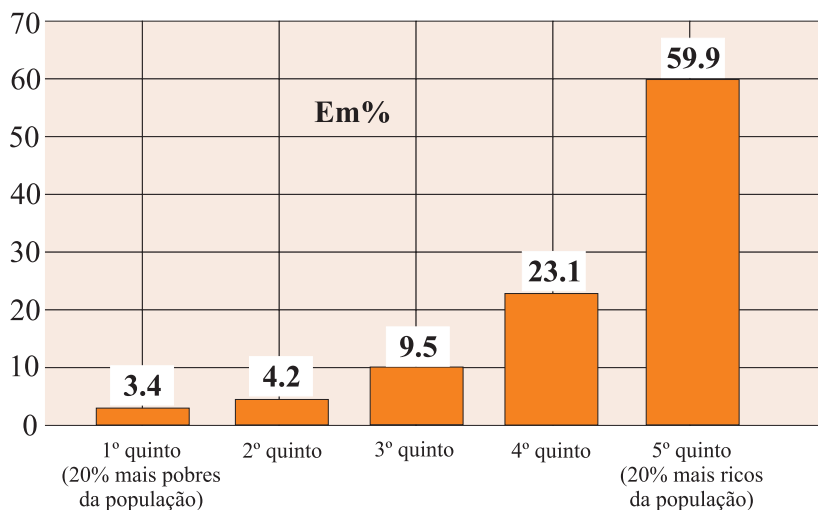
Fonte: Censo 2000, IBGE.

Indicadores sociais mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, apesar da melhora, principalmente nos índices de saúde, condição de domicílio e educação, as desigualdades sociais dentro da população brasileira ainda estão longe de serem ideais. O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de bens que a metade mais pobre. Quanto à apropriação da renda nacional, o estudo indica que, entre o 1% mais rico, a grande proporção é branca (88%), enquanto que, entre os 10% mais pobres, 68% se declararam de cor negra ou parda.⁶

6: Síntese de Indicadores Sociais 2002 – IBGE, divulgados em 12/06/2003.

PERFIL UNIVERSITÁRIO

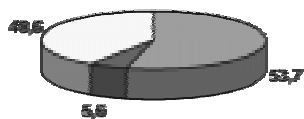
Perfil dos estudantes de universidades públicas



DESIGUALDADE ENTRE OS ESCOLARIZADOS

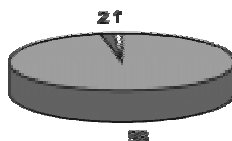
Participação entre as camadas mais ricas e mais pobres

Em toda população



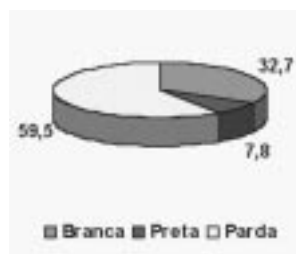
■ Branca ■ Preta □ Parda

1% mais ricos



■ Branca ■ Preta □ Parda

10% mais pobres



■ Branca ■ Preta □ Parda

Fonte: IBGE, 2003.

Não há dúvidas de que o racismo é uma das maiores (se não a maior) barreiras a serem superadas nas sociedades atuais, dentre estas a brasileira. E devemos entender o racismo em sua principal intenção: desvalorizar certos grupos sociais com o objetivo de exploração.

A lei Afonso Arinos, aprovada em 1951, passou a condenar como contra-venção a discriminação de etnia, raça e religião. Porém, pelos números apresentados, mostrou-se e mostra-se insuficiente.

Com a Constituição de 1988, o racismo foi elevado à condição de crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão. Basta? Provavelmente, não, até porque a prática discriminatória de raças no país é velada (não declarada), além de nosso aparato repressivo-punitivo mostrar-se insuficiente para fazer com que haja a efetiva obediência à lei.

A posição do Brasil nos últimos anos junto ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), é ruim (para não dizer péssima), exatamente porque aos negros é destinada condição excludente. Assim, no ano de 1999, o trabalho intitulado “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho”⁷ demonstrou que o trabalhador negro no Brasil convive mais com o desemprego, ocupa os postos de trabalho mais vulneráveis, possui maior instabilidade no emprego, está na base de produção, tem níveis de instrução inferiores aos dos trabalhadores não-negros e possui uma jornada de trabalho maior. E isto não tem mudado, talvez até pelas ideologias proliferadas, em especial pelos meios de comunicação mais populares. Documentos como esses, por si só, já aferem a necessidade de posturas por parte do Estado brasileiro, mesmo que não sejam através do estabelecimento de cotas.

A iniciativa do Superior Tribunal Federal, através do ministro Marco Aurélio de Mello, em 2003, de destinar parte das vagas para negros nas contratações do órgão, reacende a discussão sobre cotas para negros em outros setores públicos, inclusive, e principalmente, na educação.

EDUCAÇÃO COMO SAÍDA

“Educação como direito de todos” é uma afirmativa abstrata e lacunar. Basta que observemos as estatísticas que mostram a baixa frequência escolar e a evasão por parte das classes menos favorecidas. Não podemos explicar tal realidade pelas dificuldades de adaptação, pelo mercado de trabalho, ou pelo desinteresse. A educação ainda é usufruída, em sua plenitude, por poucos. Com certeza, os negros não são os mais “beneficiados”.

7: INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial) e Dieese, 1999.



E o que é o pior: o Brasil já não é mais aquele do início do século até 1973, época em que o país ainda colhia os frutos de sua industrialização e vivia a euforia do “milagre econômico”, em que muitos conseguiram subir algum degrau na escala social. Pelo contrário, de 1973 para cá, a crise mostrou-se, interrompendo as sagas de progresso e prosperidade.

Assim, em um país onde a ascensão social tende a ser circular, nos dias atuais só se vê a escola como saída, uma vez que, sem uma boa educação, as chances de sucesso são cada vez menores.

Claro, este é mais um argumento para os que defendem que sejam criados mecanismos que garantam a igualdade no ensino em geral (no superior, em particular), uma vez que, assim, as gritantes diferenças poderiam ser reparadas, em especial, entre aqueles que carregam na cor da pele a marca da discriminação.

Até 2003, três universidades adotaram o processo de cotas: a Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade do Estado da Bahia (UEB) e a Universidade de Brasília (UNB); esta última foi a primeira instituição de ensino federal a adotar o sistema, reservando 20% de suas vagas a negros. Aos defensores do sistema de cotas no ensino público superior, este índice (20%) parece ser adequado para garantir uma integração de negros à comunidade universitária. A UERJ, a princípio, estabeleceu 40% como índice inicial de reservas de vagas, reduzindo-o depois para 20%. Confrontos com as iniciativas dessas instituições tornam-se comuns. Porém, até a primeira metade de 2003, todas as liminares individuais ingressadas por alunos da UERJ, que se sentiram prejudicados pelo sistema de reserva de vagas, foram cassadas. Mas ações questionando a constitucionalidade da medida tramitam pelo Supremo Tribunal Federal (vale lembrar que esse órgão implementou o sistema de cotas). Ainda no ano de 2003, parecer da Procuradoria da República considerou inconstitucional o sistema de cotas para negros e pardos, para portadores de deficiências físicas e para alunos de escolas públicas, instituído no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, o parecer não discute o mérito das políticas de acesso ao ensino superior para minorias e, por isto, não elimina a possibilidade de criação do sistema de cotas.

Dentro de outras instituições universitárias públicas, a implantação do sistema de cotas vem sendo discutida, com tendência de aprovação.

CONCLUSÕES

O estabelecimento de cotas para segmentos sociais específicos trouxe um importante e necessário debate.

Não se trata apenas de saldar uma dívida moral advinda com a escravidão, mas uma dívida social contida na pobreza e discriminação racial.

A proposta de cotas para afro-descendentes e outros segmentos sociais no ensino público superior, na publicidade e no serviço governamental, constitui uma resposta para a promoção social e superação de injustiças sociais no país. Deve ser destacado que uma iniciativa como esta não deve vir isolada. Ao contrário, deve vir acompanhada de novas ações.

Na atualidade, discute-se a forma como foi instituído o sistema de cotas pelo governo do Rio de Janeiro, com debates que chegam à esfera judicial.

Enquanto a polêmica mantém-se (O negro deve ou não ser agraciado com o sistema de cotas?), esquece-se de uma questão: ao negro satisfaz esta forma de pagamento? Tal pagamento não geraria exclusão ainda maior? Seria este formato de pagamento apenas transitório? No plano teórico-prático, não repararia uma injustiça criando outra?

Aos menos esclarecidos e interessados diretos, uma outra questão: “E as demais minorias?” A resposta pode vir de forma espontânea: “Necessário faz-se o início.”

O fato é que polêmica suscita discussões, o que, por si só, já satisfaz e faz admitir a existência de um preconceito perpetuado.

Não há como negar que carregamos a herança da escravidão, sendo os negros e seus descendentes a primeira massa de excluídos reconhecida a adentrar o século XX. Afirmo que, no decorrer de boa parte dos anos 1900, não existiram políticas públicas nacionais que estivessem voltadas para os negros. Ainda hoje, quando se fala em pobreza, a ligamos ao contingente populacional negro. Em um país de contrastes, os afro-descendentes são os que mais sofrem, o que pode ser detectado na distribuição ingrata de renda e no grau de escolaridade.

O Ministro da Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), Paulo Renato Souza, admitiu, através de órgãos de imprensa, ser “a educação a chave para o ingresso no mundo do trabalho e o caminho para a participação transformadora na vida social, sendo o déficit educacional a que foram submetidos os afro-descendentes causa que agrava e perpetua a pobreza e a exclusão.”²

O ex-professor da Universidade de São Paulo e da Sorbonne, Milton Santos, negro, agraciado em vida com o prêmio Valtrin Lud de 1994 (o “Nobel” da Geografia), afirmou que “a grande aspiração do negro brasileiro é ser tratado como um homem comum já que ser negro, no Brasil, é, com frequência, objeto de olhar enviesado; a sociedade parece considerar que há um lugar lá embaixo para os negros.”³

Pensemos a respeito!

8: Jornal Folha de São Paulo, 1995.

9: Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, 1994.



O DESEMPREGO E O SEU IMPACTO NA IDADE MADURA

**Maria Fernanda Lecink Felipeto*

**Roberto Florentino da Silva*

***Lydia Akemy Onesti*

RESUMO

Este artigo baseia-se no trabalho e nos resultados obtidos pelo Projeto Vida Ativa na Maturidade, encerrado em novembro/2002, que atendeu trinta pessoas, em dois grupos de 15 pessoas cada um, aposentadas ou desempregadas com mais de 50 anos de idade, para trabalhar a re-orientação profissional de adultos, visando a sua reinserção no mercado de trabalho. Foram realizados doze encontros por grupo, coordenados por alunos-estagiários do Curso de Psicologia da Unifil (Londrina), e utilizada a metodologia do trabalho em grupo, com dinâmicas, vivências, painéis e troca de experiências entre os participantes. Apurou-se entre os participantes a ausência de projetos pessoais e profissionais, o que ocasionava uma relativa perda de identidade; retraimento social com sentimentos de culpa, solidão e baixa auto-estima; falta de conhecimento básico para agregar novas informações e habilidades necessárias; desconhecimento da área de atuação pretendida e uma carência social de filiação explícita, que tornaram o grupo quase um fim em si mesmo. Conclui-se que se nem os governos nem as empresas sentem-se responsáveis pelos “excluídos”, é possível que o terceiro setor se apresente como a “terceira força” que possa acolhê-los. Nesse caso, a Psicologia talvez agregue a função de dar a orientação segura de como fazer a transição profissional para as atividades desse emergente setor. Evidencia-se, também, pela repercussão do projeto e pela avaliação dos participantes, uma grande demanda em torno do assunto e a existência de um público classificado como “pré-idosos”, na faixa etária dos cinquenta aos sessenta anos de idade, para os quais não existem quaisquer políticas públicas ou privadas de apoio durante períodos de desemprego, de preparação para a aposentadoria e de apoio depois de aposentados.

PALAVRAS-CHAVE: Desemprego; Aposentadoria; Idosos; Precarização do Trabalho; Exclusão Social; Mercado de Trabalho; Identidade; Auto-Conhecimento e Auto-Estima.

* Psicólogo(a) graduado(a) pelo Centro Universitário Filadélfia - UniFil.

** Ex-docente do Curso de Psicologia da UniFil. Mestre em Psicologia.

E-mail: lidiake@sercomtel.com.br



ABSTRACT

This article is based on the work and results obtained by the Project Active Life in Maturity, concluded in November / 2002, which assisted thirty people, divided into two groups of 15, either retired or unemployed, of over 50 years of age. The project aimed at the professional reorientation of adults and their reentry in the labor market. Twelve meetings per group were carried out, coordinated by intern students of the under-graduate program of Psychology from Unifil (Londrina), and used the methodology of group work, with dynamics, panels and experience-sharing among the participants. The absence of personal and professional projects was verified among them, which caused a relative lack of identity, besides a social retraction with feelings of guilt; loneliness and low self esteem; lack of basic knowledge to aggregate new information and necessary skills; ignorance of the intended acting area and an explicit social need of affiliation, which made the group become almost an end in itself. The conclusion drawn is that, if neither the government nor other corporations feel responsible for the “excluded”, it is possible that the so-called third sector presents itself as a “third force” that may take care of them. In this case, Psychology may aggregate the function of giving safe orientations on how to make the professional transition to the activities of this emerging sector. It is also evidenced, by the repercussion of the project and through the evaluation of the participants, that there is a great demand around the subject and the existence of a public classified as the “pre-aged”, from fifty to sixty years of age, for whom there are no public or private supporting policies during unemployment, preparation for retirement or support for the time after they retire.

KEY-WORDS: Unemployment; Retirement; Aged; Work Precariousness; Social Exclusion; Labor Market; Identity; Self-Knowledge and Self-Esteem.

1. Introdução

O desemprego não é mais uma ameaça do futuro. Tornou-se uma realidade presente e democraticamente distribuída em todos os países, desenvolvidos ou não, ricos ou pobres, variando apenas o seu índice de um país para outro.

Citado como o maior problema do século para os governantes atuais, o desemprego desafia as lógicas conceituais dos maiores pensadores. Sua definição divide-se em posições tão extremadas que vão do fim dos empregos (RIFKIN, 1995), passando pela desagregação social e a degradação humana (CATTANI, 1996), ou pelas metamorfoses da questão social (Robert CASTEL, 1998), até a defesa extremada



do neoliberalismo brasileiro, em artigo que classifica Rifkin de “pessimista” e tenta provar que o avanço tecnológico não é causa de desemprego (José PASTORE, 1998), relação essa que será desenvolvida mais adiante.

Convém, neste momento, desvelar que a filosofia do neoliberalismo promove a exclusão em níveis jamais imaginados para que ele possa sobreviver. Neste sentido, GUARESCHI (1999) aponta que são três as estratégias mais adotadas: a competitividade, a culpabilização e a exclusão de saberes.

O autor ainda afirma que o pressuposto do neoliberalismo é o de que o progresso e o desenvolvimento só são possíveis através da competitividade, enquanto que esta, para sobreviver, necessita do individualismo excessivo e da insensibilidade às pessoas.

Assim, o desenvolvimento das novas tecnologias e as novas formas de relação de trabalho, como a reestruturação produtiva, foram adotados visando garantir tal competitividade.

Portanto, é inegável a relação entre competitividade e desemprego, que promove a exclusão de milhares de seres humanos e aumenta de forma assustadora a diferença entre ricos e pobres (GUARESCHI, 1999); (RIFKIN, 1995); (CATTANI, 1996).

De acordo com ONESTI e MARCHI (2001), o emprego vem sendo eliminado como resultado da introdução de sofisticadas tecnologias que permitem reestruturar os processos de produção que garantam maior lucratividade às custas da dispensa de trabalhadores, deixando-os excluídos e à margem da sociedade.

CASTEL (1998), em lugar do termo exclusão, prefere desfiliação, porque a exclusão parece perpetuar a condição da degradação humana pela dependência de instituição pública e pela manutenção do desemprego. A desfiliação é considerada pelo autor como promotora da fragilização do tecido relacional, ou seja, dificulta o estabelecimento e a manutenção de relações interpessoais que podem evitar o isolamento social do indivíduo, a falta de apoio e a ausência de indicações a novos empregos. O autor tenta dimensionar o novo dado contemporâneo:

“A presença, aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado. Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores de subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória... – quem são eles, de onde vêm, como chegaram ao ponto em que estão, o que vão se tornar?” (CASTEL, 1998, p.23).

O autor não pensa o trabalho enquanto relação técnica de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social:

“Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” um indivíduo diante dos acasos da existência. Donde a possibilidade de construir o que chamarei, metaforicamente, de “zonas” de coesão social. Assim, a associação ‘trabalho estável – inserção relacional sólida’ caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão, ou melhor, como vou tentar mostrar, a ‘desfiliação’. A vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade.” (p.24).

Quando o autor fala de desfiliação, não é para ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso, todo um processo, diferentemente do termo exclusão, que sinaliza uma posição estática, definitiva.

Evidentemente, as conseqüências emocionais são danosas ao seu bem-estar, uma vez que, historicamente, a sociedade capitalista construiu a valorização do ser humano através de sua utilidade, a qual se expressa através da sua inserção no trabalho.

LARANGEIRA (1999) afirma que, mesmo nas diferentes concepções, o fator trabalho constitui-se em elemento essencial de integração social e assume valorização e legitimidade histórica, com base na qual se constrói a relação trabalho/não-trabalho, em que “não-trabalho” é submetido à condenação social (quem não trabalha, não come).

A autora ainda cita que novos patamares de desigualdade são criados com a conseqüente cisão da sociedade entre “integrados” e “excluídos”, acrescentando:

*“O paradoxal desse pressuposto é que o crescimento dos ociosos – os **vagabundos** da Idade Média; os **miseráveis** das sociedades pré-industriais e os **excluídos** de hoje – está estreitamente ligado ao sistema de organização do trabalho, que impede a integração de seus membros.” (p. 125).*



“Em termos sociais mais amplos, a gravidade do problema reside no fato de que o trabalho em suas diferentes acepções, mas especialmente o trabalho assalariado tal como é caracterizado desde o século passado, é considerado fator privilegiado de integração social, de construção de identidade, bem como condição de cidadania.” (LARANGEIRA, 1999, p.129).

Neste ponto, vale a pena questionar a avaliação social das pessoas que estão fora dos critérios adotados por esta sociedade, considerando crianças, deficientes, idosos e desempregados. Além desses qualificativos, a idade passa a desempenhar importante papel como elemento indicador de competitividade, flexibilidade e, ocultamente, maleabilidade manipulativa em termos de vigor físico e saúde perfeita, conforme indicado por SELIGMANN-SILVA (1999), e flexibilidade/ polivalência.

Para melhor compreensão dessas dificuldades, abordaremos alguns aspectos relacionados a pessoas idosas e ainda desempregadas, que são avaliadas pela sociedade pelo baixo grau de contribuição, podendo ser alvos de estigmatização, em vários programas de atendimento social.

Vivemos hoje um imperialismo empresarial que nos coloca à mercê de seus interesses e mecanismos de controle. Assim, podemos observar nitidamente as transformações nas relações sociais e a legitimação de processos que, embora estejam distantes de atividades éticas, são enfocados como promotores da fragilidade e, portanto, da competitividade.

Um exemplo é a mudança dos critérios definidores das diversas faixas etárias. Para a OMS (Organização Mundial da Saúde), ser velho implica necessariamente em ter chegado aos 65 anos, mas, para as empresas atuais, uma pessoa que tem 40 anos já é considerada velha. Há profundo interesse na contratação de jovens, com experiência, cuja idade limite é de, aproximadamente, 28 anos.

Assim, pode-se inferir quantas pessoas estão fora do mercado de trabalho, se considerarmos tal critério. Em estatística recente desenvolvida pelo DIEESE/setembro/2002, observamos 7,5 % (sete e meio por cento) de pessoas desempregadas ou em trabalho precarizado, no Brasil, percentual que aumenta proporcionalmente ao se elevar a faixa etária da população ativa.

Portanto, evidencia-se a presença de estigmatização social às pessoas acima de 40 anos, que se sentem descartadas e descartáveis. Essa condição certamente, além de desenvolver um sentimento de impotência e uma falta de perspectiva, contribui para rebaixar auto-estima e manter um elevado nível de ansiedade.

Os progressos da medicina provocaram um “envelhecimento populacional”

como decorrência do aumento da longevidade. Paralelamente, vem ocorrendo uma queda na taxa de natalidade, o que transforma o Brasil num país de velhos. E isso não significa que a qualidade de vida lhes seja assegurada.

Segundo Monique Bertrand Cavalcanti *apud* RANGÉ (1998):

“A velhice se constitui em um período de grandes crises biopsicossociais, que muitas vezes, levam o indivíduo a solicitar ajuda psicológica, bem como de outros profissionais da área da saúde.” (p.149).

“Ou então, generalizam-se para os idosos sadios comportamentos inadequados que fazem parte do repertório comportamental daqueles idosos que sofrem distúrbios mentais: falar coisas sem nexos, agressividade gratuita, agir sem pudor e quaisquer outras características da falta de saúde mental. Essa é a velhice que se aprende socialmente. Assim, o que se espera é a apologia da falta: falta de saúde; falta de trabalho; falta de atividades; falta de companhia; falta de desejo e até mesmo falta de senso crítico.” (p.150).

A autora enfatiza que o ser humano é biopsicossocial, de forma que é preciso uma análise funcional para compreender como se dá essa dinâmica em cada um. As variações de saúde estão ligadas aos acontecimentos da vida do idoso, ou melhor, à maneira como ele vivencia esses acontecimentos. Destaca ainda que:

“A aposentadoria pode ser um fator de crise, pois o trabalho muitas vezes representa uma realização pessoal, elevando a auto-estima do sujeito devido ao reconhecimento social e a auto-imagem positiva originada a partir de um bom desempenho profissional. Além disso, a aposentadoria, em nosso país, é uma ameaça à dependência financeira, já que na maioria dos casos ocorre uma diminuição da renda. O trabalho representa também uma forma de ocupar o tempo e estabelecer o contato com outras pessoas. Novas atividades geradoras de prazer podem atenuar ou mesmo resolver essa questão. A participação em associações de bairro ou em atividades profissionais voluntárias podem ser opções interessantes de atividades (...) As rápidas transformações do



mundo, o ritmo vertiginoso dos acontecimentos, as mudanças de valores e costumes podem levar os idosos a sentirem-se incapazes, estúpidos e ignorantes por terem dificuldades em se adaptar e compreender tantas novidades. Para tanto, sentem necessidade de ajuda dos mais jovens, o que pode levar a um sentimento de menos-valia. Manter-se atualizado, exercitando as capacidades cognitivas, é uma boa forma de minimizar ou mesmo controlar os efeitos alienantes que o progresso pode gerar nos mais velhos.” (Cavalcanti apud RANGÉ, 1998, p.151).

A autora frisa que, durante muito tempo, acreditou-se que a psicoterapia não seria viável para idosos. Entretanto, atualmente, acredita-se em sua validade e é aconselhável o uso de técnicas de modificação do comportamento, no atendimento psicológico geriátrico como: reforço positivo, modelagem, relaxamento, treinamento afirmativo, dessensibilização sistemática e interrupção do pensamento.

Levando em conta os aspectos citados acima, o presente trabalho teve como objetivos:

- “compreender o impacto do desemprego e da aposentadoria sobre a identidade do trabalhador”;
- “criar espaço para uma reflexão pessoal sobre o contexto atual do mundo do trabalho e os mecanismos de exclusão social presentes”;
- “promover a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades sociais profissionais que facilitem ou auxiliem a reinserção dos participantes no mercado de trabalho”.

2. Metodologia

Participantes: Trinta pessoas de ambos os sexos, com idades variando entre 50 e 72 anos, com grau de escolaridade entre o primeiro grau incompleto e o superior completo e na condição atual de aposentados, ou desempregados.

Local: Os encontros foram realizados no auditório da sede da Codel – Companhia de Desenvolvimento de Londrina, sito à Avenida Juscelino Kubitschek, 2.896, no município de Londrina, Estado do Paraná.

Recursos utilizados: Foram utilizados quadro branco e pincéis, canetas, papel sulfite, pastas, textos, crachás e recursos audiovisuais. Foi servido lanche (café

e biscoitos) em todos os encontros.

Procedimento: Foi elaborado o pré-projeto a partir da idéia inicial do representante da Editora Revista Vida Ativa, Sr. Roberto Serpa, e foram contatadas as seguintes instituições para o estabelecimento de parceria no projeto: UniFil, Secretaria Municipal do Idoso; Codel; Revista Vida Ativa e Capital Humano – RH. A partir dessa parceria, foi elaborado o Projeto Vida Ativa na Maturidade, visando proporcionar aos participantes melhores possibilidades de re-inserção no mercado de trabalho. Após a apresentação do projeto às entidades já citadas, foram firmados os termos de parceria, evidenciando-se as ações, prazos e responsabilidades de cada instituição, na condução do projeto, assim distribuídas:

- Revista Vida Ativa, responsável geral pelo projeto e pelo estabelecimento de parcerias com as outras organizações;
- UniFil – Centro Universitário Filadélfia, responsável pela cessão de 02 alunos estagiários de Psicologia e suas respectivas supervisões, para a coordenação e a condução do projeto;
- Capital Humano – Suprimentos e Recursos em RH, responsável pela elaboração e condução dos trabalhos em grupo e pelo processo de tentativa de recolocação do pessoal no mercado de trabalho;
- Secretaria Municipal do Idoso, responsável pela divulgação do projeto e pelo acolhimento das inscrições iniciais e seleção dos candidatos interessados em participar do programa; e
- CODEL – Companhia de Desenvolvimento de Londrina, responsável pela cessão das instalações físicas (auditório) e materiais didáticos para a realização dos encontros.

As sessões aconteceram às terças-feiras, no período da manhã, das 09:00 às 11:00 horas, no auditório da CODEL, sendo que a primeira turma reuniu-se no período de março a junho/2002 e a segunda turma no período de agosto a outubro/2002.

A metodologia utilizada foi a do trabalho em grupo, com a utilização de dinâmicas de grupo, vivências, painéis e a criação de espaço para a troca de informações, desabafos e compartilhamento de experiências entre as pessoas do grupo, procurando-se encontrar uma re-orientação profissional “possível” (LUCCHIARI, 1997). Além disso, procurou-se desenvolver estratégias que lhes

permitted to search for alternatives to the confrontation with the crisis, present in the contemporary world of work.

3. Resultados e Discussão

Even without being able to guarantee the expected reinsertion of participants in the labor market, dependent on variables not easily controllable, it was expected that the own process of participation and personal growth in the group would be a sufficient justification for the realization of work and, in the same way, that the increase in social capital would justify the participation of companies and organizations.

Also, the consolidation of information, obtained and constructed by the work group, could lead to suggestions for improvement of Municipal Public Policies of support for retirees and unemployed, through the Municipal Secretariat of the Elderly, a partner entity of the project.

The first constatation was the absence of projects for individuals or professionals, both among the unemployed and among the retirees, corroborating the conclusions of the research carried out by BRUNS and ABREU (1997, p.05), published in the Revista ABOP:

“A realização pessoal fica sempre como num esboço de projeto a ser executado após a aposentadoria, e quando essa chega os entrevistados em sua maioria se sentem surpresos e desencantados por não saberem gerenciar com prazer a existência sem uma ocupação profissional, mesmo quando essa atividade tinha sido executada com insatisfação. A ausência de projetos para serem concretizados após a aposentadoria provoca angústia e solidão.”

This absence of projects implies a relative loss of professional identity, leaving the individual in a state of permanent expectation of that “something will happen,” paralyzing the initiative of effective actions of search for new occupations and inhibiting the expansion of social relationships.

Also, it is observed that there is a social withdrawal that leaves the subject restricted to the family circle, presenting feelings of guilt, loneliness, low self-esteem and resentment with the changes that have occurred. This weakens the relational fabric, making it even more difficult to insert into work, due to the reduced number of relationships that could inform about existing opportunities.

Quanto ao conhecimento necessário para fazer face ao novo mundo do trabalho, a defasagem é abissal; por exemplo, apenas dois participantes tinham noções rudimentares de informática. Na educação tradicional, além do longo tempo decorrido praticamente sem atualizações, apenas quatro participantes terminaram o curso superior; seis, completaram o ensino médio; três tinham o ensino médio incompleto; onze tinham o ensino fundamental completo e os seis restantes não chegaram a completar o ensino fundamental, dificultando quaisquer tentativas de agregar novos conhecimentos ou re-treinar habilidades específicas.

Mesmo nos Estados Unidos, onde existe uma maior consistência educacional, questionam-se os valores gastos em re-treinamento pelos poucos resultados apresentados – menos de 20% dos trabalhadores demitidos, re-treinados pelos programas federais, conseguiram encontrar novos empregos com salários equivalentes a pelo menos 80% de seus anteriores (RIFKIN, 1995).

“Os poucos bons empregos disponíveis na nova economia global de alta tecnologia estão no setor do conhecimento. É ingenuidade acreditar que um grande número de trabalhadores sem qualificação e semiquualificados, trabalhadores administrativos e operários, possam ser treinados para tornarem-se físicos, cientistas da computação, técnicos de alto nível, biólogos moleculares, consultores empresariais, advogados, auditores, etc. Para começar, a lacuna nos níveis educacionais entre aqueles que precisam de emprego e o tipo de cargos de alta tecnologia disponíveis é tão grande que nenhum programa de re-treinamento poderia esperar atualizar de forma adequada o desempenho profissional de trabalhadores, para que estivessem à altura do número limitado de oportunidades de cargos especializados que existem.” (RIFKIN, 1995, p.38/39).

A busca desenfreada em preparar os trabalhadores, ajustando-os às exigências do trabalho e às necessidades organizacionais, pode promover excessivo envolvimento com um modelo de trabalhador comprometido totalmente com a empresa em que a sua identidade empresarial pode vir a sobrepor-se à individual.

Por necessidade de sobrevivência, é comum, conforme aponta SCHIRATO (2000, p.100),

“... observarmos reações padronizadas, sem características pessoais, sem a impressão do pessoal do indivíduo dentro do

grupo. Ele passa a ser a extensão do comportamento do grupo na forma de vestir-se, de comer, de arrumar os seus objetos, de organizar sua agenda, desenvolvendo uma "personalidade organizacional" que sobrepõe-se à sua, quando não a substitui por inteiro."

Talvez seja em razão disso que no segundo e terceiro encontros com a primeira turma tenha sido evidenciada a falta de identidade, quando mais da metade dos participantes não conseguiu achar nenhuma identificação ou característica adicional ao nome, para colocar no próprio crachá (podia ser uma cor, objeto, palavra, desenho, etc.). Também na dinâmica seguinte, que objetivava responder à pergunta "quem sou eu?", onde era necessário, além do nome, relatar cinco qualidades pessoais ou profissionais e um sonho, os participantes tiveram dificuldades em encontrar as cinco qualidades.

Os encontros quatro, cinco e seis foram destinados à preparação do currículo, inicialmente prevista para apenas um encontro. Aqui a dificuldade maior foi a de localizar a área de atuação pretendida numa eventual volta ao mercado de trabalho, além de identificar as próprias habilidades e competências. A maioria se conformava em exercer atividades bem abaixo de suas qualificações e remunerações anteriores. Observa-se, neste ponto, o controle e o domínio das organizações sobre as pessoas que estão em posições desfavoráveis, uma vez que a sujeição e a submissão podem ser impetradas por aqueles que detêm maior poder sobre os outros – as empresas.

Os demais encontros trataram da preparação para a entrevista dos participantes com a psicóloga da empresa de recrutamento e seleção, e da discussão de temas como: cidadania, criatividade, empreendedorismo e empregabilidade. Foram utilizadas vivências grupais para estabelecer e ampliar os temas em discussão e realizadas três sessões de relaxamento com reflexões sobre o autoconhecimento e a auto-estima. Temas eventuais como assertividade e direitos do consumidor também foram levantados e tratados dentro dos contextos em que surgiram.

No segundo grupo, em que as reuniões foram realizadas no segundo semestre do ano de 2002, houve a confirmação de todos os dados relatados para o primeiro, com as seguintes diferenças:

- A escolaridade média dos participantes era mais baixa, não havendo ninguém com nível superior, e apenas uma pessoa com o segundo grau completo, dificultando assim o andamento dos trabalhos.

- A expectativa inicial de se conseguir um emprego foi mais bem trabalhada desde o início, trazendo as discussões para um patamar mais realista face às qualificações dos participantes e às exigências do mercado de trabalho.
- Houve menor participação e envolvimento dos participantes nos trabalhos do grupo, em função de uma aparente timidez de alguns e de excesso de intervenções de duas ou três pessoas, que quase monopolizavam a palavra durante as discussões em grupo, apesar das constantes pontuações feitas pelos coordenadores no decorrer dos encontros.

A participação no processo grupal mostrou que, apesar do pequeno número de encontros e da carga horária reduzida, a deriva econômica, a deriva social e a deriva moral citadas por CATTANI (1996), já se fazem presentes na forma de carência social de filiação, com o grupo tornando-se um fim em si mesmo, como forma de fugir da rotina doméstica. O baixo número de ausências e os depoimentos sobre a importância adquirida pelo grupo – “uma verdadeira família” – na vida dos participantes, evidencia uma desfiliação compulsória do tecido social ocasionada pela falta de trabalho. A identidade adquirida nos grupos passou a ser mais importante que eventuais chances de retorno ao mercado de trabalho. As idéias de se montar uma empresa com o grupo todo, ou cooperativa, ou associação, sugeridas pelos participantes, tiveram aceitação imediata pelos grupos. Também foram várias as sugestões de continuidade dos encontros, mesmo que fosse para repetir o que já havia sido feito.

Se ao início a expectativa de se conseguir um novo emprego predominava, ao final dos encontros os participantes mostravam mais interesse em manter contato com os outros participantes do que nas chances reais de seleção para um novo trabalho.

Se não é mais possível o re-treinamento das habilidades profissionais, fica evidente a necessidade de uma educação continuada durante toda a vida profissional do trabalhador. Se não é mais a força física que importa no mercado de trabalho, a idade não é mais fator limitante para o processo contínuo de aprender a aprender. E, se nem os governos nem as empresas sentem-se responsáveis pelos enormes contingentes de “desfiliados”, “excluídos” ou “miseráveis” existentes no mundo atual, é necessário encontrar uma terceira força que os acolha, socorra e lhes devolva a dignidade humana, perdida em um sem número de desqualificações, reengenharias, indiferenças e frustrações incontáveis, mediante expectativas legítimas e humanas de auto-realização e de felicidade.



Se a falta de educação não é desculpa para a exclusão pura e simples do ser humano do processo social e produtivo, nem a falência do “Estado Social” justifica deixá-lo à deriva, há que se encontrar um caminho de reintegração e reconstrução do tecido social comunitário, que talvez passe pela sugestão de RIFKIN (1995), de investimento maciço no Terceiro Setor, com os governos assumindo um novo papel “menos vinculado aos interesses da economia de mercado e mais alinhado com os interesses da economia social.” (p.273).

O maior desafio da Psicologia e das outras ciências pode deixar de ser a simples qualificação profissional dos indivíduos, para se transformar num compromisso social e político da verdadeira formação de cidadãos, aptos a organizar a sociedade civil e a fazer a transição de um mundo voltado para o trabalho para um mundo voltado ao ser humano. Isso significa resgatar a cidadania civil deixando a empresarial para que a passagem da condição de ser funcionário se torne a passagem para ser cidadão (SCHIRATO, 2000).

As ciências, especialmente a Psicologia, podem construir a ponte necessária para a transição dos profissionais para as atividades do Terceiro Setor. Talvez essa seja a Terceira Força que acolherá os desfilados, excluídos e miseráveis, resgatando a economia social das nações e reconstruindo e unificando a sociedade humana.

4. Conclusões

Foi surpreendente a demanda de candidatos, assim que foi lançado o projeto, reunindo cento e vinte e cinco inscritos em apenas uma tarde e uma manhã, sem que fosse feita divulgação alguma pela mídia especializada. Isto ocasionou a suspensão imediata das inscrições, pois eram disponíveis apenas trinta vagas. Tal resultado foi um primeiro sinal da alta necessidade de um projeto nessa área e do acerto na definição do público que dele participaria.

A ótima avaliação final feita pelos participantes de ambos os grupos sobre o trabalho realizado, especialmente sobre o “fazer parte” de um grupo, permite concluir que o projeto revelou uma necessidade real e num público bastante específico, classificado como de “pré-idosos”, na faixa de 50 a 60 anos, para os quais não existem quaisquer políticas públicas ou privadas de apoio durante o desemprego, de preparação para a aposentadoria e de apoio depois de aposentados.

Evidenciando-se que as necessidades desse público extrapolam em muito o trabalho realizado, seja na carga horária, seja na abrangência dos assuntos levantados, pode-se concluir que, face aos resultados obtidos e, principalmente, aos índices de satisfação dos participantes com o trabalho realizado, devem-se conjugar os esforços na busca de novas parcerias para a realização de projetos seme-



lhantes, buscando apoiar essa população esquecida pelo poder público e marginalizada socialmente, e sensibilizar os dirigentes de empresas e de entidades públicas e privadas para as carências e expectativas dessas pessoas que têm ou, ao menos, deveriam ter, todos os direitos da plena cidadania brasileira.

Referências Bibliográficas

- BRUNS, Maria Alves de Toledo; ABREU, Antonio Suarez. O envelhecimento: encantos e desencantos da aposentadoria. **Revista da ABOP**, v.1, n.1. Florianópolis: Associação Brasileira de Orientadores Profissionais, 1997.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CATTANI, Antonio David. **Trabalho & autonomia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.
- LUCCHIARI, Dulce Helena Soares. A re-orientação profissional – apoio em época de crise. **Revista da ABOP**, v.1, n.1. Florianópolis: Associação Brasileira de Orientadores Profissionais, 1997.
- PASTORE, José. A controvérsia sobre tecnologia e emprego. **Revista Parceria Estratégica**, v.01, n.05, CEE/MCT – DF, Setembro/1998. Disponível na Internet em <http://www.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias5/tecnoemp.htm>, acessado em 22.10.2002.
- CAVALCANTI, Monique Bertrand. Idosos. (Cap.13) *In*: RANGÉ, Bernard. **Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas**. Campinas: Editorial Psy, 1998.
- RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos – O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.
- LARANGEIRA, Sonia M. G. (p.123/141) *In*: SANTOS, José Vicente Tavares (Org.). **Violências em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público – As tiranias da intimidade**. Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SCHIRATO, Maria Aparecida Rhein. **O feitiço das organizações**. São Paulo: Atlas, 2000.



UM ESTUDO SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE PESSOAS INSTITUCIONALIZADAS USUÁRIAS DE ÁLCOOL E/OU DROGAS

**Elizabeth Giufrida*

**Fabiana Cristina Boencio*

**Isabela Dean Scolin*

**Jussara Maria Batista Ferreira*

*** Carmen Garcia de Almeida*

RESUMO

O início do consumo de drogas tem se tornado cada vez mais precoce entre crianças e adolescentes, com as conseqüências aparecendo cada vez mais cedo, o que torna necessário o estudo das causas que levam os jovens a se envolverem com álcool e/ou drogas. O presente trabalho consiste em um estudo com os internos das instituições MARANATA e MEPROVI. A amostra selecionada foi de 36 sujeitos, sendo 18 do sexo masculino e 18 do feminino. Para a coleta de dados foi elaborado um questionário contendo 18 questões, as quais versavam sobre as causas que influenciam o início do uso de álcool e/ou drogas, os tipos de tratamentos utilizados pelas instituições e as perspectivas de vida dos internos. Os resultados mostram que a família, assim como os amigos, influencia tanto no início do uso, como na busca dos adictos por tratamento. Este, baseado em pressupostos religiosos oferecidos por essas instituições, parece ser, na maioria dos casos, a única possibilidade visualizada pelos entrevistados como capaz de produzir mudanças em suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas; Álcool; Instituições; Tratamento; Família.

*Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil.

** Docente do Curso de Psicologia da UniFil.

Doutora em Psicologia.

Orientadora da pesquisa.

E-mail: carmen@sercomtel.com.br



ABSTRACT

The initiation on drugs has become ever more precocious for children and adolescents with the consequences appearing earlier. That is what makes the study of the causes for the youth to get in contact with alcohol and/or drugs necessary. This research consists in a study including the interns of institutions MARANATA and MEPROVI. The sample used was 36 voluntaries, 18 male and 18 female. The data collection was carried out by a questionnaire of 18 questions on the causes that influence the initiation on the use of alcohol and/or drugs, the types of treatments used by the institutions and the intern's life perspective. The results show that the family, as well as friends, influences both on the initiation of alcohol/drug use and on the search for treatment. The treatment, based on religion beliefs offered by the institutions, seems to be, in most cases, the only possibility visualized by the interns as a useful tool in changing their lives.

KEY WORDS: Drugs; Alcohol; Institutions; Treatment; Family.

INTRODUÇÃO

Como se sabe, o uso de drogas é um assunto que está em voga. Há muitos projetos sendo desenvolvidos em prol dos usuários. *“Antigos textos literários e religiosos mostram que, em todas as épocas e lugares, os seres humanos deliberadamente usaram (e abusaram de) substâncias capazes de modificar o funcionamento do sistema nervoso, induzindo sensações corporais e estados psicológicos alterados”* ([http: www. epub. org. br/cm](http://www.epub.org.br/cm)). Portanto, a medicina define droga como: qualquer substância que é capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento.

O QUE LEVA À PROCURA DA DROGA

Uma questão bastante debatida nos dias de hoje é o início do uso de álcool e/ou drogas, percebendo-se que existem algumas fases da vida em que as pessoas ficam mais expostas a esses “convites”. Os adolescentes são curiosos e contestadores por natureza, sendo os que mais experimentam as drogas e correm o risco de se tornarem dependentes. “Como a adolescência é um período de auto-afirmação, a sociedade se torna um meio de cobranças e eles buscam estar sempre de acordo com os modelos por ela propostos, como é o caso das adolescentes que



se viciam em anfetaminas para apresentarem o corpo bonito e esbelto, que é o esperado pelo meio social” (TIBA, Içami, 1999).

A amizade é um fator muito importante a ser considerado ao se falar em possíveis influências para o começo do uso de drogas, como também a procura do prazer, representado para o jovem como êxtase, euforia, a fuga da realidade vivida e, muitas vezes, impossível de ser aturada, sendo que viver no mundo consciente pode não interessar mais, passando então a ser a irrealidade o seu universo, onde tudo é mais colorido e onde costumam buscar respostas para os seus problemas. Inquéritos feitos entre jovens mostram que, em sua maioria, o que os levou à sua primeira experiência com tóxicos foi a curiosidade. Ressaltam também o papel dos amigos que influenciam no consumo das drogas. De acordo com BUCHER (1992), a relação entre usuário e droga constitui-se de uma tríade entre: a personalidade do usuário (psicológico), o produto que ele consome (farmacológico) e o meio no qual o consumo evolui (contexto sócio-cultural).

Em seu livro “Uma História Íntima da Humanidade”, Theodore Zeldin, afirma que “a fuga para dentro de estados alterados de consciência, para a sedação ou a exaltação, foi uma ambição constante por toda a parte, em todos os séculos. Não houve civilização que não procurasse fugir à normalidade com a ajuda do álcool, tabaco, chá, café e plantas de todas as espécies.” A busca por agentes modificadores das funções nervosas é considerado por alguns autores, como Ronald Siegel, um impulso tão potente como os impulsos que levam à satisfação de necessidades fisiológicas, podendo mesmo suplantá-los. Segundo o referido autor: “O nosso sistema nervoso está preparado para responder aos intoxicantes químicos quase da mesma maneira que responde às recompensas da alimentação, da satisfação da sede e do sexo. Através de toda a nossa história como espécie, a intoxicação funcionou como os impulsos básicos da sede, da fome ou do sexo, por vezes obscurecendo todas as outras atividades.” (<http://www.amazon.com/exec/obidos/ASIN/0060926910/pubelectrompubl>)

Para algumas pessoas, a utilização da droga em nossa sociedade é consequência de vários fatores sociais, como por exemplo: grande valorização do prazer, crises de identidade social e de valores, mal estar social e uma sociedade forte-

mente consumista e competitiva. Vivemos em uma sociedade hedonista onde geralmente se dá mais valor ao prazer atual do que à saúde futura. Outras consequências seriam acidentes de carro, overdoses, crimes, marginalização, delinquência, irresponsabilidade, que podem produzir diversos prejuízos e comprometimentos às pessoas envolvidas. Com a aparição destes problemas, o usuário pode tanto diminuir como aumentar o consumo, até chegar à dependência, que varia de pessoa para pessoa.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO TRATAMENTO

A família é de fundamental importância para obter o sucesso no tratamento da dependência química. O problema não se resolverá a partir de uma internação ou após algumas consultas médicas. A dependência é um problema que vai se estruturando aos poucos na vida da pessoa. Muitos aspectos são afetados: o desempenho escolar, a eficiência no trabalho, a qualidade dos relacionamentos, o apoio da família, a confiança do patrão, o respeito dos empregados, etc.

Todos, durante o tratamento podem e devem ajudar, mas o que dá um maior suporte e quem deve buscá-lo é a família. Muitas vezes, o usuário não tem noção da gravidade do seu problema, sendo que a família a destaca e mostra os perigos futuros, como a volta ao consumo, apontando também as situações passadas, sendo que, muitas vezes, o usuário não percebe que havia algo errado em seus comportamentos. Ao mostrar-lhe a sua própria percepção, a família pode fazer com que mude a percepção dele. Para que não ocorra a recaída, a família deve ser dura e estipular regras voltadas para o afastamento das drogas, ajudando o usuário a evitar os locais de risco de recaída. Como a dependência química causa um impacto, acaba trazendo ressentimentos para todos. Com isso, necessita-se de uma conversa sobre o assunto, para serem analisadas as dificuldades que estão sendo enfrentadas. Esse momento de conversa vai ser muito difícil, porém é necessário, mostrando que o diálogo é importante para a resolução de dificuldades.

“A família, ao participar do tratamento, busca um novo elo entre os seus membros, um novo casamento, uma nova forma de criação dos filhos, uma nova imagem do pai e da mãe. O caminho novo a seguir é incerto e por isso sujeito a erros, impossível não errar dentro de uma situação tão complexa como essa. Aliás, só não cometem erros os que nada tentam. Tratar o usuário não se resume à busca pela abstinência, mas também à construção de um novo estilo de vida, para o usuário e para a família.” (<http://www.saudedefamilia.unifesp.br/>)



É de suma importância discutir e analisar o papel, tanto da família como do tratamento que está sendo desenvolvido junto aos usuários de drogas, pois se deve ter clareza de objetivos e do que se pretende alcançar com o tratamento.

A DEPENDÊNCIA COMO DOENÇA

A dependência é tratada como uma doença a partir do momento em que a droga passa a fazer parte da vida do usuário. Ela está ligada a alterações na estrutura e funções cerebrais, o que pode tornar-se uma doença cerebral. Inicialmente, o uso de drogas é um comportamento voluntário mas, com o uso prolongado, um “interruptor” no cérebro parece ligar-se e, quando o “interruptor” é ligado, o indivíduo entra em estado de dependência química caracterizado pela busca e consumo compulsivo da droga. Logo, a dependência é um consumo sem controle, geralmente associado a problemas sérios para o usuário. Porém, nem sempre a condição de uso nocivo de uma droga progride para uma dependência. A síndrome da dependência é descrita por um conjunto de fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância, ou uma classe de substâncias, alcança uma propriedade muito maior para um determinado indivíduo.

OBJETIVOS

Esta pesquisa teve como objetivo principal compreender as dificuldades apresentadas em relação ao álcool e às drogas por um grupo de pessoas institucionalizadas e, especificamente, também identificar e analisar as causas e os efeitos dos comportamentos adictos, verificar a percepção das pessoas sobre o seu relacionamento familiar, e identificar e analisar as perspectivas de vida apresentadas por esse grupo de pessoas.

METODOLOGIA

PARTICIPANTES: 36 pessoas, sendo 18 do sexo feminino e 18 do masculino.

LOCAIS: RECANTO MARANATA e MEPROVI (Ministério Evangélico Pró-Vida), ambos da cidade de Londrina-PR.

INSTRUMENTOS: Para a coleta de dados foi elaborado um questionário contendo 18 ítems versando sobre as causas que influenciam o início do uso de

álcool e/ou drogas, os tipos de tratamento utilizados pelas Instituições e as perspectivas de vida dos internos.

PROCEDIMENTO: Foram realizadas algumas visitas às Instituições, com o objetivo de explorar o contexto no qual os internos estavam inseridos e também para se obter subsídios para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. O questionário foi então elaborado e inicialmente aplicado a 5 sujeitos, com o objetivo de realizar o pré-teste do instrumento.

Dado a característica da população estudada, a qual em sua maioria apresentava baixo nível de escolaridade e dificuldades de compreensão, as questões do instrumento (tanto do pré-teste quanto da pesquisa propriamente dita) foram lidas pelos estagiários e em seguida foram registradas as respostas fornecidas pelos internos.

RESULTADOS

Os resultados são apresentados nos quadros seguintes.

QUADRO I: Distribuição dos sujeitos de acordo com os fatores que os levaram a se envolver com álcool e/ou drogas.

RESPOSTAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
SOFRIMENTO	05	19	05	25	10	22
NAMORADO(A)	00	00	04	20	04	09
AMIGOS(AS)	17	65	05	25	22	48
MODELOS FAMILIARES	02	08	04	20	06	13
OUTROS	02	08	01	05	03	06
NÃO SE ENVOLVEU	00	00	01	05	01	02
TOTAL	26	100	20	100	46	100

Quadro I: A maioria dos sujeitos (65%) do sexo masculino se envolveu com álcool e/ou drogas através dos amigos, enquanto que 25% das mulheres respondeu ter chegado às drogas através de amigos e em consequência do sofrimento. Percebe-se ainda que 20% das mulheres foram influenciadas pelos namorados e modelos familiares, enquanto que 19% dos homens afirmaram que foi em virtude do sofrimento.

QUADRO II: Distribuição dos sujeitos de acordo com as mudanças comportamentais percebidas mediante a utilização de álcool e/ou drogas.

RESPOSTAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
ALEGRIA	01	07	08	28	09	20
TRISTEZA	02	13	04	14	06	14
DEPRESSÃO	01	07	06	20	07	16
CULPA	01	07	03	10	04	09
AGRESSIVIDADE	08	53	08	28	16	36
OUTRAS	02	13	00	00	02	05
TOTAL	15	100	29	100	44	100

Quadro II: A maioria dos sujeitos(53%) homens relatou agressividade mediante a utilização de álcool e/ou drogas, enquanto que 27% das mulheres relataram agressividade e alegria, seguido de 20% que afirmaram ter experimentado depressão.

QUADRO III: Distribuição dos sujeitos em relação ao fato de terem recebido ou não ajuda por parte dos familiares.

RESPOSTAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
SIM	15	83	09	50	24	67
NÃO	00	00	06	33	06	17
ÀS VEZES	02	11	02	11	04	11
NÃO RESPONDEU	01	06	01	06	02	05
TOTAL	18	100	18	100	36	100

Quadro III: Os familiares da maioria dos entrevistados (83% dos sujeitos do sexo masculino e 50% dos sujeitos do sexo feminino) tentaram ajudá-los de alguma maneira.

QUADRO IV: Distribuição dos indivíduos conforme o tipo de ajuda recebida dos familiares.

RESPOSTAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
IR PARA A INSTITUIÇÃO	19	46	08	40	27	44
AJUDA ESPIRITUAL	12	29	08	40	20	33
CONVERSAR E RECEBER CONSELHOS	06	15	02	10	08	13
OUTROS	04	10	01	05	05	08
NÃO RESPONDEU	00	00	01	05	01	02
TOTAL	41	100	20	100	61	100

Quadro IV: A maioria dos entrevistados do sexo masculino (46%) foi ajudada ao ir à Instituição, vindo em seguida a ajuda espiritual (29% dos sujeitos do sexo masculino e 40% do sexo feminino.)

QUADRO V: Distribuição dos sujeitos de acordo com a percepção das perspectivas de vida que a Instituição oferece.

RESPOSTAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
UMA VIDA COM CRISTO	16	38	16	43	32	41
UM FUTURO MELHOR	17	40	14	38	31	39
TER UMA CASA PARA MORAR	09	22	07	19	16	20
NÃO ESPERA NADA	00	00	00	00	00	00
OUTROS	00	00	00	00	00	00
TOTAL	42	100	37	100	79	100

Quadro V: As perspectivas de vida percebidas pela maioria dos entrevistados do sexo masculino (40%) foram de uma vida com Cristo, seguido de 38% do sexo feminino que também esperam por uma vida com Cristo, enquanto que 38% do sexo feminino esperam por um futuro melhor.

QUADRO VI: Distribuição dos sujeitos de acordo com a percepção das conseqüências da utilização de álcool e/ou drogas para sua vida.

RESPOSTAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
PRISÃO	11	34	04	16	15	26
PERDAS FAMILIARES	10	30	10	40	20	34
PERDAS MATERIAIS	09	27	09	36	18	31
OUTROS	03	09	01	04	04	07
NÃO RESPONDEU	00	00	01	04	01	02
TOTAL	33	100	25	100	58	100

Quadro VI: A maioria dos entrevistados do sexo masculino (34%) foi presa em decorrência do envolvimento com álcool e/ou drogas, seguida de perdas familiares, que correspondem a 30%, enquanto que a maioria dos entrevistados do sexo feminino (40%) sofreu perdas familiares, seguido de perdas materiais, que correspondem a 36%.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Através dos dados, foi possível constatar que o início do uso de álcool e/ou drogas pela maioria dos sujeitos de ambos os sexos foi atribuída à influência de amigos e sofrimento. No sexo feminino, pôde-se perceber que os namorados e os modelos familiares também exerceram influência na determinação do início dos comportamentos adictos. Este dado parece estar relacionado ao fato de que as pessoas mais influenciáveis são aquelas que já apresentaram dificuldades de lidar com situações adversas, o que as leva a se tornarem mais vulneráveis ao envolvimento com álcool e/ou drogas.

Outra grande influência que ocorre, principalmente em um período específico, a adolescência, é a busca da aceitação social. O importante para o jovem é pertencer a um grupo e, caso não esteja condizente com o que este determina, corre o risco de ser excluído. Para evitar a exclusão, este pode acabar aderindo ao comportamento desviante do grupo e passar a utilizar drogas ou comportar-se de maneira inadequada.

Segundo o *site Mundo Jovem*, alguns dos fatores que levam ao uso de álcool e/ou drogas são: a falta de informações adequadas; ter uma saúde deficiente; não estar satisfeito com a qualidade de vida que possui; ter uma personalidade

deficientemente integrada; fácil acesso às drogas; ter amigos usuários. Na presente pesquisa, constatou-se que a influência de amigos foi uma variável na determinação do uso de álcool e/ou drogas por sujeitos de ambos os sexos.

Com relação às conseqüências advindas do uso de álcool e/ou drogas, verificou-se na pesquisa que a prisão aparece com bastante freqüência nos sujeitos do sexo masculino, sendo que aparece somente em uma proporção bem menor nos do sexo feminino. Outras conseqüências que também foram percebidas são as perdas familiares e as perdas materiais. Estas aparecem com maior freqüência nas mulheres, não deixando, porém, de aparecer em proporções consideráveis no caso dos homens.

Nos *sites* da **Unifesp** e do **UOL** aparecem pesquisas já realizadas em outras cidades ou estados, com enfoque nestes aspectos, apresentando os comportamentos emitidos pelos usuários de álcool e/ou drogas, como, por exemplo, quebra de regras ou leis, quando agridem pessoas, danificam propriedades, roubam, etc., que podem e muitas vezes acarretam prisão.

No questionário, quando o foco direciona-se para as perspectivas de vida que os entrevistados conseguem visualizar, as respostas apresentam grande ênfase em Cristo, o que levou a pesquisa a buscar saber por que isso aparece com tanta freqüência. Através dos *sites* **Frei Pedro**, **UOL** e **Diga Não Às Drogas**, verificou-se que a religião, antigamente, era um dos motivos pelos quais utilizavam-se alguns tóxicos (em seus rituais), mas que, nos dias de hoje, Cristo tornou-se a ajuda na construção e na base de instituições que visam recuperar e abrigar pessoas que usam drogas e são expulsas de casa. Por fim, estas instituições que apresentam fundamentos religiosos acabam por conduzir as pessoas que se encontram internadas ao uso da palavra de Cristo como uma possível forma de tratamento, adotando para si o que lhes é imposto. Assim, o futuro visado e esperado pelas pessoas que se internam ou são internadas nestas instituições acaba sendo baseado nessas crenças.

Como pôde ser constatado na pesquisa, não há procura de formas alternativas de comportamento, como, por exemplo, buscar o controle do seu comportamento agressivo e ter respeito com os colegas que moram junto na Instituição e que enfrentam dificuldades parecidas com as suas. O que parece prevalecer é a busca da “cura” pela fé, que é comum em instituições religiosas que pregam exatamente isso, uma vida com Cristo.

Independente do tipo de tratamento oferecido pelo local de recuperação, a família é uma grande aliada das pessoas que pretendem livrar-se do vício, mas só funciona para quem tem disposição para a mudança. A partir do momento que a pessoa conscientiza-se dos seus problemas e quer buscar mudanças para sua vida,



a família entra como peça fundamental, para motivá-la e apoiá-la durante o processo de desintoxicação e reintegração social (*Site PAD*). Na presente pesquisa, esta alternativa se mostrou muito presente, sendo assim um possível meio de ajuda aos internos para que estes consigam se livrar das drogas, utilizando-se da família da forma como esta pode e deve ser utilizada: apoiando e motivando.

CONCLUSÕES

Na atualidade, muitos profissionais de várias áreas do conhecimento se preocupam com o aumento do número de usuários de álcool e/ou drogas e com as conseqüências negativas advindas desse uso. Deste modo, consideramos ter sido importante e necessária a investigação das variáveis que causam e mantêm os comportamentos adictos, na medida em que as informações contidas nesta pesquisa possam contribuir para uma maior compreensão da problemática configurada, bem como de propostas alternativas para a resolução da mesma.

É importante salientar que o instrumento da coleta de dados, inicialmente elaborado para aplicação em uma amostra feminina, foi utilizado também em uma amostra masculina, para que se pudesse obter um maior número de sujeitos, o que pode ter interferido na direção dos dados. Assim sendo, sugerimos a elaboração de um questionário diferenciado que atenda a uma população mais diferenciada. A continuidade dos estudos nesta área poderá privilegiar, além dos usuários, seus familiares e/ou as pessoas com quem convivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <http://www.sbjq.org.br/ranteriores/23/resumos/1452-1/>
- Ballone, G. J. **Drogas e drogados**. In: PsiqWeb Psiquiatria Geral, Internet, 2001. Disponível em <http://sites.uol.com.br/gballone/psicossomatica/drogas.html>
- TIBA, Içami. **Anjos caídos: como prevenir e eliminar as drogas na vida do adolescente**. São Paulo: Ed. Gente. 1999.
- <http://www.mundojovem.org.br/drogas.php?sec=Drogas>
- <http://www.saudedefamilia.unifesp.br>
- <http://www.diganaoasdrogas.com.br/artigo001.asp>
- <http://www.antidrogas.com.br>
- <http://www.amazon.com/exec/obidos/ASIN/0060926910/epubelectrompubl>
- <http://www.epub.org.br/cm>



UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERNAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PACIENTES DO CAPS

**Ana Carolina Nóbile*

**Fernando Koga*

**Giselle Monteiro Avanzi*

***Carmen Garcia de Almeida*

RESUMO

O presente artigo descreve um estudo realizado com pacientes psiquiátricos submetidos a um novo modelo de intervenção oferecido pelo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Os principais objetivos desta pesquisa foram verificar a eficácia deste modelo, assim como avaliar o relacionamento social e familiar de pacientes e a satisfação destes com o tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; CAPS; Reforma Psiquiátrica.

ABSTRACT

The present article describes a study carried out with psychiatric patients submitted to a new intervention model offered by CAPS. The main objectives of this research were to verify the effectiveness of the model, as well as evaluate the patients' social and family relationship and their satisfaction concerning the treatment.

KEY-WORDS: Mental Health; CAPS; Psychiatric Reform.

*Academico(a) do Curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia - UniFil.

** Docente do Curso de Psicologia da UniFil.

Doutora em Psicologia.

E-mail: carmen@sercomtel.com.br

1. Introdução

1.1. Tratamento Psiquiátrico no Brasil

Historicamente, a atividade psiquiátrica foi desenvolvida no Brasil para atender a uma necessidade da sociedade nos meados do século de 1800. Nesse período, a assistência médica e hospitalar dependia de irmandades religiosas; assim, a internação dos pacientes era vista como um ato de caridade. No entanto, desde então se traduzia um ato de exclusão, pois nestes locais as pessoas não recebiam cuidados adequados para o seu restabelecimento biopsicossocial.

O cuidado com o portador de sofrimento psíquico não fazia parte do contexto da sociedade. Os doentes considerados inúteis, necessitados, incuráveis, incômodos para a família, bêbados, etc., eram “depositados” em manicômios e, na maioria das vezes, condenados a acabar seus dias de vida nessa condição. Na tentativa de solucionar tais dificuldades, surge a Reforma Psiquiátrica que, de acordo com BEZERRA (1992), “trata-se de uma nova maneira de a sociedade lidar com a loucura.”

A **Reforma Psiquiátrica** “propõe transformar o modelo assistencial em saúde mental e construir um novo estatuto social para o louco, o de cidadão como todos os outros. Não pretende acabar com o tratamento clínico da doença mental, mas sim eliminar a prática do internamento como forma de exclusão social dos indivíduos portadores de transtornos mentais. Para isso, propõe a substituição do modelo manicomial pela criação de uma rede de serviços territoriais de atenção psicossocial, de base comunitária, que incluem os centros de atenção psicossociais. Neste novo modelo de cuidado, os usuários dos serviços têm à sua disposição equipes multidisciplinares para o acompanhamento terapêutico e adquirem também o *status* de agentes no próprio tratamento.” (DESVIAT, 1999).

1.2. CAPS: Um modelo de intervenção

O CAPS é um Centro de Atenção Psicossocial que constitui um serviço extra-hospitalar de assistência pública, estatal ou contratado, aos problemas de saúde mental, individual e coletiva. Caracteriza-se, sobretudo, por uma multiplicidade crítica de funções e técnicas, prática interdisciplinar e de acessibilidade local. O CAPS tem como objetivos:

- Resgatar e favorecer a autonomia do indivíduo com transtornos psíquicos, seja no trabalho, seja nas relações afetivas e sociais;
- Oferecer a esta clientela um recurso intermediário entre a internação e o ambu-

latório, visando a atenção psicossocial;

- Sistematizar práticas terapêuticas a fim de favorecer o processo de desospitalização e desinstitucionalização;
- Promover atividades comunitárias, enfocando a reintegração do indivíduo com transtornos psíquicos à comunidade;
- Orientar os familiares sobre o programa de tratamento, com o objetivo de mantê-los integrados no processo terapêutico do usuário (SAMPAIO, 1995).

1.3. O Papel da Família no Tratamento

Sabe-se que é de fundamental importância a participação da família no tratamento da doença mental. Acredita-se que qualquer tentativa de tratar o indivíduo isoladamente de sua família é inútil para ele, pois os principais passos para a promoção da saúde mental, e seu tratamento devem ser planejados junto aos familiares.

Estudos citados por WAIDMAN (1999) apontam que a família é essencial na manutenção do doente fora da instituição psiquiátrica, reforçando a idéia da necessidade dela ser preparada e apoiada pelos profissionais da área de saúde mental com vistas ao seu convívio com o paciente.

Dessa forma, é necessário que os profissionais ligados à área da saúde mental direcionem suas atividades à família, tanto quanto ao portador do sofrimento psíquico.

2. Objetivos

2.1. Objetivos Gerais

Observar e analisar as interações de pacientes do CAPS.

2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as dificuldades que os pacientes apresentam diante da condição de internação.
- Verificar a avaliação dos pacientes em relação ao tratamento recebido.
- Avaliar o relacionamento familiar dos pacientes.
- Avaliar o relacionamento social destes pacientes.
- Verificar a eficácia do tratamento oferecido pelo CAPS.

3. Método

3.1. Sujeitos

Foram entrevistadas 32 pessoas, sendo 16 do sexo masculino e 16 do feminino, com idades variando entre 15 e 59 anos.

3.2. Local

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), localizado em Londrina – PR.

3.3. Recursos Humanos

Os dados foram coletados por três estagiários do Curso de Psicologia do Centro Unversitário Filadélfia (UniFil), orientados pela docente da disciplina Estágio do Núcleo Comum.

3.4. Instrumento de Coleta

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário composto de 30 questões, versando sobre: internações anteriores dos sujeitos, sintomas, expectativas e satisfação em relação ao tratamento, avaliação do relacionamento familiar e social, participação familiar no tratamento, dentre outras.

3.5. Procedimento

Os questionários foram aplicados na Instituição, após ser dada a explicação aos sujeitos sobre os objetivos da pesquisa.

Em função de algumas dificuldades apresentadas pelos sujeitos, as questões foram lidas pelos estagiários e em seguida respondidas pelos sujeitos.

4. Resultados

Tabela 1 – Distribuição dos sujeitos de acordo com o sexo e os sintomas que os fizeram procurar o tratamento. *

ALTERNATIVAS	MASCULINO		FEMININO	
	Fa	F%	Fa	F%
a) delírios	2	6,45	2	5,41

b) alucinações	1	3,23	3	8,11
c) tristeza	7	22,58	11	29,73
d) alcoolismo	3	9,68	2	5,41
e) visões	1	3,23	4	10,81
f) TOC	1	3,23	0	0
g) dores no corpo	2	6,45	3	8,11
h) outros	14	45,16	12	32,43

ALTERNATIVAS	MASCULINO		FEMININO	
	Fa	F%	Fa	F%
a) depressão pós-parto	0	0	2	11,76
b) depressão	3	17,65	7	41,18
c) nervosismo	2	11,76	1	5,88
d) agitação	0	0	1	5,88
e) drogas	3	17,65	2	11,76
f) sofrimento	0	0	1	5,88
g) stress	0	0	1	5,88
h) síndrome do pânico	0	0	1	5,88
i) bipolar	1	5,88	0	0

* Questão de respostas de múltipla escolha.

j) surto psicótico	1	5,88	0	0
l) epilepsia	3	17,65	1	5,88
m) medo	1	5,88	0	0
n) irritação	1	5,88	0	0
o) convulsão	1	5,88	0	0

Pelos dados apresentados na Tabela 1, podemos visualizar que a categoria “outros sintomas” foi a mais apontada pelos sujeitos nas duas condições (45% de homens e 32% de mulheres). Dentre estes sintomas, destacam-se 41% de depressão entre os sujeitos do sexo feminino, seguido de 11% de depressão pós-parto e uso de drogas, respectivamente. Já entre os sujeitos do sexo masculino, tivemos 17% tanto de depressão, quanto ao uso de drogas e epilepsia. A 2ª categoria de sintomas mais apontada pelos sujeitos de ambos os sexos foi a tristeza, sendo 29% entre as mulheres e 22% entre os homens.

Tabela 2 - Distribuição dos sujeitos de acordo com o sexo e a satisfação em relação ao tratamento.

ALTERNATIVAS	MASCULINO		FEMININO	
	Fa	F%	Fa	F%
a) sim	14	87,5	15	100
b) não	2	12,5	0	0

Segundo os dados exibidos na Tabela 2, todos os sujeitos do sexo feminino e a maioria dos sujeitos do sexo masculino estão satisfeitos com o tratamento (87%).

Tabela 3 - Distribuição dos sujeitos de acordo com o sexo e a avaliação do relacionamento familiar antes de frequentar a Instituição.*

ALTERNATIVAS	MASCULINO		FEMININO	
	Fa	F%	Fa	F%
a) ótimo	2	10	2	11,11
b) regular	6	30	0	0
c) bom	2	10	5	27,78
d) ruim	3	15	4	22,22
e) péssimo	1	5	4	22,22
f) isolamento	2	10	2	11,11
g) timidez	1	5	1	5,56
h) outros	3	15	0	0

ALTERNATIVAS	MASCULINO		FEMININO	
	Fa	F%	Fa	F%
a) desestruturado	1	33,33	0	0
b) complicado (com atritos)	1	33,33	0	0
c) agressividade	1	33,33	0	0

* Questão de respostas de múltipla escolha.

Pelos dados apresentados na Tabela 3, pode-se visualizar que a maioria dos sujeitos do sexo masculino (30%) avaliaram o relacionamento familiar como regular, seguindo da avaliação ruim (15%) e “outros” (15%). Nesta categoria, o relacionamento familiar foi avaliado como desestruturado, complicado (com atritos) e agressivo, com 33% para cada. Em relação ao sexo feminino, observa-se que a maioria tinha um bom relacionamento com a família (27,78%), seguindo de ruim e péssimo (22%) cada.

Tabela 4 - Distribuição dos sujeitos segundo o sexo e o acompanhamento do tratamento por parte da família.

ALTERNATIVAS	MASCULINO		FEMININO	
	Fa	F%	Fa	F%
a) sim	12	75	8	50
b) não	4	25	8	50

De acordo com os dados da Tabela 4, podemos visualizar que a maioria dos homens (75%) e a metade das mulheres relataram que a família acompanha o tratamento.

Tabela 5 - Distribuição dos sujeitos de acordo com o sexo e a avaliação de seu relacionamento familiar atualmente.*

ALTERNATIVAS	MASCULINO		FEMININO	
	Fa	F%	Fa	F%
a) ótimo	2	13,33	2	12,5
b) regular	9	60	8	50
c) bom	3	20	4	25
d) ruim	0	0	0	0

e) péssimo	0	0	2	12,5
f) isolamento	1	6,67	0	0
g) timidez	0	0	0	0
h) outros	0	0	0	0

Segundo os dados expressos na Tabela 5, podemos visualizar que a maioria dos sujeitos do sexo masculino (60%) e a metade dos sujeitos do sexo feminino avaliaram o relacionamento atual com suas famílias como bom.

5. Discussão

Diante dos dados apurados na presente pesquisa, constata-se que a maioria da população entrevistada possui baixo nível de escolaridade (1º grau incompleto), com idades variando entre 15 e 59 anos.

A maioria tem freqüentado a Instituição por período entre 1 e 11 meses, sendo depressão e tristeza os principais sintomas que os levaram à procura do tratamento.

Em se tratando de freqüência a outras Instituições, a maioria dos indivíduos já freqüentou tanto hospitais psiquiátricos quanto outras Instituições. Como foi salientado por MACEDO¹ (1997), a maior parte dos pacientes que foram submetidos a internações de longa duração não conseguem levar uma vida normal quando retornam para a comunidade. Em nossa pesquisa, constata-se que o modelo diferenciado de intervenção oferecido pelo CAPS propicia a continuidade do convívio social dos pacientes, contribuindo para a reinserção social dos mesmos.

Os pacientes de CAPS acreditam que o tratamento visa a cura e a melhora, adquirindo *status* de agentes no próprio tratamento. Assim sendo, a grande maioria está satisfeita com esse novo modelo assistencial oferecido pela Instituição, o que demonstra sua eficácia em propiciar a reintegração da pessoa na comunidade.

Conforme SAMPAIO (1995), orientar os familiares sobre o programa de tratamento a fim de mantê-los integrados no processo terapêutico do usuário também é um dos objetivos do CAPS. A presente pesquisa constatou que, antes de freqüentar a Instituição, o relacionamento familiar dos sujeitos era avaliado como

* Questão de respostas de múltipla escolha.

1: Retirado do site: http://www.afdm.org.br/hist_o_que_e.htm



regular e ruim (30% e 15%) pela maior parte dos sujeitos do sexo masculino, e os sujeitos do sexo feminino avaliaram seu relacionamento como bom (27%), seguido de ruim e péssimo (22%). No entanto, a pós a inserção no CAPS a avaliação do relacionamento familiar de ambos os sexos tornou-se mais positiva, na medida em que 50% dos sujeitos do sexo feminino e 60% dos sujeitos do sexo masculino avaliaram-no como bom.

Segundo o relato dos entrevistados, não houve mudanças significativas no relacionamento social, pois a grande maioria já havia avaliado o seu relacionamento social como bom, tanto antes quanto após a inserção no CAPS. Dentre as melhorias relevantes percebidas pelos pacientes fora da Instituição, destaca-se a conquista de novas amizades, ingrediente este que nós consideramos de grande importância no processo de recuperação dos mesmos.

6. Considerações Finais

A idéia geral do trabalho baseou-se em pesquisas na área de Saúde Mental e entrevistas realizadas com pacientes do CAPS. O contato com a realidade das pessoas portadoras de sofrimento psíquico nos levou a um aprofundamento de conhecimentos e a verificação da eficácia desse novo modelo de intervenção.

Pôde-se constatar na pesquisa que os pacientes estavam satisfeitos com o tratamento oferecido pela Instituição e, embora esta não nos tenha fornecido dados que comprovem a redução dos sintomas, o simples fato deles avaliarem positivamente o tratamento nos leva a acreditar que a desinstitucionalização vem trazendo-lhes benefícios. Dessa forma, sugerimos que pesquisas futuras possam ser direcionadas a investigar essa variável.

Nas visitas ao CAPS, pôde-se observar que existe um grande esforço da Instituição em reintegrar os indivíduos à comunidade, visto que os mesmos não são afastados do convívio social durante o tratamento, podendo permanecer junto à sua família, de maneira a não se distanciar de sua vida social.

A família tem grande influência na recuperação de pessoas que sofrem de transtornos mentais, e através da pesquisa pôde-se constatar que a promoção da saúde mental e seu tratamento devem ser planejados incluindo-se os familiares, a fim de serem obtidos progressos positivos.

A presença das famílias nas reuniões do CAPS é algo que deveria ser mais estimulado pela Instituição, pois, embora os pacientes tenham relatado que suas famílias acompanham o tratamento, estas geralmente não participam das reuniões. Sabe-se que muitas famílias apresentam dificuldades em lidar com a doença mental, mas é preciso que haja a conscientização de que elas são fundamentais

para a melhora do paciente.

Os relacionamentos sociais dos entrevistados foram avaliados por eles como bons, antes e após a inserção no CAPS, embora o esperado fosse que, após algum tempo de tratamento, o relacionamento social fosse avaliado ainda mais positivamente pelos pacientes.

Finalmente, é de grande importância destacar que o portador de sofrimento psíquico tem de ser cuidado; deve-se para tanto obter todas as condições propícias ao seu bem-estar biopsicossocial, espiritual e, principalmente, deve haver uma preocupação significativa com a sua reinserção social.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, B. Jr. Cidadania e loucura: um paradoxo? *In*: BEZERRA, B. Jr.; AMARANTE P. (Org.). **Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DESVIAT, Manuel. **A Reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SAMPAIO, José J. C.; BARROSO, Carlos M. C. **Manual de organização de CAPS**. Quixadá: Mimeo, 1995.

WAIDMAN, M.A.P. Enfermeira e família compartilhando o processo de reinserção social do doente mental. *In*: LABATE, R. C. (Org.). **Caminhando para a assistência integral**. Ribeirão Preto: FAPESP, 1999.

Sites consultados:

<http://www.cdsm.ufes.br/documents/tratamento.htm> (Acesso em 20/09/03).

http://www.afdm.org.br/hist_o_que_e.htm (Acesso em 15/04/03).

http://www.saude.mg.gov.br/relacao_naps_saude_mental.htm (Acesso em 15/04/03).



AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E SUA APLICABILIDADE ÀS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

**Rogério Martins de Paula*

**Simone Vinhas de Oliveira*

**Yeza Bozo Tonin*

**Renata Silveira de Paiva*

**Carlos Francisco Borges Ferreira Pires*

**Fernanda Dias Franco*

**Cláudio Antônio de Paiva Simon*

***Valkíria Aparecida Lopes Ferraro*

RESUMO

É do conhecimento de todos que a sociedade está em constante processo de transformação e desenvolvimento. O grande marco dessas mudanças no último século foi, e vem sendo, os intensos avanços tecnológicos, que proporcionaram tanto o crescimento econômico como a exclusão de diversos setores da sociedade, alienados de tal processo. Diante disso, procura-se reverter esse conteúdo negativo através de políticas de inclusão social, tendo como foco principal o deslocamento de Tecnologias da Informação TI(s) para todos segmentos até então excluídos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Digital; Tecnologias da Informação; E-gov;
Software Livre.

*Acadêmico(a) do Curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina - UEL

** Docente do Centro Universitário Filadélfia - UniFil.

Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP.

Professora Adjunto-B do Curso de Graduação em Direito Civil.

Docente do Curso de Mestrado em Direito Negocial da UEL.

E-mail: valkíria@sercomtel.com.br



ABSTRACT

It's known that society is in a constant process of transformation and development. The great marker of these changes in the last century was, and has been, the intense technological development, that provided both economical growth and exclusion of diverse sectors in society, those unaware of such process. So, an effort is made to revert this negative content trough policies of social inclusion focusing on conveying technology information (TI) to people so far excluded.

KEY-WORDS: Digital Inclusion; Technology Information; E-gov; Free Software.

INTRODUÇÃO

O avanço da economia moderna mundial foi produto da chamada “Era do Conhecimento” associada ao processo de globalização e à informática. Tal mudança teve como pedra fundamental os intensos investimentos em Tecnologia da Informação (TI), os quais permitiram a conexão entre os diversos mercados, troca de dados entre executivos de maneira a estabelecer estratégias, dando também maior agilidade às grandes corporações.

Contudo, a famigerada Sociedade da Informação contém um hiato de desigualdade social e econômica que poderá ser preenchida por uma política que gere um maior campo de oportunidades através da inclusão digital.

Tal política poderá ser formulada e executada através da associação entre órgãos governamentais e empresas privadas, de maneira a prover o conhecimento tecnológico à comunidade brasileira excluída dos processos produtivos.

Para tanto, apresenta-se aqui uma breve análise do funcionamento de diversos instrumentos da Tecnologia da Informação, bem como sua aplicabilidade num processo de inclusão social. Dessa maneira, pode-se vislumbrar nas TI(s), associadas à Internet, um modo de transformação de segmentos sociais que, como diria Castells,¹ um contingente de povos, empresas e regiões *off-line* de Quarto Mundo.

1: *Apud* Gilberto PAVINI JÚNIOR, *In: B2B Magazine – O quebra-cabeças da inclusão digital*. ano 3, n.30, maio 2003, p.50.

1 – A INCLUSÃO DIGITAL E O MODELO DEMOCRÁTICO

Ao longo da história, o modelo econômico do Brasil vem sendo marcado pela dependência externa e, corolário, pelo atraso tecnológico. Tal situação manteve-se através de modelos de governos autoritários, compostos por uma elite, e sempre dependentes do conhecimento externo.

Entretanto, a Sociedade da Informação e as perspectivas do modelo democrático de participação política podem suscitar algumas alternativas de rompimento com as arcaicas estruturas que sempre reproduzem o abismo social, bem como resgatar aqueles milhões que se encontram excluídos da economia digital.

Nas palavras de Gilberto Pavoni Júnior,² “...na economia fundada na informação e no conhecimento, quem não tiver acesso a um computador, conexão com a Internet e conhecimento para tirar proveito disso tudo, corre o risco de ficar fora do jogo. Hoje, no Brasil, existem entre 20 e 25 milhões de cidadãos capazes de usar minimamente a Internet. O número baseado em pesquisas como a de Nielsen-Net Ratings, que aponta os 19,7 milhões de usuários domésticos, é referendado pelos 19 milhões de brasileiros que entregaram a declaração de Imposto de Renda em 2003. No outro extremo, estão cerca de 50 milhões abaixo da linha da pobreza. Gente que não tem acesso nem a um prato de comida diário, quanto mais a um PC plugado.”

O modelo democrático participativo constitui-se como meio e fim para o processo de inclusão digital. É meio, porque apresenta os instrumentos de participação e envolvimento de toda a sociedade na tarefa de formular e executar as políticas necessárias, e fim, porque tem o objetivo de criar oportunidades e incluir todos os indivíduos na sociedade.

Os mecanismos jurídicos disponíveis para a inclusão digital encontram-se na própria Constituição brasileira, através da institucionalização da participação política e, principalmente, pela relativização do conceito sobre o direito à informação,³ incluído na categoria dos direitos coletivos. É um direito não à mera informação, mas direito ao conhecimento de uma forma ampla e auto-sustentável, de maneira que cada indivíduo possa concebê-la e também modificá-la.

2: In **B2B Magazine** – *O quebra-cabeças da inclusão digital*. Ano 3, n.30, maio, 2003, p.48.

3: XIV – *É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.*



2 – AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E AS INICIATIVAS DE COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL

No processo de inclusão digital, encontram-se, como exemplo no campo de oportunidades, os telecentros e os investimentos em tecnologia da informação nas pequenas e médias empresas. Os primeiros representam uma oportunidade no âmbito do acesso ao conhecimento, e o último diz respeito a oportunidades na área do desenvolvimento econômico.

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, desenvolveu junto à cidade um Programa de Inclusão Digital, em combate ao *apartheid* tecnológico, criando os chamados “Telecentros”. São centros educacionais unificados que têm como objetivo fundamental levar a informática a todos, dar cursos, garantir o uso rápido da Internet e incluir programas de requalificação profissional, instalados em lugares com sérias desigualdades sociais.

Cada unidade possui de 10 a 20 computadores conectados à Internet banda larga. Segundo a revista B2B Magazine,⁴ em 2003, mais de 300 mil pessoas passaram pelos 107 telecentros espalhados pela cidade. Só dos cursos de informática já participaram 64 mil paulistanos. Nas aulas, os estudantes usam ferramentas como o *GNU/Linux Debian* (sistema operacional), *Gnome* (interface gráfica semelhante ao *Microsoft Windows*), *Open Writer* (processador de texto) e *Galeon* (navegador), e recebem gratuitamente apostila e 20 horas de aulas. Há ainda as oficinas especiais, como a de criação de *sites*, elaboração de currículos, jornalismo comunitário e meio ambiente.

Por outro lado, encontram-se as micro, pequenas e médias empresas brasileiras, responsáveis pela maior capacidade de gerar empregos no país, que passam por intensas dificuldades e estão sendo progressivamente destruídas. Stephen Kanitz, em reportagem à revista *Veja*,⁵ informa que, “...de vinte anos para cá, além de aumentarem os impostos, reduziram os prazos de pagamento desses impostos de 120 para 15 dias. Hoje, as empresas precisam pagar 40% de suas receitas ao governo antes de receber de seus clientes. O capital de giro dessas empresas sumiu; em vez de financiar a produção, financia o governo. Estudo realizado pelo Sebrae, e apresentado por Alencar Burtir, estima que 31% das pequenas empresas quebrarão até 2005.”

4: *Homoinformacional*, Ano 4 – n.38 – Janeiro 2002, p.16.

5: Ano 37 – n.11 – 17 de março de 2004, p.20.

As TI(s) aparecem como uma alternativa para o melhoramento da atual situação destas empresas, na medida em que podem reduzir os custos, qualificar serviços e produtos, bem como ampliar o mercado consumidor. Num primeiro plano, tais investimentos proporcionam uma reestruturação da organização interna que facilita a otimização dos recursos e, conseqüentemente, o controle da qualidade dos produtos e/ou serviços oferecidos.

Com a ampliação desses investimentos na etapa de negociações, tanto no *business to business* como no *business to consumer*, incluem-se os instrumentos digitais das TI(s). Tais tecnologias proporcionam, além da redução de custos nas transações negociais, também dão maior agilidade e segurança a essas operações. Como exemplos de sucesso, podemos citar o *software* livre e a assinatura digital.

Podemos conceituar *Software Livre* "...como a liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o *software*. Mais precisamente, ele se refere a quatro tipos de liberdade para os usuários do *software*:

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade no. 0);
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade no. 1). O acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade no. 2); e
- A liberdade de aperfeiçoar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade no. 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

Note-se que critérios como os estabelecidos nesta definição do *software* livre requerem cuidadosa deliberação quanto à sua interpretação. Para decidir se uma licença se qualifica como de *software* livre, nos baseamos nestes critérios para determinar se ela segue o nosso espírito, assim como possui as palavras exatas. Se uma licença inclui restrições impensadas, nós a rejeitamos, mesmo que nós não tenhamos previsto a questão nestes critérios. Às vezes um requerimento de alguma licença levanta uma questão que requer excessiva deliberação, incluindo discussões com advogados, antes que nós possamos decidir se o requerimento é aceitável. Quando nós chegamos a uma conclusão sobre uma nova questão,

freqüentemente atualizamos estes critérios para tornar mais fácil determinar por que certas licenças se qualificam ou não.”⁶

Já a assinatura digital, Segundo Miguel Pupo Correa,⁷ “constitui um sinal ou meio suscetível de ser usado com exclusividade e aposto a um documento, através do qual o autor deste:

- revela a sua identidade pessoal de forma inequívoca;
- manifesta a sua vontade de emitir o documento e emitir as declarações de vontade ou conhecimento dele constantes, ou ainda, aderir ao seu conteúdo; e
- *na medida do possível, procura preservar a integridade do documento, isto é, a sua inalterabilidade máxima quando é objeto de comunicação com outra pessoa.*”

Tal definição se encaixa perfeitamente a todos os processos ou meios técnicos de autenticação, incluindo-se aí a assinatura digital.

Tentando evitar a criação de um conceito obsoleto, que vá de encontro com a evolução da própria tecnologia, Marlon Marcelo Volpi⁸ definiu assinatura digital como “um mecanismo digital utilizado para fornecer confiabilidade tanto sobre a genuinidade como sobre a autenticidade de um documento eletrônico.” No entanto, mesmo não incluindo aspectos técnicos no seu conceito, é impossível, ao defini-la, afastar-se da sua relação direta com os algoritmos de autenticação ou, mais especificamente, com a criptografia, que “consiste em uma escrita que se baseia em um conjunto de símbolos cujo significado é conhecido por poucos, permitindo com isto que se criem textos que serão incompreensíveis aos que não saibam o padrão de conversão necessário para a sua leitura.”⁹

6 Free Software Foundation – O Que é Software Livre? - <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt.html> - Acesso em 18.03.2004, às 13:39 horas.

7 *Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital*, http://publicaciones.derecho.org/red/N@umero_12_-Julio_de_1999/Sociedade_apud Renato M. S. Opice Blum, *Direito Eletrônico – a Internet e os Tribunais*, p.47.

8 *Direito de Informática – Temas Polêmicos*, p. 369.

9 *Documento Eletrônicos – Assinaturas Digitais – Da Qualificação Jurídica dos Arquivos Digitais como Documentos*. São Paulo: LTr, 1999, p. 28, *apud* Antônio Lago Júnior, *responsabilidade Civil por Atos Ilícitos na Internet*, p. 34.



3 – PERSPECTIVAS DOS INVESTIMENTOS TECNOLÓGICOS

Do mesmo modo que a Revolução Industrial influenciou a organização social e econômica mundial, a informática e as telecomunicações influenciaram o mundo dos últimos anos. E nas próximas décadas, esse leque de inovações deverá revolucionar ainda mais o modo como vivemos e nos comunicamos. Como parte destas inovações, a política deve articular as ações governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento tecnológico.

O governo Lula, através do **e-gov**, pretende definir linhas básicas de atuação no campo digital, tendo como meta deixar o poder público presente em qualquer lugar e a qualquer momento para os brasileiros. A idéia é de que, quanto mais pessoas possam interagir nos processos tecnológicos, maior poderá ser o desenvolvimento do setor no país.

A política do **e-gov**, bem como todo investimento em tecnologia, deve sempre caminhar junto com os programas de inclusão digital, já que nada adianta uma superestrutura quando apenas 7% da sociedade brasileira têm acesso à Internet. E o quadro ainda se complica mais nas áreas rurais, em que apenas 2% da população têm acesso ao computador.¹⁰

Nas ações não-governamentais, há um bom exemplo de política de inclusão digital propulsora de desenvolvimento tecnológico: o Programa Paranapanema Energia Educação Ambiental (PEEA), da Duke Energy Brasil. Tal projeto tem como finalidade ensinar a população carente de municípios da Bacia do Rio Paranapanema como encontrar na Internet possíveis financiadores para seus projetos comerciais. Para isso, a empresa lança mão de recursos básicos de informação (livros, vídeos, telefone, computadores), alocados em espaços cedidos pelas prefeituras dos municípios locais. Além disso, também fornece um curso básico de educação ambiental, bem como outras aulas interessantes à realidade local, como o ecoturismo, artesanato ou elaboração de projetos.

A tendência agora é a multiplicação de projetos com essa mesma finalidade, ou seja, trazer conhecimento e informação básicos a segmentos excluídos da sociedade. Tal feito poderá significar uma alternativa para o desenvolvimento e a auto-sustentabilidade desses setores.

10: Dados obtidos na **Revista B2B Magazine** – E-gov – a hora do e-cidadão – Ano 3 – n.32 – Julho 2003, p.46.



CONCLUSÕES

Entre as informações geradas pela Sociedade da Informação, estão presentes as antigas estruturas que corroboram para a desigualdade e a exclusão social. Nesse contexto, emerge o desafio de transformar a reprodução dos processos de discriminação social dos indivíduos em processos de inclusão de todos os segmentos da sociedade.

Assim, vislumbrar as possibilidades de inclusão digital e as alternativas de mudança das condições desprivilegiadas dos indivíduos da sociedade brasileira converge para um plano de sociedade mais elevado, consolidando valores de ordem constitucional, como o direito à informação, à democracia e, sobretudo, a valorização da dignidade da pessoa humana. Como se pode observar, é um caminho a se seguir que, com certeza, não é a solução, mas que, ao menos, pode proporcionar um mínimo do exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUM, Renato Opice (Coord.). **Direito eletrônico – A Internet e os tribunais**. Bauru: Edipro, 2001.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CANTERO, Christye. Era da informação na periferia. **Revista B2B MAGAZINE**. São Paulo, ano 4, n.38, p.16-18, janeiro, 2004.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. **O que é software livre?** Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt.html>>. Acesso em: 18 março 2004.

KANITZ, Stephen. O fim das pequenas empresas. **Revista VEJA**. São Paulo, ano 37, n.11, p.20, 17 de março, 2004.

LAGO JÚNIOR, Antônio. **Responsabilidade civil por atos ilícitos na Internet**. São Paulo: LTR, 2001.

LUCCA, Newton (Coord.); SIMÃO FILHO, Adalberto (Coord.). **Direito e Internet – Aspectos jurídicos relevantes**. Bauru: Edipro, 2001.

PAVANI JÚNIOR, Gilberto. Inclusão digital: o quebra-cabeças da modernidade tecnológica. **Revista B2B MAGAZINE**. São Paulo, ano 3, n.30, p.48-50, maio, 2003.

Revista B2B MAGAZINE. E-gov – A hora do e-cidadão. Ano 3 – n.32, p.46, julho 2003.

ROVER, José Aires (Org.). **Direito e Informática**. Barueri: Manole, 2004.

SHOUERI, Luís Eduardo (Org.). **Internet – O Direito na era virtual**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.



SILVA JÚNIOR, Roberto Roland Rodrigues. **Internet e Direito – Reflexões doutrinárias**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

VOLPI, Marlon Marcelo. **Direito da Informática - Temas polêmicos**. Bauru: Edipro, 2002.



PAISAGEM URBANA BASES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

**João Henrique Bonametti*

RESUMO

O presente artigo desenvolve uma retrospectiva crítica a respeito da evolução histórica dos conceitos e dos padrões de arquitetura paisagística. O estudo começa com as primeiras manifestações de desenvolvimento urbano conhecidas, que datam da mais remota antiguidade, e segue pelas civilizações mais proeminentes desse período. Percorre a Idade Média e a Era Moderna, até chegar às últimas décadas do século XX e o alvorecer do XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Urbana; Arquitetura Paisagística; História da Arquitetura Paisagística.

ABSTRACT

The present work develops a critical review on the historical evolution of concepts and standards of landscape architecture. The study begins with the first known manifestations of urban development dating from the most remote antiquity and then follows through the most prominent civilizations of that period. It goes through the Middle Ages and the Modern Era, until the last decades of the twentieth century and the dawning of the twenty-first.

KEY-WORDS: Urban Landscape; Landscape Architecture; History of Landscape Architecture

* Arquiteto e urbanista.

Docente do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e do Centro Universitário Positivo – UniCenP, Curitiba, PR.

Mestre pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo – EESC/USP.

Doutorando pela Universidade Portuguesa Infante D. Henrique, Porto-Portugal.

E-mail: pesquisa@filadelfia.br



INTRODUÇÃO

A arquitetura paisagística se iniciou quando a humanidade passou a praticar regularmente a agricultura. Era necessário que as pessoas vivessem em espaços estabelecidos e se protegessem de alguma forma. Esta nova maneira de viver começou, mais ou menos ao mesmo tempo, às margens do Nilo e no delta Eufrates/Tigre, seguindo rumo à Síria e mais tarde para o Mediterrâneo, onde, segundo os estudiosos, ficava o Jardim do Éden. Assim, as paisagens urbanas mais antigas que conhecemos são Egito, Israel e Irã, sendo que o mais primitivo desenvolvimento urbano conhecido é Jericó e data de aproximadamente 8000 a.C. (GLANCEY, 2001).

Para uma melhor análise da transformação da paisagem urbana, em primeiro lugar, faz-se necessária uma conceituação geral, bem como sua evolução histórica. É o que pretendemos que ocorra, ao longo deste artigo. Só então poderemos tentar analisar, mais profundamente, as razões que produziram nossas atuais paisagens urbanas. Para onde seguiremos depende das decisões e posições que tomaremos como profissionais com a função de construtores e modificadores da paisagem de nossas cidades.

A PAISAGEM URBANA

Quanto mais se retrata a paisagem urbana, mais ela nos escapa. No horizonte, há um mundo cada vez mais opaco. Quanto mais se observa, mais as coisas escapam e as transparências se tornam saturações.

O mundo já não se descortina, como nas perspectivas do passado, num horizonte sem fim. Já não se pode pretender observar essa paisagem de longe, como de uma janela. Qual será o destino de nossas paisagens urbanas, de suas imagens, de seus espectros descartáveis e sem significados?

Muito se falou da modernidade da paisagem urbana, da sua história, do seu lugar dentro das artes e da arquitetura. As cidades são as paisagens contemporâneas, onde o *Skyline* de São Paulo, visto do alto dos edifícios, se dilui como o chão arcaico do Pelourinho, onde as praças de Belém circunscrevem o mesmo vazio de Brasília. Paisagens urbanas — das margens lamacentas do Capibaribe, em Recife, do solo pedregoso de Sevilha, da Manaus dos igarapés, do Rio de Janeiro do Cristo Redentor e da Rua XV de Curitiba.

As paisagens urbanas não devem ser lidas somente por meio daquilo que vemos, mas também por meio daquilo com que nos identificamos; por meio daquilo que não conseguimos ver, mas sentimos; enfim, por meio de tudo o que nos ajuda a ter sensações ou, ainda, por meio de tudo o que torna a visão possível, o

que nos faz ver mais do poderíamos ver. Ao chegar a uma cidade, as primeiras impressões que se têm das edificações, das praças, das vegetações, ainda da luz, dos sons e até do ar, no qual paira a poeira de suas ruas, são indícios para se obter um verdadeiro quadro dos lugares.

As paisagens urbanas devem ser fundadas nos objetos, na luz, na cor, nos sons e na memória, assemelhando-se aos panoramas urbanos delineados por Benjamin, onde as tentativas de surpreender o brilho intenso e a delicada beleza estão presentes nas primeiras impressões e na memória das cidades. É como se as paisagens urbanas fossem resgatadas do limbo escuro em que foram confinadas. Quando se fala da paisagem urbana contemporânea, abrange-se o invisível que ela forma. Onde, pois, ocorre a paisagem? Seus limites são indefiníveis, não têm localização, hierarquia ou centro. Ela é um lugar desprovido de situação, não tem limites nem medidas, não tem interior nem exterior, nela não se está dentro nem fora. É tráfego contínuo de interesses, de paixões e de pensamentos (PEIXOTO, 1996).

A paisagem urbana também é o reflexo da relação entre o homem e a natureza, e pode ser vista como a tentativa de ordenar o entorno com base em uma paisagem natural. E o modo como ela é projetada e construída reflete uma cultura que é o resultado da observação que se tem do ambiente e também da experiência individual ou coletiva com relação a ele.

De acordo com LEITE (1994), *“Se é possível identificar os elementos que compõem o nosso entorno visível, identificar sua origem e desenvolvimento, suas inter-relações e suas manifestações específicas em cada lugar, deve-se reconhecer que esses elementos não são duradouros, mas, ao contrário, estão em contínua e incessante mutação. Da mesma forma, a experiência individual ou coletiva está, também, sujeita a variações contínuas, a uma dinâmica que deriva do processo histórico de qualificação, sobre o qual incidem os fatores mais variados, desde a evolução das relações políticas, econômicas e sociais, até o desenvolvimento das técnicas, das artes, das religiões, da filosofia.”*

Há um século não existiam arranha-céus de escritórios, subúrbios dependentes do automóvel, ruas banhadas à noite pelo brilho das luzes elétricas, aeroportos, parques de estacionamento, vias rápidas ou centros comerciais; não havia torres de transmissão por microondas, ou cadeias de restaurantes. E, apesar da familiaridade e virtual onipresença das atuais paisagens urbanas, elas são vistas em geral como vulgares e desagradáveis, porque ninguém lhes dá atenção. É quase como se tivessem sido criadas para não serem notadas. As mudanças que ocorreram neste último século foram enormes, tanto em escala como em caráter. A própria escala e durabilidade dos materiais das paisagens contemporâneas garan-



tem que elas constituirão grande parte do legado para o futuro e que informarão as próximas gerações sobre os valores e a capacidade de nossa sociedade, da mesma forma que as catedrais góticas e a imagem das cidades medievais ainda nos trazem informações sobre o homem medieval (RELPH, 1987).

As paisagens são feitas pelas idéias e pela construção. Admitindo-se que a paisagem urbana é uma mistura de arte, ciência e acaso, é compreensível que, na sua construção, ocorra a renovação das formas antigas e a criação de novas formas que venham a atender aos novos estilos de vida que lhe são atribuídos em cada momento histórico. Desta forma, os seus critérios de organização vão sendo constantemente questionados e modificados com a evolução da sociedade, das ciências e das técnicas (LEITE, 1994).

A evolução histórica da paisagem urbana e dos seus processos de intervenções mostra claramente que sempre se procuraram formas para expressar o ideal da sociedade de cada época, refletindo os seus padrões estéticos e culturais, a integração e a compatibilidade entre a arte e a técnica.

O conceito de paisagem, em geral, só começou a se difundir especialmente a partir do século XVIII, alimentado pelo espírito romântico da época, muito ligado à natureza; porém, a percepção de paisagem sempre esteve no cotidiano da sociedade. O contato com a natureza teve importância fundamental na vida das civilizações que construíram, com o passar das eras, uma relação peculiar com ela. Sofrendo variação ao longo do tempo e do espaço, a expressão das paisagens construídas determinou, alterou e influenciou as condições da vida do homem.

A PAISAGEM URBANA NA HISTÓRIA

A Natureza Determina a Paisagem Urbana

Nas civilizações do mundo antigo, estabeleceu-se com o entorno uma relação de sobrevivência, quando as suas preocupações eram controlar e embelezar a paisagem urbana. As relações então estabelecidas com o entorno davam-se dentro de uma área definida, onde se desenvolvia a vida comunitária. Havia sempre a presença da contemplação da natureza como forma de exprimir o temor e o respeito por manifestações de fenômenos contra os quais não havia defesa. Tal defesa em relação ao entorno foi, durante muito tempo, o que definiu a implantação dos sítios das civilizações antigas e suas paisagens urbanas.

Segundo LEITE (1994), "...a primeira expansão formal da área habitacional em direção ao ambiente circundante surgiu com os parques de caça assírios, decorrentes da domesticação dos cavalos. Na Índia mongólia, a paixão intuitiva pela



natureza, que os imperadores herdaram de seus ancestrais, foi associada à preocupação em integrar os edifícios com o entorno, herança dos muçulmanos. Na Índia, a fertilidade da natureza dava ao povo inclinação, tempo e condições espirituais para a contemplação metafísica. Na construção da paisagem urbana, a maior preocupação era utilizar elementos de forte simbolismo, que procuravam tornar visível o mundo invisível da espiritualidade e do significado da vida humana.”

Já nas civilizações pré-colombianas do México e da América Central, a base da organização cultural e religiosa era a adoração ao sol. Os maias e os astecas construíram enormes centros cerimoniais que dominavam a paisagem da cidade, concebida como um microcosmo, ordenado e geometrizado, entre montanhas e vales circundantes. Isso contrasta com as civilizações do Peru, que estavam permanentemente preocupadas com a sobrevivência e cuja paisagem urbana tinha caráter mais prático, direcionando-se mais para edificações de terraços de agricultura e fortificações.

O Egito antigo teve como base a sua dependência total e irrestrita ao ritmo da natureza. Desta forma, a paisagem urbana foi formada em decorrência desse ritmo. Por outro lado, os egípcios retratavam uma cultura que considerava a vida terrena uma passagem para a vida eterna.

As paisagens urbanas dos gregos possuíam e demonstravam um controle do entorno e do seu destino. A religião era importante, todavia com um significado menor que os conceitos filosóficos e artísticos. Toda a essência da paisagem urbana grega retratada em sua arquitetura — templos, teatros, praças e outros — apresentava uma completa harmonia com o entorno. Vale dizer ainda que os gregos ressaltaram os hábitos sociais centrados nas conversas informais, discursos e competições esportivas, sendo que essas atividades definiram, em grande parte a organização de suas paisagens urbanas.

A sociedade romana tinha suas leis calcadas na administração civil e militar, impondo a disciplina aos cidadãos. Assim, Roma desenvolveu uma forma original e criativa de organizar a paisagem urbana, em que a contemplação da natureza constituía um fim em si mesmo, já que os deuses mais populares entre os romanos eram o da agricultura e o da fertilidade. De certa maneira, eles adaptaram a paisagem urbana grega para os seus fins militares e colonizadores tornando-a, por assim dizer, mais funcional.

Nas civilizações antigas, de um modo geral, encontramos indícios de que a natureza era encarada como parte da paisagem urbana, formando um conjunto de elementos curioso e, ao mesmo tempo, belo.



A Paisagem dos Símbolos

Na Idade Média, a sociedade era então composta por uma maioria de iletrados e por uma religião fortemente organizada, a qual defendia que a vida terrena era simplesmente uma passagem, portanto, de um modo geral, a paisagem não deveria chamar a atenção. A preocupação do homem era muito mais a sobrevivência da alma do que a construção da paisagem urbana; a natureza lhe era perigosa e poderia abrir caminhos para pensamentos impróprios. Essa desconfiança do mundo fez que se desenvolvesse, durante esse período, uma visão simbólica da realidade.

Para LEITE (1994), “...do ponto-de-vista da paisagem, a Idade Média foi um período histórico de transição, rico no reexame de antigas idéias, na readaptação de velhas técnicas a novas situações, uma era de busca de novos caminhos. No final do período, com o afrouxar do conflito político, o desenvolvimento do comércio e a acumulação de riquezas, o homem já não se satisfazia com uma paisagem de reuniões de preciosos fragmentos da natureza num conjunto perfeito, mas procurava um novo estilo de unidade.”

No início do Renascimento, a Europa refletia o espírito do seu tempo e a paisagem urbana tinha harmonia e simplicidade, fazendo que seu conjunto unificado demonstrasse o perfeito entendimento entre natureza e ciência. O desenvolvimento das técnicas construtivas da arquitetura gótica gerou um resultado de rara combinação entre conceito, lugar e espaço. A Reforma da Igreja Católica rompeu com a teologia medieval e começaram a ser aceitas outras relações do homem com o universo, garantindo assim uma maior autonomia sobre seu destino, principalmente no norte da Europa. Desta forma, todos os campos do conhecimento humano sofreram modificações, o que influenciou a construção da paisagem e o planejamento das cidades, marcando assim o fim de uma era que seria, no século XVIII, a base da revolução inglesa da paisagem.

A Paisagem Ideal

No século XVIII, a nação era o “paraíso terrestre”, onde deveria haver total harmonia entre o homem e a natureza, resultado de uma vida terrena espiritual e materialmente compensadora. Isso ocorreu graças à perda parcial de poder da Igreja e contribuiu para o surgimento de novas idéias estéticas, mais realistas, o que resultou numa paisagem construída mais racional e visível. A paisagem, nesse período, assumiu um caráter mais arquitetônico, com grande preocupação formal, passando a ser simultaneamente bela e utilitária, estimulada pelo desenvolvimento do romantismo, marcando o início da inserção dos parques e jardins na paisagem da cidade.



Com a Revolução Industrial, tanto as cidades cujas paisagens naturais foram domesticadas como aquelas onde as paisagens estavam ainda em estado “selvagem” defenderam a volta do homem ao contato mais próximo com a natureza. A preocupação com a liberdade fez com que a produção da paisagem superasse os obstáculos que impediam a realização dos ideais humanos e expressasse o envolvimento da sociedade com os processos naturais, marcando a criatividade do século XIX.

Paisagem Pitoresca do Século XIX

A relação do homem com a natureza, nesse período, afastou o formalismo racional para seu extremo oposto, a saber, o romantismo. Porém, na maioria dos países, somente existia a visão romântica da paisagem no tocante aos parques e jardins, que conviviam com o classicismo e o neoclassicismo do desenho da cidade. Quando a rede ferroviária cortou todo o território da Inglaterra, ocorreu uma expansão urbana incontrolável e todos os interesses nacionais voltaram-se para a obtenção de matéria-prima. O Romantismo pôde então surgir como reação a uma paisagem urbana totalmente comprometida e produzida pela Revolução Industrial, recorrendo à visão pitoresca para resgatar a paisagem do século XVII.

A associação dos aspectos naturais e construídos na paisagem reconheceu as potencialidades e as restrições de cada um dos seus espaços, lançando as raízes de uma nova filosofia paisagística. Os projetos desse período concebiam as paisagens como um sistema unificado das funções urbanas e rurais, em que o reconhecimento da articulação da paisagem definia as formas da paisagem urbana. Os romances utópicos deram substância às esperanças dos reformadores, que aceitaram a arrojada tarefa de restaurar e reestruturar as paisagens das cidades. Edward Bellamy introduziu o socialismo na América e William Morris era um dos principais representantes do socialismo na Inglaterra.

A realização de tais reformas socialistas só ocorreu por causa dos avanços tecnológicos contemporâneos, que pareciam apontar para uma sociedade de futuro inteiramente diferente. As transformações revolucionaram o cotidiano das pessoas, sobretudo as das classes média e alta, e, com o surgimento do automóvel, ficou mais evidente o profundo impacto causado na forma e aspectos das cidades. Foi, entretanto, a eletricidade a maior contribuição para a transformação da paisagem urbana contemporânea, vindo a ser radicalmente diferente. A eletricidade tinha uma qualidade mágica. Era tão nova e limpa comparada com o gás e o carvão, e seus processos eram tão invisíveis que suas possibilidades de intervenção nas paisagens urbanas pareciam ser praticamente ilimitadas (RELPH, 1987).



No entanto, as paisagens urbanas do final do século XIX não se revelaram como Bellamy ou Morris desejavam. Na realidade, o capitalismo e o materialismo comercial floresceram, as cidades expandiram-se vertical e horizontalmente, o socialismo divulgado era monótono e centralizado, e as tecnologias que mudaram a face do mundo encorajaram a massificação, em vez da criatividade individual e da arte decorativa.

O planejamento urbano surgiu como uma tentativa para que as cidades funcionassem tão eficientemente quanto as fábricas, idéia que tomou formas diferentes uma das outras — regimentos municipais para definições de padrões de construção, arranjos pitorescos da cidade até os modelos para as cidades industriais, tornando-se estes os antecedentes do planejamento moderno.

Esteticamente, a cidade industrial deixava muito a desejar. Tal sentimento instigou, em parte, o revivalismo gótico na arquitetura romântica e a publicação, na Alemanha, em 1889, do livro de Camilo Sitte sobre a “Construção Urbana como Obra de Arte”, em que o desenho urbano é tratado por meio de uma concepção pitoresca, com ruas tortuosas e quarteirões irregulares além de edifícios à volta das praças da cidade. Mas, o grande modelo vitoriano para a reconstrução urbana não foi Sitte, e sim a reconstrução de Paris, por Haussmann, entre 1850 e 1860. Foi ele o planejador das avenidas, bulevares e principais parques urbanos, que deram à parte central de Paris um caráter próprio. Ao mesmo tempo, instalou sistemas de abastecimento de água e de esgoto e também estabeleceu linhas diretrizes rígidas para o desenho dos edifícios.

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela criação de cidades modelo, que as companhias edificavam para seus empregados. Embora isso, de certo modo, fosse paternalismo dos proprietários e uma forma de manter a força de trabalho produtiva e satisfeita, também constiuiu-se em agentes transformadores das paisagens urbanas.

A Europa do final do século XIX faz do parque o espaço aberto urbano mais importante, inserindo-o na estrutura da cidade, especialmente na reformulação de Paris, idealizada pelo barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito do Sena durante o período de Napoleão III. Na América, acontece o Movimento dos Parques Americanos, liderado pelo arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted, responsável pelo projeto do Central Park de Nova York.

O parque urbano vem responder às demandas de equipamentos para atividades de recreação e lazer decorrentes da expansão urbana contemporânea. Também vem atender a necessidades de espaços amenizadores urbanos, compensando as massas construídas.

No final do século XIX, apareceram dois movimentos urbanísticos separa-

dos: a “Cidade Bela (*Beautiful City*) e a Cidade-Jardim. Originados, respectivamente, na América e na Inglaterra, acabaram por tornar-se tendência internacional. Seus proponentes percorreram diversas partes do mundo para propagar e buscar novas idéias, pois sua preocupação, como a de muitos urbanistas, era descobrir bons modelos de planejamento, e não o caráter nacional ou local.” (RELPH, 1987).

O movimento *Beautiful City* floresceu durante os primeiros quinze anos do século XX nos bulevares públicos das grandes capitais européias. A reconstrução de Paris, realizada por Haussmann, e a construção da Viena Ringstrasse foram seus modelos clássicos. Todavia, suas manifestações ocorreram em outros lugares e culturas: nas grandes cidades comerciais do centro e do oeste norte-americanos e nas capitais recém-designadas de vastas regiões do Império Britânico. Muitos ditadores totalitários procuraram impor, em suas capitais, megalomânicas visões de glória. Embora os contextos fossem muito diferentes, notam-se similaridades nos resultados (HALL, 1995).

Foi Daniel Hudson Burnham (1846-1912) o autor dos projetos de vários dos primeiros arranha-céus na cidade de Chicago (USA), durante as décadas de 1880 e 1890. Foi chefe de obras da Exposição Mundial Colombiana, uma das maiores feiras mundiais de todos os tempos, em 1893, e em 1909 idealizou o Plano de Chicago, a mais importante obra da *Beautiful City*. O conceito básico, bastante grandioso, consistia em “devolver à cidade sua perdida harmonia visual e estética, criando assim o pré-requisito físico para o surgimento de uma ordem social harmoniosa;” a cidade caótica, nascida de um crescimento demasiado rápido e de uma mistura muito rica de nacionalidades, seria posta em ordem mediante a abertura de novos logradouros, a remoção dos cortiços e a ampliação dos parques. Foi justamente essa confusão entre objetivos sociais e meios puramente estéticos a qualidade que o tornou benquisto, tanto da classe alta quanto da classe média, sustentáculos do Movimento Progressista (HALL, 1995).

A *Beautiful City* espalhou-se pelo mundo afora e a mais espetacular de suas manifestações, entre 1910 e 1935, ocorreu no Raj Britânico. E não por acaso: buscando consolidar os poderes amiúde recentes e precários em território conquistado, o Departamento Britânico para as Índias e África e o Departamento das Colônias viram-se ante a necessidade da implantação de capitais nas mais longínquas partes do globo, para fortalecer e assegurar o poder do Império Britânico. A preocupação básica era a higiene. O projeto em Lusaka incluiu a mesma divisão entre os espaços dos bairros europeus e as primitivas áreas africanas, as quais, na maioria das vezes, careciam dos serviços mais elementares.

Em comum, o que tinham todos esses planos era o uso do solo e a estrutura

colonial. A sede do governo seria instalada num núcleo central e, ao lado deste, a área empresarial; junto de ambas ficaria o centro de compras. Todos esses elementos seriam projetados em torno de um esquema viário geométrico formal, com avenidas amplas que desembocassem em anéis de tráfego. Seriam circundados por áreas residenciais européias de baixíssima densidade, onde casas unifamiliares ocultavam-se dentro de imensas propriedades privadas, e outras partes com projetos similares à Cidade-Jardim. Dentro ou próximo da área africana, haveria uma zona de compras mais primitiva (HALL, 1995).

O retorno do *Beautiful City* à Europa não foi dos mais felizes. Ocorreu na era dos grandes ditadores. A ideologia fascista tinha, em relação à cidade, muitos pontos em comum com o nazismo, dentre os quais: só a vida rural era realmente saudável; a metrópole era a origem da maioria das coisas ruins. O fascismo de Mussolini fez com que as cidades crescessem de forma desmesurada, como nunca antes acontecera.

Dentro da cidade, agora, a paisagem urbana exercia uma função deliberadamente monumental: era dessa maneira que os urbanistas da *Beautiful City* entendiam suas cidades e era dentro dessa óptica que eles procuravam transformá-las.

Já no conceito da Cidade-Jardim, idealizada por Howard, não existem apenas duas possibilidades — a vida na cidade e a vida no campo. Há uma terceira solução, na qual todas as vantagens da vida mais ativa da cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem estar combinadas de um modo perfeito. A cidade e o campo se atraem, e cada um procura atrair para si a população. A essa rivalidade vem interpor-se uma nova forma de vida, que participa das duas outras.

No campo, há belas paisagens, parques, bosques perfumados, ar fresco e murmúrio de águas; além disso, os aluguéis são mais baixos. Todavia, a falta de diversão e as longas horas fazem com que a luz do sol e o ar puro não consigam alegrar os corações dos habitantes (CHOAY, 1965).

Nem a cidade nem o campo realizam completamente o ideal de uma vida verdadeiramente confortável e natural. O homem deve desfrutar ao mesmo tempo da sociedade e das belezas da natureza. Partindo desse pensamento, unir o campo e a cidade seria o ideal.

A Cidade-Jardim seria construída quase que no centro de uma superfície de 2.400 hectares, doada para sua população, ocupando uma área de cerca de 400 hectares, ou seja, a sexta parte da área. Ali os aluguéis da terra seriam baseados no valor anual desta e pagos aos administradores que, depois de haverem atendido aos lucros e coberto devidamente o fundo de amortização, remeteriam o excedente, ou saldo, ao conselho central da nova municipalidade, para que tal conselho o

empregasse na construção e na manutenção de todas as obras públicas necessárias: estradas, escolas parques, e outros. Seria, de preferência, de forma circular, com um raio de 1.130 metros, isto é, com um pouco mais de um quilômetro, do centro à circunferência. Suas avenidas arborizadas seriam construídas e levantadas em terreno próprio e espaçoso. As casas seriam construídas em forma de anéis concêntricos, dando frente para as avenidas (este termo designa as vias circulares), ou ao longo dos bulevares e das vias que convergem, em sua totalidade, para o centro da cidade. Possuiria também, um enorme cinturão verde ao seu redor para se tentar recuperar a volta à vida na natureza, sem se perderem as vantagens da cidade. O objetivo seria elevar o nível da saúde e do bem-estar da população, qualquer que seja sua posição social. E o meio pelo qual esse objetivo pode ser realizado é uma combinação sadia, natural, econômica, da vida da cidade com a vida do campo; e tudo isso ainda num terreno que pertence à municipalidade (CHOAY, 1965).

A Experiência da Paisagem Moderna do Século XX

No final do século XIX, começou-se a observar claramente a distinção entre o período contemporâneo e o período moderno, pela falência da tradição humanista, que dominava a Europa desde o Renascimento. Além disso, a paisagem urbana burguesa necessitava de habitações para simbolizar o seu poder econômico. Houve, então, uma construção exagerada de habitações e o aparecimento do betão armado, usado pela primeira vez em 1905, determinando uma nova forma de construção.

Os modelos utópicos de planeamento propostos por *Fourrier* (Falantérios) até a *Arturo Soria* (Cidade Linear), procuraram soluções para uma sociedade industrial que havia nascido e crescido sem um planeamento urbano, por menor que este fosse.

Na maioria destes modelos utópicos havia uma forte sensibilidade quanto à higiene das cidades, onde as plantas verdes, na presença de luz, através da transformação do anidrido carbônico em oxigênio, tornaram-se uma das grandes esperanças para melhorar a qualidade de vida urbana.

Foram criadas condições para o aparecimento de um novo conceito, *o da higiene*, e, como resultado direto disto, a vegetação, o sol e o espaço são considerados como elementos essenciais para o paisagismo e urbanismo. Indo além das questões higienistas, os ideais naturalistas se apoiam nos românticos e os objetivos ecológicos começam a aparecer nos espaços verdes urbanos.



O Planejamento da Paisagem

Nos primeiros trinta anos do século XX, um número de procedimentos e idéias para melhorar as condições de vida urbana foram reunidos num sistema denominado “Planejamento da Cidade”. De início, esse planejamento foi concebido como meio de oferecer soluções a todos os problemas urbanos, pela reconstrução radical, para embelezamento da paisagem urbana, ou pela construção de cidades-jardins completamente novas.

Entre 1918 e 1945, os Estados Unidos e a então União Soviética sobressaem como superpotências, modificando toda a economia e a política mundial, enfraquecendo os antigos imperialismos — britânico, francês e holandês — e fazendo com que a Ásia e a África ressurgissem no cenário internacional. Nesse período, o aspecto mais significativo foi o caráter de industrialização da vida urbana, da produção em massa, das novas formas de comunicação e da civilização tecnológica.

Uma crise em relação aos valores estéticos, políticos e sociais que se instalara no mundo a partir da última década do século XIX produziu uma profunda transformação na concepção da paisagem urbana, com uma procura de novos conceitos que se destacaram como correntes modernistas. Tony Garnier projeta a cidade industrial, que se destinava exclusivamente a uma comunidade industrial. Aqui, o conceito de que a função é a única componente determinante na concepção do espaço é pela primeira vez defendido.

Neste contexto de carências de habitações, gerada pela crescente industrialização é que, nos anos 20, Le Corbusier concebeu a possibilidade de criar uma cidade moderna totalmente projetada e, desta forma, durante grande parte de sua vida, elaborou projetos para cidades imaginárias ou para a reconstrução de cidades existentes. A cidade moderna, segundo ele, vive em linha reta e é moralmente melhor do que a curva, que a leva a se afundar e leva as classes dirigentes a serem derrubadas. Os planos de Le Corbusier foram apresentados nas declarações ou manifestos que escreveu nos anos 20 sobre o que chamava a “Cidade Radiosa” ou “Cidade Contemporânea”. Suas idéias foram adotadas pelo CIAM (**Congre’s Internationaux d’Archictecture Moderne**).

O novo papel da paisagem urbana passou a ser entendido como o solucionador dos problemas morais e sociais. É assim que os modernistas se referem à arquitetura, uma atividade que “*resolve problemas*”, postulando que o comportamento humano pode ser direcionado pelas condições físicas exteriores ao homem.

Ao final da Primeira Grande Guerra, os *Funcionalistas* defendiam que a forma resultava das características determinantes dos materiais, da estrutura, do clima e da função; já os *Expressionistas alemães*, no princípio defendiam que a forma era o resultado da sensibilidade e sentimentos interiores do artista; mais

tarde, passaram a defender que *ela era a manifestação física dum espírito transpessoal*. Mais ou menos no meio destas posições estavam as *Academias de Belas-Artes*, que reconheciam a influência, na forma, tanto dos condicionantes externos, como da sensibilidade do artista; porém, defendiam que *a arquitetura deveria valorizar os símbolos das instituições*, o que se contrapunha aos conceitos modernistas, que reivindicavam uma arquitetura de massa (MAGALHÃES, 2001).

A corrente funcionalista, com conceitos mais objetivos, se tornou dominante e impregnou a concepção dos espaços; no entanto, houve alguma divergência desta corrente positivista, os chamados *Organicistas*, que optaram pelo desenvolvimento do expressionismo, explorando as formas inspiradas pela natureza.

Dentro da corrente organicista, Frank Lloyd Wright desenvolveu a idéia da “Broadacre City”, alta e dominada pela máquina, e que deveria ser um empreendimento de fraca densidade populacional e de construções geralmente baixas, onde as máquinas seriam os instrumentos das pessoas.

Esta idéia de cidade, não menos grandiosa do que a de Le Corbusier, era de uma “simplicidade orgânica”, onde haveria diversos edifícios, grandes mercados e alguns arranha-céus isolados; todavia, a construção real de “Broadacre City” foi reduzida a poucas casas em algumas partes da América.

A base para a concepção da paisagem modernista, mais embasada na arquitetura dos edifícios do que na arquitetura paisagística, surge com mais força no período entre as duas guerras. A idéia da concepção paisagística era baseada em conceitos que, contrários às cidades insalubres, incidiam sobre o urbanismo e a arquitetura, o que culminou na Carta de Atenas, o manifesto de Ordenamento do Território.

O período moderno deu prioridade à função sobre a forma, e as chaves do urbanismo eram quatro: *habitar, trabalhar, recrear-se e circular*. Os espaços destas funções deveriam funcionar de maneira autônoma: o homem deveria se libertar do seu meio físico, social e econômico e a habitação deveria ser oferecida a todos.

Os conceitos e métodos de planejamento urbano que foram desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX têm tido grande impacto na paisagem urbana moderna e foram enraizados como hábitos de pensamento incorporados às práticas oficiais depois da Segunda Guerra Mundial, quando se fez necessária a reconstrução das cidades devastadas pela guerra.

O novo urbanismo ia ao encontro do traçado barroco, onde a cidade crescia a partir de elementos fortemente ligados entre si, constituindo uma estrutura compositiva. Agora, a hierarquia dos espaços desaparecera juntamente com a



imagem de organização da sociedade barroca: a função sobrepôs-se à decoração. Os edifícios, com função explícita, eram ligados entre si e isolados do meio em que se localizavam. A arquitetura era quem determinava a paisagem e o desenho das cidades.

Anteriormente ao modernismo, as habitações tinham uma importância secundária na paisagem das cidades, sendo resultado do desenho urbano.

A paisagem das cidades foi considerada pelos modernos como um elemento do meio, tendo de ser planejada e construída pelo conhecimento científico, e o crescimento urbano obrigou a criação de um pensamento de diversos tipos de paisagem, que iam dos mais naturalistas até os mais antrópicos. Segundo MAGALHÃES (2001), "...a preocupação da objetividade e da justificação científicas das intervenções, com raízes na sensibilidade positivista cartesiana, conduziu a um verdadeiro frenesi da quantificação e à redução dos valores simbólicos e artísticos, por natureza, inquantificáveis, que tinham regido a percepção da paisagem no século XIX."

No que diz respeito à forma, a paisagem urbana modernista não aplicou muito os conceitos da arquitetura racionalista, compatibilizando, quase sempre, a reta com a curva, as estruturas edificadas com as formas ditadas pela natureza, continuando, de certo modo, a estética romântica. O modernismo ignorou, porém, o peso simbólico que o romantismo dava à natureza, atribuindo a ela funções utilitárias. A ecologia e a função foram os principais agentes estruturadores da paisagem urbana na primeira metade do século XX.

A influência da ecologia na paisagem gerou uma contextualização, não só ecológica, mas também cultural das paisagens e foi a entidade ligante ao nível temporal, científico e espacial. Após a Segunda Guerra, houve uma grande influência corbusiana, com o verde incorporando o conceito da Carta de Atenas, e as questões ambientais do patrimônio cultural e paisagístico valorizando as áreas verdes urbanas.

Nos anos cinqüenta, enquanto Cullen examinava as paisagens urbanas na Grã-Bretanha, Kevin Lenço escrevia na América sobre aquilo que chamava a "forma sensível". Era a coerência perspectiva das paisagens urbanas, seus espaços, a diversidade de sensações que suscitam, a sua vitalidade e o sentido de lugar e a suas seqüências de vistas. A paisagem urbana e a forma sensível são idéias perceptíveis e poderosas. E aqui se pode começar a compreender os problemas das paisagens urbanas modernas, porque é uma seqüência interessante e coerente de espaços, atividades e texturas para as pessoas que passeiam por elas.



A Pós-Modernidade da Paisagem Urbana

Na seqüência do modernismo, uma nova atitude de forte reação se instalou e idéias opostas foram se concretizando na procura de alternativas para a problemática paisagística, que, apesar de todo o esforço dos modernos, ainda se fazia presente.

MAGALHÃES (2001) declara que “...a atitude de completa ruptura com uma situação anterior, esquecendo a experiência adquirida, com os erros cometidos, é uma atitude também tipicamente modernista [...] A própria idéia de modernidade está estreitamente correlacionada com o princípio de que é possível e necessário romper com a tradição e instaurar uma maneira de viver e de pensar absolutamente nova.” Os modernos são acusados de *dividir a vida do homem, por um lado, num trabalho que detestam e, por outro, no ócio*, encarando, este último, como a única maneira de se evadir.

No final da década de 60, o período contemporâneo já estava consolidado e já não se podia fugir dos problemas da pobreza, da desigualdade social e do aumento da população mundial. A sociologia começou a apontar os grupos, e não mais os indivíduos, como a unidade básica da sociedade. Tudo isso influenciou de maneira categórica e marcante as propostas para o planejamento das paisagens urbanas a partir de então. Já no ano de 1956, o CIAM X se opõe à generalização da Carta de Atenas e marca o começo de um novo pensamento de expressão, revelando o desejo de encontrar novos modos de vida e novas formas para a paisagem das cidades.

Na paisagem, tornou-se necessário levar em conta cada detalhe entre a percepção da sociedade e a sua relação com a paisagem. À medida em que a população aumentava, a velocidade dos meios de transporte e o desenvolvimento dos meios de comunicação tornaram mais complexa a consciência do homem em relação à paisagem.

As teorias da percepção ambiental de Lawrence Haidrin, na década de 60, propuseram um processo de projeto de interpretação da paisagem, objetivando a integração das pessoas e não apenas dos edifícios. Segundo ele, as pessoas são parte das paisagens urbanas e, como tal, são influenciadas por elas.

Olhando para as paisagens pós-modernas, vemos que o movimento ecológico das últimas décadas foi o pano-de-fundo para as propostas de projetos mais recentes, em que a crítica ao modelo de crescimento econômico dos anos 70 e sua incapacidade em resolver os conflitos sociais, resultaram no descontrole na utilização dos recursos naturais, causando todas as catástrofes ambientais contemporâneas.

A paisagem urbana neste período abordou a questão de síntese, no tocante

ao projeto dos espaços livres urbanos, onde o autor dos projetos, além do conhecimento, pode contar com a intuição e seus pré-conceitos. De certa forma, ocorreu uma volta à visualização espacial clássica e neoclássica utilizada pela Escola de Belas-Artes, no século XIX. A alusão e a metáfora passam a constituir dois dos elementos básicos na produção dos espaços da paisagem urbana. MAGALHÃES (2001) diz que “...contra o esvaziamento simbólico do modernismo, a semiótica impregna a Arquitetura, que passa a ser considerada como uma linguagem.”

O desenho urbano é, na paisagem urbana pós-moderna, o objeto no qual se sintetizam todas as funções e os conhecimentos para a composição dos espaços. Aqui, a autonomia dos elementos urbanos é rejeitada e se redescobre o encadeamento do traçado barroco, sendo a preocupação funcional substituída pela preocupação da linguagem simbólica. Começam a ser procurados novos tecidos urbanos e se reconhece a impossibilidade de tratar a cidade como um todo: todos os caminhos parecem possíveis e tudo se abre para novas descobertas.

Conclusões

Em síntese, as paisagens urbanas, como todas as paisagens, são coisas ponderadas, lentas nas mudanças e ainda mais lentas na reação a idéias inovadoras quanto à forma de como o mundo deve parecer. Além disso, nem todos os locais tendem a reagir às mudanças da mesma forma. Os centros das cidades, provavelmente em razão dos valores elevados dos terrenos e da intensidade de utilização, parecem ter sido os primeiros a refletir as mudanças, enquanto que as ruas principais sofreram poucas alterações desde as primeiras décadas do século XX.

Até aproximadamente 1940, a paisagem foi marcada pelo desenvolvimento das formas urbanas mais antigas, à medida que surgiam novas tecnologias e conceitos. É claro que foram criadas infra-estruturas para os automóveis, mas foram pequenas as mudanças e, mesmo quando as ruas eram completamente novas, eram ladeadas por edifícios de três ou quatro pisos e tinham um tipo de escala e de decoração. Em resumo, a forma das ruas manteve-se, em grande parte, como há séculos.

O panorama citadino envolveu as mudanças drásticas que acompanharam a arquitetura modernista, o desenvolvimento das companhias e o planejamento institucionalizado, atingiu o ápice nos anos 60 e 70 e mantém-se até o presente, embora menos intensamente. Le Corbusier procurou criar formas urbanas inteiramente novas e eliminar a rua, torná-la uma máquina de tráfego. A paisagem urbana moderna passou a ter formas racionais e não mais “sensuais”, com suas ruas compridas e estreitas, com os edifícios sendo projetados sem preocupação com o



entorno e com as fachadas pouco decoradas, chamando para o interior do edifício toda a atenção do pedestre.

O modernismo esteve em gestão durante 50 anos antes de começarem a se reestruturar as paisagens urbanas em larga escala; o pós-modernismo parece ter tido uma gestão de menos de uma década até que seus efeitos nas cidades se tornassem visíveis.

Num caso modelo, as paisagens de todas essas fases seriam encontradas em justaposição. Em cidades ou centros urbanos menores é, no entanto, absolutamente possível que uma, ou mais, dessas fases não esteja presente.

A chamada supermodernidade contemporânea da globalização marca as paisagens atuais, onde o conceito pós-moderno de identidade está sendo substituído pelo conceito do *não-lugar*, relacionado aos espaços anônimos das cidades, semelhantes em todo o mundo. Devemos compreender a paisagem urbana individualmente, através dos significados globais, que muitas vezes estão ausentes, e o que se impõe é a neutralidade. De certa forma, há um retorno ao “*menos é mais*” de Mies Van der Rohe, na corrente *minimalista*. A simplicidade do modernismo parece renascer e os espaços são aceitos pelo que são e não mais pelo que significam, independentes do contexto. Porém, na arquitetura paisagística ainda é muito cedo para se afirmar os termos formais em que o supermodernismo se manifesta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades; uma antologia**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1965.
2. CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo, M. Fontes, 1983.
3. GLANCEY, Jonathan. **A História da Arquitetura**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
4. GEOFREY, Susan Jellicoe. **El paisaje del hombre: la conformacion del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: G. Gilli, 1995.
5. HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo, Perspectiva, 1995.
6. HOWARD, Ebenzer. **Cidade-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1990.
7. LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução**. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 1994.
8. MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A arquitetura paisagista. Morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 2001.
9. PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC/Ed. Marca D'Água, 1996.
10. RELPH, E. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa, 70, 1987.



PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO LONDRINENSE: OS BARRACÕES DA FAMÍLIA SAHÃO

**Isabela Cruciol*

***Juliana Harumi Suzuki*

RESUMO

O presente artigo é parte de um trabalho desenvolvido no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFil acerca da reciclagem dos antigos galpões pertencentes à Família Sahão, visando a transformação do local em um Centro Cultural do Café para a cidade de Londrina. Por se tratarem de edificações de grande valor histórico em decorrência da época de sua construção – o auge da cultura cafeeira no Norte Paranaense – enfatiza-se a importância da preservação desses edifícios. A seguir, é apresentado um breve histórico sobre o surgimento de Londrina, a vinda do pioneiro Salim Sahão para o Brasil e, finalmente, a descrição das edificações, suas principais características e situação atual.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arquitetura; História de Londrina; Patrimônio Histórico; Preservação do Patrimônio.

ABSTRACT

The present article is part of a work developed during the undergraduate program of Architecture and Urbanization from UNIFIL, about the recycling of the old buildings that belong to the Sahão Family, aiming at the transformation of the place in a Coffee Cultural Center for the city of Londrina. Since they are edifications of great historical value due to the time when they were built, the apogee of the coffee culture in Northern Paraná, there is an emphasis on the

* Arquiteta e urbanista.

Graduada em 2002 pelo Centro Universitário Filadélfia - UniFil.

E-mail: isacruciol@hotmail.com

** Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFil.

Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

E-mail:harada@sercomtel.com.br

importance of preserving such constructions. Then, a brief history of the beginning of Londrina, the coming of pioneer Salim Sahão to Brazil, and, finally, the description of the buildings, their main characteristics, and current situation.

KEY-WORDS: History of Architecture; History of Londrina; Historical Patrimony; Patrimony Preservation.

A Influência da Cultura do Café na fundação de Londrina

Os primeiros sinais de ocupação no Estado do Paraná datam de meados do século XIX. O objetivo dessa expansão na região teve caráter militar, com a cobrança de pedágio e fiscalização das tropas e mercadorias rumo ao Mato Grosso e Paraguai. Para exercer tal função, foi fundada a Colônia Militar de Jataí. Em 1862, homens vindos de Minas Gerais, seguidos também por paulistas, chegaram à área de Cambará à procura de terras férteis para o cultivo agrícola. Começa aí a expansão do Norte Paranaense.

De acordo com SAHÃO (1989), no ano de 1924, por solicitação do presidente Arthur Bernardes, veio ao Brasil uma missão econômica inglesa, sendo dois de seus membros Simon Fraser e Lord Lovat, este último na qualidade de técnico em agricultura e reflorestamento. Lovat manifestou interesse em adquirir terras brasileiras para formar fazendas para o plantio de algodão. Surgiu então a empresa “Paraná Plantations Ltda.”, organizada e constituída em Londres, com o objetivo de comercialização das terras, e não de investimento em produção.

No mesmo ano, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) substituiu a firma inglesa, dando grande impulso ao processo de desenvolvimento da área. Segundo ARRUDA apud BACHETE (1994), sua atuação foi global e abrangeu diversos setores, determinando formas de assentamento humano nas áreas urbanas e rurais. O centro de toda a colonização foi o espigão divisor de águas entre as bacias do Ivaí e do Paranapanema. Conforme SHIMBA & UREN (2000), o projeto previa implantar, a cada dez a quinze quilômetros, uma estação na orla de uma área desbastada de um quilômetro quadrado destinada a ser patrimônio, centro comercial e abastecedores intermediários.

De acordo com CASTELNOU (1996), a CTNP garantia o direito de propriedade, a certeza de lucro e a livre iniciativa, atraindo assim colonizadores tanto do Brasil (mineiros, paulistas e nordestinos) como do exterior (japoneses, alemães e ucranianos). Alcançando pleno sucesso, o empreendimento possibilitou a formação de colônias no Norte e Centro do Estado, além de promover um dos mais altos índices de crescimento populacional do mundo, especialmente em Londrina. Al-

guns fazendeiros fundaram a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, depois chamada de Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná. Em 1925, a ferrovia chegou à Vila Cambará e, em 1929, iniciou-se sua ampliação até Londrina.

Londrina adquiriu a condição de Município em 10 de Dezembro de 1934, com 1.300 habitantes, e se previa uma expansão para até 30.000 habitantes. Seu nome faz referência à capital inglesa, origem dos que a idealizaram como empreendimento. Os anos 30, de acordo com CASTELNOU (1996), foram denominados *Pioneirismo*, época em que a grande floresta foi praticamente devastada para dar lugar à cidade. A roçada de mato, a abertura de ruas e os respectivos serviços primários de urbanização, segundo ZORTÉA (1975), levaram mais ou menos dois anos. Mas, já em 1930, começaram as primeiras vendas de lotes rurais e “datas” no “patrimônio”.

Houve muita propaganda a respeito da fertilidade das terras. Tudo foi projetado com precisão, sob os moldes de uma malha urbana quadrangular, denominada “tabuleiro de xadrez”, com quadras de módulo cem por cem, orientadas na direção norte-sul. As primeiras construções tinham como estrutura, a madeira roliça, como vedação, o palmito rachado, como piso, o assoalho de tábuas cruas e, como cobertura, “tabuinhas” de cedro ou de pinho, de duas águas. Em 28 de junho de 1935, de acordo com BACHETE (1994), foi inaugurada a primeira estação ferroviária de Londrina, culminando com a chegada do primeiro trem Maria-Fumaça ao Município. A ferrovia foi uma das responsáveis pelo contínuo progresso de Londrina, durante a produção do café.

O resultado do esforço da primeira década, conforme CASTELNOU (1996), trouxe o benefício do progresso e do enriquecimento, marcando a *Fase do Desenvolvimento Comercial*, ou, *Terra do Eldorado*, ocorrida na década de 40. A população nesta década chega a 70.000 habitantes. O centro de Londrina passa a ser consagrado com edifícios públicos, comerciais e residenciais em alvenaria e telha cerâmica, caracterizando a forte influência paulista na conformação social e urbana. Surgem as grandes mansões em alvenaria na Avenida Higienópolis.

No final dos anos 40, ainda segundo CASTELNOU (1996), começaram a surgir as primeiras preocupações com a ocupação do solo, quando entra em ruína a aparente ordem que o capital inglês definiu para o crescimento da cidade. Ao redor do perímetro urbano, a CTNP havia traçado uma faixa de terras a serem cortadas em lotes de 1 a 3 alqueires, com a finalidade de serem abertas clareiras para hortas, granjas e pequenas culturas. Entretanto, com o crescimento da cidade, essas chácaras que serviam de “cinturão verde” desapareceram, dando lugar a loteamentos que atendiam aos interesses dos loteadores, sem uma orientação geral.



A década de 50, de acordo com SHIMBA & UREN (2000), ficou marcada pelas fortes geadas que colocaram em crise a produção cafeeira, culminando com o surgimento de novos cultivos e da mecanização agrícola, coincidindo, por outro lado, com a maciça entrada de capital estrangeiro no país. Tal crise gerou um processo de migração campo-cidade e, conseqüentemente, a verticalização do centro. Além disso, edificações ligadas a serviços, comércio, lazer, administrativo, jurídico, político, educação e saúde começaram a proliferar, devido à demanda de população da época.

Em 1951, foi criado o primeiro instrumento regulador do crescimento de Londrina – a Lei nº 133 – que setorizava as áreas segundo suas diferentes classes sociais, transformando a região central na sede do capital comercial da política administrativa.

Na década de 60, ou *Fase de Desenvolvimento Industrial* de Londrina, segundo CASTELNOU (1996), há uma acelerada implantação de indústrias na cidade, bem como o início do programa de erradicação do café para aumento de áreas de pastagens. Cria-se um processo de integração estadual, com a construção da Rodovia do Café como eixo de ligação com o porto de Paranaguá. A mão-de-obra excedente começa a migrar novamente para a periferia e áreas rurais, gerando um grande volume de população de baixa renda, o que acabou por ocasionar problemas sociais. Londrina, na época a terceira cidade mais populosa do Estado, com cerca de 72.000 habitantes, passa a desenvolver, junto ao poder público e por intermédio do BNH, financiamentos de conjuntos habitacionais na região Norte, que ajudariam a solucionar o problema social existente.

A cidade também ratifica sua posição de pólo de atração não só econômica, como cultural e de serviços, ampliando o cenário urbano com edifícios na área hospitalar, de lazer, de indústrias, de habitação, de serviços, de comércio e, fundamentalmente, na área de educação e cultura. Ganha personalidade como sociedade, conformando-se aos padrões de mudança.

Conforme CASTELNOU (1996), na década de 70, ou *Fase de Desestruturação Urbano-Regional*, houve o avanço do Capitalismo, atingindo o setor agrário: a política agrícola voltou-se para a produção de grãos, visando o mercado externo. Passou a haver o predomínio do capital urbano industrial e bancário e a ocorrer a expansão do binômio soja-trigo em áreas anteriormente cafeeiras. Assim, o processo de erradicação do café atingiu a vida econômica e social do Norte do Paraná. A população crescente fez de Londrina, nessa década, a segunda cidade do Estado em número de habitantes, com um crescimento de 115,3% em um período de 10 anos.



O governo estadual passa a incentivar a instalação de indústrias através da isenção de impostos. De acordo com BACHETE (1994), aumenta o processo de verticalização do centro, é criado o Parque Industrial, expande-se a construção de conjuntos habitacionais, atualizam-se os sistemas de água e esgoto, a distribuição de energia elétrica e comunicações é racionalizada, são construídos estádios e ginásios, é ampliada a rede municipal de ensino, além de serem criadas a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e o Centro de Estudos Superiores de Londrina (CESULON). Ainda nessa década, acontecem grandes especulações imobiliárias nos vazios urbanos entre o centro e a periferia, como o Lago Igapó e os fundos-de-vale. Outros acontecimentos históricos foram a revitalização do Lago Igapó e a transformação da Avenida Paraná em Calçadão.

A década de 80, conforme SHIMBA & UREN (2000), foi bem marcada pela preocupação da administração pública da cidade. Houve a retirada da ferrovia e a criação da Via Expressa, bem como uma nova lei de Zoneamento, para incentivar o crescimento da ocupação que já estava ocorrendo. É criada a Via Leste-Oeste. Nos anos 90, com cerca de 450.000 habitantes, e com a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), os objetivos passam a atender anseios populacionais, como a melhoria da qualidade ambiental e a preservação do patrimônio urbano da cidade.

A Londrina dos anos 90 surge como um grande acontecimento, impulsionado pelo sopro do desejo coletivo. Seus marcos se somam ou substituem os desenvolvidos no início, através de arquiteturas que se auto-representam na sua historicidade. Há em cada biografia arquitetônica motivos suficientes de interesse, como meios de revelar o concreto significado e o sentimento de consequência das leis que regulam a vida e o destino da cidade. Sendo a arquitetura absolutamente inseparável da experiência da vivência urbana, parece legítimo apreciar a cidade, na sua espacialidade e estruturas típicas, em inter-relações que a definem como cidade cenário.

O Pioneiro Salim Sahão

Salim Sahão nasceu em Hasbaya, pequeno povoado ao sul do Líbano, em 19 de janeiro de 1900. Começou a trabalhar cedo, ao mesmo tempo em que freqüentava a escola primária. De família humilde, sempre ajudou seus pais, que vendiam casulos de bicho-da-seda. Além disso, trabalhou como aprendiz na oficina de seu pai, que também era sapateiro. Adquiriu prática e aperfeiçoou-se no corte de couros finos, o que em pouco tempo possibilitou a ampliação de seus negócios. Durante a Primeira Guerra, trabalhou incansavelmente de modo a não permitir que

sua família passasse necessidades.

Conforme SAHÃO (1989), em outubro de 1920, Salim começou a preparar sua vinda ao Brasil, acompanhado de seu tio João Abib. Desembarcou em Santos no dia 30 de janeiro de 1921. SAHYUN, seu sobrenome original, foi “abrasileirado” logo que chegou ao país. Começou a trabalhar como ajudante no armazém de seu tio João, em Ibitinga. Contudo, não era isso que desejava para si, e, após alguns meses, conseguiu crédito para montar seu próprio “boteco”. Açúcar mascavo, pimenta, macarrão, fumo e bebidas eram alguns dos produtos comercializados por ele.

Com o tempo, seus negócios cresceram e Salim passou a comprar algodão e revendê-lo às máquinas. Pouco depois, foi aconselhado por seu tio João a comprar e montar sua própria máquina de algodão, o que lhe rendeu muitos lucros e algumas reclamações. Vendeu a máquina e passou a interessar-se por negócios de arroz. Já bastante conhecido e com bom nome na praça, começou a negociar milho, feijão e café com as firmas Irmãos Callarge e Elias Callarge, de Campo Grande. Tinha então uma máquina de café em Guarantã, negócio bom e fácil, pois se tratava de uma época de grande valorização do produto.

Durante os anos de 1929 e 1930, com o *crack* da Bolsa de Nova Iorque, o preço do café caiu abruptamente, e Salim Sahão perdeu tudo o que tinha. Foi morar em uma venda de estrada, onde comercializava tecidos, secos e molhados, entre outros. Em 30 de janeiro de 1930, casou-se com sua prima-irmã, Alice. Mudaram-se para uma casa alugada em Jaú e tiveram 2 filhos. Salim continuava trabalhando na região Noroeste e em Guarantã, comprando cereais e entregando-os em Jaú.

No ano de 1933, depois de mudar-se para Cambaratiba, e através da compra e venda de algodão, Salim comprou sua primeira fazenda: Guararema. Começou então a plantar algodão, arrendando fazendas vizinhas. Com o lucro obtido, foi adquirindo outras fazendas, como Angical, Plumado, Fazenda São José, São José da Figueira, Santo Antônio, Ventania, Palmares, Santa Olinda e Bela Vista.

Em 30 de agosto de 1935, Salim veio a Londrina assumir sozinho 45 alqueires de terras compradas de alguns de seus empregados de Cambaratiba. Seus empregados iriam devolver as terras à Companhia de Terras Norte do Paraná, pois não acreditavam no futuro delas. Em 1937, iniciou-se a construção, em Londrina, da máquina de café Santa Maria, localizada à Rua Paraíba. Sua construção, inédita em todo o Norte do Paraná, foi toda em alvenaria, o que contrariava as usuais construções em madeira da época.

Em 1943 e 44, construiu um armazém numa extensão de um quarteirão inteiro, além de vários outros armazéns e a primeira máquina de algodão de Londri-



na, ocupando dois quarteirões, todos em tijolos. Formou as fazendas São Manoel e Santa Maria, hoje quase dentro da cidade de Londrina, uma fazenda em Jaguapitã, uma em Paranacity e uma em Paranaíba. Foi nesta última cidade que construiu seu primeiro hotel: Hotel do Carabina.

No ano de 1945, Salim e sua esposa moravam em uma pequena casa de madeira, enquanto esperavam a construção de sua nova casa à Rua Maragogipe, com dois pavimentos, 30 cômodos e paredes de tijolos duplos. O engenheiro responsável foi Omar Rupp e o construtor foi João Grandine, de São Paulo. A casa foi concluída em janeiro de 1946. Nessa época, de acordo com SAHÃO (1989), Salim começou a expandir seus negócios em Maringá, construindo uma máquina de algodão, de café, uma casa de comércio – São Jorge - e um armazém de cereais. Construiu também em Apucarana dois ou três armazéns e casas, além de uma máquina de algodão e café em Rolândia, e uma máquina de cereais em Mandaguari. Foi então formada a “Comércio e Indústria Sahão S. A.”, a antiga “Sahão e Cia.”.

E foi pensando em um modo de recompensar Londrina pela ótima acolhida e prosperidade recebida que Salim comprou um terreno no centro da cidade, com 9000 metros de alicive, para a construção do melhor hotel das redondezas. Na época, não havia energia elétrica para os elevadores, nem água ou esgoto suficiente para atender a um edifício daquele porte. Salim encomendou então um gerador alemão para o fornecimento da energia, fez fossas para substituir o esgoto e comprou um caminhão tanque para remover os detritos.

A Construtora Zancaner, de São Paulo, edificou a obra. Foram empregados tijolos de vidro importados da Suécia e mármore de Carrara. No pavimento térreo foram instaladas agências da REAL (companhia de aviação tradicional, já extinta), do Banco Crédito Real de Minas Gerais, bem como o escritório da família. Foi feito um salão no 8º andar para 400 pessoas, com terraço dando vista para os quatro cantos da cidade. A inauguração do “Edifício Sahão” e do “São Jorge Hotel” aconteceu em 29 de novembro de 1952.

Os negócios em Cambaratiba continuavam e foram se expandindo com a construção de olarias, granja, máquina de café, serraria e o alambique da “Caninha Cambaratiba”. Apesar de toda sua fortuna, Salim continuava sendo a mesma pessoa humilde que anos antes chegara ao Brasil a procura de trabalho. Do início ao fim de sua vida, Salim administrou seus negócios pessoalmente, trabalhando sem cessar, e demonstrou sua garra e coragem ao ter de recomeçar tudo do zero, até ser reconhecido, em meados dos anos 50, como o “príncipe do café”. Faleceu aos 77 anos em 11 de novembro de 1977, deixando viúva Dona Alice Sahão e seus quatro filhos: Michel, Manoel, José e Alia.

Os Antigos Galpões de Café e Algodão

O conjunto de barracões pertencentes à família Sahão está situado na quadra entre as Ruas Paraíba e Maragogipe, Travessa Belo Horizonte e Avenida Leste-Oeste, e foram construídos entre as décadas de 40 e 50. Segundo BACHETE (1994), sua construção não foi ao acaso, mas sim uma estratégia para facilitar a carga e descarga dos produtos, pois os barracões situavam-se às margens da ferrovia e permitiam a entrada de trens através de braços de linhas férreas até suas proximidades.

O desnível total, da Rua Paraíba até a Avenida Leste-Oeste, é de 11 metros. O quarteirão é composto por 12 barracões e algumas edificações de apoio, como a antiga administração, a balança, a caixa d'água, a casa de força, e as tulhas de algodão (Fig. 1). As edificações encontram-se em péssimas condições de conservação e, desde que perderam sua utilização, não adquiriram nova função, a não ser a de ainda abrigar algumas das antigas máquinas de beneficiamento de café e algodão, móveis e outros objetos da família.

O conjunto possui uma tipologia característica da arquitetura industrial, onde é possível identificar elementos *Art Déco*. O complexo se caracteriza por edificações em alvenaria, predominantemente marcadas por seu desenho de cobertura em duas águas - muitas vezes acompanhados por frisos e molduras, os quais se apresentam em diversas espessuras, sempre em linhas retas - demarcando a forma principal de cada edificação. Internamente, o madeiramento das coberturas é aparente e foi executado com bastante esmero.

As janelas são todas em ferro e vidro e, em sua maior parte basculantes. As portas também são de ferro, do tipo de enrolar. Todos os edifícios são em alvenaria rebocada e pintada, com exceção do Bloco III, cujas fachadas foram feitas em tijolos aparentes. Por se tratar de um espaço de carga e descarga e de serviços pesados, as circulações entre barracões não receberam nenhum tipo de tratamento, como pisos ou vegetação. A pavimentação é feita apenas em cimento comum.

Para auxiliar na descrição das edificações, os barracões foram divididos em blocos. O *Bloco I* situa-se na esquina entre a Rua Paraíba e Travessa Belo Horizonte, e é onde se percebe maior minúcia com a forma das janelas e com os acabamentos da cumeeira. Construído em 1937, consiste na primeira edificação em alvenaria de Londrina e da família. O conjunto é formado por três barracões, com cobertura cerâmica (Fig. 2).

O *Bloco II* é um galpão construído em 1952, para armazenamento de algodão e café, sendo composto por três partes: um volume de esquina na Rua Paraíba e mais dois barracões com acesso pela Rua Maragogipe. O edifício de esquina possui dois pavimentos, sendo o superior antes destinado ao escritório da empre-

sa. Este é o que mais apresenta elementos decorativos, como frisos e molduras nas janelas e portas. Sua cobertura é a única com platibandas, e sua cor predominante é o amarelo. Atualmente ele é utilizado para o comércio de artigos em couro, e sua antiga administração adquiriu uso residencial. Os outros dois barracões que compõem o bloco possuem cobertura aparente em duas águas, e iluminação do tipo *shed*, sem maiores preocupações quanto à estética (Fig. 3).

Os demais blocos foram construídos também em 1952, sendo o *Bloco III* constituído por três armazéns em tijolos aparentes, com acesso pela Rua Maragogipe. Suas coberturas são aparentes em duas águas e dois deles possuem iluminação do tipo *shed*. Percebe-se aí alguma elaboração de ordem estética, apesar de não haver qualquer elemento decorativo (Fig. 4).

O *Bloco IV* é caracterizado pelo braço de extensão da linha férrea que levava os vagões de carga mais próximos da construção, e que quase não apresenta elementos decorativos. O bloco faz frente com a Avenida Leste-Oeste e apresenta três barracões, os quais possuem “mãos francesas” para a sustentação da cobertura localizada junto à antiga ferrovia, onde eram condicionantes a amplidão do espaço, a facilidade de acesso para carga e descarga e a segurança contra intempéries. Suas coberturas constituem-se de duas águas aparentes e a cor predominante é o branco (Fig. 5).

Além dos barracões, há ainda duas edificações na quadra. A primeira, na Rua Paraíba, com apenas um pavimento e elementos decorativos como os do Bloco II, aparenta ter sido parte da administração dos barracões (Fig. 6). A segunda, na Travessa Belo Horizonte, não apresenta preocupações estéticas e parece ter abrigado a casa-de-força de todo o conjunto.

De modo geral, não há qualquer sinal de conservação dessas edificações, a pintura está descascando, as portas em rolo estão enferrujadas e praticamente todos os vidros foram quebrados. Os barracões estão sempre vazios, sendo alugados apenas em época de colheita, pela Companhia Cacique de Café Solúvel.

CONCLUSÕES

De acordo com BACHETE (1994), pode-se dizer que o conjunto dos barracões constitui um complexo funcional criado para o armazenamento de cereais, de valor artístico bastante limitado, dadas às suas razões de uso. O interesse estético dirige-se mais à sua técnica construtiva, sua disposição urbana e, especialmente, sua época histórica. Entretanto, identifica-se a marcação de pilastras, frisos superiores e platibandas em degraus, além de cantos arredondados – elementos típicos do estilo *Art Déco*. Este estilo constitui num modelo simplificado do

decorativismo histórico que enfatizava simetria, fachada principal e uso de molduras e frisos ornamentais, muito comum no Brasil dos anos 40.

No que se refere ao entorno, podemos dizer que a área em questão apresenta algumas modificações se comparadas à época de construção dos barracões, quando muitos lotes eram ainda vazios. Hoje há ainda algumas residências em madeira construídas na década de 30, 40 e mesmo 50, época em que também foram construídas algumas casas em alvenaria, como a residência da Família.

O valor artístico dessas construções pode até ser questionado, por serem obras sem qualquer sinal de vanguardismo estético ou estilístico, ou ainda por não possuírem o título de arquitetura erudita. Porém, trata-se de construções pertencentes à fase pioneira de Londrina, que possuem grande valor histórico, tornando importante a sua preservação.



Figura 1 – Caixa d'água, balança e tulha.
(FONTE: CRUCIOL, 2002)



Figura 2 – Bloco I.
(FONTE: CRUCIOL, 2002).



Figura 3 – Bloco II.
(FONTE: CRUCIOL, 2002).



Figura 4 – Bloco III.
(FONTE: CRUCIOL, 2002).



Figura 5 – Bloco IV.
(FONTE: CRUCIOL, 2002).



Figura 6 – Antiga administração.
(FONTE: CRUCIOL, 2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHETE, L. **Acervo Sahão: reconhecimento de um patrimônio**. Londrina, 1994. Trabalho Final de Graduação. Centro de Estudos Superiores de Londrina.
- CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense, 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CARMONA, R. de C. **Reciclagem da algodoeira Sahão**. Londrina, 1985. Trabalho Final de Graduação. Centro de Estudos Superiores de Londrina.
- CASTELNOU, A. M. N. **Panorama geral da arquitetura londrinense**. Londrina, 1996. Trabalho de Pesquisa. Centro de Estudos Superiores de Londrina.
- CRUCIOL, I. **Centro Cultural do Café: reciclagem dos barracões da Família Sahão em Londrina**. Londrina: 2002. Trabalho Final de Graduação. Centro Universitário Filadélfia.
- JOFFILY, J. **Londres – Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.



JORNAL Oficial do Município de Londrina. Londrina: Imprensa Oficial do Município de Londrina, ano 2, n.104, jul. 1998.

PLANO Diretor do Município de Londrina. Disponível em: <www.ippul.pr.gov.br>. Acesso em: 12.06.2002.

SAHÃO, S. **Salin Sahão meu avô.** Londrina: Cotação, 1989.

SHIMBA, O. A.; UREN, F. H. da R. **Londrina cidade cenário.** Londrina: Midiograf, 2000.

ZORTÉA, A. J. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida.** São Paulo: Juriscredi, 1975.



SOCIEDADE DE RISCO, URBANIZAÇÃO DE RISCO E ESTATUTO DA CIDADE

*Milena Kanashiro

**Antonio Manuel Nunes Castelnou

RESUMO

Este artigo tem como base a discussão sobre a crise ambiental, enfocando a emergência da *Sociedade de Risco* e suas implicações no que se refere à chamada “urbanização de risco”, bastante comum no atual panorama das cidades no Brasil. Fundamentando-se no estudo da legislação ambiental, busca refletir sobre o tema, assim como relacioná-lo ao recente *Estatuto da Cidade*, importante contribuição legal ao debate sobre o planejamento urbano, em especial, quanto à incorporação das idéias de “risco” e “perigo” à legislação urbana nacional. Foi desenvolvido na disciplina “Direito Ambiental” do Curso de *Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento*, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, sob orientação do professor Dr. José Robson da Silva.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade de Risco; Urbanização; Planejamento Urbano; Direito Ambiental; Estatuto da Cidade.

*Arquiteta e urbanista.

Mestre em Planejamento Ambiental pela Universidade de Osaka – Japão.

Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Docente do Centro de Tecnologia e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

E-mail: milena@uel.br

**Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Arquiteto e engenheiro civil.

Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído, pela Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo – EESC/USP.

Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

E-mail: castelnou@yahoo.com



ABSTRACT

This article is based on the discussion about the environmental crisis, focusing on the *Risk Society* emergency and its implications in the so-called “risk urbanization”, quite common in the current city scenes in Brazil. Being based on the study of the environmental legislation, it tries to reflect upon the theme as well as to relate it to the recent *Brazilian City Statute*, important legal contribution to the urban planning debate, especially to the incorporation of ideas on risk and danger to the national urban legislation. This paper was originally developed in “Environmental Law”, a subject in the *Doctorate Studies Program in Environment and Development* of UFPR, advised by Dr. José Robson da Silva.

KEY-WORDS: Risk Society; Urbanization; Urban Planning; Environmental Law; Brazilian City Statute.

Introdução

Se, desde as eras primitivas, o impacto humano sobre o meio ambiente era relativamente pequeno, já que as populações eram modestas e, em termos tecnológicos, pouco desenvolvidas, no último século, a suposição de que o crescimento econômico ilimitado fosse indispensável ao progresso criou uma visão unilateral de desenvolvimento, esta baseada no volume da produção material, que não leva em consideração a qualidade de vida ou a conservação da natureza, nem a distribuição social dessa produção. Atualmente, as cidades abrigam populações que almejam alcançar o bem-estar material proporcionado pela industrialização e pela ampla utilização da energia, assim como altos padrões de consumo. Contudo, esse tipo de desenvolvimento também gerou poluição, enchentes, congestionamentos, insuficiência ou precariedade de serviços básicos, miséria e violência, problemas estes que prejudicam o nível de vida nos centros urbanos de todo o mundo e colocam em risco nossa própria sobrevivência como espécie.

Na emergência da crise ambiental, a qualidade das cidades e o questionamento de novos parâmetros de desenvolvimento por meio de uma ocupação mais coerente, em termos ambientais, têm conduzido a discussões interdisciplinares, que se centralizam na concepção de espaços construídos – social e ambientalmente – mais justos e harmoniosos. Esta preocupação vem direcionar o campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, que representa, enquanto atividade profissional, um dos principais agentes de intervenção no espaço. Esta função foi reafirmada pela aprovação da Lei n. 10.257, sancionada em 10 de julho de 2001, conhecida



como o *Estatuto da Cidade*, que acabou (re)colocando o *Plano Diretor*, de competência legal dos arquitetos e urbanistas, como um dos instrumentos para “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante [...] a garantia do direito a cidades sustentáveis” (Inciso I, Art. 2º).

Em um crescente panorama de *urbanização de risco* nas cidades brasileiras, o *Estatuto da Cidade* trouxe, em suas diretrizes básicas, importantes instrumentos que poderão minimizar a discrepância sócio-ambiental urbana em que, atualmente, se encontra o panorama nacional. Trata-se, enfim, de uma lei urbana e ambiental ao mesmo tempo, que, segundo Toshio Mukai, citado por SILVA (2003), “...não trata mais de analisar [a cidade] com o direito urbanístico, mas sim por meio do direito ambiental.”

Neste trabalho, em uma primeira incursão temática, faz-se uma breve reflexão sobre a emergência da chamada *Sociedade de Risco*, conceito proposto pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, assim como sobre a concepção diferenciada entre risco e perigo, no intuito de traçar o panorama de uma das questões mais relevantes das atuais cidades brasileiras: a urbanização de risco, considerada excludente e predatória em relação ao meio ambiente. BECK introduziu esse conceito por meio do livro *Risk Society* (1986; 1992), apontando para uma transição da primeira para uma segunda Modernidade, que envolveria elementos de transformação social, tais como a globalização, a individualização e a reflexividade. Ele enfatizou que as incertezas passariam a ser trazidas por esta nova sociedade, vindo uma dimensão perigosa para o desenvolvimento, especialmente considerando a atual função da ciência e do conhecimento (LEITE, 2000).

A idéia de universalidade dos riscos passaria a identificar o cenário da *Sociedade de Risco*, a qual estaria definida pela emergência dos perigos ecológicos, caracteristicamente novos e problemáticos. Enquanto que o impacto destes perigos podia ser anteriormente entendido em termos de ausência, ou de um índice pouco elevado de oferta de bens e serviços para controlar e atenuar os perigos, como, por exemplo, os sistemas de saúde pública e as empresas de serviços públicos acessíveis. Atualmente, o problema estaria no próprio processo de produção de riqueza. Além disso, os problemas ecológicos contemporâneos possuiriam características diferentes, as quais evocam e exigem formas muito determinadas de resposta legal, política e psicológica.

As formas atuais de degradação ambiental não estariam limitadas espacialmente ao âmbito de seu impacto, nem estariam confinadas em termos sociais a determinadas comunidades. Além de seus riscos irem se acumulando em intensidade e complexidade através das gerações, excedendo também as fronteiras temporais, seu ponto de impacto não está obviamente ligado ao seu ponto de origem,

e a sua transmissão e movimentos são, muitas vezes, invisíveis e insondáveis para a percepção cotidiana. Acima de tudo, existe a possibilidade de autodestruição do homem. Isto fez, enfim, emergir um novo tipo de sociedade que, em seu autoconceito, tornar-se-ia *reflexiva*, o que significa dizer que “...ela tornou-se um tema e um problema para si própria” (BECK, 1992). Neste sentido, as discussões sobre a maneira que têm sido construídas as nossas cidades e seus vários aspectos de vulnerabilidade diante dos riscos ambientais e da urbanização desenfreada passaram a ser temáticas que englobam uma visão ampla, ao mesmo tempo política, ética e de consciência ambiental, que perpassaria vários campos disciplinares, atingindo também o Direito.

Modernização Reflexiva e Sociedade de Risco

De modo geral, considera-se *modernização* o processo a partir do qual há uma quebra dos laços sociais tradicionais, paralela a uma integração das forças produtivas naturais ao processo econômico, especialmente através de novas tecnologias iniciadas com a industrialização. De acordo com BECK *et al.* (1997), ela passou a ser *reflexiva* quando, a partir dos anos 70 do século passado, transformou-se em tema para si mesma, ou melhor, quando a sociedade industrial se autoconfrontou, principalmente ao se deparar com os problemas por ela mesma produzidos. Nascia assim a *Sociedade de Risco*: enquanto a sociedade industrial caracterizava-se por sua capacidade de produzir riqueza, a atual caracterizar-se-ia por estar saturada, além de estar repleta de efeitos não previsíveis, o que faz com que produza e distribua, desta vez, riscos ambientais e sociais.

O processo de modernização reflexiva anuncia a emergência de uma nova sociedade proveniente de uma sociedade industrial em decadência, o que significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa daquela sociedade, através da desincorporação – e da reincorporação posterior – das formas sociais industriais por uma outra Modernidade (QUADRO I). Assim, a palavra “reflexividade” não implicaria no conceito de reflexão, mas sim em uma autoconfrontação, que supõe, desta maneira, uma transformação. A *Sociedade de Risco* seria então um estágio da Modernidade em que se evidenciam as ameaças produzidas no decorrer da instituição da sociedade industrial; seria uma autolimitação daquele tipo de desenvolvimento, com a tarefa de (re)determinar os padrões e levar em conta as ameaças potenciais, em relação aos conflitos de distribuição dos malefícios (BECK, 1997).

Esse conceito de *Sociedade de Risco* provoca assim transformações em três áreas de referência: primeiro, no relacionamento da sociedade industrial moderna

com os recursos da natureza (não-humana) e da cultura humana, e com os modos de vida culturais e os recursos de trabalho social; segundo, no relacionamento da sociedade com as ameaças e os problemas produzidos por ela, que excederiam as bases sociais de segurança; e, por último, em relação às fontes de significado coletivas e específicas de grupo, que estão sofrendo de exaustão, desintegração e desencantamento. Isto se evidenciaria no processo crescente de individualização no mundo contemporâneo, assim como na variedade de riscos globais e pessoais, diferentes e mutuamente contraditórios (Beck, *apud* GOLDBLATT, 1996).

Quadro I – Elementos de Transformação da Primeira à Segunda Modernidade.

ENFOQUE	PRIMEIRA MODERNIDADE	SEGUNDA MODERNIDADE
Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Sociedade do trabalho e do sistema estandardizado de pleno emprego do Welfare State clássico.• Trabalho regulamentar dentro de uma rede previdenciária.• Linearidade e localidade da produção.	<ul style="list-style-type: none">• Capitalismo sem trabalho. Trabalho flexibilizado, temporário.• Nômades do trabalho, subjetividades fantasmas sem seguridade social.• Pluralização do trabalho, na eliminação da diferença entre trabalho e não trabalho.
Política	<ul style="list-style-type: none">• Estado com soberania econômico-territorial e árbitro das desregulagens sistêmicas e do jogo entre sindicatos e capital.• Burocratização.	<ul style="list-style-type: none">• Descentralização e pluralização da arena política.• Novos atores não-territoriais como capital e conglomerados financeiros e empresariais.• O trabalho torna-se local e o capital torna-se global.

Individualização	<ul style="list-style-type: none">• Identidade tecida por classes sociais, partidos e ideologias.	<ul style="list-style-type: none">• Individualização além das classes. Pluralização dos estilos de vida, dos afetos e personas sexuais.Internalização do medo e da angústia na presença dos riscos globais.
Crises Ecológicas	<ul style="list-style-type: none">• Exploração ilimitada da natureza.• Banalização do conceito de natureza pelos movimentos ecológicos. Distribuição desigual dos riscos entre países ricos e pobres.	<ul style="list-style-type: none">• Trabalho sustentável.• Universalidade do risco: a Sociedade de Risco não é uma sociedade revolucionária, mas antes uma sociedade de catástrofes, na qual o Estado de exceção tende a se tornar normalidade.

(Fonte: Folha de São Paulo, 23. maio.1999, *apud* BORBA, 2000).

Diante disso, pode-se dizer que, devido às ameaças ecológicas, a modernização – em conjunto com o crescimento econômico e a transformação tecnológica – criou as condições para a sua própria crise, desgastando sua estrutura essencial e o próprio princípio da modernidade. Hoje em dia, os efeitos secundários do crescimento econômico ameaçam inclusive a possibilidade de bem-estar econômico contínuo e coletivo. De acordo com GOLDBLATT (1996), as teorias de Ulrich Beck mostram que, paralelamente a tudo isto, os indivíduos tendem a enfrentar o risco e a insegurança pessoal e biográfica. Assim, o processo de modernização reflexiva desfaz os parâmetros culturais tradicionais e as estruturas sociais institucionais anteriores, conduzindo à crescente individualização e perda de referenciais. A dissolução das funções tradicionais e a intensificação da individualização, por sua vez, aumentaram a necessidade e o interesse emotivo em criar relações abertas, “sustentáveis”.

Verificam-se hoje grandes transformações nos mercados de trabalho das sociedades ocidentais, tais como o surto do desemprego em massa e em longo prazo; as mudanças na composição da estrutura dos trabalhadores por sexo; a queda do trabalho por tempo integral em detrimento do parcial; e a decadência das estruturas tradicionais de emprego na busca da flexibilidade, com grande insegurança econômica. Isto levou à transformação das estruturas de classes e à diminuição da importância do trabalho como meio de identidade pessoal, e, daí, a um enfraque-



cimento da relação entre posições sócio-econômicas e interesses individuais, identidades e consciência. Romperam-se também todos os padrões familiares de biografia pessoal antes aceitos e estáveis.

“Uma vez desaparecidas as funções tradicionais e a camisa de força ideológica que ajudava a prender as pessoas, as inseguranças da vida pessoal e profissional parecem multiplicar-se – divórcio, paternidade ou maternidade unilateral, ameaças à segurança econômica, conflitos quanto às necessidades de casa e trabalho – numa altura em que a capacidade e as intenções do governo para oferecer apoio institucional – autorização do poder paternal, lei do divórcio por mútuo consentimento, assistência à infância – são mínimas.” (Goldblatt, 1996, p.239-40).

Finalmente, acrescenta-se o conceito de *irresponsabilidade organizada*, o qual se refere às atuais instituições da sociedade, que reconhecem inevitavelmente a realidade da catástrofe, mas negam simultaneamente sua existência, ocultando suas origens e evitando a indenização e o controle. Presente na chamada *Sociedade de Risco*, tal idéia denota um encadeamento de mecanismos culturais e institucionais pelos quais as elites políticas e econômicas encobrem efetivamente as origens e conseqüências dos riscos e perigos catastróficos da recente industrialização. Ao fazê-lo, essas elites limitam, desviam e controlam os protestos que estes riscos provocam, o que, conseqüentemente, leva à inércia e ao descaso da maioria das populações e dos governos.

Neste texto, cujo enfoque fundamental é a urbanização de risco crescente em relação à atual crise ecológica, encontram-se no quadro da segunda Modernidade as principais temáticas de transformação, na idéia de exploração ilimitada da natureza, na banalização desse conceito pelos movimentos ecológicos e na distribuição desigual dos riscos, principalmente no cenário urbano. Sabe-se que as transformações da sociedade – desde valores a princípios éticos – têm reflexo na maneira da organização e produção dos espaços urbanos, e que a *urbanização de risco* tem reproduzido as injustiças e desigualdades sociais.

Conceito e Significado da Palavra Risco

Referindo-se mais especificamente, segundo GOLDBLATT (1996), aos Estados territoriais denominados “países industrializados”, cujas sociedades superaram, pelo menos tendencialmente, o problema da escassez de bens básicos e de sua distribuição desigual entre os grupos ou camadas sociais, o conceito de *Sociedade de Risco* caracteriza-se pelo fato de que, ao invés dos benefícios da industrialização, seriam seus malefícios – ou *riscos* – que seriam distribuídos uniformemente. O próprio processo de modernização transformou-se em um problema, por causa das instabilidades e riscos que as novidades tecnológicas e organizacionais provocaram. Assim, a sociedade contemporânea estaria transformando as principais estruturas modernas – camadas sociais, formações de classes, ocupação e papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais, etc. – e também os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico.

Basicamente, define-se *risco* como a probabilidade ou possibilidade de perigo em relação a um acontecimento eventual e incerto, cuja ocorrência não depende da nossa vontade. Trata-se assim da eventualidade de danos resultantes diretamente de algum *perigo*, entendendo este último, como um estado em que se receia alguma coisa. Luhmann *apud* BRÜSEKE (2002) faz a distinção entre risco e perigo no sentido que, se possíveis danos estão sendo interpretados como consequências da própria decisão, definem-se como riscos. Conforme SPINK (2001), a palavra “risco” surgiu na Pré-Modernidade, ou seja, na transição entre a sociedade feudal e as novas formas de territorialidade que dariam origem aos Estados-nação. A autora constata que a humanidade sempre enfrentou perigos diversos, e que, no entanto, os eventos eram referidos como perigos, fatalidades, azares ou dificuldades, pois o termo “risco” ainda não estava disponível nos léxicos das línguas indo-européias. Ele somente pôde ser observado no catalão no século XIV; nas línguas latinas no século XVI; e nas anglo-saxônicas no século XVII. Na língua alemã, a palavra “risco” apareceu em meados do século XVI e, no inglês, na segunda metade do século XVII (SPINK, 2001). Até então, o conceito de risco excluía a idéia de falhas e responsabilidades humanas e, segundo Ewald *apud* LUPTON (1999), foi no século XVIII que a palavra começou a ser científica, emergindo as novas idéias matemáticas relacionadas à probabilidade. No século XIX, a noção de risco foi finalmente ampliada no sentido de que não estava presente somente na natureza, mas também na vida humana, em relação às condutas, liberdades e relações sociais, enfim, na sociedade.

Nas sociedades pré-industriais, os riscos tomavam a forma de perigos naturais (tremores de terra, secas, enchentes) e não dependiam das decisões dos indi-



víduos. Efetivamente inevitáveis, não eram criados intencionalmente e podiam ser tanto espacial como socialmente localizados ou bastante amplos. Com a industrialização, os riscos e os acidentes passaram a estar claramente dependentes das ações, tanto dos indivíduos como de forças sociais, pela dinâmica incerta da estrutura econômica, o que fez com que se criassem instituições, leis e indenizações de modo a vencer e atenuar os perigos. A Modernidade incluiu o conceito de que a noção de risco poderia ser tanto boa quanto ruim, e que representaria uma nova maneira de ver o mundo e suas caóticas manifestações, suas contingências e suas incertezas.

No entanto, ao final do século XX, perdeu-se a noção de probabilidades calculadas. Risco é geralmente associado somente a resultados negativos ou indesejáveis, e não mais positivamente (Ewald *apud* Lupton, 1999). Hoje em dia, conforme BRÜSEKE (2001), o *risco civilizatório* é igualmente uma expressão da modernização industrial, mas também representa uma nova dimensão, globalizante, que envolve, no contexto de perigo, lugares distantes e populações sem conhecimento sobre as verdadeiras causas do seu sofrimento presente e futuro. Os riscos tornaram-se incalculáveis e imprevisíveis, não possuindo assim certezas ou garantias no que se refere à atribuição de suas responsabilidades e causas, como na Modernidade clássica. Exemplificando, enquanto que, nas sociedades industriais, as posições de classe e as *posições de risco* (os graus de exposição dos indivíduos aos perigos, dadas as suas posições sociais e geográficas) estavam mais ou menos relacionadas, atualmente deixaram de estar, já que o envenenamento por pesticidas, a fusão nuclear ou a acumulação de gases tóxicos na cadeia de alimentos afetam a todos.

Este é o panorama da *Sociedade de Risco*, definida pela emergência dos perigos ambientais, cujo problema está no excesso de produção de riqueza crônica (Beck, 1992). Em conjunto com a alteração de perigo para risco, os problemas ecológicos contemporâneos possuem distintas características, que necessitam novos parâmetros de análise e avaliação. Paralelamente, tem sido ressaltado que a definição de perigo é sempre uma construção cognitiva e social. A percepção do que são riscos, por determinados indivíduos e grupos sociais, pode ser diferente segundo a cultura, além de variar ao longo do tempo. Segundo TORRES (2000), a escolha de uma opção qualquer de política pública e/ou de projeto a ser implantado (em relação a custos, benefícios e riscos associados) depende de um conjunto de informações, valores, instrumentos de análise e processos de decisão sujeitos a incertezas.

De acordo com LUPTON (1999), embora exista a ênfase quanto aos riscos globais, por outro lado, as categorias de risco parecem predominar e que podem

ser identificadas nas concepções individuais e organizacionais do mundo ocidental, tais como: *riscos ambientais* (poluição, radiação, químicos, enchentes, incêndios); *riscos de estilo de vida* (relacionados ao consumo de comida e drogas, engajamento em atividades sexuais, stress); *riscos médicos* (aqueles relacionados a experiências de tratamento médico, por exemplo, terapia de drogas, cirurgias, nascimento, tecnologias de reprodução); *riscos interpessoais* (no sentido de relacionamentos, interações sociais, amor, sexualidade, papéis de gêneros); *riscos econômicos* (desemprego, subemprego, empréstimos, investimentos, falências); e *riscos de crime* (no sentido de ser participante ou potencialmente vítima).

Essas categorias demonstram a variação de áreas que têm surgido enquanto campos de pesquisa e prática como a análise e avaliação de riscos, além de sua comunicação e também gerenciamento (LUPTON, 1999). Neste sentido, o papel de pesquisadores em relação ao conhecimento e advertência usados para medir e controlar os riscos tem sido recorrente em várias áreas, inclusive na arquitetura e urbanismo. Por fim, SPINK (2001) acrescenta, ainda, que a interdisciplinaridade, a percepção e o controle social do risco seriam especialidades em torno do conhecimento do risco.

Neste início de século, de acordo com CHAFFUN (1997), a intensidade e as características da urbanização em todo mundo geraram dois grandes perigos: a *questão urbana* e a *questão ambiental*. Embora a deterioração ambiental, tanto na cidade como no campo, seja um problema antigo, que sempre existiu na história, nova, hoje, é a intensidade dos processos de degradação que acompanham a urbanização, resultando na crescente vulnerabilidade das cidades, problema agravado pela intensidade de concentração. Ao se analisar a aproximação dos aspectos ambiental e urbano, deve-se considerar que a cidade é um meio densamente artificial, aglomerado e transformado. O meio urbano sugere uma modificação das condições naturais da região em que se insere, sendo que seus habitantes ficam isolados da realidade natural, muitas vezes ignorando-a. Ultimamente, a exploração desenfreada, a concentração populacional, as atividades econômicas e os padrões tecnológicos têm reforçado o ambiente altamente deteriorado, sob a consequência de um desenvolvimento que leva ao uso predatório e ilimitado dos recursos. Logo, as cidades, por serem os principais centros de produção e consumo, que exploram elementos naturais como a água, são os lugares que mais absorvem essa problemática, concentrando os riscos mais sérios.

Urbanização de Risco

Está no contexto da *Sociedade de Risco* a essência da crise ecológica atual. Enquanto o risco individual sempre existiu, o risco global é um risco da civiliza-



ção, cuja grandeza do perigo não corresponde à sua percepção pelos indivíduos e populações ameaçadas. Logo, não é evidente, surgindo a necessidade de uma reflexão científica sobre a essência da modernização. Embora questões sociais, econômicas e políticas envolvam o processo de transformação da sociedade contemporânea, observa-se que a emergência da questão ambiental evidencia a *urbanização de risco* como uma temática essencial na construção – ou destruição sistemática – de nossas cidades. Na área ambiental, segundo TORRES (2000), a idéia de risco parte de análises que buscam compreender como as atividades antrópicas provocam alterações no meio ambiente e efeitos diversos à população, às atividades econômicas pré-existentes, às condições sanitárias e mesmo às condições paisagísticas e estéticas das diversas áreas.

Nesse quadro espacializado, categorias como a de *impactos ambientais* e, mais recentemente, a de *riscos ambientais*, têm sido discutidas na criação de espaços construídos mais seguros e menos degradados. De acordo com FRANCO (2000), os conceitos de impactos e riscos ambientais surgiram no final da década de 1960, nos EUA, em especial pelas conseqüências de derrames de petróleo e sobretudo pelos efeitos da *Guerra do Vietnã*. O *National Environment Policy Act* – NEPA criou o *Environmental Impact Statement* – EIS, cujo propósito era o de prevenção de impactos resultantes do processo de desenvolvimento. Tal legislação influenciou medidas de proteção ambiental em todo o mundo e, no Brasil, criou-se a *Secretaria Especial do Meio Ambiente* – SEMA, através do Decreto n. 73.030, de 30/10/73, órgão de administração direta federal, que passou a ser responsável pelos recursos naturais, meio ambiente e controle de poluição em todo o território nacional. Apesar da rearticulação dos movimentos sociais e o surgimento de pequenos grupos que apontavam a necessidade de incluir o tema do meio ambiente nas discussões da sociedade, foi necessário esperar os anos 80, com a redemocratização do país e o aparecimento de várias Organizações Não-Governamentais – ONG's, para ver no Brasil a implantação da *Política Nacional do Meio Ambiente* – PNMA, pela Lei n. 6.938, de 31/08/81, que criou o *Sistema Nacional do Meio Ambiente* – SISNAMA, em seu Art. 6º, que tem como Órgão Consultivo Deliberativo o *Conselho Nacional do Meio Ambiente* – CONAMA, segundo o Art. 7º (FRANCO, 2000).

Com o Decreto n. 91.145, de 15/03/85, criou-se o *Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente* – MDU, ficando transferidos para ele o CONAMA e a SEMA. Contudo, segundo SILVA (2003), foi com a *Constituição Federal* de 1988 que se consolidou o processo legal e institucional em relação ao meio ambiente no país. O capítulo que trata da questão enfatizava a necessidade da defesa e preservação ambiental, procurando estabelecer mecanismos para que isso pudesse acon-



tecer. Por exemplo, em seu Art. 225, afirma que “...todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” e que isso “...é essencial à sadia qualidade de vida”. Isto a coloca como uma das legislações mais modernas do planeta, oferecendo as garantias legais para as reivindicações dos ambientalistas e credibilidade do país em termos internacionais (SILVA, 2003).

Na seqüência, o *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* – Ibama foi criado pela Lei n. 7.735, de 22/02/89, passando a ser o órgão federal responsável pela execução da Pnma, desenvolvendo atividades que atendessem a problemas ambientais específicos, protegendo e conservando os recursos naturais. Em seu Art. 4º, essa lei transferia para o IBAMA, além da SEMA e do *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal* – IBDF, outros órgãos federais, fazendo-a sucedê-los nos direitos, créditos e obrigações, decorrentes de lei, ato administrativo ou contrato, inclusive nas respectivas receitas. Em 10 de julho de 1989, através da Lei n. 7.797/89, criou-se o *Fundo Nacional do Meio Ambiente* – Fnma e, a partir daí, a legislação ambiental no país foi se consolidando cada vez mais.¹

1: Em 11 de julho de 1989, através do Decreto n. 97.946, dispôs-se sobre a estrutura básica do Ibama; e, em 18 de julho, foi aprovada a Lei n. 7.804, que alterou a Lei n. 6.938, de 31/08/81, que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, além das Leis n. 7.735, de 22/02/89; e n. 6.803, de 02/06/80, dando outras providências. Data de 15 de março de 1990 a Medida Provisória n. 150, que criou a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – SEMAM/PR como órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República, a qual foi transformada na Lei n. 8.028, de 15/03/90. Em 06 de junho de 1990, estabeleceu-se o Decreto n. 99.274, o qual regulamentou a Lei n. 6.902, de 27/04/81; e a Lei n. 6.938, de 31/08/81, que dispunham, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental – APA’s, e sobre a PNMA. Em 30 de agosto de 1991, a Portaria n. 71 Sema, aprovou o Regimento Interno do Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente – Cfnama. Em 09 de dezembro de 1994, a Lei n. 8.746 criou, mediante alterações de legislações anteriores, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Em 08 de janeiro de 1997, a Lei n. 9.433 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos – Pnrh, criando, no Art. 34, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, regulamentado pelo Decreto n. 2.612, de 03/06/98. Através do seu Art. 17, inciso III, a Medida Provisória n. 1.795, de 1º/01/99, transformou o Ministério anterior, criado pela Lei n. 9.605, de 12/02/98, em apenas, Ministério do Meio Ambiente – Mma. Em 2000, a Portaria n. 164, de 11 de julho, do MMA, instituiu o Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente – Sigma I; e, a Lei n. 9.984, de 17 de julho, dispôs sobre a criação da Agência Nacional de Águas – Ana. Em 28 de setembro de 2001, o Decreto n. 3.945 criou, na estrutura do MMA, o Departamento do Patrimônio Genético; e, em 26 de junho de 2002, o Decreto n. 4.284 instituiu o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Amazônia – Probem. Finalmente, o Decreto n. 4.703, de 21 de maio de 2003, dispôs sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica – Pronabio e a Comissão Nacional da Diversidade, dando outras providências.



Vale destacar a criação da chamada Lei de Crimes Ambientais, sancionada em fevereiro de 1998, mas regulamentada em setembro de 1999. Ela prevê multas que chegam a 50 milhões de reais, para uma variedade de infrações, que vão desde a soltura de balões, a pesca em locais proibidos e as caças ilegais, até crimes contra o patrimônio e pichações, incluindo ainda obras poluidoras, queimadas e desmatamento (QUADRO II).

Quadro II – Algumas das Novas Penalidades para Crimes Ambientais.

INFRAÇÃO	PUNIÇÃO
• Capturar animais para estudos e pesquisa sem licença	• R\$ 200 pela infração e R\$ 50 por unidade capturada
• Coletar espécies ameaçadas de extinção	• De R\$ 3.000 a R\$ 5.000, dependendo da raridade da espécie
• Pescar no período de reprodução dos peixes	• De R\$ 700 a R\$ 1.000 pela infração mais R\$ 10 por kg apreendido
• Derrubar mata em área preservada por lei	• De R\$ 1.500 a R\$ 5.000 por ha. e R\$ 500 por m ³ de madeira
• Provocar incêndio em florestas nativas	• R\$ 500 por ha. de floresta incendiado
• Promover queimadas para fins agropastoris sem autorização	• R\$ 1.000 por ha.

(Fonte: Lei de Crimes Ambientais, Decreto n. 3.179/99).

Em relação aos instrumentos de Política Pública em defesa do meio ambiente no Brasil, foi introduzido como ordenamento jurídico, pela legislação ambiental, o chamado Estudo de Impacto Ambiental – Eia, além do Relatório de Impacto Ambiental – Rima. Apesar do estudo de impacto ter sido previsto na Lei n.6.803/80, que dispunha sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial, foi com a edição da Lei n. 6.938/81, já citada, que o Eia passou a integrar a legislação preventiva do meio ambiente. Porém, os estabelecimentos e critérios básicos para a elaboração do Eia somente foram instituídos na Resolução do Conama n. 001/86 (MIRRA, 1998).

No Art. 1º dessa Resolução, vem expressa a definição do que seria *impacto ambiental*, este compreendido como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultantes das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II as atividades sociais e econômicas;
- III a biota;
- IV as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V a qualidade dos recursos ambientais” (CONAMA, 1986).

Embora seja reconhecido o avanço da legislação ambiental brasileira, várias são as críticas de sua aplicabilidade, principalmente perante o frágil controle das instâncias de planejamento de nossas cidades no processo acelerado da urbanização brasileira. A qualidade de vida e a saúde da população urbana estão sujeitas a riscos considerados graves em razão de uma série de problemas que afetam seu cotidiano, principalmente nas grandes metrópoles, sujeitas à *urbanização de risco*. Exemplificando: o lixo que, despejado sem tratamento em rios e córregos, ou muitas vezes deixado a céu aberto, contamina as águas, os lençóis freáticos e as áreas de mananciais. A gravidade estaria na falta de uma infra-estrutura de saneamento.

As principais críticas quanto aos problemas analíticos da categoria de impacto ambiental referem-se ao fato da análise ser acerca de um projeto específico, ou seja, a fonte primária de degradação ambiental. Porém, em áreas urbanas existe a dificuldade de determinar as ações simultâneas de vários agentes, perdendo dessa forma a sua precisão. Muitos problemas ambientais, principalmente nas grandes cidades, estão relacionados às fontes difusas, sendo da sua somatória os efeitos de degradação (TORRES, 2000). Como exemplo, pode-se citar a dificul-

dade de aplicação da legislação ambiental nos casos de fontes indefinidas, como do *Lago Igapó II*, situado na cidade de Londrina-PR, artificialmente constituído há cerca de 30 anos e que foi recentemente esvaziado. Tal intervenção foi necessária para a construção de um acesso viário, que serviria de prolongamento da avenida; porém, a coleta de resíduos do assoreamento visível demonstrou um alto índice de contaminação por vários agentes químicos. A necessidade de identificação das fontes poluentes – que iam desde detritos resultantes da impermeabilização da cidade e lançamentos de esgotos individuais até a poluição na nascente do Ribeirão e do local de tratamento da Sanepar – evidenciou a dificuldade dessa avaliação. Embora tal informação tenha circulado por vários meios, em crescente onda de calor, o lago tornou-se lugar de lazer para uma população carente e sem conhecimento dos possíveis riscos à saúde. Somente após a revitalização de toda a margem do lago, foram implantados avisos de indicadores de qualidade da água, revelando que o seu uso era impróprio.

As ciências sociais têm criticado também a questão de que o EIA relacionasse à área de influência dos possíveis efeitos, a qual deve ser definida *a priori*, segundo a legislação, para a produção do diagnóstico, prognóstico ambiental e proposição de medidas mitigadoras. Neste sentido, a aceitabilidade limitada geograficamente e os critérios objetivos para a arbitrariedade são geralmente colocados em questão, além do problema das conseqüências não antecipadas de políticas públicas diretamente relacionadas com a previsibilidade dos impactos dos projetos a serem implantados. Assim, TORRES (2000) argumenta que a categoria *risco*, ao contrário da categoria *impacto*, revela de forma mais aguda as principais ambigüidades inerentes aos processos de decisão em torno da questão ambiental. No entanto, apesar da existência de críticas, a legislação torna-se um instrumento necessário para minimizar os efeitos que poderiam ser imensuráveis no caso de sua inexistência, pois, na prática de produção dos espaços urbanos, ainda impera a ação rápida dos agentes imobiliários, cujos interesses particulares visando lucro, sobrepõem-se ao bem coletivo.

De acordo com MARICATO (2001), a aplicação de instrumentos que ferem interesses calcados nos ganhos fundiários e imobiliários é dificultada pela tradição patrimonialista da sociedade brasileira. Ainda tendo a região sul de Londrina como exemplo, pode-se citar o que foi recentemente o *boom* da construção civil em torno do *Lago Igapó II*, em que a insuficiência da infra-estrutura de esgoto tem causado mal-cheiro nas imediações. A área mais conhecida como *Gleba Palhano*, embora localizada em setor central, foi parcelada e sofreu um incremento de valorização depois da revitalização das margens do lago. Apesar da somatória de vários instrumentos legais existentes, como o RIMA e a legislação de uso e ocupa-

ção do solo londrinense, a evidente sobrecarga e previsível falta de infra-estrutura devido ao adensamento, parecem ter sido ignoradas (FOLHA DE LONDRINA, 17.maio.2003). Surge assim um impasse, pois os construtores enfatizam que não poderão se responsabilizar, ficando a cargo da Sanepar viabilizar o empreendimento, fato que não garante que os custos de tais obras não sejam distribuídos para toda a sociedade.

Na verdade, em todas as cidades brasileiras, há diferentes tipos de riscos, que se distribuem desigualmente entre os atores sociais, no espaço e no tempo. Isto é influenciado pela discrepância entre as condições de vida de seus diversos estratos. Exemplificando: há riscos relacionados a inundações, deslizamentos de terra, doenças infecciosas e poluição, entre outros, que não incidem sobre a sociedade como um todo. São vários fatos que evidenciam que a condição social está diretamente vinculada à exposição maior ou menor a muitos dos riscos. Sabe-se que muitas das construções irregulares localizadas em encostas deslizam devido a fortes chuvas, principalmente aquelas localizadas nas chamadas *áreas de risco*, pelas características de declividade acentuada, solo poroso e de baixa resistência. Isto evidencia que alguns riscos são identificáveis e passíveis de controle, mas, em contrapartida, outros são invisíveis, sendo definidos e caracterizados somente a partir de procedimentos técnicos, enfatizando a necessidade de sua comunicação.

Estatuto da Cidade

Há certa expectativa na minimização da problemática da urbanização de risco no Brasil, face aos novos instrumentos políticos expressos pela Lei n. 10.257/01, denominada o *Estatuto da Cidade* (Art. 1º). Esta veio regulamentar, segundo SILVA (2003), os Artigos. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, os quais estabeleciam as diretrizes gerais da política urbana nacional. No parágrafo único do Capítulo I, "...estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental." Os institutos tributários e financeiros da nova lei seriam: o *Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana* – Iptu; a contribuição de melhoria; e os incentivos e benefícios fiscais e financeiros (ESTATUTO DA CIDADE, Art. 4º, Inciso IV, 2001).

Quanto aos seus institutos jurídicos e políticos, estão: desapropriação; servidão e limitações administrativas; tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; instituição de unidades de conservação e de zonas especiais de interesse social; concessões de direito real de uso e de uso especial para fins de moradia;



parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; usucapião especial de imóvel urbano; direitos de superfície e de preempção; outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; transferência do direito de construir; operações urbanas consorciadas e regularização fundiária; além da assistência técnica e jurídica gratuitas para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; referendos populares e plebiscitos (ESTATUTO DA CIDADE, Art. 4º, Inciso V).

De todos esses instrumentos, destacam-se aqueles que podem vir a diminuir a discrepância sócio-ambiental e reduzir o panorama dos riscos provenientes da urbanização, já que se referem à função social da cidade e da propriedade. O Inciso VI do Art. 2º aponta como diretriz de ordenação e controle do solo para a propriedade urbana a ação de evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; o parcelamento do solo; a edificação ou usos excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas; e a poluição e a degradação ambiental (SILVA, 2003).

Obviamente, existe a possibilidade e intenção positiva para a aplicação desses instrumentos, mas, por outro lado, ressaltam-se as críticas no caso de serem utilizados de modo perverso, dando continuidade ao clientelismo a determinados agentes de produção do espaço. O IPTU progressivo no tempo (Art.7º), segundo LOPES de SOUZA (2002), seria um dos poucos meios capazes de colaborar decisivamente para imprimir maior justiça social às cidades caracterizadas por fortes disparidades sócio-espaciais e por uma especulação imobiliária desenfreada. No entanto, para o autor, refere-se a um dos instrumentos mais polêmicos, sendo que a sua efetiva implantação demandará decisões judiciais, uma vez que poderá ser interpretado como uma desapropriação indireta ao longo do tempo. Mesmo assim, a potencialidade do instrumento em coibir atividades especulativas e de possibilidades de geração de recursos para a dotação de infra-estrutura e regularização fundiária de áreas residenciais segregadas, pode colaborar para evitar a formação de vazios urbanos e também o problema da urbanização em saltos, tão característica nas cidades brasileiras.

Sob o ângulo temporal, a progressividade do IPTU concerne à finalidade de coibir a especulação imobiliária com terrenos desocupados ou subutilizados, induzindo à ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e equipamentos, aumentando assim a demanda de oferta de terra e edificações. Em termos práticos, faz-se necessário estabelecer parâmetros coerentes e definir valores apropriados para se

caracterizarem as condições de ociosidade e subutilização a serem associadas na especulação. O IPTU progressivo, a desapropriação com pagamento em títulos e o consórcio imobiliário, se bem aplicados, seriam instrumentos que poderiam promover uma Reforma Urbana no Brasil (SOUZA, 2002).

No caso do *consórcio imobiliário* (Art. 46º), este poderá ser de grande auxílio para os planos habitacionais, como uma forma de viabilizar financeiramente a urbanização ou a edificação, quando “...o proprietário transfere ao Poder Público seu imóvel e, após a realização das obras recebe como pagamento unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.” Conforme o § 2º, o valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, (valor real da indenização). Já entre os instrumentos para a regularização fundiária de áreas ocupadas irregularmente, pode-se citar a *usucapião de imóvel urbano* (Art. 9º), além da *concessão especial para fins de moradia*. A primeira trata da questão de regularização em áreas privadas, e a segunda, vetada pelo Presidente da República, trata da regularização em áreas públicas, parcialmente incorporada à Medida Provisória n. 2.220, publicada em 05/09/01.

Historicamente, as ocupações irregulares eram assentadas em áreas majoritariamente públicas, em áreas ambientalmente frágeis ou em áreas *non aedificandi*, como fundos-de-vale, áreas de proteção ambiental, áreas com declividade acima de 35% e faixas de transmissão, entre outras. Mais recentemente, observa-se que as ocupações irregulares têm como *locus*, áreas de fácil acessibilidade e de propriedade privada. O *Estatuto da Cidade* avança no acréscimo da possibilidade da usucapião coletiva para as áreas urbanas, onde existe a impossibilidade de individualização de cada terreno. De acordo com SOUZA (2002), observa-se a perspectiva de regularização das chamadas *ocupações irregulares e clandestinas*, exceto aquelas assentadas em áreas de domínio público. Sabe-se que nem toda área pública deve ser regularizada, porém a necessidade de transferência de moradores em áreas de risco, sujeitas ao desmoronamento ou a enchentes, ou ambientalmente frágeis, é uma tarefa ciclópica e urgente. Também se entende que a regularização jurídica deve ser acompanhada de uma regularização urbanística, que assegure padrões mínimos de qualidade urbana (Maricato, 2002).

Vale destacar que, entre os instrumentos de regularização fundiária no sentido urbanístico, dispostos no Inciso V do Art. 5º, podem ter uma função complementar na delimitação das *Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS*, os institutos jurídicos representados pela *desapropriação* (Art. 8º), pelo *direito de superfície* (Art. 21º) e pelo *direito de preempção* (Art. 25º), este último conferindo ao Poder Público municipal a preferência para aquisição de imóvel urbano, que seja

objeto de alienação onerosa entre particulares. Estes instrumentos podem ser considerados coadjuvantes nas questões da função social da propriedade, sendo todos contemplados no *Estatuto da Cidade* (LOPES DE SOUZA, 2002).

Outro instituto que tem como objetivo a interferência do Poder Público sobre os mercados imobiliários por meio da separação entre a propriedade dos terrenos do direito de edificação, é a outorga onerosa do direito de construir (Art. 28º), conhecida nos âmbitos acadêmicos como “solo criado”. Em sentido geral, pode-se definir solo criado como sendo a criação de áreas adicionais de piso utilizável, não apoiadas diretamente sobre o solo, isto é, a criação de pisos artificiais. A importância social do solo criado reside em seu caráter e contraprestação à coletividade por parte dos beneficiários do processo de verticalização. Neste sentido, não há empecilho para que o direito de construir possa ser regulado ou mesmo vendido pelo Estado, o que pressupõe a separação entre o direito de propriedade e o direito de construção (LOPES DE SOUZA, 2002).

A transferência do direito de construir (Art. 35º), por sua vez, viabiliza a preservação de imóveis ou de áreas de importante valor histórico e ambiental. No Estatuto da Cidade, está previsto o uso deste instrumento também para os casos de programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda e habitação de interesse social. Contempla-se ainda, como instrumentos tributários, fundos decorrentes da contribuição de melhoria como fator gerador da valorização imobiliária, viabilizada por meio de obras públicas, e os instrumentos de operação urbana, mais como instrumento político. Estes podem representar um avanço, tanto social quanto político.

Em sua Seção XII, Art. 36, a Lei n. 10.257/01 estabelece o que seria o *Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança* – Eiv, o qual deverá ser definido por leis municipais de modo que empreendimentos e atividades privadas ou públicas em área urbana o apresentem, a fim de obterem “...as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, a cargo do Poder Público Municipal.” Segundo o Art. 37, “o Eiv será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I adensamento populacional;
- II equipamentos urbanos e comunitários;
- III uso e ocupação do solo;
- IV valorização imobiliária;
- V geração de tráfego e demanda por transporte público;



- VI ventilação e iluminação; e
- VII paisagem urbana e patrimônio natural e cultural” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

O *Plano Diretor* está definido no Art. 40º como “...instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana,” sendo parte integrante do processo de planejamento municipal e devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e prioridades nele contidas. Já quanto aos *instrumentos de gestão democrática da cidade*, estes estão contemplados no Art. 43º, enfatizando-se a participação da sociedade civil nos processos de planejamento da cidade, através de: órgãos colegiados de política urbana; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano; e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; além de referendos populares e plebiscitos (SILVA, 2003).

Considerações Finais

Nos relatórios oficiais elaborados mais recentemente acerca da problemática global, ressalta-se a necessidade de se buscarem estratégias que resultem em uma nova forma de pensar a vida urbana, tendo como base a inclusão de políticas ambientais nos programas estratégicos de governo. Discute-se, enfim, no limiar do século XXI, frente a um descontrole inevitável do crescimento urbano em todo o mundo, se o ser humano está ciente das transformações em curso nas cidades e no campo; ou se a consciência das questões urbana e ambiental é suficiente para uma completa transformação do atual estado das coisas, envolvendo mudanças de comportamento e de ação em direção à sustentabilidade.

Os padrões térmicos e meteorológicos absolutamente imprevisíveis das últimas décadas vêm sugerindo se estar vivendo em uma época de grande mudança ambiental. São vários os indicadores dessa transformação, por vezes amedrontadora. Para que haja futuro, seria preciso que o homem aprendesse a preservar e a conservar os recursos da Terra, alterando seus padrões básicos de consumo, fabricação e reciclagem. A maioria das pessoas concorda que as catástrofes ecológicas acarretam enormes perigos, mas lhes dá pouca importância, convencida de que as mudanças decorrem lentamente na natureza durante períodos que vão até milhões de anos. Confundem-se os tempos geológicos com aqueles inerentes à sociedade contemporânea. Assim, este conceito de tempo não passa de ilusão, já que durante uma vida, uma década, um ano ou mesmo um dia,



podem ocorrer mudanças dramáticas, profundas e impessoais. Conforme PAPANÉK (1998), deve-se “...compreender o conceito de que os continentes podem se deslocar ao longo de uma eternidade e que, em termos nucleares, podem morrer rapidamente” (p.29). Na verdade, a maior parte dos danos ecológicos e, possivelmente, irreversíveis ocorreu apenas durante os últimos 30 anos.²

A *explosão demográfica*³ e a busca da qualidade de vida nas cidades ocasionaram um processo geométrico de exploração dos recursos naturais renováveis (florestas, plantações, pastagens) e não-renováveis (minerais metálicos, compostos químicos, matérias-primas energéticas, como carvão e petróleo). Além disso, a intensa atividade comercial, a flutuação da população móvel e o desenvolvimento tecnológico são fatores que influenciam a problemática urbana, o que acaba interferindo nos padrões de transporte, habitação e serviços. As atividades industrial e comercial, assim como a exploração de matérias-primas, poluem o meio em que vive o homem. Logo, as atuais práticas no uso dos recursos estão levando o mundo a uma crise de escassez, tornando irreversíveis os processos que agredem o ambiente.

Por sua vez, os problemas ambientais urbanos vêm crescendo gradativamente, e suas conseqüências estão sendo sentidas de perto pelos moradores das cidades, como o aumento da temperatura causado pelo efeito-estufa, provocado tanto pela poluição das indústrias e automóveis, como pelo uso de produtos à base de *clorofluorcarbonetos* – Cfc. Soma-se a isto a emissão de gases tóxicos e a produção de resíduos perigosos, muitas vezes armazenados em locais abertos ou lançados em vias hídricas, ameaçando a qualidade do ar, água e solo. Assim, aumentam-se os riscos de câncer de pele, doenças ligadas às vias respiratórias e outras enfermidades relacionadas às condições higiênicas e

2: O tempo do mundo que se conhece, no qual os seres humanos se constituíram em uma espécie de civilização, pode ser facilmente compreensível, diferentemente de quando se enfoca, por exemplo, os 600 milhões de anos em que viviam os *trilobitas* ou os 150 milhões de anos em que havia dinossauros. Os povos começaram a se estabelecer em grupos sociais prototípicos na Mesopotâmia aproximadamente há 12.000 anos. Se se presume que 25 anos seria a duração de uma geração, isso significaria que a civilização começou há apenas 480 gerações. Entretanto, foi somente a partir do Renascimento que se compreende o mundo e, principalmente após a *Revolução Industrial* (1750-1830), que se passa a conhecê-lo realmente como contemporâneo. Assim, o mundo em que nos sentimos à vontade começou mesmo há não mais que dois séculos ou oito gerações. E este é um tempo bastante incipiente dentro da história da Terra (Papanek, 1998).

3: Recentes relatórios da ONU indicam que, em 2015, 21 cidades do mundo terão mais de 10 milhões de habitantes, encabeçadas por Tóquio e Bombaim. No Brasil, o número de pessoas vivendo em áreas urbanas crescerá dos 80% atuais para 90%; e a frota automobilística será de aproximadamente 47 milhões de automóveis. Em 2025, a população mundial poderá ser de 8,4 milhões de pessoas e, em 2070, será de quase 16 milhões. Atualmente, existem 700 milhões de veículos no mundo. Em 25 anos, esse número duplicará.

de saneamento. Ao mesmo tempo em que o aquecimento global conduz à perda de áreas férteis para agricultura e pastagem em todo o mundo, coloca em risco partes das cidades litorâneas do planeta, já que pode provocar o aumento do nível das marés e conseqüentes inundações.

Os riscos a que estão submetidos os habitantes das grandes metrópoles, dentre os quais se relacionam desde os perigos ligados a inundações e deslizamentos causados pela impermeabilização excessiva das superfícies até as doenças provocadas pelas condições insalubres, passam, muitas vezes, despercebidos a eles próprios. Esta problemática, já apresentada por BECK (1992; 1997), mostra-se desafiadora em uma sociedade cujos interesses coletivos se vêem substituídos pelos individuais. Logo, deve-se buscar a co-responsabilidade política entre os governantes locais e os diversos setores da sociedade, de modo que se possam obter práticas que apontem para um ambiente urbano saudável, democrático e solidário.

Na *Sociedade de Risco* descrita por Ulrich Beck,⁴ muitos dos problemas de destruição de recursos e de desgaste do meio ambiente não se inserem na idéia de que existam, de um lado, vilões e, de outro, vítimas, pois todos estariam em melhores condições se cada um considerasse os efeitos de seus atos sobre os demais. Contudo, ninguém parece disposto a crer que os outros agirão desse modo e, assim, todos continuam a buscar seus próprios interesses. A sensação é de que a “culpa” é de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém. As comunidades ou os governos tentam compensar essa situação mediante leis, seguros, impostos, subsídios, educação e outros métodos. Até que ponto isto é suficiente?

4: Chefe do Instituto de Sociologia da Universidade de Munique, Alemanha; e professor de Sociologia da Universidade de Múnaco, Ulrich Beck (1944) tornou-se mundialmente famoso a partir do conceito de *Sociedade de Risco*, exposto em seu livro *Die risikogesellschaft*, de 1986 – publicado em inglês em 1992 – assim como o *Modernidade Reflexiva*, elaborado em 1994, em conjunto com Anthony Giddens, diretor da *London School of Economics*, e Scott Lash, professor de Sociologia da Universidade de Lancaster, Inglaterra. Com um estilo marcado pelo humor negro e tendo a Alemanha como principal referência, seus livros são campeões de venda em todo o mundo, propondo-se a analisar o quebra-cabeças do mundo contemporâneo, caracterizado por medos e paradoxos que não corresponderiam mais às descrições sociológicas clássicas. Para ele, as origens e conseqüências da degradação do ambiente situam-se precisamente no centro de uma teoria da sociedade moderna, na qual a ameaça da autodestruição seria seu ponto fundamental. Além dos livros *Risk society: towards a new modernity* (1992) e *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order* (1994, c/ Anthony Giddens e Scott Lash), utilizados como referências neste trabalho, suas obras mais recentes são: *Ecological politics in an age of risk* (1995); *The normal chaos of love* (1995, c/ Elisabeth Beck-Gernsheim); *The reinvention of politics* (1996); *Democracy without enemies* (1997); *What is globalization?* (1999) e *Brave new world of work* (2000).



Convém lembrar que quase todos os desertos do mundo foram criados pelo próprio homem, assim como estudos recentes sugerem a influência do clima e das ecocatástrofes na mudança do destino da civilização maia na América Central. Muitas vezes as pessoas parecem demasiado alheias aos seus governos em matéria de preocupação com o ambiente, como, por exemplo, com a destruição e o desfolhamento sistemático das florestas do Vietnã, Laos e Cambodja, entre 1968 e 1971, através do uso do “agente laranja” e outros produtos químicos; ou com o incêndio de mais de 500 poços de petróleo no Kuwait, no fim da *Guerra do Golfo*. Isto, sem contar outros desastres, não menos devastadores senão silenciosos, como a chuva ácida provocada pelas emanções das chaminés industriais; o desaparecimento de espécies animais e vegetais que nem ao menos foram descobertas; ou a grande ameaça que representa o efeito-estufa em todas as cidades do planeta (Figs. 09 e 10). Até mesmo mudanças aparentemente triviais no meio ambiente, como o aumento de moscas e mosquitos portadores da malária e da dengue, podem ser diretamente imputadas à atividade humana (PAPANNEK, 1998).

Esses riscos contemporâneos, cada vez em maior número e complexidade, fazem com que seja vital para a sobrevivência do mundo, tal como o conhecemos, que os planejadores urbanos, arquitetos, pesquisadores e legisladores envolvam-se na procura de soluções ambientais, contribuindo objetivamente a partir de suas áreas específicas de conhecimento e influência, e associando-se a outras disciplinas. Nestes tempos “arriscados”, não se necessita somente imaginação, inteligência e trabalho árduo, mas essencialmente uma consciência ambiental capaz de conferir efeito, mesmo a pequenos atos individuais sobre o cenário global. Os problemas podem se situar em nível mundial; no entanto, só cederão com uma intervenção descentralizada, local e em escala humana, palpável e possível.

CARAPINHEIRO (2001) destaca que, embora os atuais riscos sejam globais, estes são sentidos localmente, de acordo com as políticas de gestão e a produção de respostas locais. O local – como o contraponto do global – e cada localidade tem a capacidade para empreender políticas de gestão dos riscos, sejam estes sociais ou ambientais; e a eficiência política, associada a ações de solidariedade, de responsabilidade e de cidadania, pode minorar os riscos que estão sendo produzidos e distribuídos universalmente. É possível observar estes objetivos na Lei n. 10.257/01, do Estatuto da Cidade, a qual contempla institutos jurídicos e urbanísticos necessários para uma urbanização mais coerente no sentido social e ambiental em nosso país, conforme foi sucintamente abordada neste trabalho.

Entretanto, para que esses instrumentos sejam efetivos para diminuir a urbanização de risco em nossas cidades, deve haver regras, critérios e objetivos claros nos planos diretores de todas as cidades brasileiras, e, principalmente, um bom-

senso das instâncias de planejamento municipal, pois, segundo SOUZA (2002), “...pode-se [até] falar de uma perversão do uso dos instrumentos em desacordo com seu espírito original” (p.220). Entende-se que a legislação não deve ser homogeneizadora do espaço e que cada localidade deva ser analisada no seu contexto, tanto pelo viés histórico do ambiente natural e construído, como pelas realidades sócio-econômicas; e que um instrumento como o *Plano Diretor* cumpra a expectativa dos objetivos principais do *Estatuto da Cidade*: o ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Isso envolve, emprestando os termos da lei, a garantia do direito a cidades sustentáveis para as presentes e futuras gerações; a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidades; a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização; o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição da população e das atividades econômicas; e a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais. Este, sim, é um caminho possível – senão único – para se viabilizar uma urbanização mais coerente, justa e harmoniosa com o meio ambiente, para que a tão evidenciada *urbanização de risco* não faça parte do cenário futuro das nossas cidades brasileiras, se é que, nestes termos, se possa falar em algum “futuro”.

Referências Bibliográficas

- BECK, Ulrich. **Risk society: towards a new modernity**. London: Sage Publications, 1992.
- _____. A Sociologia do Risco. In: Goldblatt, David. **Teoria social e ambiente**. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 1996.
- _____.; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista – Unesp, 1997.
- BORBA, Robinson. **A Cidade cognitiva**. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – Fau-Usp, 2000. [on line] Disponível em: <<http://robinsonborba.tripod.com/doctorade/globallocal.htm>>. Acesso em: 23.out.2002.
- BRÜSEKE, Franz J. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2001.
- CARAPINHEIRO, Graça. *A globalização do risco social*. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.



- CHAFFUN, N. *Dinâmica global e desafio urbano*. In: Bonduki, Nabil. (Org.). **Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- CONAMA. **Resolução n. 001/86**. Brasília: Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, Coordenação de Publicações, 1986.
- ESTATUTO DA CIDADE. **Lei Federal n. 10.257**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 10.jul.2001.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.
- GARDIAN. **Shanty town**. Disponível em: <image.gardian.co.uk/sys-images/travel/pix/gallery/01/20/shanty.jpg> Acesso em: 30.maio.2003.
- GOLDBLATT, David. **Teoria social e ambiente**. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 1996.
- GREENPEACE. **Mexican Industries**. Disponível em: <archive.greeppeace.org/~comms/pics> Acesso em: 30.maio.2003.
- KOOLHASS, Rem; BOERI; STEFANO; KWINTER, Sanford *et. al.* **Mutaciones**. Bordeaux: Actar/Arc em Revê – Centre d'Architecture, 2000.
- LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- LONDRINA. **Lago Igapó**. Disponível em: <www.londrina.pr.gov.br/turismo> Acesso em: 30.maio.2003.
- LOPES de Souza, Marcelo. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.
- LUPTON, Deborah. **Risk**. London: Routledge, 1999.
- MARICATO, Ermínia. *O Estatuto da Cidade*. In: **Cadernos de Urbanismo**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Ano III, n.4. 2001.
- MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **Impacto ambiental: aspectos da legislação brasileira**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- NATIONAL GEOGRAPHIC. **Megalopolis** (Photo by Stuart Franklin) Disponível em: <magma.nationalgeographic.com/ngm/0211> Acesso em: 30.maio.2003.
- PAPANÉK, Victor. **Arquitetura & design: ecologia e ética**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- PATLILJA. **Brazilian slum**. Disponível em: <patlilja.net/semesteratsea/brazil/slum.jpg> Acesso em: 30.maio.2003.
- PECAN PRESS. **Hillside houses**. Disponível em: <www.pecanpress.com/hillside_houses.jpg> Acesso em: 30.maio.2003.



PRB IMAGES. **Global urbanization**. Disponível em: <[www.prb.org/images/e-0\(largest_urban\).gif](http://www.prb.org/images/e-0(largest_urban).gif)> Acesso em: 30. maio.2003.

SILVA, José Robson da. **Direito Ambiental**. Curitiba: Notas de aula, Disciplina do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2003.

SOUZA, Luiz Alberto. *Estatuto da Cidade: perigos e oportunidades*. In: Contribuição Científico-Técnica I SENISA-URB I **Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2002.

SPINK, Mary J. P. **Tópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v.16, n.6, nov./dez. 2001. [on line] Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 30.abr.2003.

TORRES, Haroldo da G. *A demografia do risco ambiental*. In: TORRES, Haroldo da G.; COSTA, Heloisa. (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Senac, 2000.

UOREGON. **Ozone hole**. Disponível em: <zebu.uoregon.edu/~kevan/ph251/092695/ozone.gif> Acesso em: 30.maio.2003.

WILDLIFE ON WHEELS. **Urban garbage**. Disponível em: <www.wildlifeonwheels.org/marinelife/photos/garbage-med-res.jpg> Acesso em: 30.maio.2003.



RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

**Carolina Ferreira Calefi*

**Rafael Pereira Alves*

**Rosana Cardoso Moraes*

***Adalberto Brandalize*

RESUMO

Na busca de eficiência e excelência empresarial, já não é satisfatória a tradicional alquimia do cálculo custo-benefício, com o aumento da produtividade e a ampliação das vendas no mercado. Os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental. Levando em conta esses fatores, as empresas devem se preocupar em vincular e combinar, de forma original e criativa, suas metas de rentabilidade com a responsabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Social; Comunidade; Retorno; Empresa.

ABSTRACT

In search for efficiency and managerial excellence, no longer is it satisfactory the traditional alchemy of the calculation cost-benefit with the increase on the productivity and the amplification of sales in the market. The criteria of evaluation of the success begin to incorporate dimensions that go beyond the economical and that concern social and cultural life as well as environmental preservation.

*Acadêmico(a) do Curso de Administração de Empresas-Gestão Empresarial da UniFil.

** Docente nos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Processamento de Dados do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

Mestre em Administração - Área Finanças.

Mestrando em Administração - Área Gestão Empresarial.

Docente de Administração de Empresas na FANORPI.

Docente de pós-graduação.

Consultor empresarial.

Ex-executivo, pesquisador e palestrante sobre Administração.

E-mail: adbranda@uol.com.br



Taking those factors into account, the companies should be concerned in linking and combining, in an original and creative way, their profitability goals and social responsibility.

KEY-WORDS: Social; Community; Return; Company.

INTRODUÇÃO

Está cada vez mais difundida, nos vários setores da sociedade, a idéia de que a atual situação do mundo requer atenção especial das empresas para sua dimensão social.

A responsabilidade social de uma empresa consiste na sua “*Decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrente do tipo de atividades que exerce*” (D’ AMBROSIO, D & MELLO, Gazeta Mercantil 11/98 p.c-8).

As empresas preocupadas com esse segmento, devem desenvolver projetos socioculturais nas áreas de educação, meio ambiente, crianças de rua, geração de renda, cinema, teatro, música, literatura, patrimônio, artes plásticas, entre outras. As empresas, públicas ou privadas, queiram ou não, são agentes sociais no processo de desenvolvimento, sua dimensão não se restringindo apenas a determinada sociedade, cidade, país, mas ao modo com que se organizam e, principalmente, atuam, por meio de atividades essenciais.

Contudo, apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não são suficientes para atribuir a uma empresa a condição de “socialmente responsável”.

São estes os principais “vetores da responsabilidade social” de uma empresa:

- V1 - apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua;
- V2 - preservação do meio ambiente;
- V3 - investimento no bem-estar dos funcionários;
- V4 - comunicações transparentes;
- V5 - retorno aos acionistas;
- V6 - sinergia com os parceiros; e
- V7 - satisfação dos clientes e/ou consumidores.



Tais vetores direcionam o processo de gestão empresarial para o fortalecimento da dimensão social da empresa.

No Brasil, os primeiros ventos de mudança de mentalidade empresarial já podem ser notados desde meados da década de 1960. A “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada em 1965, é um marco histórico incontestável do início da utilização explícita da expressão *responsabilidade social* diretamente associada às empresas e da própria relevância do tema relacionado a ação social das empresas no país. Mesmo que, ainda limitado ao mundo das idéias e efetivando-se apenas em discursos e textos, já fazia parte da realidade de uma pequena parcela do empresariado.

“Já em 1965 aprovava-se a ‘Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas’, na qual se salienta a consciência de que as crises e tensões do mundo contemporâneo têm relação com o fato de que as instituições econômico–sociais vigentes se afastaram dos princípios cristãos e das exigências da justiça social e que os antagonismos de classe, os aberrantes desníveis econômicos, o enorme atraso de certas áreas do país decorrem, em parte, de não ter o setor empresarial tomado consciência plena de suas responsabilidades.” (GONÇALVES, Ernesto Lima. São Paulo, 1980).

O “Caos” Social

No **Jornal de Londrina**, edição de 06/07/2003, Stella Meneguel escreve: Responsabilidade social pede que as empresas deixem de ser “ilhas de excelência” ao redor de desigualdades. Algumas empresas já acordaram para o fato que não fizeram nada para amenizar o “caos” em que a sociedade se encontra; estas empresas, ao longo do tempo, poderão ser vítimas deste processo.

Stella reforça:

“Da porta para dentro, o uso de modernas tecnologias por profissionais capacitados na busca incessante de produtos que sejam cada vez mais consumidos e cujo lucro também caminha nessa proporção. Da porta para fora, a energia é gasta em busca de um emprego que pague, ao menos, um salário mínimo, mas que será insuficiente para comprar comida para a família inteira.

Ou seja, diante dos olhos podem-se visualizar empresas como ilhas de excelência em um mar de grande exclusão que, assim como o que vem acontecendo na natureza, vai engolindo cada vez mais áreas de “terra firme.”

O trabalho social em empresas vem ganhando força e pode ser considerado como essencial para a sobrevivência no futuro. A responsabilidade social é hoje um movimento mundial, e começa a tomar corpo em nossa cidade, com algumas empresas tradicionais trabalhando na vanguarda desta revolução social. Não adianta a empresa ser rica se ao seu redor existir um bolsão de miséria; é preciso pensar no desenvolvimento sustentável. E nesse ponto, o setor privado tem se mostrado bem mais competente que o setor público.

A Gestão da Responsabilidade Social Interna e Externa

As ações de gestão de responsabilidade social interna compreendem os programas de contratação, seleção, treinamento e manutenção de pessoal, realizados pelas empresas, em benefício de seus empregados, bem como os demais programas de benefícios voltados para a participação nos resultados e atendimento aos dependentes.

“O foco principal da gestão de responsabilidade interna é o funcionário e seus dependentes e algumas empresas estendem a sua rede de ações internas aos funcionários de empresas contratadas, terceirizadas, fornecedores e parceiros” (MELO, FROES, 1999).

O exercício da responsabilidade social externa corresponde ao desenvolvimento de ações sociais, empresariais, que beneficiem a comunidade. Estas ações podem ser realizadas por doações de produtos, materiais e equipamentos em geral, transferência de recursos, regime de parceria com órgãos públicos, ONG's, prestação de serviços voluntários para a comunidade através dos funcionários da empresa, aplicação de recursos em projetos de preservação do meio ambiente, geração de emprego. “A *responsabilidade social externa tem como foco a comunidade, através de ações sociais voltadas principalmente para as áreas de educação, saúde, assistência social e ecologia.*” (MELO, FROES, 1999).

A responsabilidade social exige uma nova postura das empresas, sejam elas pequenas ou grandes.

Responsabilidade Social como um fator competitivo

A responsabilidade social, assumida de forma consistente e inteligente pela empresa, pode contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade e o desempenho empresarial.

Tudo começa com o surgimento de um clima de maior simpatia para a imagem da empresa. De repente, a empresa deixa de ser vilã, responsável pela prática de preços abusivos, demissões e fonte geradora de lucros exorbitantes e, em muitos casos, responsável pela depredação da natureza.

Com a imagem reforçada, dependendo do resultado dos trabalhos sociais por ela financiados, a empresa se torna mais conhecida e vende mais seus produtos e serviços; sobretudo a sua marca ganha mais visibilidade, aceitação e potencialidade.

“Clientes tornam-se orgulhosos de comprar produtos ou adquirir serviços de uma empresa com responsabilidade social. Fornecedores são incentivados a também serem responsáveis socialmente. O governo e a sociedade civil tornam-se ‘papiros’ desta empresa em seus empreendimentos sociais.” (MELO, FROES, 1999).

Balanco Social, um indicador de Responsabilidade Social

Ao final de um período, as empresas terão que, além do balanço econômico de suas atividades, fazer o balanço social, um documento que já tem regras e itens a serem seguidos, em uma contabilidade onde somam-se “pessoas” ao invés de números frios.

Embora sua publicação não seja obrigatória em lei, cada vez mais o Balanço Social firma-se como um instrumento de gestão das empresas; a cada ano cresce o número de empresas que usam esse mecanismo.

“Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades abalizadas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida. Neste sentido é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos. Por meio dele, a empresa mostra o que faz por seus empregados e pela população que recebe sua influência direta.” (SILVA, FREIRE, 2001).

O balanço compreende dois tipos de ações: as direcionadas para os funcionários e as direcionadas para a sociedade.

O elenco de ações sociais explicitadas no Balanço Social reflete a política social dessas empresas, cujos principais componentes são:

- Os conceitos-chave;
- Os valores sociais essenciais;
- As ações prioritárias;
- Os beneficiários;
- Elenco de planos, programas e projetos; e
- Valores sociais essenciais.

Algumas empresas julgam que doar algumas cestas básicas, ou cobertores no frio, em épocas de campanha, é suficiente. Logicamente, é uma atitude boa, mas esporádica e não verdadeiramente preocupada com a realidade da comunidade.

Marketing Social

Empresas desenvolvem projetos sociais com dois objetivos: exercer filantropia empresarial e desenvolver estratégias de *marketing* com base em ações sociais.

“O exercício de filantropia empresarial caracteriza-se por doações de produtos fabricados pela própria empresa, ou de uma soma de dinheiro doada a entidades beneficentes. Algumas empresas utilizam esta prática como uma ação de marketing para promover seus produtos e marcas, quando são distribuídas para escolas, hospitais, universidades e órgãos dos serviços públicos.” (MELO, FROES, 1999).

São também ações de filantropia as doações para campanhas sociais e a concessão de bolsas para pessoas carentes. As principais modalidades de *marketing* social são:

- Marketing* da filantropia;
- Marketing* das campanhas sociais;
- Marketing* de patrocínio de projetos sociais;
- Marketing* de relacionamento com base em ações sociais;
- Marketing* de promoção social do produto e da marca.



“A marca é o maior patrimônio que uma empresa pode ter, e ela só se fortalece se houver um conceito amplo de responsabilidade social.” (D’AMBROSIO, D. & MELLO, Gazeta Mercantil, 11/98).

Stella Meneguel, no JORNAL DE LONDRINA, edição de 06/07/2003, ressalta:

“O trabalho em uma comunidade tem de ser de acordo com o diagnóstico que ela apresenta e com uma meta; por exemplo, de elevar a condição daquelas pessoas de zero para cinco, de forma a levá-las a criarem sua própria sustentabilidade.”

Um projeto social tem que englobar começo, meio e fim. A responsabilidade social deve começar dentro da empresa, com medidas e atitudes em prol dos próprios funcionários.

Retorno Social

O retorno social institucional ocorre quando a maioria dos consumidores privilegia a atitude da empresa de investir em ações sociais, e assim o desempenho da empresa obtém o reconhecimento público; como consequência, a empresa vira notícia, potencializa sua marca, reforça sua imagem. “O retorno social corresponde aos ganhos materiais e imateriais obtidos pela empresa investidora que canaliza recursos para projetos sociais e ações comunitárias de interesse da comunidade e do governo local.” (MELO, FROES, 1999).

O retorno institucional é amplo, compreendendo uma série de ganhos e benefícios dos quais alguns estão a seguir.

- Fortalecimento da imagem;
- Retorno sobre as vendas e de mercado;
- Retorno para os acionistas;
- Maior divulgação na mídia;
- Retorno tributário ;
- Obtenção de reconhecimento público;
- Maior apoio por parte de empregados e parceiros.

A responsabilidade social passa a ser critério para a permanência no mercado. Só conseguirá exportar a empresa que possuir certificação social.

A certificação da Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social agora é objeto de processo de certificação.

O objetivo é atestar a responsabilidade social da empresa, comprovar o exercício pleno da sua responsabilidade social interna e externa, conferindo-lhe a condição de empresa socialmente responsável, além de demonstrar que seus produtos são socialmente corretos.

A primeira norma de certificação social – “ Social Accountability 8.000” – foi criada em 1997 pelo “The Council on Economic Priorities Accreditation Agency – CEPAA”.

“No caso da AS-8.000, o objetivo era assegurar que na cadeia produtiva de um determinado produto não existam ocorrências anti-sociais, como, por exemplo, trabalho infantil, trabalho escravo e quaisquer tipos de discriminação.”(MELO FROES, 1999).

Em 1999, o Institute of Social and Ethical Accountability lançou a AA-1.000.

A norma AA-1.000 ampliou o escopo de avaliação da empresa. Seu objetivo é monitorar as relações entre a empresa e a comunidade em que ela está inserida.

Conclusões

A pesquisa aqui apresentada revelou que muitas organizações têm adotado este novo diferencial em suas empresas, conseguindo assim agregar valores morais e éticos a seus produtos.

A responsabilidade social tem sido assumida por diferentes perspectivas e é realizada de maneira heterogênea pelas entidades empresariais.

A responsabilidade social é um dever de todos aqueles que buscam melhorias e avanços para o seu setor. Um exemplo é o da padaria que passou a não vender mais bebida ou cigarro para crianças, que levariam estes produtos a seus pais; passou também a ensinar o ofício de padeiro para a comunidade. Este é o exemplo de uma ação que custa pouco, mas que demonstra uma postura diferente, e... ser ético não é fácil!

As empresas que não trabalharem o social dificilmente sobreviverão.



A responsabilidade social entra fortemente como mais um vetor de presença da empresa no mercado.

REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Responsabilidade Social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. **Balço Social: teoria e pratica. incluindo o novo modelo do IBASE**. São Paulo: Atlas, 2001

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balço Social da empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.

D'AMBRÓSIO, D.; Mello, P. C. A responsabilidade que dá retomo social. **Gazeta Mercantil**, 10/11/98, p.c-8.

MENEGUEL, Stella. "Caos" social. **Jornal de Londrina**, p.4-A, edição de 06/07/2003.



ESPAÑOL, POR EJEMPLO

*Otavio Goes de Andrade

**Geane Maria Marques Branco Sanches

RESUMO

O presente texto tem por objetivo fazer uma resenha a respeito da obra **Español**, material didático voltado para falantes de português como língua materna, em especial brasileiros. Abordaremos a sua concepção, tendo em vista o público ao qual se dirige e também a sua eficácia enquanto material de ensino versátil e adaptável a vários contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Espanhola; Materiais Didáticos; Aprendizes Brasileiros.

ABSTRACT

The current text aims to write a review about the book called **Español**, which is a teaching material created for speakers who have Portuguese as their mother tongue, Brazilians in particular. We will broach its conception aiming the public to which it is directed, as well as its efficiency as a versatile material adaptable to a range of contexts.

KEY-WORDS: Spanish Language; Teaching Materials; Brazilian Learners.

* Docente do Curso de Secretariado Executivo do Centro Universitário Filadélfia (UniFil) e da Universidade Estadual de Londrina – UEL .

Mestre em Letras pela UNESP e aluno do “Máster en Enseñanza de Español para Profesores Brasileños” na Universidad Internacional Menéndez Pelayo e Instituto Cervantes.

E-mail: ogoes@uol.com.br

** Docente do Curso de Secretariado Executivo do Centro Universitário Filadélfia - UniFil Especialista em Ensino de Línguas Estrangeiras.

1. INTRODUÇÃO

A profissão de Secretário Executivo, regulamentada ⁽¹⁾ de acordo com a Lei nº 7.377/85 e a Lei Complementar nº 9.261/96, requer dentre as competências e habilidades necessárias à profissão, o conhecimento da língua materna e também de idiomas estrangeiros. Tendo em vista a especificidade citada anteriormente e o fato de o espanhol ser uma língua de inegável valor internacional, ⁽²⁾ além de ser o idioma oficial de nove países vizinhos do Brasil, torna-se relevante a sua importância para o profissional de Secretariado Executivo no âmbito brasileiro. Sendo assim, resenharemos a obra *Español*, com o objetivo de ressaltar as suas características no que concerne ao seu emprego com aprendizes brasileiros.

1.1. A obra

A música “*Ispagnoli, si divertono per le strade*” de Bocherini inicia de forma agradável as unidades da obra *Español*, publicada no início de 2001, pela Editora *Arco Libros*, de Madri. Tal material vem sendo amplamente utilizado em todo o território nacional, tendo boa acolhida em cursos de várias instituições, como é o caso do Curso de Secretariado Executivo do Centro Universitário Filadélfia – UniFil, dos Cursos de Letras, Secretariado Executivo e Administração, da Universidade Estadual de Londrina – UEL e do Curso de Letras da Faculdade Paranaense (FACCAR), dentre outros.

Antes de iniciar os comentários sobre a obra, parece-nos pertinente fazer menção a quem a elaborou, assim como ao contexto no qual foi criada.

1.2. As autoras

Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão é mestre em Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Lingüística pela Universidade de *Valladolid*, Espanha. Suas linhas de pesquisa atuais centram-se nos problemas de ensino/aprendizagem de brasileiros estudantes da língua espanhola, bem como em aspectos referentes ao ensino de segundas línguas em geral. Atualmente, é professora de Língua Espanhola e Lingüística

1: A profissão de Secretario Executivo está regulamentada apenas na Espanha e no Brasil.

2: A língua espanhola é falada em 21 países, sendo um dos idiomas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), União Européia (UE) e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).



Aplicada em universidades brasileiras, assim como tem atuado nos cursos de formação de professores e no “Máster em Enseñanza de Español para Profesores Brasileños” do Instituto Cervantes.

Maria Cibelle González Pelizzari Alonso é mestre em Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira pela Universidade *Nebrissensis* de *Madrid*. Atualmente, é professora de Língua Espanhola do Colégio Miguel de Cervantes de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, além de trabalhar na Assessoria Lingüística da Embaixada da Espanha de São Paulo.

1.3. O contexto da criação

O ensino do espanhol como língua estrangeira está chegando a uma fase de maturidade, depois da eclosão ocorrida nas duas últimas décadas. Muito embora já exista no Brasil metodologia para a construção de um perfil profissional mais adequado ao que se espera de um professor de espanhol como língua estrangeira, o mercado editorial ainda está carente de materiais, visto que aprender espanhol, tendo como língua materna o português, e ensinar espanhol para alunos com esta mesma característica, pressupõem a disponibilidade de materiais de apoio que levem em conta tais peculiaridades em todos os níveis de aprendizagem do idioma. Neste contexto surge “*Español – Curso de Español para Hablantes de Português*”.

Español é um produto dirigido especialmente ao público brasileiro. Em sua elaboração levou-se em consideração a relação e a proximidade existentes entre as línguas portuguesa e espanhola, fato que condiciona de forma crucial todo o processo de ensino/aprendizagem. Os temas abordados neste Curso e a apresentação dos conteúdos têm como referência constante as características, as necessidades e o contexto cultural do Brasil, bem como a maneira de entender o mundo própria dos brasileiros.

A obra está organizada em três níveis de dificuldade: **Básico** (1 e 2), de autoria das professoras supracitadas, **Avançado** (1 e 2) e **Superior** (1 e 2). É uma publicação dirigida a um público com idades variadas (a partir de 14 anos), podendo ser utilizado tanto no ensino médio como em diferentes academias ou escolas de idiomas, assim como em universidades e instituições de ensino superior, sempre levando-se em consideração a carga horária disponível e o nível de conhecimento do idioma que se almeja para os estudantes. Cada volume contém oito unidades, sendo duas de revisão, apresentadas (cada uma delas) após a sequência de três unidades. Além do livro do aluno (impresso), há também o material sonoro correspondente, registrado digitalmente (gravação).

O grande diferencial da obra é a **Guia Didáctica** que acompanha cada tomo, com sugestões de atividades e procedimentos, assim como apresentando as respostas dos exercícios propostos. O livro-guia de cada tomo possui a mesma paginação do livro do aluno, sendo que as páginas são reproduzidas em tamanho menor e com as indicações citadas anteriormente, ao redor, havendo espaço suficiente para que o professor faça suas próprias anotações no planejamento de cada unidade. A idéia que norteia a proposta da **Guia Didáctica** é a de manter um diálogo constante entre o autor e o professor, propiciando assim o uso otimizado da obra.

O conjunto da obra **Español** segue as diretrizes do Plano Curricular do Instituto Cervantes, com um recorte nocional funcional. Há espaço para a prática de exercícios estruturais e a possibilidade de realização das tarefas que vão ao encontro das necessidades de comunicação na vida real.

Nos exemplares referentes ao nível básico, cada unidade é aberta com um diálogo que define o tema central a ser trabalhado, seguido, basicamente, pelas seguintes subdivisões:

Dale a la lengua - Práticas de fonética - (exemplo extraído do Básico I, p.138)

¡Dale a la lengua!

1. Repasa:

portugués	español
• /b/ ≠ /v/	• /b/ = /v/

Ahora, escucha y repite las siguientes palabras:

Vicente	nuevo
envejecer	huevo
vino	televisión
invitación	polvo

2. Siempre que el sonido [b] aparece al inicio de una palabra es más fuerte que en otras posiciones. Escucha y repite:

vino	el vino
vía	la vía
villa	la villa
vacaciones	las vacaciones

3. Escucha y lee en voz alta:

Bebía mucho vino todo el invierno.
Siempre guardaba varias llaves en el cajón.
Al joven le gustaba contemplar los valles floridos.
Vivía su vida con valentía.
Volverá el próximo verano.

[138]

Escucha mientras lees - Textos com gravação
(exemplo extraído do Básico 1, p.204)

Escucha mientras lees

¿Simple complemento o síntesis cultural?

Probablemente, el clima es el factor que más ha influido en los diferentes estilos de ropa que se han elaborado a lo largo y ancho de toda la historia de la humanidad. Otros factores han sido los materiales disponibles, el estatus social, la moda y las tradiciones. Un complemento de la vestimenta, que se reviste de la importancia de proteger la parte más sagrada del cuerpo, la cabeza, es el sombrero. En Bolivia, el sombrero es una pieza imprescindible en la vestimenta de hombres, mujeres y niños. Con respecto a ello, se llega a afirmar que perder el sombrero equivale a perder la cabeza. Tanto es así, que tirar el sombrero de una persona al suelo es una ofensa muy fuerte contra su dueño. Cuando un policía quiere llevar a un sospechoso a la comisaría de policía, tiene, sencillamente, que apropiarse



Mujeres, vestidos característicos de Tinkuani (Bolivia), que hacen recordar los tapacanes de los conquistadores españoles.

Para que sepas - Informação cultural - (exemplos extraídos do Básico 1, p.12)
Observa y aprende - Informação comunicativa

Observa

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Formalizar un encargo | = | hacer o concretar un pedido. |
| <input type="checkbox"/> ¡Allá ellos! | = | que ellos sufran las consecuencias de sus actos. |
| <input type="checkbox"/> Ir al grano | = | atender a lo importante; no atender a lo superficial. |
| <input type="checkbox"/> Pues, no | = | ¡No! |



Para que sepas

Algunos brasileños consideran que el español es una especie de portugués mal hablado. Creen que pueden entender y hacerse entender perfectamente al entablar una conversación con un hispanohablante. Esa opinión provoca un desprecio, no tanto por la lengua, como por su estudio sistemático. Sin embargo, se debe tener presente que cualquier idioma, por sencillo que parezca un modo propio de entender el mundo: cada lengua tiene su propia historia.

Muchas veces las palabras se parecen en el plano formal, pero su sentido puede engañar. Por eso los lusohablantes, con respecto al español, no deben guiarse sólo por las apariencias y deben prestar atención a sus particularidades.

Aprende

El portugués y el español son lenguas hermanas, lo que quiere decir que tienen un mismo origen: el latín. Surgieron geográficamente muy próximas y viven en vecindad tanto en Europa como en América, donde fueron trasladadas como resultado de los viajes ultramarinos portugueses y españoles. Aunque son idiomas afines, han desarrollado rasgos que definen la personalidad de cada uno, por lo que hay que tener cuidado: muchas cosas no son realmente lo que parecen ser.

Fíjate en esto - Explicações contrastivas português/espanhol
(exemplo extraído do Básico 1, p.129)

Fijate en esto

Cumpleaños
▶ Se refiere al día en que se celebra la fecha del nacimiento de alguien.

Aniversario
▶ Se refiere al día en que se hizo, se produjo u ocurrió una cosa determinada (una boda, una victoria deportiva, etc.).

Así es - Informação gramatical - (exemplo extraído do Básico 1, p.151)

Así es

Formas pronominales

Las formas pronominales tienen la función de representar a otras clases de palabras de la lengua, fundamentalmente al sustantivo. Para realizar la función de sujeto se utilizan las formas del pronombre que se presentan a continuación:

Pronombres personales sujeto

Persona	Español Peninsular	Español Hispanoamericano
1ª pers. sing.	Yo	Yo
2ª pers. sing.	tú	tú (vos)
3ª pers. sing.	él, ella, usted	él, ella, usted
1ª pers. pl.	nosotros, nosotras	nosotros, nosotras
2ª pers. pl.	vosotros, vosotras	ustedes
3ª pers. pl.	ellos, ellas, ustedes	ellos, ellas, ustedes

Está claro - Exercícios de compreensão - (exemplo extraído do Básico 1, p.11)

Está claro

1. Señala la opción adecuada:

a. ¿Por qué Sonia cree que puede entender perfectamente el español?

- porque el español es una lengua fácil
- porque el español sólo es portugués mal hablado
- porque el español se parece al portugués

b. ¿Por qué el Sr. Álvarez se asusta cuando Sonia le dice que el Sr. Silva fue al aeropuerto?

- porque cree que debería estar trabajando
- porque cree que ha ido a pegar a su mujer y, además, en público
- porque le parece absurdo que vaya al aeropuerto en ese momento

c. El Sr. Álvarez piensa que la expresión "pois não" de la lengua portuguesa significa:

- que pueda solicitar el encargo
- que la secretaria no le va a enviar el encargo
- una negativa

d. ¿Qué piensa la secretaria cuando el Sr. Álvarez le encarga "chacinas" y "granadas"?

- piensa que es un loco que cree que la empresa se dedica a matar a muchas personas y a enviar sus cuerpos con algunas toneladas de granadas.
- piensa que quiere productos alimenticios y frutas para vender en sus tiendas.
- piensa que el pedido que hace es muy pequeño y que no merece la pena perder el tiempo.

e. ¿Cómo se dice, en portugués, chacina y granada con el sentido que tienen en el texto?

- carne seca y romil
- assassinato y bomba
- carne seca y bomba

2. Relata, en portugués, alguna situación en la que haya ocurrido un malentendido entre un brasileño y un hablante de español a causa de palabras que se parecen pero que tienen un sentido diferente.

[11]

Ahora, practica - Prática dos aspectos lingüísticos e comunicativos apresentados (exemplos extraídos do Básico 1, p.151)

Ahora, practica

¿Qué vas a hacer la primera semana de tus vacaciones?

Puedes emplear: andar, comprar, pasear, asistir, viajar, hacer, descansar, dormir, despertarse, desayunar, almorzar/comer, cenar, estudiar, hacer gimnasia, ir al colegio, escuchar música, leer, ir al trabajo, llegar a casa, etc.

	Mañana	Tarde	Noche
Lunes			
Martes			
Miércoles			
Jueves			
Viernes			

Ahora, explica mediante una redacción breve todo lo que vas a hacer:

[151]



O uso de materiais autênticos é uma característica que permeia toda a obra; todas as atividades estão organizadas de forma a permitir ao docente a inserção de materiais próprios para aprofundar aqueles tópicos que forem de maior demanda por parte de seu alunado.

Ao final de cada unidade existem atividades complementares que podem ser executadas fora do contexto de sala-de-aula; encontram-se também o resumo dos conteúdos funcionais, gramaticais e temáticos tratados na unidade e uma listagem do vocabulário diferencial português/espanhol.

3. CONCLUSÕES

Español demonstra ser um material didático que, seguramente, contribui para a consolidação do ensino da língua espanhola para brasileiros, através das múltiplas possibilidades oferecidas ao longo do desenvolvimento de suas unidades e também pela interface construída entre o português e o espanhol.

Ressalte-se a importância do projeto da Editora Arco Libros que, paulatinamente, vai introduzindo obras específicas na área do ensino do espanhol como língua estrangeira para falantes de português, através de coleções elaboradas sob a direção de professores de incontestável experiência. Iniciativas desta envergadura contribuem substancialmente para a formação dos estudantes brasileiros que se dedicam à aprendizagem do espanhol como língua estrangeira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DURÃO, A. B. de A. B.; ALONSO, M. C. G. P. *Español* (Básico 1 e 2). Madrid: Arco Libros, 2001.



GESTÃO DO CONHECIMENTO: FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E PORTAIS DO CONHECIMENTO PARA EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE TECNOLOGIAS DE MÉDIO E PEQUENO PORTES

*Wagner Werner

**Ilvili Andréa Werner

RESUMO

Os desafios e tendências da globalização impõem à sociedade, às organizações, ao mercado e ao capital a se tornarem dinâmicos. Estas mudanças exigem que as empresas se tornem mais competitivas. Dentro deste contexto empresarial, a tecnologia de informação apóia e dá suporte para a modernização e integração do negócio, potencializando os processos de armazenamento, tratamento, disseminação e transferência de informações e conhecimentos. Essa tecnologia, aliada a uma forte política de aprendizagem educacional proporciona às empresas um ambiente de maior vantagem competitiva. O sucesso competitivo cada vez mais dependerá da capacidade dos indivíduos de uma organização em aprender e aprimorar seus conhecimentos. Se a sociedade foi capaz de globalizar a economia e a informação, agora precisará globalizar o conhecimento. Neste sentido, este trabalho procura demonstrar o uso da tecnologia da informação e sistemas de informação como aliados aos processos de Gestão do Conhecimento. Essa relação, seja pelo estudo dos conhecimentos relevantes, enfoques operacionais, gerenciais ou estratégicos, possibilitará à organização, o alinhamento de seus processos de negócios para alcançar seus objetivos. A tecnologia da informação tem sido explorada como uma ferramenta fundamental para apoiar as conversões do conhecimento; se a globalização transformou as empresas, modificando e facilitando formas de comunicação, o emprego de portais corporativos pode alinhar a comunicação entre os seus *stakeholders*, pois é uma tecnologia baseada na *web*, que busca a

* Pós-Graduando do Curso de Propaganda, Marketing e Publicidade.
Graduado em Administração de Empresas - UniFil.

E-mail: wagner_werner@pop.com.br

**Docente no Curso de Administração do Centro Universitário Filadélfia - UniFil.
MBA em Gestão Empresarial - Instituto Nacional de Pós-Graduação-INPG/UniFil.
Graduada em Tecnologia em Processamento de Dados - UniFil.

E-mail: ilviliw@netscape.net



integração das aplicações internas da organização com as aplicações externas. Portais de conhecimento corporativo abrangem portais: de informação empresarial, colaborativos e especialistas, bem como possui diferenciais para trabalhar seus ativos intangíveis. Por isso, a cada dia as empresas estão aderindo cada vez mais à esta tecnologia, pois tem uma linguagem padronizada, o HTML, facilitando trabalhar diversos aspectos de apresentação e conteúdos e, principalmente, estar disponível em qualquer lugar do mundo e no tempo solicitado.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; Tecnologia da Informação; Informações; Conhecimento; Armazenar; Organizar; Disseminar; Competitiva; Sistemas de Informação; Gestão do Conhecimento; Operacionais; Gerenciais; Estratégicos; Processos; Negócios; Objetivos; Conversão; *Stakeholders*; *Web*; Tecnologia; Portais; Intangível; HTML.

ABSTRACT

The phenomenon of globalization has brought about a powerful trend of changes and challenges to society, the organizations, the marketplace and the capital markets. In this new environment marked by dynamic mutation, the business companies have been pushed to become more competitive than ever before. Within the business context, the information technology is ready to give support and assistance to modernize and integrate the business activities. This is done by enhancing the process of storing, handling, spreading and transferring knowledge and information. The information technology, coupled with a strong policy of educational learning, is able to provide the companies with an ambiance of better competitive edge. The competitive success will rely more and more on the ability of the individuals in an organization to learn and improve their knowledge. Now that society has been able to globalize the economy and the information, it will also be called to globalize the knowledge. This work intends to demonstrate that the information technology and the information systems can successfully go hand in hand with the knowledge management process. This interaction - to be achieved by a thorough research on the relevant knowledge about the operational, managerial and strategic approaches used by a given organization - will enable it to streamline the business procedures in order to reach the planned goals. The information technology has been exploited as a fundamental tool to promote and support the conversion of knowledge. Just as the globalization changed the companies by modifying and improving the forms and channels of communication, the use of



corporate portals can tune up the communication among the stakeholders, since it is a Web-based technology which is designed to integrate the in-house applications of a company with its out-of-the-house applications. Corporate knowledge portals can take in several types, as follows: enterprise information portals, collaborative portals, personalized content portals, etc. They have differentials that allow to work out their intangible assets and that is why a growing number of companies are flocking to this technology, as long as it is centered upon a standard language – HTML – which is flexible enough to handle many different aspects of their presentation and content. Most important of all, is it accessible everywhere in the world anytime at the touch of a fingertip.

KEY-WORDS: Globalization; Information technology; Information; Knowledge; Storing; Handling; Spreading; Competitive; Information Systems; Knowledge Management; Operational; Managerial; Strategic; Processes; Business; Goals; Conversion; Stakeholders; Web Technology; Portals; Intangible Assets; HTML.

1. INTRODUÇÃO

Inúmeras mudanças nos cenários externos e internos transformaram o conhecimento em um diferencial competitivo entre as organizações, o que torna essencial estimular e inovar o conteúdo de aprendizado, visando, principalmente, preservar todo o conhecimento gerado por seus colaboradores. Devido a essa importância, está havendo dentro das organizações uma verdadeira migração dos ativos tangíveis e físicos para os ativos intangíveis e abstratos.

As empresas estão preocupadas em identificar indicadores adequados para mensurar seus ativos intangíveis, como o capital humano (talentos e habilidades de seus funcionários) e o capital estrutural interno (sistemas administrativos internos) e o externo (apoio e interesse de seus clientes e a idoneidade e rapidez de seus fornecedores). Nesse quadro, as pessoas passam a ser a prioridade fundamental das empresas na busca do êxito. Essa nova concepção do capital intelectual mostra que:

- a) para reter e desenvolver o conhecimento, as organizações precisam oferecer um trabalho desafiante que agregue continuamente novas experiências e novos conhecimentos às pessoas;



- b) o conhecimento auferido pelos funcionários e incrementado pelas empresas constitui a riqueza mais importante das organizações;
- c) as organizações precisam desenvolver estratégias claras de RH para poderem conquistar, reter e motivar seus talentos. Sobretudo, desenvolvê-los e aplicá-los adequadamente;
- d) os funcionários que detêm o conhecimento são os principais contribuintes para o sucesso da organização. O êxito da organização depende deles;
- e) as organizações estão se transformando rapidamente em organizações de aprendizagem para poderem aplicar adequadamente o conhecimento, rentabilizá-lo e obter retornos;
- f) para serem bem sucedidas na Era da Informação, as organizações estão adotando a perspectiva do conhecimento e investindo fortemente no conhecimento. É uma questão de sobrevivência e de competitividade. Na verdade, é o capital intelectual e não mais o capital financeiro quem determina o valor de mercado de uma organização.

As empresas possuem seus ativos tangíveis, onde encontram-se estações, *mainframes*, servidores, toda a composição do *hardware*; mas o maior gerador de valores está agregado em seus ativos intangíveis: competência de colaboradores; sistemas administrativos; patentes; *softwares* desenvolvidos; relações com clientes; relações com fornecedores; imagem da empresa; P&D; manuais. Enfatiza-se que um dos principais itens anteriormente listados é a competência de colaboradores, pois é através de seu capital intelectual que a empresa gera novas idéias, melhorando e inovando seus serviços e produtos. O capital intelectual é o que detém o conhecimento necessário para a geração de riqueza na empresa. O capital intelectual pode ser definido como: um material intelectual formalizado, capturado e alavancado, o qual gera ativo de maior valor; é intangível, sendo que é um ativo que não tem substância física e proporciona benefícios à empresa, permitindo que esta se antecipe diante de seus concorrentes, agindo com uma velocidade extraordinária, dissimulando informações dentro da organização e agregando valor a outras pessoas, serviços e produtos.

A alta competitividade entre as empresas desenvolvedoras de tecnologia acarreta uma necessidade cíclica de aprendizado e na disputa de seu capital intelectual, o que cria a necessidade de se manter o conhecimento adquirido por seus colaboradores dentro da empresa. Promover a competitividade contribui para melhorias na infra-estrutura da empresa, podendo torná-la o local idealizado por

seus colaboradores; sendo assim, a Gestão do Conhecimento (GC) se tornou indispensável em função do aumento da importância do conhecimento, pois facilita a ordenação, armazenagem, recuperação e disseminação de informações.

1.1. Situação Problema

A aceleração dos processos de mudança, da globalização, tendo a tecnologia como elemento motriz, exige mudanças na GC, fato que pode ser observado em muitas empresas. Acreditava-se que a importação de tecnologia por parte das organizações resolveria todos os problemas estratégicos; ignorava-se entretanto o fato de que a seleção e assimilação adequadas de novas tecnologias requerem um corpo gerencial bem preparado, com uma visão estratégica e atitudes pró-ativas.

No modelo gerencial vigente, ao invés de se buscar gerências criadoras de futuro, há em sua maioria a essência de bens tangíveis, com mentes capacitadas para reconhecer as oportunidades e o potencial em seus colaboradores. Os maiores problemas enfrentados nestas empresas consistem nas dificuldades para gerenciar o aprendizado e conhecimento detido por seus desenvolvedores, bem como criar conscientização da importância da disseminação e compartilhamento de saberes.

1.2. Objetivos

Analisou-se o processo de reconhecimento da importância da GC, utilizando critérios que possibilitam a observação dos aspectos gerenciais do conhecimento, avaliando variáveis tecnológicas, políticas, sociais e econômicas. A partir de observações criteriosas e abrangentes, procurou-se identificar pontos de vulnerabilidade na condução da maleabilidade de seu capital intelectual, tendo como referência os paradigmas atuais das organizações do conhecimento. Uma vez caracterizados os pontos frágeis, identificados e selecionados os instrumentos de apoio gerencial ao processo de reconhecimento de necessidades de gerir e manter conhecimento, utilizou-se de pesquisas bibliográficas abrangentes e focadas à GC, qualificando os processos de obtenção, utilização, aprendizado, contribuição, avaliação, construção e quebra de paradigmas. Ao fim, procurar propor um modelo conceitual de portal corporativo de conhecimento que atenda às principais necessidades de aprendizado, visando o gerenciamento do conhecimento.

1.3. Avaliação e Validação da Proposta

Nas definições prévias, estabeleceu-se que um dos objetivos a ser alcançado durante este trabalho seria elaborar uma proposta de um modelo conceitual de

portal corporativo do conhecimento que atendesse às principais necessidades de aprendizado e gerenciamento de conhecimento, analisando os dados levantados sob o aspecto de aplicabilidade gerencial de ativos intelectuais.

1.4. Relevância da Pesquisa

O setor tecnológico tem um papel histórico no desenvolvimento do país e, emprega hoje, um percentual significativo da população. Tem seus sistemas empregados em grande número de empresas de diversos setores, representando uma parcela de vulto no mercado. Apoiar a capacitação gerencial e colaborativa neste ramo de atividade, por si só confere relevância suficiente para estimular a realização deste trabalho.

1.5 . Metodologia

A pesquisa visou os conteúdos de trabalhos realizados anteriormente sobre o mesmo tema estudado – GC; identificados e selecionados os métodos e técnicas a serem utilizados, fornecendo subsídios para o trabalho a ser realizado.

Utilizou-se de fontes primárias, abrangendo conteúdos de publicações selecionadas de autores que trabalharam no mesmo tema, bem como fontes secundárias, abrangendo trabalhos não originais, onde são referenciados os trabalhos originais. Tanto fontes primárias como secundárias visaram analisar as necessidades de informações sob o aspecto da GC, sendo destacado: necessidade de obtenção; necessidade de utilização; integração de aprendizagem; contribuição: tornar o conhecimento individual disponível na organização; avaliação do capital intelectual; avaliação da sustentação da empresa pelo conhecimento; despojamento: por que, quando, onde e como descartar partes da base do conhecimento.

Sob a visão de CRUZ e RIBEIRO (2003, p.11),

“Todas as áreas de pesquisas, independente de sua classificação (seja com base nos seus objetivos, procedimentos técnicos ou fontes de informação), supõem e exigem uma pesquisa bibliográfica prévia. Fato este que explica os diversos objetivos de uma pesquisa desse tipo.”

1.6. Coleta de Dados

Os dados foram coletados através de levantamento de conteúdos relevantes, buscando-se continuamente o aprofundamento e expansão da pesquisa com consulta às publicações.

Foram realizadas triagens de diferentes autores, através de leitura, elaboração de resumos e análise das referências bibliográficas.

2. GESTÃO DO CONHECIMENTO

A Gestão do Conhecimento a cada dia vem se disseminando nas organizações, exigindo uma nova postura dos modelos tradicionais, quando demanda por eficiência, eficácia e efetividade para competir no mercado global.

A GC,

“Surge em uma variedade de magnitudes, formatos e conteúdos; é eminentemente justo afirmar que uma única magnitude não basta para tudo o que ela representa. Afinal de contas, desde a época de Platão (cerca de 425 a.C.), a civilização ocidental tem discutido e debatido o significado de “conhecimento”, mas certamente não o que deveria ser feito com ele.” (MILLER 2002, p.183).

Na transferência do conhecimento de uma pessoa para outra, o “proprietário” original não o está cedendo, mas sim compartilhando, pois o usar o conhecimento rotineiramente, acrescenta valor e conduz à produção de mais conhecimento; conhecimento compartilhado representa uma vantagem competitiva para o “proprietário” original.

Considerada uma estratégia empresarial que busca a utilização do conhecimento como vantagem competitiva, a GC se permeia através de pessoas, tecnologias ou processos, integrando, desde a criação até a disseminação do conhecimento, através de mapeamento de processos, treinamentos, comunicação organizacional, informações de suporte à decisão, Internet e Intranet.

Percebe-se a crescente influência do conhecimento como um novo modelo de gestão, sendo de crescente interesse nos âmbitos acadêmico e empresarial: “Gestão do Conhecimento” e “Conhecimento Empresarial” [(PEREIRA (2002) *apud* TERRA (1999); TEIXEIRA (2001) e DAVENPORT, (1999)].

O estudo do intangível intelectual pode conduzir à geração de subsídios que permitam criar uma nova organização, na qual se observem ações autônomas de mudanças, sendo que ao serem inseridos na organização, agregam valores inatingíveis de conhecimento, a qual não pertence à organização, mas aos indivíduos que a compõem, pois estes interpretam a realidade segundo experiências, conceitos e valores convencionados e internalizados durante o processo de socialização ocorrido dentro e fora da organização. Ao se desligarem da empresa, tal conheci-



mento é levado; mesmo que permaneçam um tempo significativo na empresa, poucos se beneficiam de suas idéias; a organização é um local de produção e reprodução de conhecimento. Cada indivíduo que deixa uma empresa leva consigo parte do conhecimento empresarial; cada indivíduo que entra, deve possuir algum tipo de conhecimento que possa vir a ser útil. No entanto, não há como armazenar fisicamente todos os conhecimentos de todas as pessoas da empresa. O conhecimento existente na organização pode ser usado para criar vantagem diferencial, promovendo uma maior competitividade. PROBST, RAUB e ROMHARDT (2002) relatam que,

“Muitas empresas percebem a complexidade crescente do ambiente de conhecimento como uma ameaça; contudo, existem muitas maneiras através das quais desenvolvimentos dinâmicos em conhecimento podem gerar novas oportunidades para competir. As empresas inovadoras estão descobrindo que podem aumentar o valor de produtos que têm funções básicas relativamente simples, tornando-os mais intensivos em conhecimento. Isso pode significar capacitar um produto a se adaptar a condições de mudanças, ou então a coletar e armazenar informações e aplicá-las em benefício do usuário.”

As empresas de TI têm estado intimamente ligadas a todas as grandes mudanças organizacionais dos últimos tempos. Seu papel, presença e relevância para o sucesso do negócio sofreram alterações significativas, viabilizando a implementação de inúmeras teorias e práticas de gestão, sendo que, apesar de estar fortemente associada a todas estas mudanças, paradoxalmente muito pouco foi feito para modernizar as ferramentas e as técnicas de gestão que são aplicadas ao departamento de TI nas empresas.

Segundo a IBM BUSINESS CONSULTING SERVICES (2003, p.47),

“Os efeitos observados de tal desatenção têm se mostrado os mesmo que levaram tantas empresas a empreender grande parte de suas mudanças nos últimos anos: clientes insatisfeitos ou desinformados, pressões por redução de custos e por melhoria dos serviços, desafios crescentes na gestão de projetos e dos fornecedores, questionamentos sobre a qualidade necessária, a desejada e a percebida pelos clientes, e muita preocupação com mecanismos eficazes de comunicação (bidirecional) com seus clientes internos e externos.[...] Vários meios de aferição e controle de TI surgiram, buscando condensar e integrar as

técnicas de gestão aplicadas aos demais departamentos, procurando capacitar os executivos de TI em instrumentos gerenciais como os que eles próprios garantiram ao restante da empresa. Baseados, na maioria, em conjuntos de itens de controle, melhores práticas, indicadores de desempenho e modelos de processos, esses modelos são segmentados e consolidados para permitir a comunicação das dificuldades e das realizações de TI para uma comunidade de usuários cada vez menos tolerante com o excesso de linguagem técnica e com a falta de alinhamento com as ‘verdadeiras questões do negócio.’” (Grifo nosso).

A tecnologia da informação dá sustentação a cada passo do processo de informação: identificando os responsáveis pelas principais decisões e suas necessidades em matéria de inteligência, coletando e analisando informação, disseminando os resultados da inteligência, avaliando produtos e serviços, organizando o fluxo da informação e ajudando a concentrá-lo nas funções principais da inteligência, bem como,

“Alertar com devida antecipação para o surgimento de oportunidades e ameaças; subsidiar o processo da tomada de decisões estratégicas; subsidiar decisões táticas e operações de negócios; avaliar e monitorar concorrentes, setores de negócios e tendências sociológicas e políticas; subsidiar o planejamento estratégico do processo.” (MILLER, 2000, p.158).

Assim como tecnologias podem apoiar a inteligência, equipamentos compartilhados, gerenciamento de documentos, expansão de linhas horizontais e verticais dentro das empresas, que utilizam destas para apoiar, gerir e obter maior produtividade em seus produtos e serviços, constituindo-se uma espiral de obtenção e geração de recursos, sejam apoiadas ou desenvolvedoras de ERP, *Intranets*, *Business Intelligence*, *Data Warehouse*, *Data Mining*, *CRM*, *WorkFlow*, *Knowledge Management* ou mesmo a construção de *websites*.

Dentro da GC, podem ser aplicados vários termos: conhecimento, competência, capital intelectual, capacitação inovadora, criatividade, inteligência, inteligência corporativa, tecnologia, ativos intangíveis, etc.; termos diferentes são usados para designar o mesmo fator. Tamanha é esta variedade, que é possível identificar autores de diversas áreas como Drucker, Porter, Chiavenato, Marras (administração), Lévy, Cooper & Sawaf, Steve & Faulkner (psicologia), Murray,

Rosenberg, Gattes (tecnologia da informação), e muitos outros buscando conclusões a respeito de GC.

SVEIBY (1998), buscou definir os recursos de conhecimentos existentes em uma organização em três tipos:

- a) **recursos da estrutura externa**: diz respeito ao conhecimento que pode ser adquirido fora da organização;
- b) **recursos da estrutura interna**: incluem patentes, marcas registradas, conceitos, modelos, padrões e procedimentos, processos, programas de computadores e sistemas de gerenciamento que são parte da empresa;
- c) **competência das pessoas**: voltado para a capacidade de ação e decisão que os profissionais têm, bem como as habilidades que lhe são necessárias.

Este conjunto de conhecimentos é denominado Recursos Intangíveis (*Intangible Assets*), os quais conferem valor competitivo a uma organização (SVEIBY, 1998).

Por conta dos recursos intangíveis, hoje, uma considerável parte das empresas, geralmente as mais capacitadas, têm o seu valor de mercado dimensionado muito acima de seus patrimônios e bens materiais reais. Empresas como Microsoft, Oracle, Sony, Nokia, Amazon, Bayer, Boeing, Nike, Embraco, Petrobrás, entre outras, têm suas ações muito bem cotadas nas bolsas de valores de todo o mundo. A esse capital extra, dar-se-á o nome de capital intelectual, humano ou intangível. Suas origens são basicamente a capacidade de inovação e criação de novos produtos e processos que satisfaçam, de certo modo, as expectativas dos clientes. É por meio da capacidade de gerar novos negócios que as empresas passam a ser supervalorizadas.

2.1. Espiral do Conhecimento

Para NONAKA & TAKEUCHI (1997), existe uma dinâmica que permite às organizações criar um processo no qual os conhecimentos tácitos tendem a se tornar explícitos e assim facilitar a disseminação: a **espiral do conhecimento**, que proporciona o processo de colaboração entre uma equipe de indivíduos com conhecimentos tácitos a serem externalizados (origem do conhecimento), como pode ser verificado na figura a seguir.

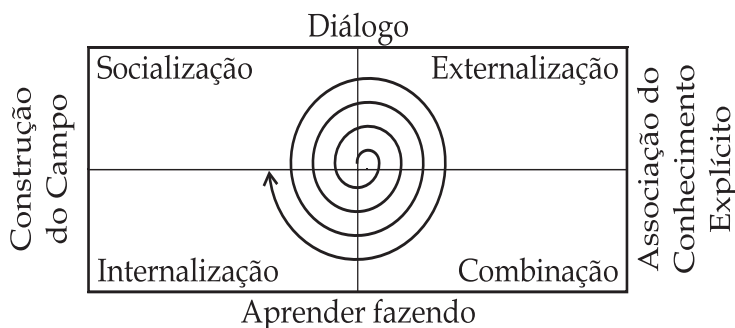


Figura 1 - Espiral do Conhecimento.

Fonte: Nonaka & Takeuchi (1997, p.80).

O conteúdo do conhecimento criado por cada modo de conversão do conhecimento é diferente; a socialização gera o que pode ser chamado de “conhecimento compartilhado”, como os modelos mentais ou habilidades técnicas compartilhadas.

	Conhecimento tácito em Conhecimento explícito	
Conhecimento Tácito do Conhecimento Explícito	(Socialização) Conhecimento Compartilhado	(Externalização) Conhecimento Conceitual
	(Internalização) Conhecimento Operacional	(Combinação) Conhecimento Sistemico

Figura 2 – Conteúdo do Conhecimento criado pelos quatro modos.

Fonte: Nonaka & Takeuchi (1997, p.81).

Os conteúdos da figura anterior interagem entre si na espiral de criação do conhecimento. Por exemplo, o conhecimento compartilhado sobre os desejos dos consumidores pode se transformar em conhecimento conceitual explícito sobre o conceito de um novo produto, realizada através das etapas de socialização e externalização. Esse conhecimento conceitual torna-se uma diretriz para a criação do conhecimento sistemico através da combinação. Por exemplo, o conceito de um novo produto guia a fase de combinação, na qual tecnologias de componentes existentes ou recém-desenvolvidos são combinadas, de modo a desenvolver um protótipo.

O conhecimento sistêmico (ou seja, o processo de produção simulado para o novo produto) se transforma em conhecimento operacional para a produção em massa do produto através da internalização. Além disso, o conhecimento operacional baseado na experiência, muitas vezes, dá origem a um novo ciclo de criação do conhecimento.

NONAKA & TAKEUCHI (1997, p.82) afirmam que a

“Espiral do Conhecimento, na qual a interação entre conhecimento tácito e conhecimento explícito terá uma escala cada vez maior na medida em que subirem os níveis ontológicos. Assim, a criação do conhecimento organizacional é um processo em espiral, que começa no nível individual e vai subindo, ampliando a comunidade de interação e cruzando fronteiras entre seções, departamentos, divisões e organizações.”

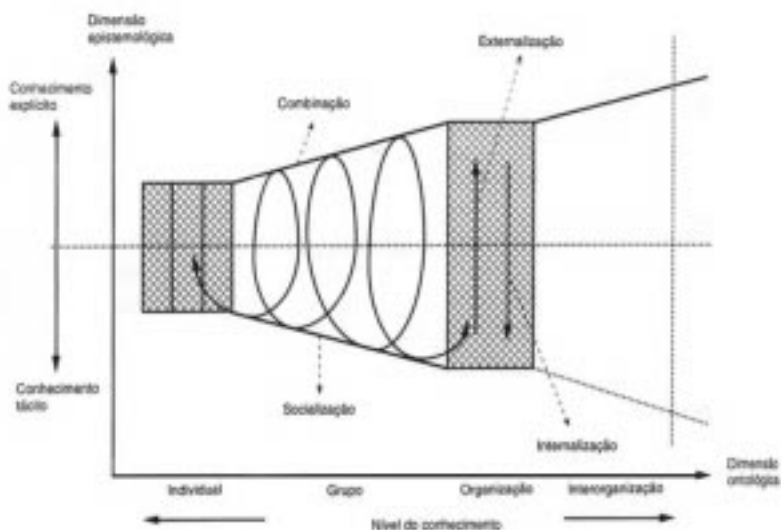


Figura 3 – Espiral de Criação do Conhecimento Organizacional.

Fonte: Nonaka & Takeuchi (1997, p.82).

Conforme a figura apresentada anteriormente, esses conhecimentos são discutidos, formando-se um conceito aceito por todos e, através da documentação destes conhecimentos, torna-se um conhecimento explícito a todos; havendo interação individual, o conhecimento explicitado é novamente absorvido tornando-se um conhecimento tácito (a internalização do conhecimento). Grupos de discussão ou treinamentos são exemplos de mecanismos usados para fazer com que estes conhecimentos sejam absorvidos pelos indivíduos deste grupo. A espiral do conhecimento busca disseminar o conhecimento das maneiras a seguir apresentadas.

2.2. Modelo de cinco fases do processo de criação do conhecimento organizacional

O modelo a seguir apresentado segue a definição dada por NONAKA & TAKEUCHI em “**Criação de Conhecimento na Empresa**” (1997), deve ser interpretado como exemplo ideal do processo. Compreende cinco fases: 1. compartilhamento tácito; 2. criação de conceitos; 3. justificação dos conceitos; 4. construção de um arquétipo; e 5. difusão interativa do conhecimento (*cross-leveling knowledge*).

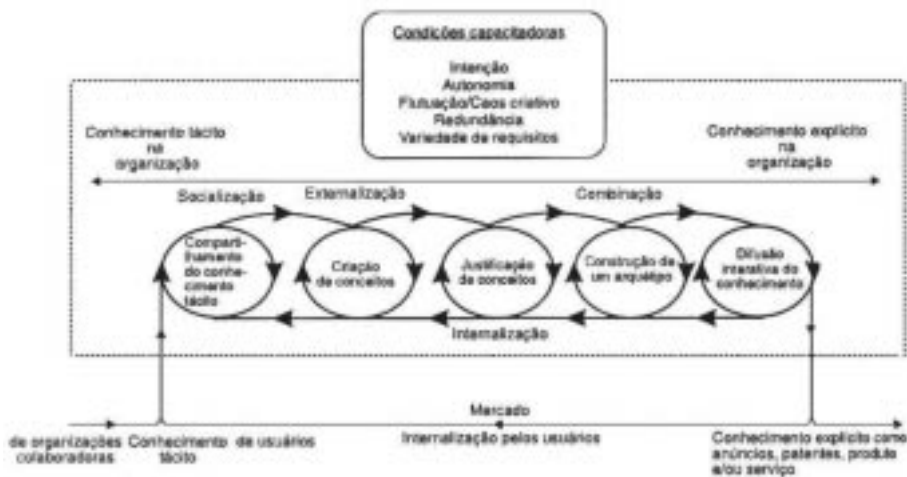


Figura 4 – Modelo de Cinco Fases do Processo de Criação do Conhecimento.

Fonte: Nonaka & Takeuchi (1997, p.96).

O processo de criação do conhecimento organizacional se inicia com o compartilhamento do conhecimento tácito (socialização), pois, inicialmente, o conhecimento rico e inexplorado que habita os indivíduos precisa ser amplificado dentro da organização.

Na segunda fase, o conhecimento tácito é compartilhado, e se auto-organizada, podendo ser convertido em conhecimento explícito, na forma de um novo conceito, processo semelhante à externalização.

O conceito criado precisa ser justificado na terceira fase, na qual a organização determina se vale realmente a pena perseguir o novo conceito.

Na quarta fase, os conceitos são convertidos em um arquétipo, podendo assumir a forma de um protótipo, no caso do desenvolvimento de um produto “concreto” ou em um mecanismo operacional, no caso de inovações “abstratas”, por exemplo, um novo valor da empresa, um sistema gerencial inovador ou uma nova estrutura organizacional.

A última fase amplia o conhecimento criado, por exemplo, em uma divisão da empresa, sendo disseminado a outras pessoas da mesma divisão, a outras divisões ou até a componentes externos constituindo uma “difusão interativa do conhecimento” (*cross-leveling of knowledge*). Esses componentes externos incluem clientes, empresas afiliadas, universidades e distribuidores. Uma empresa criadora de conhecimento não opera em um sistema fechado, mas em um sistema aberto, no qual existe um intercâmbio constante de conhecimento com o ambiente externo.

2.3. Pirâmide do Gerenciamento do Conhecimento

A GC pode ser organizada em uma pirâmide dividida em três níveis: **Nível 1** - gerenciamento de documentos; **Nível 2** - criação, compartilhamento e gerenciamento das informações; **Nível 3** - inteligência empresarial.

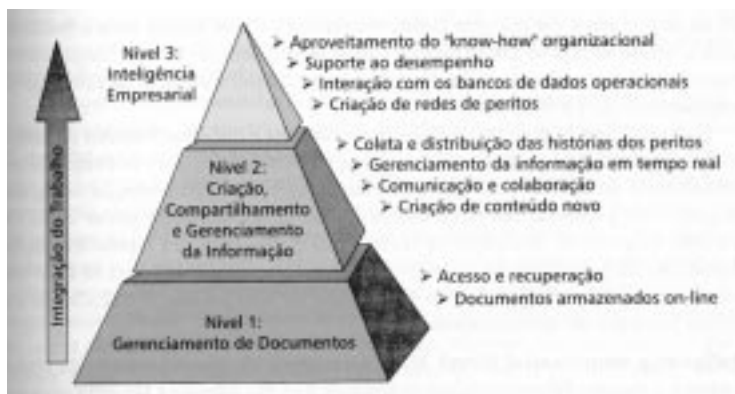


Figura 5 – Pirâmide do Gerenciamento do Conhecimento.

Fonte: Rosenberg (2002, p.65).

Como observado na figura acima, quanto mais alto se sobe na pirâmide, mais integrado ao trabalho real está o Sistema de Gestão do Conhecimento.

2.3.1. Nível 1 - gerenciamento de documentos

A utilização de documentação representa uma das primeiras iniciativas de GC. Atualmente, empresas tem disponibilizado na *Web*: documentos, relatórios e formulários. O acesso e a recuperação são facilitados através da criação de um repositório central das informações. Este nível suporta apenas a distribuição da informação, mas não a criação, organização ou o gerenciamento do conteúdo.

2.3.2. Nível 2 - criação, compartilhamento e gerenciamento da informação

É o nível em que as pessoas realmente contribuem com informações para o sistema, criando novos conteúdos e ampliando o banco de dados do conhecimento. Em vez de imprimir os documentos, as pessoas são encorajadas a lê-los *on-line*, em vez de fazer *download* de formulários, a completá-los e enviá-los por fax, fazendo-se necessário o preenchimento *on-line*. A vantagem é que as informações podem ser continuamente atualizadas, eliminando problemas de controle de versão. Esse nível permite que a empresa obtenha e distribua apresentações de conhecimento.

2.3.3. Nível 3 - inteligência empresarial

Neste nível, a operação real da empresa depende da perícia incorporada ao sistema. As pessoas confiam nela para desempenhar seu trabalho e as experiências resultantes são obtidas e adicionadas ao sistema de maneira que a inteligência coletiva da empresa aumente quase que de forma orgânica.

2.4. Mapeamento do Conhecimento

O mapeamento dos conhecimentos individuais e organizacionais é o processo no qual se busca identificar as informações e conhecimentos necessários para o desenvolvimento das atividades da organização. O resultado deste processo pode receber o nome de memória organizacional. A memória organizacional trata do armazenamento das informações individuais e coletivas da organização. Para obter um bom mapeamento dos conhecimentos é preciso seguir alguns estágios. DAVENPORT & PRUSAK (1998) sugerem:

- a) desenvolver uma estrutura do conhecimento em níveis e tipos de habilidades;
- b) definir o conhecimento necessário para cada trabalho;

- c) avaliar o desempenho dos funcionários em determinadas funções;
- d) disponibilizar este estudo em meio eletrônico – trabalhar em meio de acesso fácil às informações permite:
 - uma dinâmica maior aos Sistemas de Gestão do Conhecimento;
 - aos profissionais, registrarem os seus dados, relatando suas competências individuais;
 - utilizar este modelo em programas de treinamento pessoal.

2.4.1. Mapeamento dos conhecimentos explícitos

Identificar os conhecimentos existentes na organização é fundamental, devem ser moldados em um ambiente que permita a todos contribuírem com seus conhecimentos. As informações conhecidas da empresa, como: processos e seus detalhes, procedimentos, padrões de produtos, normas, instruções, descrições de cargos e habilidades desejadas, manuais de máquinas e equipamentos estão implícitos em pessoas, e quando estas deixam a organização, parte do conhecimento vai com elas. Sendo assim, o saber empresarial passa a ser um conhecimento formal. Esses conhecimentos devem estar estocados para posterior uso, onde serão conhecidos como conhecimentos explícitos, não formalizados, chamados de conhecimentos conscientes. Outras formas de conhecimentos explícitos são aqueles obtidos através da elaboração de projetos, planos de ações, reuniões e análise de problemas. Estas informações servem como fonte para reflexões sobre os possíveis problemas futuros, para demonstrar as ações tomadas em um determinado problema, etc. Essas fontes de informação devem ser identificadas e estruturadas. Sob essa óptica é possível dividir esta base de conhecimentos em duas partes: conhecimentos de curto prazo e de longo prazo. Os conhecimentos de curto prazo são aqueles que serão utilizados para apoiar as decisões de curto prazo, detalhes dos processos produtivos, normas e instruções de trabalho. Já os conhecimentos de longo prazo são aqueles que estarão armazenados para possibilitar o acesso ao saber existente, podendo ser utilizados em definições futuras de novos processos, produtos, máquinas e ou instruções de trabalho. Sendo assim, faz-se necessário identificar os conhecimentos explícitos de longo e curto prazo.

2.4.2. Mapeamento dos conhecimentos tácitos

Os conhecimentos tácitos são aqueles que estão embutidos nas cabeças das pessoas, representam a forma mais difícil de conhecimentos a serem formaliza-

dos, onde muitas vezes, estes conhecimentos são as bases para o desenvolvimento de novos conhecimentos explícitos. Formado por interpretações, fatos vividos, sugestões que suportam os processos, idéias e, muitas vezes, conhecimentos que a organização desconhece que os indivíduos os tenham.

Segundo TERRA (2001, p.69) o conhecimento tácito ou inconsciente tem sido,

“Associado ao processo de inovação, uma vez que serve aos seguintes propósitos (do menor para o maior impacto): solução de problemas, identificação de problemas e, finalmente, predição e antecipação:

- conhecimento tácito é associado ao conhecimento do “expert” na solução de problemas ou à intuição, que permite a tomada de algumas decisões sem motivo ou razão, facilmente, explicável ou aparente;
- a identificação de problemas a partir do conhecimento tácito é associada a sensações de desconforto que algumas pessoas expressam diante destas situações, mas que não conseguem explicar muito claramente;
- predição e antecipação seriam o resultado dos períodos de preparação e incubação, característicos dos processos criativos, ou seja, os “insights” criativos.”

2.5. Inovação das organizações

SENGE (2003, p.39) relata que, “os engenheiros dizem que uma nova idéia é “inventada” quando funciona comprovadamente em laboratório. Ela só se torna uma “inovação” quando pode ser reproduzida de modo confiável em uma escala significativa.”

SENGE (2003) acredita que há cinco novas “tecnologias componentes” que estão gradualmente convergindo para inovar as organizações que aprendem:

- a) **pensamento sistêmico;**
- b) **domínio pessoal;**
- c) **modelos mentais;**
- d) **construção de visão compartilhada;**
- e) **aprendizagem em equipe;**

2.6. Avaliação de conhecimentos da organização

A GC é uma prática recente onde vários métodos de avaliação foram trabalhados: a) planilhas de balanço de ativos intangíveis, modelos que indicam como as formas novas de capital interagem para criar valor; b) medidas novas que buscam guiar gerentes interessados em acelerar ou redirecionar como o capital intelectual é gerado.

No entanto, nenhum desses métodos para visualizar, gerenciar ou medir o conhecimento foi adotado como padrão. A experimentação é abundante e os resultados iniciais indicam que as organizações comprometidas com a utilização dessas novas medidas melhoraram a sua capacidade de gerenciar o capital intelectual importante para seus *stakeholders* (indivíduos ou grupos que agem sobre a organização e são por ela afetados).

Para BUKOWITZ & WILLIAMS (2002, p.234),

A avaliação não é um substituo para a estratégia. É um reflexo desta e um instrumento para implementá-la. Na melhor das hipóteses, funciona como um sistema nervoso. Ela mantém a empresa em harmonia com a realidade da estratégia nas extremidades – os pontos de contato com as pessoas que importam – os clientes, os empregados, os fornecedores, os reguladores e a comunidade. Na pior das hipóteses, ela torna-se um impedimento à mudança, porque pára de fornecer informação sobre o que é realmente importante para a organização.

Para avaliar o capital intelectual, de modo que iniciativas deliberadas e construtivas sejam fortalecidas ou iniciadas para construí-lo, sustentá-lo ou despojá-lo, as organizações devem enfrentar os seguintes imperativos e desafios:

a) **perspectiva**: identificar as novas formas de capital organizacional, conceber as novas tarefas de gestão;

b) **integração**: visualizar as estruturas que guiam as práticas de Gestão do Conhecimento, realização de experiências com abordagens de avaliação e de cálculo, para estimar os resultados estratégicos; comunicar-se com os principais *stakeholders*.”

A tabela a seguir exibe informações de relatórios exemplificados de tipos de medidas que poderiam ser utilizadas para mensurar práticas de capital intelectual nas organizações.

Tabela 1 – Exemplos de medidas utilizadas para avaliar o capital intelectual.

Dimensão	O que é: informação estatística	O que é feito: cifras internas fundamentais	O que acontece: efeitos almejados
Recursos Humanos	Tamanho e composição da base de empregados	Impacto da administração e políticas de RH	Resultados da gestão de RH
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ antigüidade; ▪ níveis de educação ▪ custos de treinamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ percentual de empregados com um plano de desenvolvimento de carreira; ▪ número de dias de treinamento por empregado; ▪ custos de treinamento por empregado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ satisfação do empregado ▪ <i>turnover</i>; ▪ valor agregado por empregado
Clientes	Tamanho e composição da base de clientes	Impacto das práticas de relacionamento com o cliente	Resultados da gestão do relacionamento com o cliente
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Distribuição e <i>turnover</i> sobre os mercados e produtos; ▪ Despesas de comercialização 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Clientes por empregado; ▪ Despesas de comercialização como um percentual das vendas; ▪ Custos administrativos como um percentual das vendas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Satisfação do cliente; ▪ Percentual de vendas das compras subsequentes; ▪ Percentual de clientes com relacionamentos de longo prazo
Tecnologia	Descrição da capacidade da TI	Impacto da estrutura da TI	Resultados da utilização da TI
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despesas da TI; ▪ Número de usuários internos e externos da TI 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PC's por empregado; ▪ Despesas de TI por empregado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ "Alfabetização" em TI
Processos De Negócios	Descrição do investimento em processos	Produtividade de processo	Resultados do processo de gestão
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Custos por processo; ▪ Distribuição de recursos humanos por processo; ▪ Investimentos em P&D e infra-estrutura 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lead times (tempo de espera); ▪ Tempo de ciclo de desenvolvimento de produto; ▪ Tempo no mercado para produtos ou negócios novos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índices de erro; ▪ Qualidade; ▪ Reputação da empresa

Fonte: The Danish Trade and Industry Development Council, Intellectual Capital Accounts: Reporting and Managing Intellectual Capital, Memorandum, April 1997, professor Jan Mouritsen, Copenhagen Business School (*apud* BUKOWITZ & WILLIAMS, 2002, p.268).

A mensuração dos ativos intangíveis de uma organização tem sido motivo para o surgimento de inúmeros métodos de avaliação organizacional; um outro exemplo seria o estudo produzido por SVEIBY (1998), onde distingue 4 categorias, que são classificadas e explicitadas por LUTHY (2003) e WILLIAMS (2000), com as seguintes interpretações:

- **Direct Intellectual Capital methods (DIC):** estima o valor monetário dos ativos intangíveis pela identificação dos seus vários componentes que, quando estimados, podem ser diretamente avaliados de maneira direta ou como um coeficiente agregado;
- **Market Capitalization methods (MCM):** calcula a diferença entre a capitalização de mercado de uma companhia e os ativos dos acionistas (*stakeholders equity*) como o valor de seus recursos importantes ou ativos intangíveis;
- **Return on Assets methods (ROA):** a média das receitas, antes dos impostos de uma empresa em um determinado período, é dividida pela média de valor dos seus ativos tangíveis. O resultado é o ROA (*Return On Assets* – retorno sobre ativos), que é então comparado com a média do seu segmento. A diferença é multiplicada pela média dos seus ativos tangíveis para calcular a média anual de receitas dos intangíveis. Dividindo a média superior pelo custo médio de capital ou uma taxa de juros, pode-se obter uma estimativa do valor dos Ativos Intangíveis ou Capital Intelectual;
- **Scorecard methods (SC):** os vários componentes de Ativos Intangíveis/Capital Intelectual são identificados e os indicadores e deslocamentos predeterminados são gerados e relatados nos *scorecards* ou como gráficos. Os métodos do SC são similares aos métodos de DIC, pois se espera que nenhuma estimativa seja feita sobre o valor monetário dos Ativos Intangíveis. Um deslocamento predeterminado composto, pode ou não ser produzido.

Os métodos foram criados com objetivos muito diferentes. Mesmo assim podemos dizer que os Métodos ROA e MCM estão centrados na questão financeira, pois o que se busca com a adoção destes métodos é efetivamente avaliar os valores financeiros gerados pelos ativos intangíveis, sendo o valor que o mercado está disposto a pagar pelos conhecimentos da empresa. Estes métodos são bastante adotados em empresas cujo principal objetivo é fornecer conhecimento suficiente para apoiar fusões e aquisições. Também bastante utilizados para realizar estudos entre empresas de um mesmo segmento. Já os métodos DIC e SC buscam identificar como está

a saúde da empresa, sem se preocupar com a questão financeira. Como não se baseia em aspectos financeiros, estes métodos podem ser utilizados em todos os níveis da organização. Por se tratar de sistemas de medições onde os indicadores tratam de contextos específicos, a adoção de um modelo único para todas as empresas é muito difícil, exigindo uma personalização. Tal fato dificulta a comparação entre organizações. Organizações não-lucrativas, departamentos e setores públicos têm adotado com frequência estes métodos, justamente por não exigirem medições financeiras. Nenhum método isolado é capaz de atender às necessidades das empresas como um todo. SVEIBY (1998) relata que cada organização deve selecionar o método que se mostrar mais adequado à sua situação. Para estabelecer estas divisões foram estudados diferentes métodos, que podem ser visualizados na tabela a seguir.

Tabela 2 - Métodos de Avaliação de Ativos Intangíveis.

Denominação	Proponente Principal	Categoria	Síntese
Technology Broker	<i>Brooking (1996)</i>	DIC	O valor do capital intelectual é obtido com base no diagnóstico e análise das respostas de um questionário com 20 perguntas, cobrindo 4 componentes principais do capital intelectual
Citation-Weighted Patents	<i>Bontis (1996)</i>	DIC	Um “fator de tecnologia” é calculado com base nas patentes desenvolvidas por uma empresa. O Capital Intelectual e a sua performance são medidos com base nos impactos e esforços de desenvolvimento e pesquisa em uma série de índices, tais como o número de patentes e o custo das patentes em relação às vendas brutas, que possam descrever as patentes da empresa
Market-to-Book Value	<i>Stewart (1998)</i> <i>Luthy (1998)</i>	DIC	O Capital Intelectual é considerado como a diferença entre o valor de mercado e o valor de livros (contábil) de uma empresa.
Inclusive Valuation Methodology (IVM)	<i>McPherson (1998)</i>	DIC	Usa hierarquias de pesos e indicadores que são combinados e focados em valores relativos e não absolutos. Valor Agregado Combinado = Valor Monetário Adicionado combinado com o Valor de Intangível Adicionado
The Value Explorer™	<i>Andriessen & Tiessen (2000)</i>	DIC	Metodologia contábil para calcular e determinar valor a 5 tipos de intangíveis: (1) Ativos e talentos, (2) Habilidades & conhecimento tácito, (3) Valores e normas coletivas, (4) Tecnologia e conhecimento explícito, (5) Processos preliminares e da gerência.
Intellectual Asset Valuation	<i>Sullivan (2000)</i>	DIC	Metodologia para obter o valor da Propriedade Intelectual

Denominação	Proponente Principal	Categoria	Síntese
Tobin's q	<i>Stewart (1998)</i> <i>Bontis (1999)</i>	MCM	O "q" é a relação do valor de mercado de uma empresa (preço da ação x o número de ações) para a substituição dos custos dos seus ativos. Mudanças em "q" fornecem uma representação para medir a performance efetiva ou não do Capital Intelectual de uma empresa
Investor Assigned Market Value (IAMV™)	<i>Standfield (1998)</i>	MCM	Valor Verdadeiro de Uma Empresa = Capital Tangível + IC Realizado + Erosão de + SCA
Economic Value Added (EVA™)	<i>Stewart (1998)</i>	ROA	Calculado pelo ajuste do lucro revelado de uma empresa com os custos relacionados aos intangíveis. As mudanças no EVA fornecem uma indicação sobre se o Capital Intelectual é ou não produtivo. Não ajuda a determinar o valor e sequer meio de gestão e controle
Human Resource Costing & Accounting (HRCA)	<i>Johansson (1996)</i>	ROA	Calcula o impacto oculto dos custos relacionados a RH, que reduzem a lucratividade de uma empresa. O Capital Intelectual é medido pelo cálculo da contribuição dos ativos humanos mantidos pela empresa, divididos pelas despesas capitalizadas com salário
Calculated Intangible Value	<i>Stewart (1998)</i> <i>Luthy (1998)</i>	ROA	Calcula o retorno adicional sobre ativos tangíveis e em seguida utilizadas esse número como uma base determinando a proporção de retorno atribuível aos Ativos Intangíveis
Knowledge Capital Earnings	<i>Baruch Lev (1999)</i>	ROA	Os ganhos de Capital de Conhecimento são calculados como a porção das receitas normalizadas sobre as expectativas de receitas atribuíveis aos ativos contábeis (de livros)
Value Added Intellectual Coefficient (VAIC™)	<i>Pulic (1997)</i>	ROA	Mede quanto e como o Capital Intelectual e Capital Empregado criam valores eficientemente baseados no relacionamento entre 3 componentes principais: (1) capital empregado; (2) capital humano; e (3) capital estrutural
Skandia Navigator™	<i>Edvinsson and Malone (1997)</i>	SC	O Capital Intelectual é medido com a análise de até 164 medidas métricas (91 baseadas no intelectual e 73 nas medidas tradicionais), cobrindo 5 componentes: (1) financeiro; (2) cliente; (3) processos; (4) renovação e desenvolvimento e (5) humano
IC-Index™ <i>Roos, Roos,</i>	<i>Dragonetti and Edvinsson (1997)</i>	SC	Consolida todos os indicadores individuais que representam Propriedades Intelectuais e seus componentes em um único deslocamento predeterminado. As mudanças nesse deslocamento são relacionadas às mudanças no valor de mercado (bolsa) da empresa

Denominação	Proponente Principal	Categoria	Síntese
IC-Index™ Roos, Roos,	<i>Dragonetti and Edvinsson (1997)</i>	SC	Consolida todos os indicadores individuais que representam Propriedades Intelectuais e seus componentes em um único deslocamento predeterminado. As mudanças nesse deslocamento são relacionadas às mudanças no valor de mercado (bolsa) da empresa
Intangible Asset Monitor	<i>Sveiby (1998)</i>	SC	A administração seleciona certos indicadores baseados nos seus objetivos estratégicos, objetivando medir 4 componentes principais: (1) crescimento (2) renovação; (3) eficiência; e (4) estabilidade. Partes desses princípios foram primeiramente e amplamente aplicadas em 1986, na Suécia e até na formação do Skandia Navigator
Balanced Scorecard	<i>Kaplan and Norton (1992)</i>	SC	O desempenho de uma empresa é medido pelos indicadores que cobrem 4 perspectivas principais de foco: (1) perspectiva financeira; (2) perspectiva do cliente; (3) perspectivas dos processos internos e (4) perspectiva de aprendizado. Os indicadores são baseados nos objetivos estratégicos da empresa

Fonte: SVEIBY, 1998.

2.6.1. Balanced scorecard

Sendo a GC uma atividade não-isolada, ela deve ser compatível com os sistemas de administração e de monitoramento existentes.

KAPLAN e NORTON (1997) descreveram um método para incluir o conhecimento em sistemas e metas de avaliações. Essa abordagem, conhecida como *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvida em um estudo que visava melhorar o significado dos índices financeiros tradicionais. O estudo foi apoiado por uma empresa de contabilidade e consultoria empresarial, a KPMG dos EUA. O modelo resultante, exibido na figura a seguir, representa quatro perspectivas da atividade da empresa: ela é retratada do ponto-de-vista de clientes, finanças, processos internos de negócios e aprendizado e crescimento. O quarto aspecto fornece a ligação com a Gestão do Conhecimento.

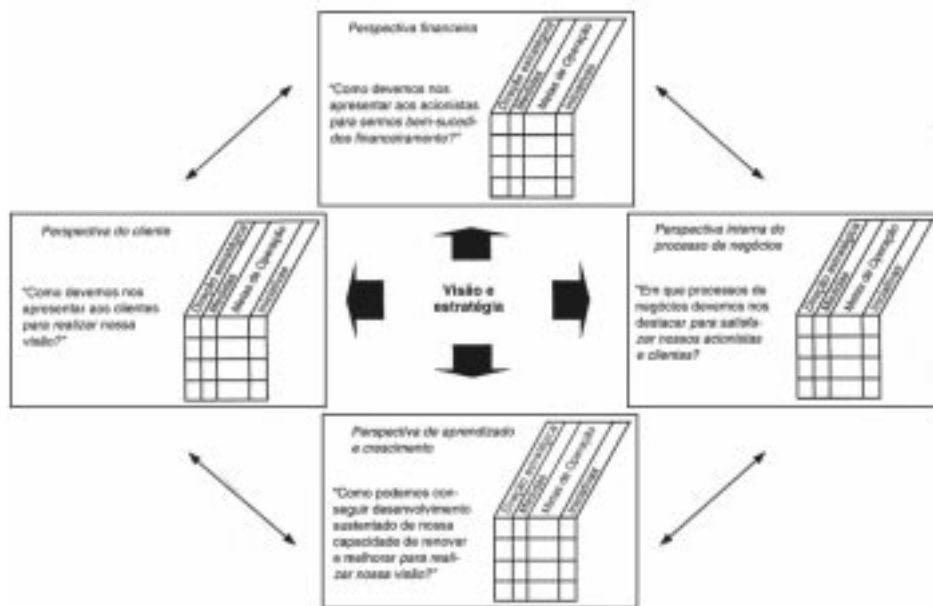


Figura 6 – Balanced Scorecard.

Fonte: Adaptado de KAPLAN & NORTON, 1997.

PROBST, RAUB & ROMHARDT (2002, p.199) definem o BSC como, "...uma ferramenta de administração estratégica que tenta ligar as intervenções operacionais na base de conhecimento da organização com as metas a longo prazo da empresa."

O conceito BSC não inclui um método para operacionalizar a dimensão do conhecimento, nem oferece indicadores de conhecimento. Cada organização deve elaborar seu próprio conjunto de indicadores, idealizado para se adequar às suas próprias circunstâncias, para registrar e controlar as variáveis que sejam importantes para ela. O BSC apóia a coordenação estreita entre as metas de conhecimento e a medição do conhecimento; teoricamente, isso leva a processos rápidos de *feedback*. Se quiserem que a dimensão do conhecimento complemente os sistemas existentes de metas e avaliação, ela deve definir objetivos de conhecimento específicos, desenvolver índices adequados para medi-los e integrá-los a um sistema de monitoramento de toda a empresa, como o caso Skandia, que se considera pioneira na implementação da medição do conhecimento.

2.7. Tecnologia da Informação

O avanço e a velocidade das inovações tecnológicas são espantosos, os ciclos de desenvolvimento e lançamento de novos produtos diminuem a cada dia, sendo que as novas tecnologias impulsionam e aceleram os vetores de mudança ambiental, bem como os ciclos de vida de produtos e serviços e o próprio desenvolvimento do ser humano.

A denominação Tecnologia da Informação (TI) é utilizada para caracterizar tudo o que está associado a soluções sistematizadas, baseadas em recursos metodológicos, tecnologias de informática, de comunicação e de multimídia, incluindo a forma de processos envolvidos com a geração, o armazenamento, a veiculação, o processamento e a reprodução de dados e informações. A TI dá sustentação a cada passo do processo de informação: identificando os responsáveis pelas principais decisões e suas necessidades em matéria de inteligência, coletando e analisando informação, disseminando os resultados da inteligência, avaliando produtos e serviços. A tecnologia organiza o fluxo da informação e ajuda a concentrá-lo nas funções principais da inteligência: alertar com devida antecipação para o surgimento de oportunidades e ameaças; auxiliar o processo da tomada de decisões estratégicas; auxiliar decisões táticas e operações de negócios; avaliar e monitorar concorrentes, setores de negócios e tendências sociológicas e políticas; subsidiar o planejamento estratégico e estratégica do processo.

MILLER (2003, p.166) expõe que,

“Os mais eficientes sistemas de informação para GC têm as seguintes características e capacidades: produzir informação qualificada, e não simplesmente redistribuir documentos; servir simultaneamente aos usuários finais da inteligência (os responsáveis pelas decisões) e os participantes do processo (vendas, *marketing*, *experts*, etc.); prover, simultaneamente, resposta para cada caso (solicitação de curto prazo quanto a uma coleta histórica, estática) e encaminhamento (detalhamento de temas presentes, escolhendo textos de um fluxo de informações em constante mutação); medir o sucesso com o fornecimento de inteligência com foco e detalhada, e não apenas simples informação; proporcionar um fator de confiança (mensuração da validade) a cada unidade relacionada da fonte das informações; rodar em *Windows*, normalmente *Windows NT*; ser acessíveis por meio dos sistemas primários de software da organização; contar com uma equipe de apoio

de tempo integral, ou na inteligência ou na tecnologia de informação da organização; poder buscar, localizar e exibir documentos contendo uma variedade de formatos e múltiplos tipos de dados (texto, planilha eletrônica, imagem, vídeo, áudio e gráficos); consolidar a informação colhida na Internet, intranets, redes externas (redes privadas de intercâmbio de informação entre duas ou mais empresas, quase sempre fornecedores), *e-mail*, sistemas de informação locais (descentralizados) e próprios (centralizados); evoluir constantemente em paralelo com as exigências representadas pelas mudanças na inteligência da organização.”

À medida em que a TI se torna mais sofisticada e custo-efetiva, os *softwares* que possibilitam a análise abrangente de tendências, previsões e antecipações de possibilidades de concorrência, vão se tornando ferramentas padronizadas da inteligência. Esses pacotes de *softwares* necessitam de abastecimento e alimentação com informação especializada e, muitas vezes, são parte integrante de uma rede integrada entre analistas e instalações remotas.

Para fazer frente aos vetores de mudança no ambiente, as empresas estão buscando alternativas e formas de se estruturar e serem mais competitivas. Para tanto, muitas delas vêm adotando reestruturações nas suas organizações e implementando ferramentas e tecnologias de gestão, tais como programas de redução e enxugamento de estrutura e níveis hierárquicos (*downsizing* e reengenharia), Gestão da Qualidade Total (TQM), *Learn Enterprise* (Womack), *Learning Organization* (Senge), Gestão por Competências (J. Dutra, M. Teresa Fleury), entre outros.

2.7.1. A tecnologia da informação no processo de gestão de conhecimento

Quando se pensa em um Sistema de Gestão do Conhecimento é comum associar as diversas ferramentas tecnológicas; isso se deve ao fato de que a GC é um modelo de gestão apoiado pela tecnologia da informação e indivíduos. A tecnologia permite às organizações um gerenciamento do capital intelectual existente. Uma pesquisa realizada por Damiani apresenta tecnologia como uma ferramenta presente que os executivos utilizam para delegar o seu gerenciamento para os gerentes de tecnologia. É prudente dizer que a GC refere-se em sua totalidade a uma nova visão de gerenciamento de pessoas; assim, é fundamental a participação do setor de Recursos Humanos neste processo, bem como ter claro que a classificação e a organização do conhecimento será a competência fundamental

das empresas (DAVENPORT, 1998).

2.7.2. Contribuição das tecnologias

A importância do conhecimento está na capacidade que este dá a quem o utiliza, realizando tarefas de uma forma estruturada, criando valor (econômico ou social) e contribuindo para a melhoria da vida das populações.

Considerando a tecnologia como “a ciência e a arte de fazer coisas utilizando as capacidades e o conhecimento”, SMILIE (1991), ou como um “saber-fazer”, a realização da maioria das tarefas requer a utilização de uma tecnologia. Em especial, ao observar-se um agente econômico, o objetivo deste agente é a criação de valor (econômico, intelectual, ou até social), através da sua capacidade de produção. Segundo BELL & PAVITT (1993), para que um agente tenha uma determinada capacidade produtiva que lhe permita gerar um *output*, deverá possuir um conjunto de capacidades tecnológicas que resultem de um processo de aprendizagem, conforme a figura a seguir expõe.

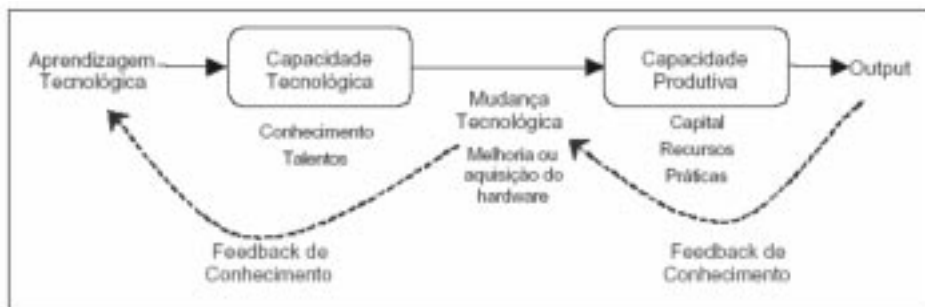


Figura 7 – Aprendizagem Tecnológica.

Fonte: BELL & PAVITT (1993).

Para aliar a tecnologia da informação à GC é preciso entender como se deu a popularização de computadores e outros equipamentos na sociedade e nas organizações. Redes de computadores como a Internet influenciaram a criação de muitas ferramentas de apoio à GC. A gestão tecnológica está estreitamente ligada à GC, devido esta ser um dos principais elementos habilitadores, o que vem a tornar incontestável a contribuição dos avanços tecnológicos sobre a questão da GC.

Segundo VASKEVITCH (1995), a tecnologia da informação vem sendo utilizada desde a década de 50 no ambiente empresarial, sendo que na década de 80 surgiram os primeiros computadores pessoais e ocorreu a diminuição de seus preços; teve início então, um movimento de adesão a estas tecnologias. Tal disseminação permitiu o surgimento de sistemas de gestão corporativa, sistemas de apoio

à decisão e inúmeras outras ferramentas.

Para CALDAS & WOOD (2000), as organizações adotam soluções tecnológicas como: sistemas corporativos, sistemas de apoio à decisão, sistemas de informação de *marketing* por puro modismo. As pressões vindas do ambiente, principalmente dos fabricantes de *software*, acabam influenciando gestores a investirem em equipamentos, consultoria e em ferramentas específicas, o mesmo se aplica à GC, que teve suas primeiras ferramentas desenvolvidas mediante cenários de euforia e modismo por parte das organizações. Empresas como IBM e Microsoft souberam explorar este momento, desenvolvendo os primeiros aplicativos de apoio à GC.

A *Tecnologia de Informação* (TI) engloba as tecnologias de computadores, telecomunicações e automação de escritórios. TI é tudo aquilo com que podemos obter, armazenar, tratar, comunicar e disponibilizar a informação. Os recursos componentes da informática são *hardware*, *software* e *peopleware*, este último representando os recursos humanos envolvidos com as atividades de planejar, controlar e executar a informática. Cabe à administração da informática utilizá-los e garantir a perfeita integração entre eles e o suporte à organização. Deve-se citar também *softwares* que possibilitam o desenvolvimento do conceito de GC: *Data Warehouse*, *Data Mining*, *Business Intelligence*, *Workflow*, *SIG*, *ERP*, *E-Commerce*, *E-Business* e *E-Publish*, também são resultantes destes avanços. Reunindo todas estas tecnologias, é possível trabalhá-las direcionadas para o gerenciamento do conhecimento, como a exemplo dos CRM (*Customer Relationships Management*) e CKMS (*Customer Knowledge Management System*). O CRM permite à empresa desenvolver a relação de aprendizado. Durante este processo deve-se estar atento aos indicadores de performance e a capacidade da empresa em conhecer e interpretar as interações com seus clientes.

O uso da Internet vem se multiplicando espantosamente nas ações de *marketing* das empresas, pois possibilita ser trabalhada como canal de divulgação ou captação de informações. Quando um sistema de *E-Commerce* ou *E-Business* está em ação, é possível colher muita informação. É possível delinear o perfil do usuário de Internet em uma página, pois,

“Alguns *sites* da *Web* armazenam informações em um arquivo pequeno de texto, chamado “cookie”, no seu disco rígido. Os *cookies* contém informações sobre você e suas preferências. Por exemplo, se você pedir informações sobre o horário dos vôos no *site* da *Web* de uma companhia aérea, o *site* pode criar um *cookie* contendo o seu itinerário. Ou ele pode conter apenas um registro das páginas dentro do *site* que você visitou, para

ajudar o *site* a personalizar a visualização na próxima vez que você visitá-lo. Só as informações fornecidas por você ou as escolhas que você faz ao visitar um *site* da *Web* podem ser armazenadas em um *cookie*.” (MICROSOFT, 2000).

As tecnologias contribuem no processo de comunicação e obtenção do conhecimento, seja ele no relacionamento com o cliente, fornecedor, ou funcionários.

Para DAVENPORT & PRUSAK (1998, p.156),

“O objetivo das ferramentas de Gestão do Conhecimento é modelar parte do conhecimento que existe nas cabeças das pessoas e nos documentos corporativos, disponibilizando-o para toda a organização. A mera existência de conhecimento na empresa é de pouco valor, se este não estiver acessível. Com estas ferramentas pretende-se que o conhecimento possa fluir através de redes de comunidades, transformando a tecnologia em um meio e o conhecimento em uma mensagem.”

CASTRO (1996) argumentou que a tecnologia “...não é neutra em matéria de construção de conhecimento, podendo influenciar, quantitativa e qualitativamente, esse processo, imprimindo-lhe novas características.”; já SENGE (1998) enfatiza que “...uma pessoa pode até receber mais informações graças à tecnologia, mas se não possuir as capacidades necessárias para aproveitá-las, não adianta.”, sendo apoiado por CHOO (1998, p.1) quando este afirma que as organizações podem se tornar incapazes de usufruir seus recursos informacionais e sua infraestrutura de tecnologia da informação, quando não desenvolvem um entendimento claro de como os processos empresariais transformam a informação em conhecimento e, o conhecimento, em ação. Tecnologias de informação, por si, só não criam conhecimentos, porém, são agentes ativos no processo de disseminação e acesso ao conhecimento.

2.7.3 . Características das ferramentas tecnológicas de gestão de conhecimento

A Gestão da Informação deve preceder à GC, pois antes de qualquer ação para gerenciar o conhecimento, é preciso organizar as informações dentro da organização. Na prática estas ferramentas oferecem apoio a pelo menos uma das atividades de geração, codificação ou transferência de conhecimento, definidos por DAVENPORT & PRUSAK (1998) como sendo os processos principais da GC. O uso dessa definição mais abrangente busca conciliar *softwares* como de GC, mas também *softwares* de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), sistemas

de *Business Intelligence* (BI), ferramentas de *Workflow* (fluxo de processos), produtos de *Groupware* e Sistemas Especialistas (SE). Tal abrangência é justificada pela constatação de que os fornecedores de *software* têm direcionado seus produtos para a GC, no mesmo ritmo em que essa prática administrativa se torna mais conhecida nas organizações. Isso indica que, de certo modo, a GC tem ditado os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento das novas tecnologias de informações; a exemplo disso, podemos citar o caso da Ambev, que possui um projeto, onde promete construir um dos portais mais completos do país, transformando,

“Sua intranet numa ferramenta de gestão e num depósito inteligente de todo o conhecimento da empresa, por meio de uma poderosa ferramenta de Gestão do Conhecimento. Trata-se de um dos maiores projetos a **tecnologia .Net** em andamento no Brasil. [...] A idéia é fazer com que todas as informações dos projetos em andamento na AmBev passem pelo portal, como o objetivo de evitar que etapas comuns se repitam; e também criar, no fim das contas, um extenso banco de dados com procedimentos-padrão e melhores práticas.” (VALIM, 2004).

2.7.4. Classificação das ferramentas tecnológicas

É possível classificar as ferramentas tecnológicas de acordo com suas aplicações, subdividindo-as em três grupos.

2.7.4.1. Armazenamento do conhecimento

Knowledge Repository - voltado para o armazenamento e gerenciamento do conhecimento, relacionado com o conhecimento explícito, estão inseridas na classificação do tipo de conhecimento que a organização possui e onde este se localiza, a fim de gerenciá-lo, organizá-lo e integrá-lo para obtenção mais proveitosa de sua extração.

Este tipo de ferramenta trabalha como suporte de decisão estratégica, transformando dados em informações valiosas, gerando vantagem competitiva.

Os bancos de dados multidimensionais, aliados ao aumento da complexidade de negócios, realizam a comparação e o cruzamento dos dados, fundamentando análises mais aprofundadas. Exemplos: Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD), *Enterprise Information System* (EIS), *Data Warehouses* (DW), ferramentas *Online Analytical Process* (OLAP) e os Sistemas de Gestão de Documentos: SGDB – sistema que trabalha no gerenciamento do fluxo de dados do banco de dados; EIS – soluções de banco de dados que disponibilizam as informa-

ções relevantes de uma empresa num só lugar, realizando cruzamento de dados; DW – banco de dados multidimensional que organiza as informações como se fossem cubos; OLAP – categoria de *software* que analisa dados armazenados em uma base; GED - repositórios de documentos, atuam como armazéns do conhecimento explícito, disponibilizam o acesso aos manuais de produtos e documentos.



Gráfico 1 – Aprendizagem Tecnológica

Fonte: VIEIRA (2003, p. 34).

Decorrente da pesquisa realizada por VIEIRA (2003), o gráfico acima permite analisar os tipos de investimentos realizados mundialmente em aplicações; vê-se que está bem posicionado *Query and Report*, que trabalha com geração de consultas e relatórios, seguido das aplicações OLAP; o que vem a demonstrar que as empresas, em sua maioria, estão ainda baseadas em consultas e relatórios, pois a base inicial vem de aplicações de gerenciamento de dados, advindas de *software* de gestão administrativa.

2.7.4.2. Compartilhamento do conhecimento

Knowledge Sharing - ferramentas que visam dar suporte ou contribuições para o compartilhamento de informações e a integração entre os funcionários na organização, priorizando o conhecimento tácito.

Como ferramentas estratégicas deste grupo estão as de *Groupware*. Exemplos: *Lotus Notes*, *Exchange* da Microsoft, *Intranets*, etc.

Estas ferramentas permitem, muitas vezes, a interação entre a organização e o conhecimento tácito, que ela sabe que existe mas não sabe como captá-lo “*You know what you don’t have*”.

2.7.4.3. Descobrimto do conhecimento

Knowledge Discovery - ferramentas que auxiliam no processo de localização de novos conhecimentos que a organização, apesar de possuir, não consegue identificar: “*You don’t know what you have*”. Como exemplo destas ferramentas, pode-se citar *Data Mining* e *Text Mining* que possibilitam trabalhar, através de algoritmos mais poderosos, envolvendo inteligência artificial, com os dados estruturados (no primeiro caso) e não estruturados (no segundo caso), para extrair e explorar novos conhecimentos, a fim de enriquecer a criatividade da organização.

3. PORTAIS CORPORATIVOS

Para definição de um modelo ideal de sistema de distribuição de informação, deve-se levar em consideração a tecnologia ideal para sustentar os processos de inteligência. Nem todos os sistemas tecnológicos são necessários; os sistemas específicos de informação são influenciados pelo setor de negócios em que se insere, pelos recursos disponíveis e pela experiência em inteligência.

Vários setores, pela própria natureza, são usuários tradicionais de informação de larga escala. Eles acessam informação diariamente nos planos interno e externo e dispõem de sistemas de informação sofisticados já instalados, os quais são focados para determinar as questões especiais de inteligência para as quais os responsáveis pelas decisões precisam de respostas. Outros setores concentram-se mais na obtenção e organização de informações primárias ou pessoais. Devido ao seu ciclo curto e acelerado de produtos e pela extensiva utilização de processos patenteados, grande parte da informação crítica jamais aparece na mídia impressa ou, quando aparece, está “velha” demais para ter qualquer utilidade para a concorrência. As ações dos seus sistemas de inteligência concentram-se em acompanhar continuamente as informações em tempo real e em administrar os contatos pessoais (MILLER, 2003).

A Internet tem proporcionado a ampla troca de informações entre pessoas e organizações, ampliando a colaboração das pessoas, permitindo uma maior integração e facilitando a coordenação de projetos e da própria empresa, principalmente pelo fato de se poder acessar de qualquer para qualquer localidade. Diante de tal globalização enfatiza-se a utilização de Portais de Conhecimento, pois fornecem melhorias substanciais na produtividade, diminuem custos de TI e gestão do conteúdo, evitando redundâncias, sendo uma ferramenta essencial na construção de organizações, pode ser trabalhada como uma ferramenta tática, promove uma interface agradável aos usuários, facilitando a interação entre comunidade e empresa.

Portais de Conhecimento Corporativo visam integrar-se aos funcionários das empresas, tornando-os parte de uma comunidade de melhores práticas através de criação de conteúdo, com a finalidade de fazer com que estes (funcionários) visitem o portal todos os dias, ampliando seus conhecimentos, agregando valores aos seus.

A possibilidade de acesso ao Portal, independente da localização de seus colaboradores, é uma grande base de fornecimento de *e-learning* que propicia o desenvolvimento da *expertise*, capacitação e treinamento, sendo capaz de responder questões, emitir sugestões, exibir documentos e *links* relacionados a assuntos específicos e proporcionar interação entre as pessoas, aumentando a capacidade de aprendizagem dos indivíduos. Possibilitar a identificação de pessoas “chaves” nos processos, amplia conhecimento tácito em situações de negócios, aumentando a capacidade de inovação, aumentando a possibilidade de escolha de soluções específicas mais apropriadas para cada projeto. O gerenciamento de conteúdo em conjunto com ferramentas de classificação e taxonomia, ferramentas de buscas, e de classificação, colabora com o fluxo estruturado de informações nas organizações.

Os *browsers* proporcionam acesso independente de *hardware* a múltiplas fontes de informação na Internet, *intranets* e *extranets*, simplificando o acesso à informação de qualquer ou para qualquer local. A mesma *interface* de tela pode ser usada para acessar serviços de busca de texto pagos, provedores pagos de informações, canais de informação “*push*” mantidos pela publicidade, provedores tradicionais de informação (jornais, revistas, etc.), *sites* individuais (empresas, associações, grupos de comércio, etc.) e *intranets* privadas (MILLER, 2003).

O desenvolvimento de atividades de GC tem afetado significativamente os processos internos de informação e programas de inteligência da empresa, por aperfeiçoar processos e procedimentos internos de conhecimento e funções de inteligência.

De forma sumária, a GC possibilita,

“Coletar, armazenar e recuperar recursos de informação primários e secundários existentes; indexar, filtrar e relacionar informação com o objetivo de aumentar sua relevância; acessar recursos intelectuais de *experts* (redes e perfis de pessoas); colaborar com grupos de trabalho para agregar valor à informação/conhecimento; alavancar o conhecimento coletivo para aumentar a receptividade; fornecer informação relevante e com o adequado foco, sempre que for necessário; focalizar as atividades na estratégia e modelo de negócios da

organização; apresentar as informações mais necessárias para apoiar as decisões de um executivo, entre outras.” (MILLER, 2003, p.174).

A GC revitalizou o mercado dos sistemas de recuperação de informação ao expandir significativamente a base potencial de clientes. Grandes produtores de *software*, como Netscape, IBM/Lotus e Microsoft passaram a colocar-se como os vendedores primários de recuperação de conhecimento. Empresas tradicionais de busca de informação, como a Verity, Fulcrum/PCDocs, Excalibur e Dataware passaram a expandir e a reconfigurar seus produtos para este mercado do conhecimento. Vendedores de *softwares* especializados, como GrapeVine, CompassWare, Autonomy e KnowledgeX, passaram a encontrar significativa aceitação no mercado de recuperação de conhecimento.

MILLER (2003, p.174-175) relata que,

“Empresas fornecedoras de *software* e de informação passaram a promover as qualidades dos seus produtos e serviços para entregar e direcionar uma quantidade imensa de informação, com rapidez, facilidade e a custo relativamente baixo. Contudo, cada item (ou documento) de informação exige uma parte, por menor que seja, do tempo de quem o recebe. A fim de se otimizar a eficiência, todos os esforços de coleta de informações precisam ser dirigidos e concentrados nos interesses da organização, em matéria de inteligência. Aderir ao modo de receber toda e qualquer informação por conta do acaso será, certamente, condenar ao fracasso todo o processo de inteligência da organização.”

Todas as características anteriormente citadas, induzem à elaboração de um Sistema de Gestão do Conhecimento (SGC), assim definido pelo GAERTNER GROUP (1998), “...um processo e uma infra-estrutura que visam apoiar a geração, coleta, assimilação e utilização ótima do conhecimento”. Nessa definição supõe-se um processo composto de transformação e criação além de uma infra-estrutura composta de tecnologia da informação e de comunicação. Estas, por sua vez, exigem e englobam a participação intensiva de pessoas capacitadas para tal.

A GC preocupa-se com todas as formas de conhecimento, incluindo o conhecimento não-articulado e não-codificado; se preocupa em transferir e reter conhecimento, buscando promover a convergência de Capital Intelectual (CI) em Ativo Intelectual (AI). Nem todo CI pode ou deve ser convertido em AI, sendo que o conhecimento implícito é um exemplo.

BUKOWITZ & WILLIAMS (2002) apresentam a Gestão do Ativo Intelectual (GAI) como uma subcategoria da GC, pois se preocupa especificamente com uma de suas classes, sendo que os AI são as formas de conhecimento que a organização definiu, codificou, descreveu e articulou de alguma forma, onde abrange *software*, processos e metodologias de negócios, acordos contratuais com clientes ou fornecedores, bases de conhecimento, dados, relatórios e apresentações, assim como patentes, marcas registradas, direitos autorais e segredos comerciais; são referidos como conhecimentos explícitos, porque foram transformados a partir de conhecimento individual em algo mais concreto, como documentos impressos ou eletrônicos, um conjunto de regras ou um código.

Converter CI em AI apresenta as facilidades de : é mais fácil transferir conhecimento articulado e codificado de um indivíduo para outro, ou de um para muitos; a organização é mais capaz de negociar ou vender AIs, independentemente dos indivíduos que o desenvolveram originalmente; a organização pode reclamar direitos de propriedade sobre conhecimentos articulados e codificados e está em melhor posição para protegê-los legalmente, no caso de entender que isso é desejável.

As empresas vêm se destacando, no Brasil, na aplicação, com sucesso, da Gestão do Conhecimento, como por exemplo: a Ernst & Young - que tem uma área bem estruturada com um responsável por gestão do conhecimento, que atua como um verdadeiro “broker” de informações de e para as equipes de projeto da empresa. É uma empresa que investiu bastante no desenvolvimento de uma boa taxonomia, ferramentas de colaboração virtual, comunidades e melhores práticas; o Serpro - realizando iniciativas de GC em seus departamentos: portais, comunidades, mapas de conhecimento; a Siemens - com um foco muito grande no estímulo à inovação, uso de portais e comunidades e interligação com universidades; a Natura - destacada em função de sua cultura humanista evidente que gera um tipo de organização na qual a inovação tem um espaço garantido e, onde atitudes muito individualistas não têm lugar; o Laboratório Fleury - que tem uma série de atividades voltadas ao fortalecimento do aprendizado de seus colaboradores. A empresa é um verdadeiro “laboratório” de aprendizado; a Petrobras - uma empresa gigantesca que emprega todos os tipos de técnicas (BSC, *e-learning*, portais, *mentoring*, comunidades, etc). Várias destas iniciativas já estão bem consolidadas e são exemplos bem efetivos e interessantes (ex: *e-learning*).

3.1. Modelo de Portal de Conhecimento Corporativo

Um portal corporativo é uma tecnologia baseada na *web*, que busca a integração das aplicações internas da organização com as aplicações externas.



Assim um usuário pode verificar seu *e-mail*, pesquisar a cotação das ações da empresa, checar as férias a que tem direito e receber um pedido de um cliente - tudo isso através de uma interface única de *browser*. “O *browser* se torna um painel de instrumentos para tarefas diárias”, explica Bridget Leach, analista do *Giga Information Group*.

Os portais corporativos, ou EIPs (Enterprise Information Portals) como são chamados, podem ser encontrados em diversas literaturas que tratam do assunto GC. O termo EIP, é a expressão utilizada para definir o que é um portal corporativo. EIP é um portal de informações empresariais que permite aos funcionários de uma companhia acessarem dados interna e externamente.

Para MURRAY (1999), é possível distinguir quatro tipos de portais corporativos: **portais de informação empresarial**: são aqueles que associam pessoas com informação, organizando grandes conteúdos com base nos temas que eles contêm; **portais colaborativos**: permitem que equipes de usuários estabeleçam áreas de projetos virtuais ou comunidades, com as ferramentas de colaboração que eles oferecem, e trabalhem cooperativamente com essas comunidades; **portais especialistas**: interligam pessoas baseados em suas habilidades e especialidades, como também nas necessidades das suas informações; **portais do conhecimento**: fazem tudo que os anteriores fazem e alguma coisa a mais.

Os EIPs são as melhores aplicações práticas do conceito de B2E, ou *Business-to-Employee* (empresa-empregado), pelo qual o relacionamento da empresa com seus funcionários ocorre através de um portal personalizado. As Intranets estão caminhando para trabalharem com o EIP, a fim de incrementar o faturamento das empresas por meio de ganhos de eficiência, fomentar a tomada de decisões com a Gestão do Conhecimento (GC), aumentar o Retorno de Investimento (ROI) via propaganda e patrocínios, e melhorar o relacionamento com os clientes. Tal visão pode ser idealizada através um Portal de Conhecimento Corporativo.

Os Portais Corporativos estão interligados com bases de dados; fornecem maneiras de integrar os mais diversos sistemas e processos existentes dentro da corporação e oferecem aos usuários um caminho único para personalizar as informações necessárias para a tomada de decisões. São grandes os investimentos das empresas para o desenvolvimento e implantação de um EIP, como pode ser verificado no gráfico a seguir.



Gráfico 2 – Investimentos de EIP's.

Fonte: Jupiter Media Metrix, 2000.

No Gráfico 2 pode-se observar 65% dos investimentos realizados em EIP'S estão na faixa de 250 mil a 5 milhões ou mais, demonstrando o grande investimento realizado pelas empresas para desenvolverem e/ou manterem seus Portais Corporativos.

O gráfico a seguir (3) apresenta uma pesquisa realizada no ano de 2001 com 3.500 companhias em 49 países. Se analisados seus benefícios e porcentagens, é notável que (50%) das empresas estejam trabalhando com EIP para terem acesso mais fácil às informações, reafirmando a importância das informações; a seguir, a redução de custos (20%), pois as empresas têm reduções significativas em seus custos com a implantação de um EIP. Em terceiro lugar, o compartilhamento de conhecimento (20%), fator importante para a disseminação de conhecimentos. A redução do uso do papel e a melhoria de processos, seguem em quarto e quintos lugares, seguidos de “outros” benefícios e de empresas que não sabem que benefícios são proporcionados pelo portal.

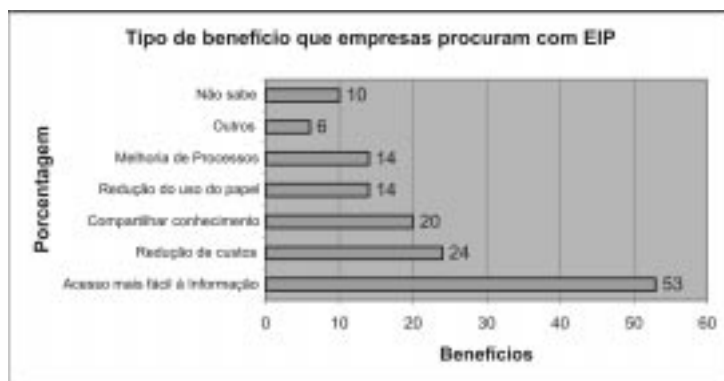


Gráfico 3 – Benefícios procurados com EIP.

Fonte: Forrester Research, 2001.

Se a informação é fator essencial para promover competitividade a uma empresa, sendo ela gerada através de inúmeros tipos de conhecimentos envolvidos, promover um portal que trabalhe o conhecimento, seja no armazenamento, geração e disseminação, alavancará as competências essenciais e institucionais.

3.1.1. Estrutura de um EIP

Tabela 3 – Estrutura de um EIP.

APRESENTAÇÃO	Acabamento do portal corporativo Interface que chega aos olhos dos usuários Padrões de Exibição na <i>Web</i>
PERSONALIZAÇÃO	Possibilidade do funcionário filtrar o conteúdo que irá receber e adequar o portal às suas necessidades e preferências
COLABORAÇÃO	Interação dos funcionários por meio de tecnologias de groupware (possibilita trabalho de grupo – gerenciamento de arquivos), fóruns, chat, bibliotecas de projetos, videoconferência e manipulação de documentos
PROCESSOS	Plataformas de interação, como formulários, requisições, transação online, correio eletrônico e workflow
PUBLICAÇÃO	As ferramentas de gerenciamento de conteúdo publicam um item e mantêm sua atualização sem a necessidade de um <i>webmaster</i> , que iria convertê-lo para o formato html
BUSCA	Mecanismos de busca full-text que consigam utilizar recursos de contextualização de conteúdos
CATEGORIZAÇÃO	Ferramentas de categorização que estruturam o armazenamentos da informação, indexação, categorização devem refletir as práticas e fluxo de trabalho das pessoas
INTEGRAÇÃO	Capacidade de integração das diversas fontes de conhecimento da empresa, incluindo documentação, banco de dados, pacotes de gestão, fontes externas de informação (como cotações financeiras ou notícias)

Fonte: VIEIRA, 2003.

MILLER (2000, p.173) relata que,

“Portais da Internet, outrora limitados a motores de busca e diretórios, são atualmente centros de comércio eletrônico, correio e notícias personalizadas (Yahoo!, Excite, Lycos e Infoseek). Intranets corporativas estão aplicando este conceito de portal e proporcionando acesso a conteúdo de fontes internas e externas de informações estruturadas e não-estruturadas. Esses portais corporativos aparelham um *gateway* compartilhado, com base em *browser* que proporciona personalização, navegação, *links* a hipertextos, busca, editoração e informações acessíveis; também propiciam relativa

facilidade de recuperação, a apresentação personalizada e as opções de segurança oferecidas. Empresas de *software* como a IBM, Infoseek, Netscape, PeopleSoft e Verity aplicaram o rótulo de portal corporativo a produtos existentes. Autonomy/Portal-in-a-Box, Information Advantage/MyEureka, Plumtree e Sagemaker, desenvolveram produtos específicos para este mercado.”

3.1.2. Estrutura proposta de um portal de conhecimento corporativo

Realiza-se através deste uma proposta de adoção de Portal Corporativo, utilizando esse canal como meio de promulgação da GC.

Devida à vasta abrangência tangível do conhecimento, serão abordados os conteúdos mais relevantes, sendo que estes podem abranger diversos outros conteúdos, os quais serão apresentados no decorrer deste estudo.

Ressalta-se que, a sugerir um modelo teórico de Portal de GC, abrangendo o *E-learning*, fica passível de limitação de percepção do idealizador, bem como de simplificações que, por vezes, podem ser incapazes de externar a totalidade, considerando-se ainda que todo modelo está constantemente sendo ampliado e reavaliado.

De uma forma geral, não existe uma abordagem única, uma metodologia única para se trabalhar com um Portal de GC que sirva para todas as situações; cada empresa deve buscar a solução que melhor se adequa à sua situação.

O desenvolvimento deste subitem deu-se através de pesquisas bibliográficas, realizando-se confrontações e buscando-se analogias entre os diversos autores e seus conteúdos, tensionando-se direcionar os resultados para empresas desenvolvedoras de tecnologias, pois esta necessitam, continuamente, reter, disseminar e armazenar informações, bem como proporcionar a atualização de seus colaboradores, mantendo-se dentro da competição globalizada do mercado.

Adquirir ferramentas disponíveis no mercado, terceirizar estes serviços ou implementar um portal de conhecimento, dependerá do capital de investimento disponível de cada organização. Por se tratar de empresas desenvolvedoras de tecnologia, focando-se as pequenas e as médias, o ideal seria desenvolvê-las, pois aprimoraria o conhecimento dos conteúdos da GC, promoveria o desenvolvimento intelectual de seus colaboradores em utilizar seus conhecimentos para se criar ferramentas, bem como comprometimento destes diante do novo conceito. Cabe a cada empresa avaliar o custo/benefício. Devido à abrangência do conceito “Gestão do Conhecimento”, será abordada, a seguir, apenas uma parcela abrangida por este, contudo de extrema importância. Acreditamos que são requisitos mínimos



para a implementação de um portal corporativo, podendo ser complementados por outros conteúdos, bem como, dependendo das atividades internas e/ou externas de cada empresa, estes poderão ser alterados, excluídos ou agrupados de maneiras diferentes. Tópicos e sub-tópicos relevantes:

- Gerenciamento de Acesso e Nível de Acesso
- Produtos e Serviços
 - Clientes
 - Atuação
 - Produtos/Serviços
 - Projetos Desenvolvidos (*business*)
 - Canais de Relacionamento
 - Parceiros
 - Canais de Relacionamento
 - Projetos Desenvolvidos (*business*)
 - Fornecedores
 - Atuação
 - Produtos/Serviços
 - Linguagem/Banco de Dados
 - *Site*
 - Canais de Relacionamento
 - Projetos Desenvolvidos (*business*)
 - Banco de Talentos
 - Perfil Pessoal
 - Estudos desenvolvidos
 - Projetos/Equipes
 - RH *self-service*
 - Interesses
 - *Links*
 - Contato Pessoal
 - *Message* (chat)
 - *E-mail*
 - Notificação de Notícias (Boletins, Newsletters, etc.)



- Notificação de Contatos
- Notificação de Lista de Discussão
- Notificação de Reuniões
- Notificação de Comunicados
- Notificação de Atualização do Portal
- *E-learning*
 - Cursos
 - Apostilas
 - Vídeos
 - Sons
 - Biblioteca Virtual
 - Empréstimo de Livros, CD's e DVD's
 - Avaliações
- *WebCast*
 - Teleconferência
 - Videoconferência
- Comunidades de Prática
 - Projetos
 - Índices
 - Colaboradores
 - Parceiros
- Reuniões
 - Participantes
 - Documentos
 - Tele-gravação
 - Video-gravação
- Listas de Discussão
- Oportunidades Comerciais
- Tradutores
- Eventos

3.1.2.1. Apresentação

Diversas pesquisas psicológicas revelam que o aspecto visual agradável e o trabalho de forma proporcional (o estímulo e a harmonia das cores), facilitam a absorção de conhecimento. Deve-se levar em conta também, que muitos dos usuários podem não estar acostumados a navegar na Internet, ou ainda estariam se ambientando ao portal.

Utilizar-se de imagens também proporciona uma facilidade de entendimento, pois muitas pessoas têm maior sensibilidade ao aprendizado visual.

A organização da disposição de informações é essencial, facilita a busca por itens, bem como a organização das próprias idéias.

Trabalhar de forma padronizada:

- as diversas páginas que compõem o portal devem seguir um padrão, trabalhando com as mesmas cores de fundo e fontes, e disposição dos elementos (botões, tabelas, *banners*, etc.). Portais que apresentam páginas cujos fundos e fontes aparecem de maneira diversificada, dificultam o entendimento do usuário;
- utilizar tamanho de fontes adequadas à maioria dos leitores, pois para alguns deles os conteúdos importantes podem passar despercebidos;
- as cores das fontes também são importantes; devem contrastar com o fundo escolhido, ou ressaltar um conteúdo relevante;
- botões também devem ser padronizados, evitando-se criar um aspecto fantasia, ou com muito brilho, o que pode vir a tornar a visualização cansativa;
- imagens animadas, ou *gifs* animadas, devem ser trabalhadas em uma velocidade onde possa ser perceptível o conteúdo e/ou a imagem apresentados, etc.

3.1.2.2. Personalização

A personalização ou *profiling* é um processo estabelecido que proporciona o acesso em tempo real à personalização de interesse do usuário, em meio a séries de textos que chegam a partir de múltiplas fontes. É possível trocar, alterar ou deletar perfis sem qualquer limitação, sendo que as fontes podem ser: agências de notícias; fornecedores de informação; conteúdos de intranet; *sites* de Internet; fonte de informações internas, etc. Pode-se trabalhar a partir de combinações de perfis, possibilitando: criar um arquivo padrão, abrangendo todos os perfis de assuntos e questões para todos os indivíduos no sistema; comparar todos os perfis

de assuntos com um arquivo específico de texto; encaminhar automaticamente cópias do texto para cada perfil compatível; capturar e comparar o próximo arquivo específico de texto *ad infinitum* (Adaptado de MILLER, 2003, p.169).

Uma variação do *profiling* tradicional é a tecnologia *push*, a distribuição automática de informação pela Internet ou intranet, com base em perfis de interesses limitados ou amplamente definidos.

O formato da informação é restrito à linguagem HTML ou servidor patentado. O conteúdo é geralmente sem custo, com os gastos da distribuição pagos, tanto por anunciantes quanto pelo proprietário do *site*. Esta capacidade vem também se transformando num artigo do *software* de servidores da Microsoft e Netscape. A tecnologia *push* vem constantemente se consolidam.

Para empresas desenvolvedoras de TI, dependendo da sua disponibilidade, a utilização de HTML facilita bastante, pois se não há recursos suficientes para a aquisição de uma ferramenta *profiling*, pode-se trabalhar internamente com a tecnologia *push*, sendo desenvolvidas páginas de hipertexto onde poderá estar inserido o portal da empresa. A personalização visa proporcionar ao colaborador a possibilidade de Personalizar seus conteúdos preferenciais, sendo: recebimentos e envio de mensagens; lista de discussões; *links* preferidos; buscadores; comunidades de práticas, etc.

Filtrar informações melhora a forma de apresentação, facilita aos usuários a inteligibilidade de conteúdo. *Softwares* podem ser comprados e diretamente aplicados a um sistema de intranet, internet e extranet, o que possibilita às empresas construir seus próprios canais de perfis de informação e transmitir informações selecionadas com origem em sistemas de informação internos e externos. Entre os mais conhecidos figuram “BackWeb/Foundation/Sales Accelerator, DataChannel/Channel Manager, Intermind/Communicator e Pointcast” (MILLER, 2003, p.170).

A utilização de filtros objetiva minimizar o tempo gasto na visualização de informações e ao mesmo tempo maximizar aplicabilidade a questões de decisões imediatas. A filtragem de colaboração é normalmente usada para recomendar produtos em *sites* voltados para o consumidor, estabelecendo perfis dos interesses dos usuários e recomendando conteúdos ou itens que uma pessoa considera servir para outras com interesses similares aos seus. Na maioria dos seus aplicativos, os princípios da classificação feita pela filtragem de colaboração são incorporados a perfis por interesses ou por temas. Essa técnica está sendo atualmente levada para o ambiente de *intranet*, no qual é aplicada a informação de texto.

O filtro automático, conhecido como *software* agente, busca padrões de conteúdos em séries de textos da base de dados existente. A filtragem baseia-se na definição, pelos usuários, personalizando seus interesses mediante a seleção de conjuntos de palavras escritas ou anotação de artigos com informações valiosas.



A utilização desses *softwares* possibilita aos usuários examinar, mudar ou desprezar regras para a filtragem, podendo ajudar a identificar fatores como familiaridade, novidade, urgência. Entre os principais desenvolvedores deste *software* pode-se citar: “GrapeVine, Net-Perceptions/GroupLens, Autonomy/Knowledge Suite/Portal-in-a-box e Compassa Ware/InfoMagnet” (MILLER, 2000).

3.1.2.3. Colaboração

Comunidades de prática são organizações de usuários, que analisam como eles criam e acessam informações, podendo pertencer a mais de uma comunidade de interesse, facilitando a colaboração e transferência de conhecimento, através da empresa. Para tal desenvolvimento, pode-se utilizar programas de *groupware*, onde grupos depositam informações relativas a determinado trabalho de grupo ou tópico de discussão num banco de dados comum, centralizado. O *groupware* incorpora a maior parte das habilidades de emissão de mensagens, agendamento, *e-mail* e fluxo de trabalho, e, ao mesmo tempo, destaca a comunicação, cooperação e coordenação dos trabalhos em equipe. Organizações que adotam o *groupware*, muitas vezes, o implementam paralelamente ao nível de empreendimento. Ele cria um fluxo de informação para toda a extensão de um empreendimento dinamicamente atualizado. Faz a integração de, virtualmente, todos os tipos de dados e pode-se organizá-los em bancos de dados, tanto estruturados quanto não-estruturados, podem ser capazes de realizar sofisticadas buscas de texto e interfaces internet/intranet, em transição para um ambiente de colaboração baseado na *Web* e totalmente integrado. As principais desenvolvedoras desta tecnologia são Netscape, Microsoft e IBM/Lotus Notes/Domino (MILLER, 2003).

3.1.2.4. Processos

Para administrar projetos é preciso que existam práticas, conjunto de conceitos e técnicas que conduzam o projeto ao sucesso. Independentemente da área em que esteja sendo previsto.

A administração de projetos depende da natureza intrínseca da situação, devendo ser assegurada a orientação do esforço para um resultado. Controlar custos e prazos, ter o envolvimento de gerentes, equipe e do executivo principal.

Para LEME FILHO (2003, p.9) existe,

“Uma igualdade que nem sempre é respeitada em desenvolvimento de *softwares*, principalmente em empresas onde o principal negócio, ou *core business*, é a própria tecnologia: os recursos devem ser sempre proporcionais às atividades e ao prazo.”

Quando há uma redução no orçamento do projetos e recursos são cortados, ou há redução de prazo, as atividades também devem ser reduzidas. Mas nem sempre é o que acontece. E o projeto acaba tendo sua qualidade comprometida por fatores comerciais ou financeiros.

Trabalhar com desenvolvimento de tecnologias segue uma seqüência lógica, primeiro ocorre a idealização: imaginando uma maneira nova de automatizar um processo, reduzir custos ou gerar receita. Depois são elaborados vários documentos, compondo uma enorme gama de documentação do sistema, sejam eles pertinentes à análise de negócio, do sistema, ou de manuais, os quais visam atingir o usuário final.

As fase de metodologia de desenvolvimento de sistemas são: análise; projeto; construção; homologação; implantação; manutenção (LEME FILHO, 2003, p.12). Tais fases possuem tempos de vida definidos, sendo que em cada fase haverá vários documentos que serão gerados e deverão ser armazenados, compondo a história do projeto, pois se a empresa sofrer uma mudança de estrutura organizacional ou alteração na linha de negócios, esta documentação deverá estar sempre acessível.

Para contribuir com a diminuição de tempo gasto em execução de tarefas, bem como redução da circulação de papel dentro da organização, deve-se trabalhar na especificação de comunicação entre setores da empresa, para tal pode-se contar com *softwares* especializados, orientados à análise, os quais proporcionam sofisticados modelos para aquisição da informação, da organização e da análise de diferentes elementos de informação.

Estes *softwares* podem mapear o processo da inteligência analítica e criar uma organização de informação baseada em regras, oferecendo a visualização dos resultados de perguntas e sofisticadas representações visuais da elencagem das informações. Os principais analistas e vendedores de estruturas nesta área são, em especial, “Aurigin, Cipher /IntelAssist/KnowledgeWorks, Claritech/ CLARIT, Delfin Systems/Intelliscape, GrapeVine, InXight/LinguistX, MNIS/DR-Link/MapIt, Semio/SemioMap, Sovereign Hill e Wincite Systems/WINCITE” (MILLER, 2003, p.172).

Sistemas de *Workflow* também são essenciais, pois proporcionam acompanhamento constante das atividades que o compõem, melhorando a produtividade e eficiência dos processos existentes, trabalhando no fluxo de informações existentes, possibilitando monitoramento e trazendo à tona os pontos passíveis de melhoria. Seu uso assegura que as atividades previstas serão realizadas, assim que possível, por uma pessoa previamente estabelecida e numa seqüência pré-definida. A participação dos sistemas de *workflow* na GC está no fato de que ele consegue armazenar e organizar conhecimentos sobre os processos executados.

Nestes conhecimentos estão inseridas as especificações dos trabalhos a serem realizados pelas pessoas, bem como todo o acompanhamento das ocorrências durante sua execução. Como exemplos de ferramenta de *Workflow* são identificados *Provision WorkBench*, *IDS Workflow Management System*, *Biz Flow Software*, *Ultimus Workflow Suíte*, etc.

Quanto à utilização de *e-mail*, para MILLER (2000, p.167) “o *e-mail* é o mais elementar, econômico e onipresente sistema de distribuição de informação”, isto pode ser afirmado se observado a grande quantidade de empresas que estão padronizando um pacote de *e-mail* e criando um grande acesso, seguindo uma infra-estrutura concreta de apoio, onde se estabelece sustentação ao treinamento e atualizações, tanto empresariais quanto de seus colaboradores.

Os *softwares* mais modernos distinguem as preferências individuais, informam datas de recebimentos e envios da correspondência eletrônica; no entanto a grande quantidade de *e-mails* em circulação dificulta a manutenção de arquivamento; para tal pode-se utilizar sistemas de filtragem de *e-mail*, onde podem ser detectadas mensagens que exigem reação imediata, usando uma série de filtros com regras específicas, onde redistribuem automaticamente as mensagens que chegam para arquivos individuais. O maior problema é que não conseguem identificar itens enviados por novos remetentes ou assuntos inéditos. Além disso, quando alguém não autorizado a tanto descobre os critérios de filtragem, pode facilmente incorporar essas identificações às próprias mensagens. A maioria das empresas cria um endereço de *e-mail* específico para a administração de GC, onde as pessoas possam enviar mensagens orientadas para colaboração no banco de informações.

3.1.2.5. Publicação

Para se evitar a subutilização de conteúdos, diversos documentos devem ser compartilhados com outros usuários, o que é realizado através de publicações, disponibilizando o acesso a todos interessados. Para a publicação destes, um usuário deve enviar o arquivo a um *webmaster*, o qual se incumbirá em convertê-lo para o formato de html, tornando-o um documento eletrônico disponibilizado no portal; no entanto, esse trâmite demanda tempo e disponibilidade dos agentes envolvidos.

Para agilizar e promover maior disseminação destes conteúdos, sejam eles artigos, documentos, manuais, etc., pode-se trabalhar com ferramentas de gerenciamento de conteúdo, as quais publicam um item e mantém sua atualização, não necessitando mais da mediação do *webmaster*.

Programas de gerenciamento de documentos são sistemas integrais, desen-

volvidos originalmente para a editoração eletrônica; destacam a manutenção da informação no formato do documento original com controle de configuração e versão, enquanto organizam e direcionam documentos complexos entre os participantes da equipe. Podem trabalhar com documentos compostos contendo uma variedade de formatos e múltiplos tipos de dados, como textos, planilhas, vídeo, áudio e gráficos, proporcionando uma infra-estrutura para ativação de aplicativos individuais, como planilhas, quando os dados são selecionados.

O gerenciamento de documentos tem a capacidade semelhante ao de gerenciamento de banco de dados, podendo procurar dados em grandes volumes de informação estruturada ou não-estruturada, se integrando com os principais sistemas de computação, proporcionando arquivos abrangentes de entrada e saída, e altos níveis de segurança, podendo ter interface multilingüística e publicações na *Web* e intranets.

MILLER (2000, p.158) relata que entre as atribuições da tecnologia da informação figuram igualmente o desenvolvimento, distribuição e arquivamento de produtos da inteligência: **newsletters**: contêm sumários de assuntos selecionados a partir de fontes comerciais de informações; **relatórios**: avaliam acontecimentos externos e seu impacto sobre o procedimento da organização em relação à concorrência; esses relatórios são desenvolvidos por fontes exclusivas, principalmente pessoas, de informação; **sistemas de alerta**: proporcionam análises motivadas por eventos presentes; **avaliações**: apresentam análises abrangentes de questões de longo prazo, que incluem tendências, previsões e implicações futuras; sua produção é determinada pela administração superior.

Há necessidade de constante *feedback* (realimentação) dos sistemas de GC. A comunicação pode ser desencadeada por uma mudança em questões de inteligência ou por uma reação a produtos específicos de inteligência. Comentários e opiniões podem ser trocados pessoalmente, por telefone, correspondência eletrônica ou em documentos específicos. A TI pode ser utilizada para dirigir esta comunicação de pessoas para pessoas. A permanente preocupação das organizações está no armazenamento e retenção de sua propriedade intelectual ou no conhecimento especializado. Um arquivo focado proporciona acesso ao produto acabado, bem como às fontes a partir das quais tal produto foi desenvolvido.

Para MILLER (2003, p.163),

“Um bom sistema básico de *software* para arquivamento tem as seguintes qualidades: recupera documentos usando a busca em texto integral; é de fácil acesso para as equipes a partir de todas as instalações (normalmente por meio de Internet, *groupware* ou programas de gerência de documentos);



proporciona controles de segurança simples; obedece às leis sobre *copyright* – indica material protegido por essas leis em lugar dos textos integrais; anexa o nome da pessoa que arquivou um determinado documento e a data do arquivamento; tem uma data automática de eliminação de arquivos anexada a cada entrada; começa pequeno e permanece pequeno – não procura copiar sistemas comerciais de informação; armazena informação no seu formato original (*e-mail*, videoconferências, *voicemail*, documentos de processamento de palavras, apresentações, etc.); classificação de documentos relacionados aos projetos desenvolvidos, incluindo revisões, *check-in*, *check-out*, controle de acesso a modificações, imagens, vídeos, animações, memorandos, comunicados, comentários.”

A falta de controle e de segurança pode tornar os documentos inacessíveis quando mais se necessita deles. A tecnologia de imagem eletrônica oferece as seguintes soluções de compactação de espaço, preservação de documentos, recuperação instantânea de documentos, acesso simultâneo a documentos por múltiplos usuários, rastreamento do uso do documento, integridade dos arquivos, localização rápida de arquivos através de múltiplas chaves de acesso (índices), desnecessidade de reorganização física, facilidade no cumprimento dos requisitos do período de retenção, redução de custos e de pessoal, truncamento da temporalidade do processo de negócios, aumento na geração de receitas, melhor *workflow*/fluxo de trabalho. A falta de controles apropriados da gestão documental de registros expõe as empresas a altos riscos, o GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos proporciona às empresas desenharem suas próprias políticas internas de *compliance* (conformidade). São sistemas formais de gerenciamento de registros que incluem políticas e procedimentos para criação, distribuição, retenção, arquivo, pesquisa e destruição de arquivos, os quais são habilitados para gerenciar documentos eletrônicos e informações em variadas mídias; no entanto, para empresas de pequeno e médio portes, nem sempre é possível trabalhar com um GED devido ao seu custo.

Quanto ao Gerenciamento de Mensagens Eletrônicas, o CENADEM (2003, p.3), Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação expõe que,

“Deve-se considerar o aspecto cultural desse meio de comunicação, ou seja, como ele está sendo usado em substituição ao telefone, contato pessoal com amigos, cartas, etc.; o aspecto lúdico: muitas pessoas trocam *e-mails* com

mensagens filosóficas, piadas, correntes; o aspecto negativo: a proliferação de *spams* na forma de malas diretas indesejáveis e vírus e, o mais importante, o aspecto corporativo. Nesse aspecto, quando se fala em *e-mail* isso se refere a como ele pode unir-se - ou ser usado - aos processos de negócios. Dentro das empresas, a comunicação por *e-mails* está substituindo cartas, memorandos, circulares, contato entre funcionários e documentos. Documentos que antes eram transitados em papel, agora são digitados diretamente no corpo dos *e-mails*, e são anexados. Muitas vezes, esses documentos fazem parte de um processo de negócio e como tal precisam estar disponíveis para a pessoa certa no tempo certo. É preciso, então que o fluxo de trabalho dentro da empresa, tenha como armazenar e acessar a informação em questão.”

Para minimizar os efeitos surtidos pelo recebimento de mensagens eletrônicas irrelevantes, existem ferramentas de controle de conteúdo de *e-mail* e de acessos a *sites*, filtrando através de *subjects* (assuntos), arquivos anexados e conteúdos de *links* (no caso de *sites*) disponível como ferramenta em servidores de acesso, ou no próprio servidor do *netware* (rede). Os maiores provedores de gerenciamento de documentos são “OpenMarket/Folio/Infobase, Humingbird/PCDocs/CyberDocs e OpenText/LiveLink” (MILLER, 2000, p.172). Entre os fornecedores de GED, há os baseados em arquitetura aberta, como: “Xerox Global Services, On Base da Hyland, e o Padrão IX Sistemas Aberto – Oracle Collaboration Suite” (CENADEM, 2003, p.6).

Um exemplo de aplicabilidade de um GED pode ser analisado no caso de utilização de um GED e *Workflow* para gerenciar documentos técnicos da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, responsável pela manutenção e operação de um sistema de transmissão de energia elétrica no estado de São Paulo, o qual contempla diagrama das instalações, desenhos dos equipamentos e procedimentos de manutenção, sendo que o ponto alto do sistema é o controle de versões, que impede a publicação de desenhos desatualizados (CENADEM, 2003, p.9).

Para a visualização, são utilizados *softwares* que captam e expõem imagens e documentos em formatos mapeados por *bits*, como também proporcionam o equivalente texto pesquisável criado pelo reconhecimento óptico de caracteres (OCR, em inglês), onde integra a busca de imagem e texto e recupera texto diretamente da imagem original. Proporciona integração numa única janela, facilitando ao usuário concentrar-se no conteúdo da informação. Atualmente, o *software* de visualização utiliza técnicas avançadas e adaptáveis de reconhecimento de pa-

drões e provê técnicas avançadas de buscas não dependentes de palavras. Empresas de *software* de visualização têm-se aliado a empresas mais especializadas em recuperação de textos a fim de oferecer sistemas de recuperação de informação abrangentes e integrados. Os grandes vendedores da área são “Excalibur/Retrieval/Ware, Inmagic/DBTextWorks/WebPublisher e ZyLab/ZyImage” (MILLER, 2000, p.172). É possível, se determinado um projeto para tal, desenvolver um programa para gerenciamento de conteúdo documental; no entanto, talvez o custo de desenvolvimento é muito alto em relação à aquisição de uma ferramenta já desenvolvida.

3.1.2.6. Busca

Informações de diversos âmbitos são disponibilizadas pelas empresas, as quais o próprio usuário deverá buscá-la; essa comunicação é passiva (estilo “*pull*”, puxe em inglês), no entanto, muitas empresas alcançam um ponto em que o excesso de informações na intranet começa a gerar problemas já comuns na Internet, como a dificuldade de se encontrar a informação desejada. Quando a situação atinge esse estágio, torna-se necessária uma mudança de paradigma, de forma a se perceber o servidor *Web* como um repositório de conteúdo. Para tal, utiliza-se mecanismos de busca de textos, devendo permitir pesquisas em campos: assunto; data; cliente/parceria/fornecedor; *links*; lista de discussão; colaboradores; especialistas; arquivos; comunicados; comentários; *e-mails*; notificações; ranqueador. A Busca *Full-text* avançada proporciona implementar funções de busca por conceitos (sintaxe) de forma transparente, possibilitando, tanto uma busca simples, de uma palavra, bem como funcionalidades avançadas com correção inteligente de erros do usuário, expansão de radicais de palavras e geração automática de resumos, proporcionando a usuários novatos ou especialistas, resultados precisos sem o uso de sintaxes complexas de pesquisa e sem o entendimento da taxonomia. A busca deve ser realizada de forma a apresentar *links* relacionados a projetos, assuntos de interesse, fonte de informação noticiada em diferentes provedores. Utilizar-se de ranqueador proporciona maior precisão por relevância, pois quanto mais vezes os usuários selecionam um documento particular, mais acima ele parece nas listas de resultados de todos os usuários, garantindo consistência e relevância, acelerando o processo de descoberta.

DAVENPORT & PRUSAK (1998, p.158) atestam que o *Lotus Notes* e as *webs* baseadas em intranet são atualmente os principais conjuntos de ferramentas para gerir repositórios do conhecimento, bem como a criação de um sistema de gestão de desempenho que seja realizado e/ou a adoção de ferramentas tecnológicas para a gestão por desempenho: *QPR Scorecard*, *ARIS BSC-Strategic Performance Management*, *Gentia BSC* e *Gentia Performance Impact*.

No caso de empresas de pequeno e médio portes, nem sempre é possível trabalhar-se com ferramentas mais sofisticadas como a **Busca Federada**, a qual trabalha em conjunto com diversos provedores de conteúdo e serviços de notícias, como por exemplo o Google (<http://www.google.com.br>), principalmente devido à falta de recursos a serem direcionados; no entanto, ressalta-se ser de grande funcionalidade a empresas de qualquer ramo. Através de acesso do Banco de Talentos ou pela Ferramenta de Busca, também é possível identificar e localizar especialistas de um determinado assunto dentro da organização, sendo identificados pela categorização do Banco de Talentos ou pelos documentos que criaram, modificaram ou acessaram.

3.1.2.7. Categorização

Trabalhar com a taxonomia facilita muito a organização de conteúdos, pois trabalha-se na categorização através de árvores ou diretórios de categorias, nos quais a informação é classificada, possibilitando a facilidade de acesso, pois trata um diretório como “visual” facilitando a interação com o usuário. Trabalhar com taxonomia flexível, através de seleção paramétrica, em categorias e busca de campos, facilita aos usuários localizarem mais rapidamente as informações relevantes, sendo estas a interseção entre as taxonomias. Por exemplo, localizar uma ferramenta de desenvolvimento de sistemas, no caso, Java, em conjunto com um banco de dados, Oracle; tal busca poderia ser realizada através da taxonomia, com ferramentas de desenvolvimento que trabalhassem com a linguagem Java e cruzando com a taxonomia de banco de dados Oracle, onde seriam apresentadas as empresas que trabalham com esta combinação.

As taxonomias podem ser classificadas com maior precisão:

- **classificação automática:** utilização de Classificação por Regressão Logística, documentos podem ser usados para gerar automaticamente as regras que definem as categorias;
- **regras de negócio:** capturam o conhecimento do domínio, podem ser usadas para ampliar e/ou modificar as regras de Classificação por Regressão Logística, a fim de melhorar a precisão ou atender a objetivos específicos do negócio;
- **extração de conceitos:** mapeamento temático, usado para analisar um conjunto completo de documentos, para revelar temas e conceitos; pode ser usado para gerar taxonomias completas, para quebrar categorias populadas (que já

contenham documentos classificados) em subcategorias, ou na “mineração” do conhecimento corporativo, para descobrir novos conceitos (VERITY DO BRASIL, 2003).

3.1.2.8. Integração

Para se fazer valer a designação “Portal Corporativo”, deve-se trabalhar não somente na apresentação de dados ou informações, deve-se envolver toda a empresa; para isso deve-se estar interligados com bases de dados, fornecer maneiras de integrar os mais diversos sistemas, sejam eles ERPs, SIGs, Wokflow, BI, DW, DM, CRM, KM e EAD e processos existentes dentro da corporação, bem como oferecer aos usuários a personalização das informações necessárias para a tomada de decisões. Deve ser capaz de trabalhar junto a fontes externas de informações, apresentando notícias políticas, econômicas e sociais, cotações financeiras, etc. Trabalhar em parceria com outras empresas, estabelecendo fortes elos de colaboração e conhecimento com outros participantes complementares/especializados, proporciona ampliação de técnicas de trabalho, fontes internas e externas de informação, maior rapidez para resolução de problemas.

Criar uma *Network* é essencial para empresas baseadas em redes de relacionamento, tanto para grupos formais como informais, pois é possível transferir tecnologia, tomar decisões sobre fornecedores, melhorar produtos e serviços com base em *benchmark*, refinar padrões, melhorar treinamentos, promover *workshops*, aproveitar o conhecimento coletivo. Caso não se trabalhe essa integração, dados e informações gerados pelos sistemas de informação, bem como pelo portal corporativo, deverão ser analisados novamente, através de cruzamento de informações, resultando em desenvolvimento de novos processos, refletindo em maior lentidão para obtenção da informação.

3.1.2.9. Segurança

Ao trabalharem com a *web* dentro do ambiente corporativo, as empresas precisam definir que dados e que serviços liberar aos usuários, como liberar essas informações e como disciplinar o acesso aos dados. É por isso que um bom portal corporativo começa por um mecanismo de autenticação de *login*, que irá hierarquizar o acesso às informações e controlar as permissões dos usuários. Para tal, existem diversas empresas que prestam serviços de segurança, por exemplo a Unisys. Seja qual for o tipo de solução adquirida, um EIP deve contar com análises contínuas de vulnerabilidade, monitoramento ativo da Internet, verificando possíveis ataques, roubos de IP, detecção de invasões através de *firewalls* e varredura do tráfego de *e-mail* por um antivírus.

3.1.2.10. Sistemas de busca

Depois de garantida a segurança, o EIP tem que contar com uma base de dados que precisa funcionar de forma integrada a um sistema de busca. As empresas devem trabalhar de forma a consolidar as informações armazenadas em seus diversos bancos de dados, dentro e fora da empresa, sendo através de classificação dos dados estruturados (banco de dados) e não-estruturados (documentos impressos, imagens, correio eletrônico, áudio e vídeo) e definir quais são as ferramentas a integrar ao portal (Ex.: ERPs, SIGs, *Workflow*, BI, KM e EAD). Principais fabricantes de *software* para a construção de portais corporativos: Microsoft (SharePoint Portal Server); Oracle (Oracle Portal); Sun (Sun One); IBM (websphere Portal). Esses fabricantes oferecem *frameworks* (ferramenta que oferece infraestrutura sobre a qual as funcionalidades dos portais serão construídas).

3.1.2.11. Tecnologias

A maioria das empresas tendem a optar por Java e .Net (ponto Net), mas os portais também podem ser desenvolvidos em PHP, XML, JavaScript, entre outras.

Espera-se que os Portais Empresariais promovam a integração de vários Sistemas de Informação, incluindo Gerência de Conteúdo, *Business Intelligence*, *Data Warehouse*, *Data Marts* e *Software* de Gerência de Dados. Algumas ferramentas utilizadas para a criação de portais empresariais e portais do conhecimento existentes no mercado: *MyLivelink Portal – Empresa : Open Text Corp.*; *Plumtree Corporate Portal 4.0 – Empresa: Plumtree*; *Raven 1.0 – Empresa: Lótus*; *Knowledge Fujitsu*; *Artemis*.

3.1.2.12. Retorno de Investimento - ROI

VALIM (2004) relata que, por vezes, medições e estudos de Retorno de Investimento (ROI) não sejam o forte da cultura corporativa brasileira, sendo que o executivo nacional classicamente tem deficiência grande em três áreas: planejamento, metodologia e métricas, mas com a entrada do país no cenário mundial e com a estabilização da economia nacional, acredita-se que esses profissionais têm mais estímulos para mudar de comportamento.

Pesquisas relatadas por VALIM (2004) revelam que 21% dos entrevistados afirmam adotar internamente uma métrica ou metodologia de mercado. A maior parte das empresas (41%) diz possuir métodos próprios, enquanto 28% não possuem metodologia formal de ROI. Uma em cada dez empresas ainda não faz nenhuma espécie de medição.

De fato, a TI é muito nova, e não chegou ainda a um consenso para medição e controle. Muitos prós e contras também atrasam qualquer definição, por isso

buscar o ROI é algo importante e crítico para os Empresas de Tecnologia da Informação. Sua habilidade em mostrar retornos, reflete diretamente sua credibilidade na justificativa de futuras despesas e projetos importantes. Entre todas aplicações de EIP, as de RH são as mais fáceis de possibilitar comprovar o ROI.

Exemplos apresentados por empresas:

- Nestlé – portal proporciona a economia de 55.000 cópias de formulários em papel por ano; possibilita a reserva de viagens e acompanhamento de férias; mais de 3.000 usuários da companhia podem chamar o pessoal do suporte técnico pela Internet e até alugar filmes em vídeo e DVD, disponíveis numa locadora virtual;
- @HP – economia de 20 milhões de dólares em seis meses devido à redução no atendimento do suporte técnico e cortes nos custos de impressão dos documentos.

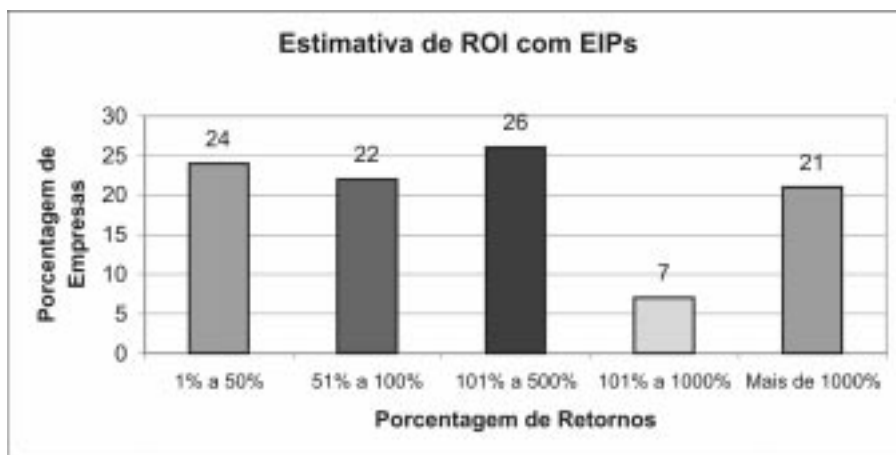


Gráfico 4 – Estimativa de ROI com EIP.

Fonte: IDC, 2000.

O gráfico visto acima permite afirmar que a maioria das empresas (54%) esperam ter o dobro ou mais de retorno de investimento, o que vem a afirmar que os portais estimam um valor considerável de retorno.

3.1.2.13.1. Cases

A HP possui um portal corporativo, a “@HP”, onde permite a troca de informações entre mais de 1.000 funcionários. Seu portal foi desenvolvido pela Microsoft e pela própria HP. Um dos pontos fortes é o Recursos Humanos e *Webcast*, onde funcionários recebem semanalmente uma mensagem da CEO, ao vivo, pelo EIP. O próximo passo a ser desenvolvido será tornar as informações do portal disponíveis para telefones e celulares e dispositivos móveis.

A AmBeV possui um projeto onde promete construir um dos portais mais completos do país. Ela está transformando sua intranet numa ferramenta de GC. Fazer com que todas as informações dos projetos em andamento passem pelo portal, com o objetivo de evitar que etapas comuns se repitam, bem como criar um extenso banco de dados com procedimentos-padrão e melhores práticas. Para a AmBeV, a criação do EIP traz um *upgrade* na comunicação interna da empresa, pois passa a utilizar um único sistema de troca de informações entre suas áreas de negócios espalhados pelo país. A AmBeV está utilizando vários recursos: *Messenger (Chat)*, *e-mails*; *Workgroup* (ferramentas que permitem o trabalho colaborativo), etc. A AmBeV não revela o investimento no portal, apenas que o valor fez parte do orçamento de 500 milhões de reais em infra-estrutura no ano de 2000.

O Unibanco foi uma das primeiras instituições nacionais com projeto de EIP; seu EIP atende hoje a 28.000 funcionários, envolveu mais de 6.000 funcionários para sua concepção e custou 15 milhões de reais, incluindo a implantação de servidores de comunicação de dados entre 1.500 pontos do conglomerado. Trabalha com um módulo de *e-learning* que oferece uma série de treinamentos *online* com apresentações e aulas virtuais por meio de videoconferências e um guia de desenvolvimento profissional, com “dicas” para o aperfeiçoamento da carreira dos funcionários do banco.

CONCLUSÕES

O conhecimento é uma forma de promover a inovação e a inovação promove a competitividade; sendo assim, o conhecimento se torna indispensável em qualquer empresa que deseje estar alinhada com os processos de seus negócios para alcançar seus objetivos.

A globalização aumentou a complexidade dos negócios e exige um novo modelo mental para enxergar as soluções, fazendo com que a vantagem competitiva das organizações deixe de ser o capital e passe a ser o conhecimento. As empresas, para vencerem no século XXI, precisam ter uma visão de aprender a



transformar conhecimento em ação.

Como foi amplamente discutido neste estudo, a utilização de portais corporativos tem sido adotado em grandes empresas, especialmente aquelas que necessitam de acesso a informações com rapidez, no caso, empresas desenvolvedoras de tecnologia, onde o tempo é fator essencial, pois a cada dia surgem novas tecnologias e aumenta o acirramento no mercado. Tal competitividade também é refletida no capital intelectual destas; profissionais gabaritados são muito disputados pelas empresas. Perder os conhecimentos de pessoas-chave traz diversas adversidades nas organizações. Por outro lado, promover uma forma de gerenciamento de armazenamento, desenvolvimento e disseminação destes conhecimentos e processos, pode diminuir consideravelmente o risco de tais ocasionalidades.

Trabalhar com trânsito de processos e tecnologias pode ocasionar, nos indivíduos de uma organização, resistências, mas que podem ser trabalhadas de forma a serem amenizadas. Para tal pode-se utilizar diversas técnicas sugeridas pela psicologia. Uma forma de trabalhar com conhecimentos é através de portais de conhecimento corporativo, pois um portal na *web* pode ser acessado a qualquer hora e lugar, tornando-se uma ferramenta que pode atender aos interesses dos indivíduos a qualquer momento. Os conteúdos dispostos em portais de conhecimento corporativos podem ser muito abrangentes, apresentando desde os negócios da empresa, promover e-learning, trabalhar com rh self-service e, principalmente, captar e disponibilizar “inteligência” dentro da organização.

Para se idealizar e implementar um portal, pode-se trabalhar com ferramentas de *frameworks* ou através da implementação promovida pela própria empresa. Para tal é preciso planejamento quanto à tecnologia e linguagens envolvidas, bem como capital disponível para investimento.

Nos decorrer deste artigo foram apresentados diversos conteúdos que demonstram o portal como forma de se trabalhar a inteligência competitiva, bem como os benefícios que podem ser alcançados pelas organizações. Seja dispondo um maior conteúdo de informações, para orientar a tomada de decisões com eficiência e eficácia, seja no manejo de conhecimentos entre indivíduos e equipes, na redução de gastos ou para propiciar retorno de investimento, os portais de conhecimento corporativos têm se tornado um canal indispensável nas empresas que querem estar à frente de seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, M.; PAVITT, K. **Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries.** Industrial and Corporate



Change, 1993.

BOLGAR, Paulo Henrique. **Transformando o RH**. Disponível em: <<http://www.rh.com.br/ler.php?cod=3343>>. Acesso em: 17 nov. 2003.

BUKOWITZ, Wendi R.; WILLIAMS, Ruth L. **Manual de Gestão do Conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CALDAS, M. P.; WOOD, T. J. Fads and fashions in management: The case of ERP. **Revista RAE Executivo**, v.40, n.3, jul./set. 2000, p.8-17.

CENADEM - Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação. **GED para gerenciamento de e-mails**. São Paulo: n.58, jul./ago. 2003.

CASTRO, Durval Muniz, Gestão do conhecimento. **Revista CQ Qualidade**, jul. 1996.

CHOO, C. W., **The knowing organization**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

CRUZ, Carla; UIRÁ, Ribeiro. **Metodologia científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2003.

CUNHA, Rodrigo Vieira da. Dinheiro não é tudo. **Guia Exame 2002**, São Paulo, out., p.30, 2002.

DAVENPORT, T., PRUSAK L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

IBM Business Consulting Services. Da gestão de TI à gestão em TI. **HSM Management**, São Paulo, v.5, n.40, set.-out./2003.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação, balanced scorecard**. 9.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LEME FILHO, Trajano. **Metodologia de desenvolvimento de sistemas**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2003.

LUTHY, D. H. **Intellectual capital and its measurement**. Disponível em: <<http://www3.bus.osakacu.ac.jp/apira98/archives/htmls/25.htm>>. Acesso em: 15 dec. 2003.

MICROSOFT. **Ajuda do Microsoft internet explorer**. Santa Rosa – U.S.A.: Microsoft Corporation, 2000.

MILLER, Jerry P. **O milênio da inteligência competitiva**. São Paulo: Editora Bookman, 2000.

MILGROM, P.; ROBERTS, J. Complementaries and fit: strategy, structure, and organizational changes in manufacturing. **Journal of Accounting and Economics**, v.19, mar./mai., 1995, p.179.

MURRAY, Philip C. **New language for new leverage: the terminology of knowledge management (KM)**. Disponível em <www.lktic.com/topic/>



13termo.html>. Acesso em: 17 nov. 2003.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 11.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **The knowledge-creating company**: how japanese companies create the dynamics of innovation. NY: Oxford University Press, 1995.

PEREIRA, Heitor J. Bases conceituais para implantação da Gestão do Conhecimento: um estudo de caso. *In*: XXII Simpósio da Gestão da Inovação Tecnológica da USP. Salvador. **Anais...** Salvador: USP, 2002.

PROBST, Gilbert; STEFFEN Raub; ROMHARDT, Kai. **Gestão do Conhecimento**: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002.

PORTER, Michael E. What is strategy. **Harvard Business Review**. nov./dec. 1996. p.25.

ROSENBERG, Marc J. **E-learning**: estratégias para a transmissão do conhecimento na era digital. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. 14.ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2003.

SMILIE, I. **Mastering the machine**. Londres: Intermediate Technology Publications, 1991.

SOUZA, R. C. **Tecnologia da informação**: ferramentas de apoio à prática de Gestão do Conhecimento. Disponível em <<http://www.xadrezeduca.com.br/site/a5/artigo4.shtml>>. Acesso em 05/03/2004.

STEVE, A.; FAULKNER, C. **PNL**: a nova tecnologia do sucesso. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

STEWART, T. A. **Capital intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. Rio de Janeiro: Campus. 1998.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TEIXEIRA FILHO, Jaime. **Metodologia para implantação de Gestão do Conhecimento**. Disponível em: http://www.anefac.com.br/artigos/ant_034.htm. Acesso em: 09/12/03.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial. 3.ed. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

_____. **Gestão do conhecimento e e-learning na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____; GORDON, Cyndi. **Portais corporativos**: a revolução na Gestão do Conhecimento. 3.ed. São Paulo: Negócio Editora, 2002.

VALIM, Carlos E. Para onde vamos. **IT Web**. Disponível em: <<http://www.informationweek.com.br/decapa/artigo.asp?id=47679&p=5&pct=5>>. Acesso



em: 15/03/04.

VASKEVITCH, D. **Estratégias: cliente/servidor**. São Paulo: Berkeley, 1995.

VERITY DO BRASIL. **Verity K2 enterprise**. Disponível em: <http://www.verity.com.br>. Acesso em: 01/12/03.

VIEIRA, Eduardo. Intranet esperta. **Revista Info Corporate**, n.2, mar./2003.

WILLIAMS, M. **Is a company's intellectual capital performance and intellectual capital disclosure practices related?** Evidence from publicly listed companies from the FTSE 100 Paper presented at McMasters Intellectual Capital Conference, 2000.